

cadernos do terceiro mundo 14

Entrevista
com Nujoma

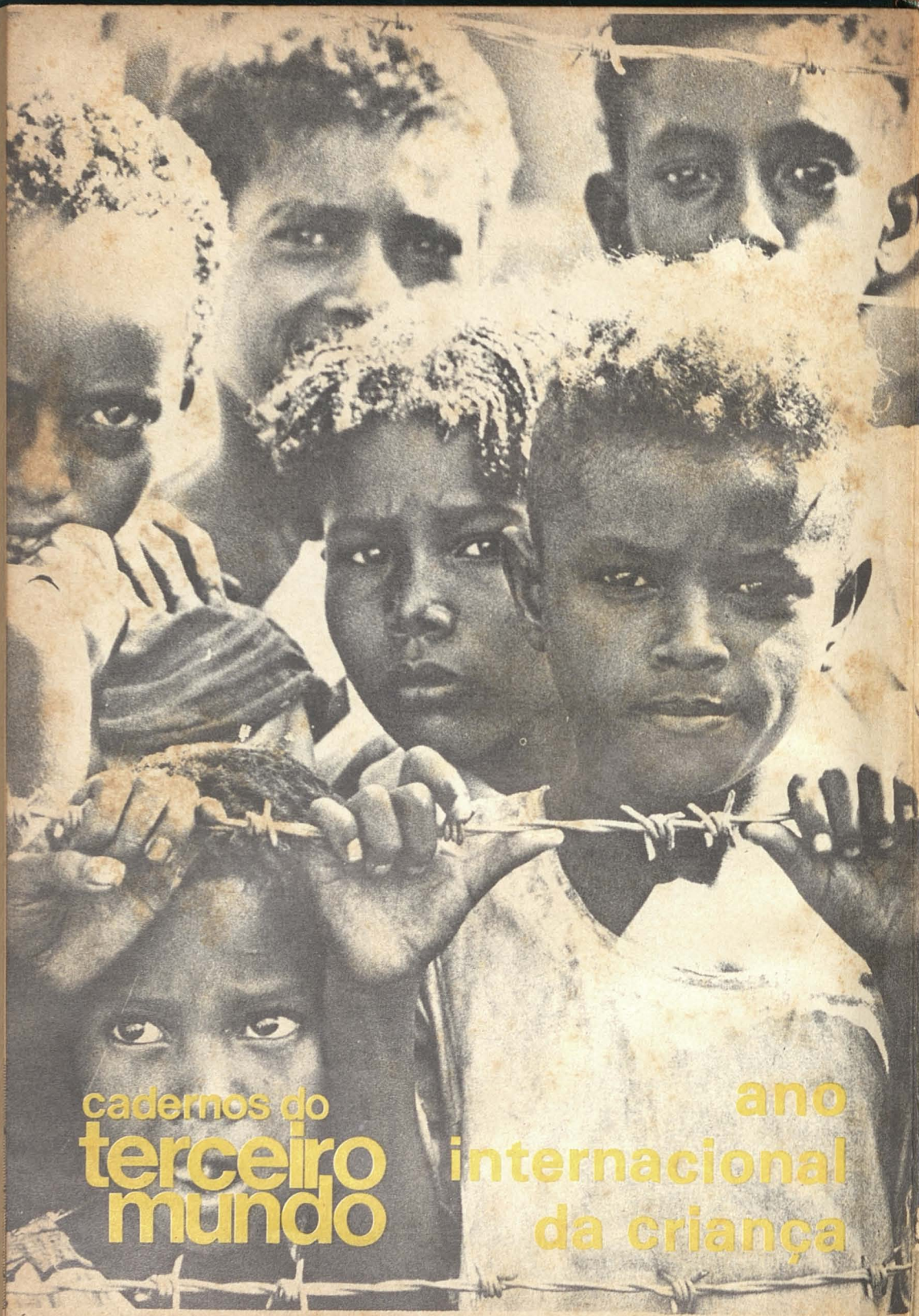
inho 1979

40\$00 KZ 40,00 ESC. 40\$00 PG 40,00 — Ano II N.º 14

CARIBE

os piratas
mudam
de
estilo

lvador



cadernos do
terceiro
mundo

ano
internacional
da criança

nesta edição

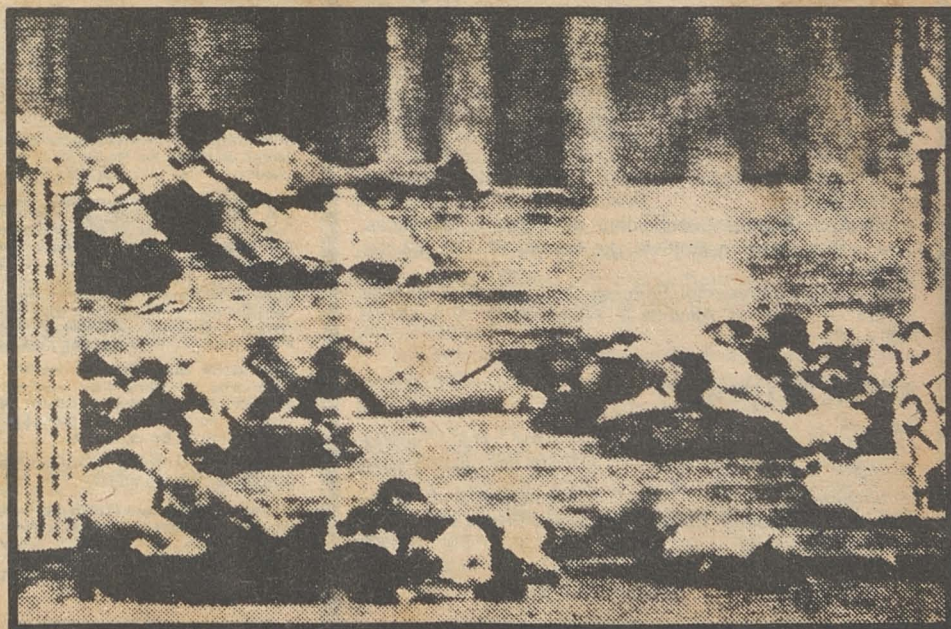


- 4 editorial
- 8 **ESPECIAL — CARIBE**
ÁFRICA
- 48 descolonização e revolução — *Fernando Piteira Santos*
- 51 Namíbia — Sam Nujoma: «militarmente vamos bem»
- 56 Angola — O caminho de ferro de Benguela — *João Belisário*
- 59 Líbia — Defender a Revolução
- AMÉRICA LATINA**
- 61 Argentina — A classe operária enfrenta a ditadura — *Agustín Castaño*
- 64 Bolívia — O duro caminho da democratização — *Daniel Waksman Schinca*
- 68 SATO — Bloco militar em gestação — *Paulo César Braz*
- 72 Colômbia — «Chicha», café e droga — *Francisca Moreno*
- 73 Equador — Uma transformação possível — *José Steinsleger*
- 77 Nicarágua — A guerra, hoje
- 85 Uruguai — Entrevista com Arismendi — *Water Machado*
- MÉDIO ORIENTE**
- 93 Israel — Armas e bíblias — *Mário Offenber*
- 99 **PANORAMA**
- 104 **CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
- 110 **INFORMAÇÃO**
- 119 **CULTURA**
- 125 **ALMANAQUE**



foto do mês

massacre em San Salvador



Publicação Mensal — n.º 14 — Junho 79

Edição em Português dos «Cuadernos del Tercer Mundo» e «Third World»

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Redactor-Chefe: Roberto Remo

Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.

Edição em Espanhol — Ano III — n.º 30

Periodistas del Tercer Mundo, A. C.

San Lorenzo 153, Desp. 406

México 12, D. F. — Tel 559-3013

Editor: Fernando Molina

Edição em Português — Ano II — n.º 14

Propriedade

Tricontinental Editora, Lda.

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º — Telef. 56 13 30

Lisboa 1000 — Portugal

Redacção e Administração:

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva, Leonel Moura, Margarida Nunes, Mário Osava

Colaboram neste número:

Agustín Castañón, Cristina Canoura, Daniel Waksman Schinca, Fernando Piteira Santos, Francisca Morena, Gérard Pierre-Charles, Harry Andrews, Henfil, João Belisário, Joe Morrissey, José Steinsleger, Maria Artagavetia, Marina Cannabrava, Mário Offenbergl, Maurice Jacques, Paulo César Braz, Rafael Camilo, Suzy Castor, Teresa Sierra Camacho e Walter Machado.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços de: Agência de Informação Moçambicana (AIM), Angola Press (ANGOP), Inter Press Service (IPS), Irakian National Agency (INA), SHIHATA (Tanzânia), Nipon Agency News (NAN), e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola).

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º, Dt.º — Lisboa

Composição e Impressão: Empresa do Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís de Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa 1200 — Portugal.

ASSINATURAS

Portugal

Anual (12 números) Esc. 380\$00

Semestral (6 números) Esc. 220\$00

Estrangeiro

(12 números, via aérea)

Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé

e Príncipe Esc. 600\$00

ou US\$ 14,00

Restantes Países US\$ 17,00

distribuição

ANGOLA: Empresa Nacional de Apoio Técnico do DEPI/MPLA/PT. Praceta Farinha Leitão 27, Luanda.

BELICE: Cathedral Book Center, Belize City.

CABO VERDE: Instituto caboverdiano do Livro. Rua 5 de Julho, cidade da Praia.

COSTA RICA: Libreria Tercer Mundo, S.A., Contiguo Palacio Municipal, San Pedro Montes de Oca.

ECUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Mendiburo, Guay aquil, Ecuador. Libreria Siglo XX, Garcia 420 y 6 de diciembre, Quito.

EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo, Primera calle Poniente No. 1030.

ESTADOS UNIDOS: Libreria Libro-Libre, 220 W. 14th St., N.Y. 10011 —

FRANCA: Centre des Pays de langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 15005 Paris.

GRÁ-BRETANHA: Latin American Book shop, 29 Islington Park Street, London.

GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e do disco, Conselho Nacional da cultura.

HOLANDA: Athenaeum Bockhandel, Spui 14-16, Amsterdam.

ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60 Roma — Feltrinelli, via del Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma — Spagnola, via Monserrato, 35/6 Roma — Uscita, Banchi Vecchi, 45 Roma.

MÉXICO: Unión de Expendedores y Voceadores de Periódicos, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Say rols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librerías de Cristal, y 100 librerías en todo el país.

MOÇAMBIQUE: Instituto Nacional do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh, 103, Maputo.

PANAMÁ: Libreria Cultural Panameña, S.A., Av. España 16, Panamá.

PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1.

PORTO RICO: Libreria Puerto Rico, Calle Huanacá 1009, Rio Piedras, San Juan — Libreria Le Tertulia, Amalia Marin esq. ave. Gonzáles, Rio Piedras.

REPUBLICA DOMINICANA: Instituto Americano del Libro, Calle Arzobispo Noel 358, Santo Domingo — Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação Cultural Popular.

SUÉCIA: Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm.

VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Av. México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

correio do leitor

reconhecimento

Queria aproveitar para vos dirigir o meu reconhecimento por todo o trabalho até agora desenvolvido (...) ao serviço duma Informação objectiva (...) e realista da luta de todos os povos explorados do Terceiro Mundo. (...) Não recuem perante as barreiras. (...) A revolução socialista acabará por triunfar. **António Prates, Lisboa, Portugal.**

qualidade

Apesar de todo o bom trabalho apresentado até hoje, vocês conseguiram melhorar o nível da Revista, com uma maior profundidade nas análises feitas e na consistência das informações transmitidas. **Marcelo Pedroso Sequeira, Luanda, Angola.**

cubanos

Bem hajam pelo vosso trabalho internacionalista, informativo e formativo. (...) A luta contra o imperialismo tem que ser de todos os continentes e sem tréguas. Que belo exemplo, o dos nossos companheiros cubanos! **Miguel Franco, Lisboa, Portugal.**

guia

Até agora ninguém deu-me informações precisas sobre a chegada do Guia. Tenho um irmão que vai quase todas as semanas ao Instituto saber, e lá dizem que não sabem nada. **Casimiro Ondane, Maputo, Moçambique.**

uganda

O índice do número 25 (edição em espanhol), não sei se notaram, fala que Amin invadiu o Uganda. Um acto frustrado — segundo classificação freudiana, — já que na verdade, antes de invadir a Tanzânia, Amin já invadira o Uganda com a sua soldadesca e os seus métodos burlescos. **Ernesto Pérez, San Diego, Estados Unidos.**

suíça

Neste centro mundial do dinheiro, é muito difícil ter-se informações sobre o Terceiro Mundo e os seus movimentos revolucionários. Espero que a assinatura que estamos fazendo permita ampliar os nossos contactos com publicações e movimentos dos países onde circula essa revista. **Martin, M., Zurique, Suíça.**

Caribe: a pirataria continua

O tema principal deste nosso número é a região do Caribe, esse "Microcosmos da Humanidade".

Nossos leitores terão a ocasião de tomar conhecimento da pilhagem sofrida pelos pequenos países daquela zona tropical, hoje não mais feita pelos corsários e bucaneiros que Hollywood tanto enalteceu, mas pelos novos piratas, os maiores que o Mundo, indiscutivelmente, já conheceu: as transnacionais.

É a história de povos e nações, de colónias e ex-colónias, de brancos, negros e índios, que lutam pela sua liberdade. A grande ausente: Cuba. E a razão clara é o tratamento que já lhe foi dado no nosso número 12. Belize, Granada, Guadalupe e Martinica, Haiti, Jamaica, Porto Rico e República Dominicana são abordados, ao mesmo tempo em que passamos por Trindade-Tobago, Santa Lúcia e outros.

Do Caribe vamos para a África, onde além da entrevista com Sam Nujoma, presidente da SWAPO, Piteira Santos fala-nos da descolonização portuguesa, João Belisário traz-nos notícias sobre os Caminhos de Ferro de Benguela, e tratamos ainda de outros assuntos, como os estudantes moçambicanos na Ilha da Juventude, em Cuba, a Líbia de Kaddhafi, e voltamos às perspectivas de criação da SATO, o bloco militar que o imperialismo deseja para o Atlântico Sul, isto pelas palavras de Paulo César Brás.

No Atlântico, saltamos para a América Latina, e a Bolívia, o Equador, a Argentina, a Nicarágua e a Colômbia são focalizados pelos nossos colaboradores e correspondentes, a terminar com uma excelente entrevista feita a Rodney Arismendi, Secretário-Geral do Partido Comunista do Uruguai que analisa globalmente o problema latino-americano, e em particular o do seu país.

Mário Offenberg diz-nos dos novos "missionários" que se lançaram sobre o Terceiro Mundo, desta vez não somente para venderem bíblias, mas principalmente armas: os sionistas.

Contamos em seguida, na área da Ciência e Tecnologia, com um ótimo trabalho de Maurice Jacques e Mário Osava sobre as pretensões dos tecnocratas do capitalismo central nos países em vias de desenvolvimento.

No domínio da Informação, Beatriz Bissio relata-nos o trabalho combativo, no sentido exacto da palavra, da Imprensa palestina, e temos ainda uma nota sobre o "Guia do Terceiro Mundo", já editado no México, de autoria de Daniel Waksman Schinca.

Para terminar, além do habitual Almanaque, e falando de Cultura, mais uma entrevista, desta vez com um cantor militante nicaraguense, Mejía Godoy, conduzida por Marina Cannabrava, e ainda uma nota sobre Gabriel García Márquez.

África Austral: lutar até à vitória final

Diversos acontecimentos recentes confluíram para o aumento das tensões na África Austral, onde são intensificadas as acções bélicas, e vislumbra-se o perigo da internacionalização do conflito. Os detonadores foram colocados pelas minorias brancas, no Zimbabwe e na Namíbia.

Foi nesses dois países que se celebraram recentemente fraudulentas eleições, com a finalidade de colocar no Governo, negros colaboracionistas com o poder branco. Este não foi removido, mas, pelo contrário, confirmado através do voto. E para estarem seguros desse resultado, os regimes racistas excluíram das eleições os movimentos de libertação representativos de ambos os povos: a Frente Patriótica, no Zimbabwe, e a SWAPO, na Namíbia.

Os processos foram diferentes, é claro, mas conduziram ao mesmo fim, ou seja, a passagem do Governo a grupos de escassa representação, obviamente débeis, e completamente dependentes da minoria branca.

Nos dois países continua a discriminação racial e as abismais diferenças económicas entre negros e brancos; isto é, essas eleições não significaram nada, pois nada mudam para os dois povos que aspiram à descolonização.

Se os regimes brancos se viram obrigados a uma passagem formal de comando no Zimbabwe, para eles Rodésia, foi porque desejam o reconhecimento da Inglaterra e da comunidade internacional da sua separação de Londres (em 1965), e, consequentemente, a suspensão das sanções económicas e diplomáticas votadas pela ONU.

Quanto à Namíbia, onde a dominação ilegal é exercida pela África do Sul, procura-se iludir o mandato das Nações Unidas no sentido de permitir a sua autodeterminação através de eleições livres. Como estas não se passaram desta forma, e foram realizadas

editorial

sem a menor garantia e sem nenhuma cobertura legal, sob a descarado controlo de Pretória e sem a participação da SWAPO, as Nações Unidas classificaram as eleições como «nulas e não realizadas», da mesma forma que condenaram as do Zimbabwe.

Nos dois casos, não só não se avançou no sentido da descolonização, como na verdade essa legítima aspiração foi prejudicada.

Para os dois países africanos, assim como para a opinião pública mundial, isso está fora de discussão, como o comprovam as decisões das Nações Unidas.

Para uma modificação dessas situações escandalosas, seria necessário que todas as nações fossem consequentes na aplicação das sanções económicas e militares, e que fossem feitas as pressões diplomáticas adequadas, de modo que Pretória e Salisbúria se vissem forçadas a rectificar as suas políticas.

Já é por demais conhecido o facto de que, não obstante as suas posições oficiais, nem os Estados Unidos nem as demais potências capitalistas, adoptam medidas que tornem eficazes a proibição das empresas transnacionais de manter relações com os regimes racistas, incluindo a venda de armas e a transferência de tecnologia militar. As sanções das Nações Unidas, através dessa permissividade dolosa, convertem-se assim em letra morta.

Mas, o que é mais grave, é que essa ambiguidade do Ocidente transfere-se para o campo diplomático, onde as potências capitalistas aparecem divididas.

Se por um lado, o Governo de James Carter reprovou o ocorrido nos dois países a nível oficial, a 15 de Maio o Senado norte-americano aprovou por ampla maioria — setenta e cinco votos contra nove, — uma resolução favorável ao levantamento das sanções económicas contra o regime de Ian Smith.

Embora isso não tenha um carácter obrigatório, constitui-se entretanto numa tremenda pressão sobre o Executivo, enquanto

editorial

que da mesma forma, procura-se o fortalecimento do Governo colaboracionista do bispo Abel Muzorewa. Por sua vez, importantes factores de poder da superpotência descarregam fortes pressões na mesma direcção sobre os Governos africanos.

Ao passar em revista a situação na região, o primeiro-ministro do regime racista de Pretória, Pieter Botha, comentou: «Bastaria uma mudança de administração em Washington para que tudo pudesse ser novamente rediscutido».

Quanto à Inglaterra, a situação é muito mais clara, depois do triunfo eleitoral da líder conservadora, Margareth Thatcher. A três de Maio, ela declarou-se partidária do reconhecimento do regime de Salisbúria, e da anulação das sanções. Isto implicará na liquidação do plano anglo-americano tendente a incluir a Frente Patriótica no «Acordo Interno», e não deixará aos nacionalistas negros outro caminho que o da intensificação da luta armada.

Esta divisão entre as potências capitalistas a nível oficial em relação à África Austral é grave, pois facilita o apoio de poderosos interesses regionais e internacionais para aquilo que é o projecto racista na área: a reconstrução de um império branco na África Austral sob a hegemonia de Pretória.

É essa a realidade do projecto sul-africano, a concretização de uma comunidade económico-militar, onde entrariam a África do Sul, o Zimbábwe, a Namíbia, o Botswana, o Lesoto e a Swazilândia.

Esta intenção racista, com a qual se procura compensar as derrotas sofridas pelo colonialismo em Angola, Moçambique, e em outras ex-colónias portuguesas, pretende fazer da África Austral um baluarte do poder capitalista branco, e dali fustigar as nações libertadas. E isso torna-se uma grande ameaça para a África, pois pretende travar o processo de independência de todo o continente negro, e submetê-lo a um esquema capitalista dependente.

editorial

E para a concretização de tal desígnio, duas coisas se tornam necessárias: o reconhecimento internacional dos regimes colaboracionistas do Zimbabwe e da Namíbia, e a eliminação da resistência armada.

A partir disso, a acção diplomática de Salisbúria e Pretória, simultaneamente a um incremento das agressões militares contra os Países da Linha da Frente, farão o resto.

Mas, se pode haver mudanças nas posições das potências capitalistas, e também alternativas que tornem mais ou menos favorável o campo internacional para a resistência das maiorias negras, o certo é que essas, nem deixarão de lutar, nem de receber a solidariedade dos povos africanos, dos movimentos progressistas de todo o Mundo, e dos países socialistas.

Quanto aos povos africanos, a atitude tomada diante dos seus inimigos principais, o racismo e o colonialismo, foi resumida pelo Presidente de Moçambique: «O Povo moçambicano continuará a apoiar a justa luta do Povo do Zimbabwe até à vitória final. Sem a independência do Povo do Zimbabwe, não teremos uma independência real». As palavras de Samora Machel em relação ao Zimbabwe vale, e isso é claro, para toda a área. Para um africano, renunciar à luta contra o racismo, seria renunciar à sua própria identidade.

Os povos africanos não estão dispostos à abdicação da sua própria vocação nacional e cultural. As manobras e agressões dos regimes capitalistas aumentam e ampliam a luta militar.

Qualquer que seja o tempo necessário, e mesmo o custo em vidas humanas, os povos negros continuarão a combater, até à conquista da sua liberdade.

os novos piratas

caribe

Nomes como o de Francis Drake e do Capitão Morgan ainda hoje são associados em todo o Mundo com imagens de ilhas paradisíacas, tesouros enterrados, e aventuras caribenhas protagonizadas por Errol Flynn.

Os piratas, corsários e bucaneiros existiram no Caribe, mas a sua presença entre os séculos XVI e XVIII não obedecia à sede de aventuras, mas sim à luta entre quatro impérios (o inglês, o espanhol, o francês e o holandês) levada a cabo por aqueles que os serviam como soldados ou mercenários, apoderando-se dessas terras. A maioria desses tesouros não foi enterrada, mas sim enriqueceram os cofres da incipiente burguesia europeia, e serviram para financiar a colonização em todo o Terceiro Mundo.

Hoje já não são os escravos que tornam essa riqueza, mas os operários antilhanos continuam a sofrer formas de exploração algumas vezes não muito mais benevolentes do que a dos seus antepassados. Não são os piratas que as roubam, mas são os royalties, interesses ou lucros expatriados que continuam a fluir para os centros metropolitanos. Os modernos piratas já não são românticos, mas a sua sede de riqueza é a mesma, ainda que se esconda sob os nomes de ITT, ALCAN, ou UNITED FRUITS.

O Caribe continua a estar na mira dos impérios, e em particular do norte-americano. Mas os esforços dos povos pela sua libertação são hoje mais lúcidos que as rebeliões suicidas dos escravos de ontem.

Este é o tema das páginas seguintes. Para a sua elaboração, a equipa dos Cadernos do Terceiro Mundo contou com a valiosa colaboração de Gérard Pierre-Charles, do Centro de Estudos do Caribe, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nacional Autónoma do México.

microcosmos da humanidade



Geo-história, sociedade e cultura dos vulcânicos territórios das Antilhas. Um laboratório da dominação, um cadinho de raças, idiomas e temperamentos, um cenário de lutas pela autodeterminação dos povos.

Gérard Pierre-Charles

A história do Caribe é tão complexa e vulcânica quanto a sua geografia. O fenómeno simultâneo da geografia acidentada com a continuidade espacial, próprio destes territórios banhados pelo mar das Antilhas, reflecte-se nas sacu-

didelas e na continuidade, que proporcionam a esta área a sua originalidade e diversidade.

As múltiplas sociedades caribenhas são produtos destes cruzamentos histórico-geográficos e do encontro das populações índias e

negras com os colonialistas de toda a espécie que navegaram nessas águas e exploraram essas terras. Daí a violência histórica dos conflitos sociais, a riqueza e a diversidade etno-culturais da área.

Sob a forma e as cores de

um mosaico de raças, matizes, idiomas, ritmos, temperamentos e crenças religiosas, configura-se uma cultura e uma civilização que se projecta através de criações intelectuais de valor incomparável no campo da música, da dança, da literatura e da religião, num modo de viver, lutar e construir o mundo do futuro.

Tudo isso se encontra maravilhosamente sintetizado na revolução cubana, projecção universal e histórica da cultura e civilização do Caribe.

CAMPO DE PROVAS PARA A OPRESSÃO

Cristóvão Colombo chegou ao Mar do Caribe com as suas caravelas montadas por aventureiros espanhóis em busca de caminhos novos e pedras preciosas, e ali encontraram um mundo novo povoado de homens pacíficos.

A ilha do Haiti, baptizada de Espanhola ou São Domingos pelos conquistadores, acabou por ser a primeira terra de conquista neste novo mundo. O primeiro terreno de confronto entre a pólvora e a cruz, ao serviço do mercantilismo, e o machado de guerra do índio americano na defesa da sua terra e da sua autodeterminação. Os caciques Caonabo, Anacaona, a poetisa, Enriquillo e Hatuey foram ao mesmo tempo condutores e símbolos da resistência dos índios à conquista.

Estabelecida a dominação, nasceu nas terras do Caribe todo o sistema filosófico e utilitarista que inspiraria e sustentaria a grande empresa continental de conquista e colonização: os

"repartimientos" e a "encomienda", a fórmula jurídica do sistema de exploração e desigualdade; a função justificadora e paternalista da igreja; o emprego bélico racional dos cavalos e arcabuzes para impor a dominação; a aprendizagem dos idiomas e códigos de conduta locais e a utilização das rivalidades intertribais na obra de conquista.

Tudo isso fez do Caribe a testa de ponte da conquista do Continente.

DOS CORSÁRIOS AO "REI AÇUCAR"

Dada a sua posição estratégica, o Caribe converteu-se também no cenário das rivalidades entre as potências coloniais inimigas: Inglaterra, Holanda, França e Espanha. As três primeiras lançaram-se sobre as ilhas, aproveitando o facto da Espanha se ter voltado para as terras continentais.

Assim, no meio de lutas terríveis, nas quais intervieram corsários, contrabandistas e as armadas imperiais, as potências concorrentes implantaram-se na área e arrebatarem à Espanha parte das suas conquistas, com a imposição de uma nova partilha do Caribe. A partir do século XVII, a presença militar e política da Inglaterra acompanha a penetração das suas Companhias de navegação e comércio, e o estabelecimento de importantes colónias de plantação em Barbados e Jamaica. Enquanto isso, a França converte Martinica, Guadalupe e Saint Domingue (Haiti) em prósperas colónias açucareiras.

O "rei açúcar", ao tomar posse das ilhas, exige gran-

des capitais. E estes são proporcionados pelas respectivas metrópoles em pleno desenvolvimento capitalista. Exige também quantidades ilimitadas de mão-de-obra barata. Para isso o Ocidente capitalista e cristão lança mão das imensas fontes africanas. Centenas de milhar de escravos são levados anualmente para as costas antilhanas através do tráfico de negros e da escravatura, o mais vergonhoso negócio que o capitalismo realizou na sua sede de lucros máximos.

Daí em diante, o "comércio triangular", que favorece de forma decisiva a acumulação do capitalismo nascente, vai da Europa para a África com bugigangas, da África para o Caribe com negros acorrentados e do Caribe para a Europa com açúcar, sangue e lucros.

Toda a história do Caribe ficou marcada por esta ignominiosa prática de exploração do homem pelo homem, da escravização do negro pelo branco.

Tal prática implicou, além disso, na elaboração de toda uma teoria da superioridade racial do opressor sobre o oprimido, na tentativa de racionalizar e perpetuar esta desumana situação. Tanto o desenvolvimento económico como a evolução social dos diversos países do Caribe ficaram impregnadas pelas implicações e derivações raciais do fenómeno da opressão e exploração capitalista e colonialista.

AS PRIMEIRAS VITÓRIAS

As explosões anticolonialistas que começaram a



produzir-se no século XVIII sob a forma de insurreições, movimentos messiânicos e a longa tradição da fuga dos escravos, tiveram sempre um duplo carácter de confronto racial (negros contra brancos) e de enfrentamento económico (escravos contra amos).

A grande revolução haitiana (1791-1804), que explodiu na mais próspera colónia açucareira antilhana, além de levar à formação da primeira república da América Latina, representou a culminação deste processo de resistência contra a escravatura racial e colonial. Constituiu uma precoce vitória dos povos oprimidos do mundo moderno contra o capitalismo colonizador.

Dela emergiram, à frente das massas escravas, as figuras de Toussaint Louverture, Jean Jacques Dessalines, Alexandre Pétion e Henri

Christophe, personagens de primeira linha na luta emancipadora dos povos da América Latina e do Terceiro Mundo.

No conjunto do Caribe, a dominação colonial manteve-se incólume durante o século XIX. Cada um dos impérios continuou a manter ali as suas possessões: Inglaterra e França, que tiveram de abolir a escravatura em princípios do século, Espanha que ainda conservava as suas duas últimas colónias (Porto Rico e Cuba) no Novo Mundo, Holanda e até a Dinamarca, na altura dona das Ilhas Virgens (até 1925, quando vendeu tal possessão aos Estados Unidos por 25 milhões de dólares).

Recém ingressados na fase de expansão capitalista, os Estados Unidos começaram a procurar bases navais e plantações agrícolas ou enclaves comerciais como pontos de apoio estratégi-

cos às suas ambições hegemónicas e ao seu sonho de converter o Mar do Caribe em propriedade inviolável. Ao entrar na etapa imperialista, em princípios do século XX, o afã de colocar capitais, de adquirir matérias-primas e ampliar os seus mercados e zonas de influência, levou-os a utilizar as suas canhoneiras e *marines* em toda a região caribenha.

Chegado o século XX, as diversas entidades do Caribe, continuavam solidamente integrados nas esferas de dominação do imperialismo mundial, apesar dos esforços incansáveis dos povos da região para resistir à opressão e à alienação, conservar a sua personalidade cultural, adquirir e manter um estatuto nacional e soberano.

Nos países que acederam à independência política formal durante o século

XIX (Haiti em 1804, República Dominicana em 1865, Cuba em 1901), a formação do Estado-nação exigia a conquista de um certo grau de autodeterminação histórica e concreta com a independência nacional. Este acesso a certo poder de decisão interna efectuou-se no meio de interinfluências, contradições e conflitos entre as massas e as classes dominantes e no seio dos próprios grupos do poder. Formaram-se, assim, os contornos da personalidade histórica do Estado-nação, da sua composição e lutas sociais, e as particularidades das suas instituições políticas.

INDEPENDÊNCIA E NEOCOLONIALISMO

Tais elementos condicionaram as formas de penetração do capitalismo mundial. No entanto, foram-se adaptando à forçada vinculação neocolonial. A sujeição financeira e bancária, e o clássico esquema colonial em matéria de comércio conseguiram neutralizar paulatinamente as tendências internas que procuravam uma maior identidade nacional e o desenvolvimento de projectos autonomistas reais. As classes dominantes converteram-se em instrumentos da dominação externa, manifestando uma total obediência à ordem mundial criada pelos países do capitalismo central.

Esta condição de dependência foi ultimada pela intervenção e ocupação militar desses países pelo imperialismo norte-americano; Cuba, de 1898 a 1930; Porto Rico, de 1898 até hoje; República Dominicana, em

1908 e 1916-1924; Haiti, de 1915 a 1934.

Daí em diante, o aparelho de dominação do Estado e, em particular, a instituição militar modernizam-se conforme o molde imposto pelo poder dominante e os desígnios do capital monopolista. O grupo social mais incondicionalmente ligado ao imperialismo assume a hegemonia no poder. Em alguns casos, mantém um frágil e enganador sistema de "democracia representativa", como no Haiti (1957-1959), mas recorre ao forte braço militar todas as vezes em que as lutas sociais comprometem a ordem estabelecida. Noutros casos, este sector utiliza uma férrea ditadura militar, como foi a de Trujillo na República Dominicana, para impor o seu domínio sobre outros sectores das classes dominantes e o conjunto da nação.

TERRITÓRIOS SATÉLITES

Nas entidades mantidas na condição de colónias até hoje ou até data recente, deu-se um processo de satelização que em poucos lugares do mundo alcança tal intensidade. Nestes territórios, a penetração e a dominação estrangeira dominaram todas as esferas de actividade social. A estrutura produtiva, moldada pelo capital e pelas necessidades do mercado metropolitano, foi-se caracterizando por uma alta especialização, com a concomitante modernização do sector fundamental: caso da bauxite na Jamaica, do petróleo em Trinidad-Tobago e Curaçao, do açúcar em Guada-

lupe, do turismo nas Bahamas e nas Ilhas Virgens.

A vinculação financeira, bancária, comercial atingiu o máximo, tanto por ajustar-se à procura metropolitana e aos seus modelos de consumo, como por ser subordinada às decisões do capital externo.

Nessas condições, o capitalismo modernizador expandiu-se e conseguiu homogeneidade a nível de cada entidade, convertendo-as em *verdadeiros satélites* dos seus respectivos centros. Enquanto isso, o aparelho de Estado — ao passar da condição colonial a todas as gamas da situação neocolonial — vai experimentando múltiplas metamorfoses. Reflecte, em todo caso, a onipotência metropolitana exercida mediante variados instrumentos económicos, financeiros, tecnológicos e ideológicos.

Ao mesmo tempo, o novo centro hegemónico, os Estados Unidos, estende o seu controlo através de investimentos milionários, vínculos comerciais e financeiros, penetração turística e mesmo religiosa, intervenção ideológica e política sistemática, infiltração no movimento operário e nos partidos políticos, conquista dos líderes locais.

MICROCOSMOS DA HUMANIDADE

O Caribe converteu-se, assim, numa das regiões do mundo sob maior domínio imperialista.

No campo económico esta dominação concretiza-se com investimentos estrangeiros que totalizam 18 mil milhões de dólares, o que

representa 26 por cento do total de investimento estrangeiro na América Latina. Estes capitais metem-se em todos os campos de actividades. Garantem a exploração dos imensos recursos naturais da região, em especial a bauxite: 35 por cento da produção mundial, 80 por cento do consumo estadunidense deste mineral; o petróleo e o gás natural de Trinidad-Tobago, Aruba e Curaçao, o ferro-níquel, o cobre e ouro da República Dominicana, além dos tradicionais produtos de plantação: açúcar, banana, café...

No campo militar, o Caribe é também uma região de particular importância. Nela se concentra a maior força dos Estados Unidos no continente: uns trinta mil homens estacionados no perímetro Porto Rico-Canal do Panamá-Guantánamo. Dotadas com o equipamento mais sofisticado, que inclui armas nucleares, estas forças repartem-se por umas vinte bases militares navais e aéreas.

Como justificativa para estes arsenais, Washington costuma referir-se a considerações de ordem estratégico-global, como a necessidade de proteger o flanco sul dos Estados Unidos, mas, de facto, tais instalações foram utilizadas para agredir Cuba e o povo de São Domingos, e constituem bases permanentes de intervenção contra os povos do continente e de preparação de especialistas policiais e "contra-revolucionários" utilizados pelos regimes antidemocráticos.

Esta importância militar do Caribe é ilustrada pelo facto de que, durante o período posterior à Segunda

Guerra Mundial, foi nesta região que se praticaram duas das maiores mobilizações de força do imperialismo: uma no quadro da crise de Outubro de 1962, que levou o mundo à beira da guerra, e o segundo em 1965, a partir da insurreição popular de São Domingos e a subsequente intervenção militar norte-americana.

No terreno político, esta dominação tomou a forma de desembarques de *marines* e ocupação militar. Estas intervenções deram lugar ao estabelecimento de poderes locais totalmente ao serviço dos interesses imperiais. Esse foi o caso do governo cubano até que a revolução encabeçada por Fidel Castro devolvesse a esta nação a sua dignidade soberana. E também o caso dos grupos dominantes do Haiti e República Dominicana, sempre prontos a cumprir as directrizes do grande capital monopolista e do Departamento de Estado.

Situação semelhante impera nos novos Estados do Caribe anglófono que, ao emergirem para a vida inde-



pendente, caíram na condição neocolonial. A sua vida económica e financeira é controlada pelas poderosas companhias transnacionais com sede nos Estados Unidos.

Não é surpresa, portanto, que na região do Caribe tenham surgido regimes fascistas, tais como o de Somoza, que já tem mais de 40 anos; o de Rafael Meónidas Trujillo que durou 31 anos em São Domingos; o dos Duvalier, 22 anos, no Haiti; os de Machado e Batista, em Cuba; o de Eric Gairy, em Granada, recentemente derrubado pelas forças democráticas e populares dessa ilha.

Nestas condições, as sociedades do Caribe experimentam toda uma gama de situações de dependência, que fazem da região um verdadeiro microcosmos da humanidade oprimida na luta de sempre para reconquistar a sua determinação histórica.

a cultura: terreno de resistência

Diante da acção avassaladora do colonialismo e do imperialismo, os povos do Caribe levaram a cabo uma resistência em todos os terrenos. Na longa noite da es-

cravatura, o negro, para salvar a sua personalidade e a sua vida, refugiava-se nas alturas montanhosas, onde redescobria e recriava a sua liberdade e a sua cultura

africana.

Seguiu-se a grande rebelião com toda a espécie de armas (veneno, archote, fuzil) contra o colono branco, o que forçou ao fim do vergonhoso negócio em todas as partes.

O desenvolvimento da sociedade antilhana desde então foi de fugas constantes, que permitiram a esta humanidade conservar a sua personalidade para tornar-se dona do novo *habitat* que pagou com sangue e suor.

Ao viver nesta "fronteira imperial" que é o Caribe, os povos que ali habitam são fruto das mesclas raciais mais variadas, num universo humano multicolor e de incomparável beleza. Todas as raças e povos do mundo parecem ter marcado encontro neste ambiente cálido para criar esta infinidade de tipos humanos, produtos da coexistência, justaposição, miscigenação e fusão de negros e índios, brancos e negros, latinos e anglo-saxões, hindus, chineses e judeus. Este "povo novo" afirma-se na sua diversidade com o pano de fundo da participação maioritária do africano.

AO INFERNO... SE LÁ NÃO HOUVER EXPLORADORES

Esta mesma criatividade manifesta-se no terreno cultural, apesar das imposições de religiões exóticas que pretendiam baptizar o escravo para transformá-lo em "cristão", ou infundir o protestantismo aos "súbditos de sua majestade", a Rainha de Inglaterra. Não obstante o trabalho das "missões norte-americanas" e dos milionários tes-

temunhas de Jeová, a seiva africana continua a alimentar a vida espiritual da maioria dos povos do Caribe.

Em algumas partes, expressa-se uma pureza africana que remonta ao mais profundo da cultura do continente negro. Porém, os séculos de pressões e influências da ideologia dominante não poderiam deixar de penetrar nesta humanidade antilhana. Disso nasceu uma grande variedade de expressões "crioulas": manifestam-se no campo religioso com todo o sincretismo do *vidu* haitiano, da *santeria* cubana, das crenças *rastafarianas* da Jamaica. No campo linguístico estão os idiomas oprimidos considerados como dialectos e patuás, que se chamam: *créole* no Haiti, em Martinica e Guadalupe, *papiamentu* em Curaçao e Aruba.

São criações dos povos do Caribe que historicamente se negaram a falar o idioma do dominador ou a rezar para os seus mesmos deuses. Convém recordar a esse respeito que Hatuey, o cacique índio que saiu do Haiti (espanhol) para levar a rebelião a terras cubanas, negou-se a receber o baptismo — que o levaria ao paraíso, segundo os seus captores — declarando claramente que preferia ir para o inferno se é que no além, nesse paraíso prometido, se ia encontrar com os mesmos espanhóis que tinham escravizado o seu povo...

Esta lição que os índios passaram aos africanos, ficou gravada no mais puro da tradição antilhana, onde a cultura constitui um terreno e um instrumento de resistência à opressão.

Isto reflecte-se na música cubana, desde Lecuona até à orquestra Aragón, que percorre o mundo como património universal. Os ritmos *calipso* que, desde Jamaica e Trinidad-Tobago vão renovar ou enriquecer o repertório das metrópoles; os do Haiti que expressam parte da personalidade deste povo, um povo que sabe pintar quadros de uma incomparável expressividade, que traduzem os seus sofrimentos e onde desenhavam o universo fantástico da emancipação futura, secularmente desejada.

Este *background* expressa-se no terreno ideológico e científico, por toda uma literatura da resistência. São escritos de Marcus Garvey, na Jamaica, e Jean Price Mars, no Haiti, que a partir dos anos vinte denunciam a alienação cultural resultante da colonização e indicam os caminhos do nacionalismo cultural para enfrentar o processo de despersonalização. Depois foi uma poesia de significado reivindicativo que explodiu sob a pena de Aimé Césaire (Martinica) e outros cantores da *negritude*.

Superando as propostas raciais da *negritude*, Jacques Roumain e depois René Depestre ampliaram o horizonte da exploração secular do negro para esta ampla humanidade explorada e oprimida pelo capital e que é de todas as cores, desde o mineiro de Johannesburg ao operário metalúrgico da Krupp...

Diante da problemática imediata da libertação dos povos africanos, o martinicano Faniz Fanon elaborava toda uma teoria da desalienação, a partir da violência redentora, para neu-

tralizar os efeitos do que tinha levado à alienação do homem negro.

Todos estes elementos de cultura e civilização expres-

sam e vinculam a produtividade e a riqueza desta geohistória violenta, feita de opressão, sofrimentos, resistência e rebelião.



integração: experiências e limitações



Apesar das diferenças históricas, económicas, culturais e políticas, os povos do Caribe procuram na união um caminho comum para sair do subdesenvolvimento. Mas a integração ainda não está amadurecida e está por definir ao serviço de que interesses funcionará este ambicioso projecto.

Suzy Castor

AS primeiras experiências de integração na zona do Caribe foram promovidas pela Inglaterra. Em 1871, o império britânico, por necessidades da sua política colonial, cria a Federação das Ilhas de Barlavento e Sotavento.

Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, por "razões de segurança", Estados Unidos e Inglaterra formam a Comissão Anglo-Americana do Caribe, "para fomentar uma maior cooperação social e económica entre os territórios".

Comissão que desaparece em 1946.

Porém, a maior experiência integradora da zona foi a Federação das Índias Ocidentais. Nos alvares do fim da Segunda Guerra, em 1945, ante a reacção mundial contra o colonialismo

e ante as manifestações nacionalistas e independentistas no Caribe, o Ministério britânico das colónias propôs a formação de uma Federação segundo o modelo australiano. Apesar da oposição da Jamaica, Trindade e Guiana, a referida Federação constituiu-se formalmente a 3 de Janeiro de 1958, com a participação de quatorze países. Propunha-se como tarefa fundamental integrar uma política fiscal e aduaneira, unificar a moeda, traçar uma Constituição federal e preparar as estruturas com vista à independência futura de alguns países da zona. A Inglaterra, de facto, preparava as melhores condições para a sua retirada do Caribe.

"DEZ MENOS UM IGUAL A ZERO"

Esta integração "induzida" carecia de uma real base sócio-política, não tomava em consideração as necessidades próprias dos territórios "integrados" e, inclusivamente, desconhecia a realidade da zona. Em nenhum momento os seus limitados objectivos venceram os grandes países da zona (Jamaica, Trindade e Guiana) que não consideravam favorável a sua participação no referido organismo. A 19 de Setembro de 1961, a Jamaica retirou-se da Federação. E isso foi o fim. Tal como o expressou nesse momento Eric Williams, Primeiro-Ministro de Trindade, "dez menos um igual a zero".

O último intento de integração induzida foi a Corporação de Desenvolvimento do Caribe, impulsionado pelos Estados Unidos

através do seu "Estado Livre Associado de Porto Rico". A CODECA, sigla da organização, criada na Conferência de San Germán em 1965, não pode constituir o cavalo de Tróia que os norte-americanos pretendiam: combater a crescente influência da revolução cubana. Desapareceu em 1969, depois de três escasos anos de vida.

Na década de sessenta, a nova realidade geopolítica do Caribe caracterizada pelo triunfo da revolução cubana e pelo acesso à independência de algumas colónias inglesas, levaram à busca, desta vez, de uma integração impulsionada pelas necessidades internas. A experiência da Federação havia deixado à comunidade anglófona uma base apreciável de cooperação. O papel da Universidade das Índias Ocidentais havia sido apreciável a nível cultural. Além disso, muitos serviços tais como os da meteorologia, transportes, aviação civil, e outros, eram comuns a toda a zona. No entanto, tornava-se necessária uma base mais firme de integração económica.

NASCIMENTO DA CARIFTA E CARICOM

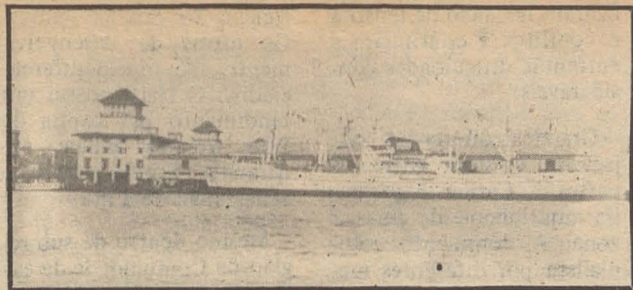
Em Dezembro de 1965, surgiu a ideia de uma Associação de Livre Comércio do Caribe (Caribbean Free Trade Association, CARIFTA), impulsionada pela Antígua, Guiana e Trindade-Tobago. Ainda que não fosse implantado de imediato um convénio, ia-se impondo a ideia de uma comunidade económica e de uma união aduaneira. Finalmente, a 30 de No-

vembro de 1968, esses países subscreveram um documento em Saint Johns (Antígua). Pouco depois aderiram Montserrat, Jamaica e Belize. Em Maio de 1971, a CARIFTA chegou a agrupar — à excepção das Bahamas, — todas as colónias e ex-colónias do domínio britânico no Caribe.

Em 1973, os "grandes" da Comunidade, na busca de um nível superior e mais eficiente de integração, firmaram um novo Tratado em Chaguaramas (Trindade-Tobago), criando a Comunidade Económica do Caribe (CARICOM).

Mais centralizada que a CARIFTA, a CARICOM coordena sob uma mesma autoridade — a Conferência dos Chefes de Estado, — todos os organismos regionais especializados. Propõe-se impulsionar a formação do mercado comum do Caribe, coordenar a política externa dos países integrantes, estabelecer ou aprofundar a cooperação em várias áreas funcionais.

Durante a década de setenta, a experiência — limitada até então à região do Caribe de expressão anglo-saxónica, — estende-se a toda a zona. Cuba, as Ilhas Virgens, as Antilhas Holandesas e o Surinam passam a ser observadores da CARICOM. O Haiti propôs a sua candidatura para aderir ao Tratado de Chaguaramas. A 4 de Novembro de 1975, constituiu-se em Havana o Comité de Desenvolvimento e Cooperação do Caribe (CODECC), proposto pelo Primeiro-Ministro de Trindade-Tobago no XVI período de sessões da CEPAL. Para além dos países de expressão anglo-saxónica, participaram como membros neste Comité,



o cargueiro «Mod's S'Kou» da NAMUCAR escalando Havana.

Cuba, Haití, República Dominicana e como observadores as Antilhas Holandesas.

A CODECC propõe-se reforçar a unidade e a cooperação entre estes países nos campos técnicos, agrário, industrial, recursos do mar, etc. Certos organismos regionais como o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) passam a abarcar toda a região. Além disso, durante estes últimos cinco anos, as relações bilaterais desenvolvem-se de maneira muito dinâmica entre Cuba e a Jamaica, entre Cuba e a Guiana, as Antilhas holandesas e a Comunidade de expressão anglo-saxónica.

NOVOS VINCULOS COM A AMÉRICA LATINA

No entanto, a esta nascente cooperação regional vai-se impondo uma realidade: o Caribe não pode actuar como uma sub-região isolada. A Jamaica apresenta-se como o país mais convencido da necessidade de estabelecer relações tanto com os países do Caribe de expressão não anglo-saxónica como com toda a América Latina. *“Não podemos contemplar o futuro da Jamaica, declarava Michael Manley em 1973, sem fazer referência*

à nossa relação com as nações de expressão espanhola do Caribe, América Central e América do Sul”. Trindade-Tobago, pelo contrário, vê com muita reserva e receio esta ampliação.

Na actualidade, quase todos os países caribenhos participam nos organismos inter-americanos, sejam os políticos (O.E.A.) ou económicos (Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), Organização Latino Americana de Energéticos (OLADE) e, sobretudo, o Sistema Económico Latino-Americano (SELA). Fora esta integração aos organismos regionais e às relações muito limitadas entre Trindade e o Brasil (acordo com a Petrobrás), as relações do Caribe com a América Latina limitam-se ao México e à Venezuela.

A constituição da Navegação Multinacional do Caribe (NAMUCAR) constitui uma das experiências mais fecundas no campo da integração América Latina-Caribe. Impulsionada pelo governo do México desde meados de 1975, a NAMUCAR, com um capital inicial de 30 milhões de dólares e a participação de Cuba, México, Venezuela, Costa Rica e Nicarágua, ini-

ciou os seus serviços a 3 de Maio de 1976. Representa um esforço para estabelecer e consolidar o tráfego marítimo nas Costas do Caribe e impulsionar o comércio com o resto do Mundo. Apesar de certos reveses recentes, a NAMUCAR consolida-se e países como as Honduras, Panamá, República Dominicana e, inclusive, Trindade-Tobago, nela estão interessados em incorporar-se.

MÉXICO E VENEZUELA

A 30 de Julho de 1974, o México firmou um acordo com a Comunidade do Caribe com o objectivo de serem realizados programas e projectos conjuntos de desenvolvimento. Aproveitando a experiência mexicana estão-se a desenvolver planos de cooperação com as Ilhas de Barlavento e Sotavento para a produção de fertilizantes. Num acordo bilateral com a Jamaica, o México comprometeu-se a participar num projecto para a produção de alumínio e produtos manufacturados de alumínio com um investimento de 200 milhões de dólares (51 por cento Jamaica, 29 por cento México, 20 por cento de outras fontes, dos quais 10 por cento foram adquiridos pela Venezuela).

Apesar do bloqueio decretado contra Cuba, foi o único país desde a década de sessenta que manteve as suas relações com esta República Socialista. Durante os últimos anos, estes vín-

culos têm-se ampliado (a recente visita de Fidel Castro ao México é disso prova insofismável) particularmente no campo comercial. Não será demais salientar a crescente atracção cultural que o México exerce sobre muitos países desta zona. O fluxo de estudantes (sobretudo da República Dominicana, Porto Rico e Haiti) que se dirige para as universidades mexicanas aumentou enormemente durante o último decénio.

Por outro lado, o governo da Venezuela estabeleceu um Programa de Cooperação com o Caribe de expressão anglo-saxónica (PROCA), dirigido fundamentalmente para os países de menor desenvolvimento. A Venezuela participa activamente na colocação de fundos no Banco de Desenvolvimento do Caribe, possuindo, além disso, uma longa tradição de relações (muitas vezes de ordem conflituosa) com os governos da área.

Com investimentos conjuntos participa em projectos de desenvolvimento na Jamaica e em Trindade-Tobago, em obras de construção no Haiti, e é previsível, num futuro próximo, uma activa presença venezuelana na República Dominicana.

PROBLEMAS DA INTEGRAÇÃO

A zona do Caribe demonstrou com toda esta experiência muito dinamismo na política de integração. Porém, esta não trouxe todos os resultados positivos que se esperavam. Com efeito, todas as experiências integradoras se rea-

lizaram no meio de tensões e conflitos e continuam a enfrentar dificuldades consideráveis.

Grandes diferenças objectivas existem entre os países do Caribe. A geografia multiplicou de ilhas a zona. A dominação colonialista por diferentes metrópoles (França, Inglaterra, Espanha, Holanda e, no século XX, os Estados Unidos) atomizou politicamente a região e levantou barreiras linguísticas entre os povos. O forte sentimento do regionalismo levou a um grande descobrimento dos vizinhos. Estas diferenças substanciais complicam enormemente a integração. No entanto, estes escolhos poderiam ser removidos se outros factores de mais peso não intervissem para jogar um papel centrífugo.

Os regimes políticos do Caribe vão desde a ditadura vitalícia e hereditária do Haiti até à República Socialista de Cuba. Apesar da proximidade geográfica, os vínculos existentes entre as ilhas são muito escassos. Se se exceptuar o grupo de expressão anglo-saxónica, as economias na região não se relacionam entre si.

A pouca diversificação das suas estruturas produtivas converte-as em concorrentes. A integração é difícil. Além disso, os intercâmbios com outras partes do Mundo continuam sendo baixos e os efeitos distributivos produzem tensões entre os países grandes e os países pequenos. Cuba, por exemplo, tem uma superfície de 114,524 quilómetros quadrados e uma população de 10 milhões de habitantes, enquanto Montserrat possui 32 quilómetros quadrados de super-

fície e 15 mil habitantes. Os níveis de desenvolvimento são muito diferenciados. O Haiti possui um rendimento per capita de 200 dólares anuais, enquanto Trindade-Tobago atinge mais de 2 mil.

Mesmo dentro da sub-região da Comunidade de expressão anglo-saxónica, a mais integrada, existem diferenças e tensões entre os países menos desenvolvidos (os LDC) e os mais desenvolvidos (os MDC). Na CARICOM, os "quatro grandes" (Trindade-Tobago, Barbados, Jamaica e Guiana) absorvem 82 por cento das importações e 78 por cento das exportações. Os LDC, conscientes desta situação, criaram entre eles um mercado comum. Também entre os MDC existem conflitos. Trindade-Tobago, com uma estrutura industrial desenvolvida e grandes reservas de petrodólares é considerado como o provedor financeiro da região. Mas, a Jamaica disputa-lhe a liderança regional e internacional.

Estas diferenças ampliam-se ainda mais ao tratar-se das relações da América Latina com o Caribe. O desenvolvimento industrial da Venezuela e do México é visto por certos países, especialmente por Trindade-Tobago, com receio e até temor. Chega-se a considerar a acção destes países na região como a manifestação de um subimperialismo. A todos estes factores haveria que acrescentar as disputas entre Trindade-Tobago e a Venezuela motivadas por problemas pesqueiros, os conflitos territoriais entre a Guiana e Surinam, Guatemala e Belize, Surinam e a

Guiana Francesa, entre a Guiana e o Brasil, Venezuela e Guiana, as tensões entre St. Kitts-Nevis e Anguila por veleidades secessionistas manifestadas.

Além dos problemas enraizados na heterogeneidade e particularidades próprias do Caribe, a política de integração na zona enfrenta outros obstáculos de importância, comuns a todos os intentos similares nos países subdesenvolvidos: a dominação das empresas transnacionais e as consequências da crise mundial sobre as economias nacionais dependentes.

Apesar do esforço de certos governos — particularmente da Jamaica e Guiana por nacionalizar os sectores-chaves da economia, pode-se afirmar que os países do Caribe, à excepção de Cuba, são dominados pelo capital estrangeiro. Em 1977, os Estados Unidos tinham investidos na região, exceptuando Porto Rico, 4500 milhões de dólares. Somando os investimentos da Inglaterra, França, Alemanha Federal e outros, os interesses estrangeiros na região totalizam cerca de 18 milhões de dólares, cifra considerável se se tomar em conta a exiguidade desses territórios.

As empresas transnacionais (Kaiser, Alcoa, Reynolds, Anaconda, Texaco, Shell, etc.) controlam a refinação de petróleo, a exploração de recursos minerais (bauxite, níquel, cobre) a indústria turística, a petroquímica, a indústria açucareira, etc. Nestas condições, falar de integração das economias nacionais torna-se bastante equívoco, já que os sectores significa-

tivos da economia verdadeiramente sob controle nacional são os últimos a alcançar a integração.

A crise mundial teve as suas repercussões nas economias débeis. Em muitos países subdesenvolvidos estimulou muitas correntes nacionalistas que lutam por uma nova ordem internacional, o resgate dos recursos naturais, a obtenção de melhores preços para as matérias-primas e a busca de novos mercados. Ao mesmo tempo provocou grandes desajustamentos nestas economias.

A crise de energia afectou muitos países do Caribe não produtores de petróleo, já que a partir de 1974 os preços quadruplicaram. Aumentaram as dificuldades nas balanças de pagamentos, levando países como a Jamaica e a Guiana a uma situação extremamente difícil. Para solucionar esses problemas os governos vêem-se obrigados a violar certos acordos tomados anteriormente.

Barbados, por exemplo, importou produtos agrícolas fora da zona. Trindade-Tobago cancelou compras da Jamaica. O México rompeu os seus compromissos com a Jamaica em relação à construção da estação de tratamento da bauxite. Em Junho de 1976, os quatro grandes da CARICOM subscreveram um acordo para reforçar a sua integração financeira e industrial, o que vai em manifesto detrimento dos pequenos países sócios. Tudo isso mina a confiança e põe em perigo a própria política de integração. A CARICOM atravessa difíceis momentos. Em 1978, o seu Secretário-Geral, senhor Mc Intyre, vati-

cinava a sua desapareição. A última reunião, realizada em princípios deste ano, parece afastar esse perigo.

Ao mesmo tempo, para resolver os problemas prioritários, os países da região tornam-se cada vez mais dependentes de certos organismos internacionais. A acção do Fundo Monetário Internacional durante estes últimos anos na região é bem conhecida. Para conceder créditos aos governos em dificuldades, o FMI obriga-os a abandonar certas orientações de política nacional ou regional. Os países afectados resistem, mas, por necessidade, acabam por se submeter às condições do Fundo. Os casos da Jamaica e da Guiana são por si significativos. Além disso, os Estados Unidos aproveitam esta conjuntura para reforçar a sua acção. A criação do Grupo de Cooperação Económica dos Países do Caribe para coordenar toda a ajuda externa e promover a cooperação regional representa um elemento de grande importância na estratégia imperialista no Caribe.

Mas apesar destas dificuldades e limitações, a política de integração prossegue. O seu destino final depende, porém, de um longo processo durante o qual terão de ser definidos os objectivos específicos e sobretudo a que interesses económicos se pretende servir. Só assim se consolidará a verdadeira integração da região.

BELIZE

avanços eleitorais



Os avanços eleitorais da oposição e as vacilações do partido do governo preocupam aqueles que se batem pela independência.

Harry Andrews

TRÊS acontecimentos quase que simultâneos, passados nos últimos dias de 1978, marcaram não só o destino político de Belize, se não para o ano de 1979, possivelmente para toda a década de 1980, que terá início com nuvens ameaçadoras sobre o horizonte da última colônia inglesa no continente americano.

Foi em Dezembro de 1978 que teve o seu fim a trigésima terceira sessão da Assembleia Geral a ONU. A Guatemala intensificou os seus esforços nessa instância diplomática na tentativa de obter uma decisão favorável às suas reivindica-

ções sobre Belize. Mas, mesmo tendo incluído na sua delegação uma formidável equipa de "experts" em Direito Internacional, estratégias militares, estratégias políticas, e vinte diplomatas a nível de embaixadores, apesar de todo esse esforço, cento e vinte e oito países votaram pela independência e integridade territorial das antigas "Honduras Britânicas".

É esclarecedor que não houve nenhum voto a favor da posição da ditadura guatemalteca, que pretende anexar Belize ao o seu país.

Mas, nesse mesmo momento, desenrolavam-se em

Belize, eleições municipais.

E nelas, o independentista Partido Unido do Povo (PUP), do Primeiro-Ministro George Price sofreu uma dura derrota da oposição direitista reunida no Partido Democrático Unido (UDP-United Democratic Party), dirigido por Dean Lindo.

Poucos dias depois, em 9 de Janeiro, era oficialmente anunciada oficialmente em Belmopan a demissão — decidida nos últimos dias do ano, — do procurador-geral Assad Shomon, considerado de uma maneira geral como o líder da ala esquerda do PUP.

O resultado das eleições municipais de Dezembro admite diferentes interpretações. Se for considerado o total de votos expressos, o PUP superou a UDP. Mas, dos 49 lugares disputados — e esses lugares são, definitivamente, os que determinam o poder político, — a UDP ganhou trinta. Se alguns desses lugares ganhos pela UDP tiveram pouco significado político, como os sete do município de Monkey River, com somente 50 votantes, o caso de Belize City, por outro lado tem importância transcendente. Na maior cidade do país, a UDP conquistou as nove bancadas do Conselho Municipal.

Este quadro é muito diferente do existente em 1973, quando a UDP surgiu da coligação dos três partidos opositores. Nessa época, o PUP contava com dezasseis das dezoito bancadas da Câmara dos Representantes.

Um ano mais tarde, a UDP ganhou seis bancadas legislativas, e em Dezembro de 1974 já havia conseguido os seis lugares no Conselho Municipal de Belize City, terminando com dezasseis anos de controle da cidade pelo PUP.

Em 1977, a UDP ganhou na antiga capital de Belize (a sede do governo foi transferida para Belmopan em 1970) por uma maioria assustadora, e em Dezembro de 1978 reafirmou o controle sobre Belize City, Corozal e Punta Gorda, e tirou o PUP do governo municipal em San Ignacio e Dangriga, governando hoje todos os centros populacionais importantes do país.

A imprensa local tem denunciado sistematicamente



George Price preocupado com o avanço da oposição conservadora.

os procedimentos pouco lícitos empregados pelo partido de Lindo nas últimas eleições.

Nas vésperas das eleições municipais, o governador da província guatemalteca fronteira com El Petén, entrou em Belize com trinta mil dólares na sua bagagem, destinados a encher as arcas da UDP. A maior parte dessa soma provinha dos Estados Unidos, e as emissoras de rádio desse país, da mesma forma que as da Guatemala, fizeram uma aberta campanha a favor do partido de Lindo.

A pergunta que hoje fazem os meios políticos de Belize, é qual ou quais são os compromissos assumidos pela UDP em troca dessas somas generosamente utilizadas na compra de votos.

Quaisquer que sejam essas dívidas, o certo é que os credores esperam cobrá-las depois das próximas eleições gerais, que terão lugar o mais tardar em Outubro deste ano.

O DESGASTE DO PODER

DE qualquer modo, aqueles que predizem um

triumfo direitista nessas eleições, não deveriam ficar muito cofiantes. O PUP é um partido forte, com raízes populares no país, e já demonstrou no passado a sua capacidade de sobrepor-se a situações de pareciam ainda mais difíceis. Poderá fazê-lo novamente? Isse depende da sua reacção nos próximos meses.

George Price foi, com efeito, o único governante que o país teve desde que Belize conseguiu a sua autonomia interna, em 1963. Explica-se, pois, que seja inculcado por tudo o que anda mal: desemprego, falta de moradias, inflação, desenvolvimento económico lento, etc..

Essas críticas passam por cima das grandes conquistas — reforma agrária, combate ao analfabetismo, aumento da produção de alimentos, — e o facto de que, conforme explicou George Price aos *Cadernos do Terceiro Mundo* (ver n.º 7), isso foi feito “com uma Constituição castrada, na qual o governo é responsável sem controlar as rédeas do poder”.

A autonomia interna é, de facto, limitada. Até que seja proclamada a independência, a Inglaterra continuará tendo a seu cargo a defesa, as relações exteriores, a segurança interna e as finanças do país.

Além de usar a seu favor esse desgaste, e de apostar no desejo de mudança, a UDP baseia a sua ofensiva de propaganda em dois temas: independência e “comunismo”. Nos dois casos,

a tática — até agora com grande êxito, — consiste em inspirar medo e terror ao povo.

INDEPENDÊNCIA

Desde a sua criação, em 1950, o PUP esforçou-se para ganhar apoio internacional para a independência de Belize. Há um quarto de século que o PUP goza das simpatias entusiastas de uma ampla maioria do povo de Belize, enquanto era totalmente ignorado no resto do Mundo.

Hoje, por uma cruel ironia da História, no momento em que o PUP consegue um apoio internacional quase que unânime, perdeu-se entre o seu próprio povo, que mostra-se temeroso da independência. Depois de vinte e oito anos de luta, esse povo sente-se “ainda não preparado” para ingressar de pleno direito na comunidade mundial das nações livres.

Nessas circunstâncias, e na certeza de que a independência não será alcançada antes das eleições, os líderes do PUP podem sentir tentados a adiá-la, a dar ênfase na sua bandeira tradicional. Mas este caminho é perigoso. Como explicá-lo ao velho colhedor de resinas vegetais, que há um quarto de século apoia Price, e que quer ver a independência antes de morrer? Como justificar essa viragem diante das militantes das centenas de comités femininos pró-independência de todo o país? Que opinarão os trabalhadores, os pequenos proprietários, os estudantes, os jovens que sempre foram as bases mais sólidas do partido?

A revista *Gombay*, de Belize, diz em editorial: “O PUP é um sinónimo da independência. No dia em que parar de lutar por ela, o PUP estará morto”.

COMUNISMO

A UDP ataca a independência, argumentando que esta acarretaria a bancarrota económica, com o fim da ajuda britânica. Pior ainda, segundo o terrorismo verbal desencadeado por *The Beacon*, órgão oficial do partido direitista, independência seria sinal de comunismo. E sem se dar ao trabalho de apresentar a mínima prova, esse diário difunde versões sobre uma invasão de tropas cubanas no momento seguinte àquele em que a bandeira inglesa fosse arriada.

Na sua fúria *macartista*, o *The Beacon* chegou a inventar uma inverosímil visita secreta de Fidel Castro a Belize, em Junho de 1978, e criou um monstro ainda mais incrível, o “nazi-comunismo” que ameaçaria o país.

Tais argumentos não resistem a nenhuma análise minimamente lógica. Mas o que preocupa muitos independentistas de Belize, é que em vez de rebater esses argumentos, através de um trabalho político, o PUP mostra-se vacilante diante da ofensiva direitista.

A UDP representa os interesses do empresariado, nacional e internacional, que se sente ameaçado por todo um acto tendente a beneficiar os menos favorecidos. Foi a política governamental de controle dos preços (destinada a diminuir o impacto da inflação sobre os assalariados), e o

programa de reforma agrária (onde é oferecida a cada camponês a possibilidade de possuir a sua própria parcela de terra), que motivaram a campanha “anticomunista” de Lindo e dos seus seguidores.

Em vez de defender as políticas do governo de Price, muitos altos dirigentes do PUP dedicaram-se a procurar “bodes expiatórios” nas suas próprias fileiras. E assim caiu Assad Shoman, cabeça visível do sector mais progressista do governo. Diante da maré direitista, o PUP procurou aproximar-se da poderosa Câmara do Comércio, principal base de apoio interno da UDP. Mas os comerciantes não deixaram por isso de financiar a oposição, e nem essa diminuiu a virulência de seus ataques. Pelo contrário, passou a reclamar abertamente “a revisão das leis sobre propriedade das terras e fixação de preços”. A aparente debilidade do partido de Price nada mais fez do que radicalizar as exigências da direita.

Toda a vacilação ou adiamento da causa independentista contribui, definitivamente, para piorar a posição do PUP. E, na mesma medida, vêem-se favorecidas as aspirações da ditadura gutemalteca de obter pelo menos uma parte do território da colónia britânica — de preferência a região petrolífera do sul, — antes da independência.

Para as forças democráticas de Belize, a alternativa é “continuar insistindo na necessidade objectiva da independência como condição *sine qua non* da emancipação política, social, cultural, económica, — humana, em fim, — de Belize.

GRANADA

a revolução dos jovens



Um aliado de Pinochet é derrubado na «Ilha das Especiarias».

O processo revolucionário desperta o entusiasmo da juventude e irradia esperanças em outras ilhas do Caribe.

Joe Morrissey

A pequena ilha de Granada parece o lugar menos apropriado para se fazer uma revolução social e um desafio aos interesses estratégicos dos Estados Unidos no Caribe. Com 344 quilómetros quadrados e 110 000 habitantes, Granada é frequentemente chamada a "Ilha das Especiarias", devido à sua produção de noz moscada, cravos de cheiro, cacau, canela e banana. A sua aparência exterior é a de um jardim do Éden tropical. O turismo cresceu nos últimos anos, com milhares de europeus e norte-americanos

que chegam para viver no paraíso por alguns dias.

Mas as aparências enganavam. Desde 1951 o país estava sob controle de Sir Eric Gairy, um demagogo populista que naquele ano liderou uma greve vitoriosa dos trabalhadores agrícolas. A partir daí construiu um aparelho de controle económico e político que não tolerava nenhuma oposição.

O ASCENSO DAS "MANGUSTAS"

O governo de Gairy parecia uma caricatura das típi-

cas ditaduras caribenhas. O que não podia controlar directamente, era substituído ou subvertido. Incapaz de dominar o Conselho Sindical de Granada, criou um Congresso sindical alternativo e obrigou as empresas e trabalhadores que controlava a nele se filiarem.

Com os interesses comerciais utilizou a mesma tática. A Câmara de Comércio de Granada opôs-se a Gairy desde os seus primeiros passos como agitador sindical. Este respondeu com a criação de uma entidade empresarial paralela, a *Grenada Merchants Asso-*

ciation. Nenhuma destas organizações espúrias chegou a ser muito representativa, mas a sua formação foi uma chamada de alerta sobre o tipo de poder pessoal que Gairy tentava consolidar.

Uma estratégia similar foi aplicada no campo económico. Em 1969, Gairy interveio na pequena Cooperativa de Cocoa, suspendeu a sua directoria e embargou as suas operações financeiras. Dois anos mais tarde, apoderou-se da cooperativa bananeira e, finalmente, em 1975, fez o mesmo com a de noz moscada, a maior do país com sete mil membros.

O seu afã de dominar a ilha começou a ser questionado por uma oposição cada vez mais activa. Esta manifestou-se com força em 1973 e 1974, quando se iniciaram os debates sobre a independência de Granada. Os opositores de Gairy temiam que a partida dos britânicos levasse à instalação de uma ditadura e manifestaram-se contra. Gairy reprimiu com a sua força parapolicial, o "Man-goose Squad" (Esquadrão das Mangustas), copiado dos "tonton macoutes" do Haiti.

O movimento anti-independência fracassou. Mas a luta contra Gairy intensificou-se com o surgimento de uma nova organização: o *New Jewel Movement*.

Gairy tinha tentado atenuar as contradições do seu regime com os sectores sindicais, empresarial e agrícola. Mas os jovens não se enquadravam no modelo autoritário de sociedade que se estava a criar. Não havia resposta para eles.

Ao terminar o curso secundário, os jovens engros-

savam as fileiras dos desempregados. Apenas um em cada cinco encontrava trabalho. O resto estava condenado à pobreza ou à emigração para os Estados Unidos, Canadá ou Grã-Bretanha.

Mas os que viajavam para continuar os seus estudos e finalmente os terminam, quando passam a procurar emprego, encontram-se diante da mesma situação do resto dos seus compatriotas: forte concorrência no reduzido mercado de trabalho desses países e, como descendentes de africanos ou indianos, a barreira do racismo anglo-saxão.

E se regressavam para escapar a essa dupla discriminação, os seus conhecimentos sofisticados estavam fora de lugar na economia agrícola de Granada.

A NOVA "JÓIA"

Neste contexto nasceu o *New Jewel Movement*, cujo nome foi erradamente traduzido para o espanhol como "Movimento da Nova Jóia". Na realidade, *Jewel* é a sigla de *Joint Endeavor for Welfare, Education and Liberation* (Esforço Conjunto para o Bem-estar, a Educação e a Libertação), um movimento criado em 1972 por Selwyn Strachan, um economista de 32 anos especializado nos Estados Unidos, e Unison Whiteman, empregado de um engenho açucareiro. Este grupo estabeleceu uma quinta em regime de cooperativa e uma livraria, e começou a editar um boletim informativo. O JEWEL estimulou os jovens a desenvolver os seus talentos criativos e logo conseguiu o apoio entusiasta de professores e operários.

Em fins de 1972, os jovens advogados Maurice Bishop (28 anos) e Kendrick Radix (31 anos) regressaram de Londres, onde tinham trabalhado vários anos juntos aos emigrantes das Antilhas Britânicas e fundado o Movimento para Assembleias do Povo (MAP), que propunha uma democracia de bases inspiradas na experiência da Tanzânia. Em Março de 1973, o MAP e o JEWEL fundiram-se no *New Jewel Movement* (NJM). Deixando de lado as etiquetas ideológicas, o NJM pregava um nacionalismo pragmático e não o socialismo que, naquelas condições, era uma proposta utópica.

Nesses momentos a oposição empresarial e sindical organizava as suas forças contra os planos independentistas de Gairy. Os inimigos tradicionais do governante desconfiavam do *New Jewel Movement* e não poucos qualificavam os intrusos de esquerdistas perigosos com "ideias estranhas".

Mas mesmo assim, o NJM lançou-se à luta. Ao saber que a oposição estava dividida e ao pressentir no NJM uma ameaça potencial, Gairy atacou com fúria. O pai de Maurice Bishop foi assassinado e mais tarde o dirigente opositor e dois dos seus companheiros foram atacados e barbaramente agredidos.

A oposição tradicional — o *Grenada National Party* (GNP), expressão da classe média, e o *United Peoples Party* (UPP), de direita — atemorizou-se com estas agressões. O NJM, pelo contrário, continuou a construir pacientemente uma base social entre estu-

dantes e operários. Mais tarde, dirigiu os seus quadros para o campo e conseguiu conquistar muitos dos trabalhadores agrícolas que, durante três décadas, tinham sido manipulados por Gairy.

OVNIS E COMUNISMO

Em 1976, o NJM optou por uma estratégia de Frente Unida contra o "gairismo". Juntamente com o GNP e a UPP, formou uma Aliança Popular contra o *Grenada United Labour Party* (GULP) de Gairy. Embora as eleições de 1976 tenham sido manipuladas, a Aliança Popular perdeu por apenas 340 votos e conquistou 6 das 15 cadeiras legislativas. Maurice Bishop converteu-se no líder da oposição parlamentar, já que o seu NJM tinha ganho 3 dos 6 mandatos da Aliança. Os governos da região começaram a tomar conhecimento da existência do NJM.

Gairy tinha criado uma situação embaraçosa nas Antilhas. A maior parte do seu tempo passava-o em Londres ou em Nova Iorque, a falar de OVNIS e das suas experiências místicas... enquanto em Granada aplicava uma política de terror. No entanto, nenhum dos seus colegas nas *West Indies* levantou uma voz em protesto. Talvez para que não se repercutissem no exterior as dificuldades internas da região. Talvez para não estimular Bishop e o seu movimento.

Tanto Bishop como Radix se tinham distinguido em toda a federação das Índias Ocidentais como advogados capazes, sempre dispostos a assumir as bandeiras

das forças políticas que se insurgiam contra os governos direitistas. Junto com outros colegas também retornados de Londres, trabalham para introduzir transformações nas suas pátrias. Para os governos conservadores, criticar Gairy significava dar alento à oposição nos seus próprios feudos.

Após as eleições de 1976, Gairy dedicou menos tempo aos discos voadores e mais à "ameaça do comunismo no Caribe", representada pelo *New Jewel Movement*. Contrariando a política do resto dos governos não-alinhados da área, em Abril de 1977, assina um acordo militar com a Junta Chilena.

O "Mongoose Squad" é elevado à categoria de "Força de Defesa". Os seus membros, em grande parte recrutados entre os criminosos dos cárceres granadenses ou nas ilhas vizinhas — já que até a polícia simpatizava com o partido de Bishop, — foram enviados a cursos de treinamento no Chile. Com o seu regresso, começam a desaparecer activistas políticos, tal como tinha acontecido no Chile depois do golpe de 1973.

A REVOLUÇÃO DA TERÇA-FEIRA, TREZE

A 11 de Março de 1979, Gairy abandonou a ilha para dirigir-se à Assembleia Geral das Nações Unidas. Antes de partir, conversou durante duas horas com o seu íntimo amigo Frank Ortiz, embaixador dos Estados Unidos em Saint George's, e deixou ordens precisas de executar vários líderes do *New Jewel Movement*.

Bishop foi alertado desses planos por polícias amigos. O NJM decidiu que não podia esperar mais e, durante o dia 12, elaborou-se um plano para pôr fim à ditadura. Para concretizá-lo, contava-se com pouco mais de uma dúzia de militantes mal armados.

Nas primeiras horas de terça-feira, 13 de Março, o grosso do grupo atacou, ocupou e incendiou os quartéis nacionais da "Força de Defesa", enquanto o segundo destacamento tomava a única estação de rádio da Ilha.

Imobilizado o centro nervoso dos "Mangustas", com um saldo de apenas dois mortos — um das forças de Gairy e outro dos rebeldes, — o grupo dirigiu-se ao outro extremo de Granada (uma hora por estrada), tomou o aeroporto e bloqueou a pista para impedir um eventual retorno do ditador. O povo despertou a escutar pela rebaptizada "Rádio Granada Livre" que a revolução tinha triunfado e que o regime de Gairy tinha sido substituído por um governo revolucionário provisório. A rádio exortava à incrível população para que mantivesse a calma. Não era necessário. A maioria dos turistas nem sequer se inteirou de que o governo tinha sido derrubado.

A rádio também convocou o povo a manifestar o seu apoio ao novo Primeiro-Ministro, Maurice Bishop. E em toda a ilha sucederam-se as manifestações de alegria. Na capital

concentraram-se vinte mil pessoas, mais do que o dobro da população permanente de Saint George's.

"A nossa foi uma revolução e não um golpe de Estado", explicaram-me depois os militantes do NJM. "E essa mobilização demonstra-o". Esclareceram, também, que o processo tinha sido "em defesa própria", antecipando-se em poucas horas ao golpe mortal que Gairy pensava aplicar à oposição.

"NÃO ESTAMOS À VENDA"

A primeira preocupação do Governo Revolucionário Provisório foi a defesa. Todas as esquadras de polícia tiveram de hastear a bandeira branca e apenas numa delas houve incidentes, quando um "mangusta" tentou resistir e morreu a combater. Foram presos 64 partidários de Gairy. Catorze deles, ministros, líderes do GULP e outras figuras proeminentes da administração deposta, já foram libertados. Os cinquenta restantes são membros das "Forças de Defesa" e serão julgados um a um por um tribunal presidido pelo respeitado jurista polaco-granadense Brzezinsky. Alguns deles deverão responder pelas acções criminosas cometidas como "mangustas". Outros, terminarão de cumprir as suas antigas condenações, nas mesmas celas de onde Gairy os tirou, e onde talvez se gabem diante dos seus velhos colegas de serem agora "presos políticos".

Mas Gairy não se resigna a aceitar o seu exílio num lugar desconhecido (que se suspeita ser a vizinha Trini-

dad). Quando os Estados Unidos e a Grã-Bretanha se negaram a proporcionar-lhe as tropas pedidas para retomar o poder, começou a recrutar mercenários.

O Governo Revolucionário de Granada não subestimou a ameaça. Mil jovens voluntários foram recrutados para formar o Exército Revolucionário do Povo. Como não tinham armas, solicitou-se a ajuda militar dos Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Venezuela e das ilhas caribenhas da vizinhança. Por não receberem respostas concretas, dirigiram-se a Cuba e à Guiana.

Imediatamente o embaixador Frank Ortiz emitiu um comunicado a afirmar que "qualquer tendência" a uma nova aproximação com Cuba "seria vista com desagrado" pelo governo de Washington. A resposta de Bishop não se fez esperar: "Ninguém nos dirá como conduzir o nosso governo nem com quem sermos amistosos. Não somos o pátio traseiro de ninguém e definitivamente não estamos à venda". Granada, concluiu, estaria "mais que feliz" de receber armas cubanas.

UMA PRENDA DE PINOCHET

Os jovens recrutas do ERP logo começaram a descobrir armas e munições enterradas em diversos lugares da ilha, em caixas de madeira que indicavam claramente a sua procedência chilena. O Exército Revolucionário passou a vestir com orgulho uniformes dados por Pinochet e conta com o arsenal que o ditador chileno enviara ao seu

colega granadense: balas e pistolas e de espingardas suficientes para matar 15 vezes todos os habitantes da ilha.

Bishop espera não ter de utilizar nunca essas armas e já anunciou que os efectivos do ERP reduzir-se-ão a 200, logo que se desfaça a ameaça de invasão. Mas o apoio cubano ao seu governo é usado como pretexto por inimigos internos e externos para transformá-lo no demónio.

O seu governo provisório não teve um acolhimento caloroso. Os caribenhos vizinhos esperaram primeiro a reacção da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, e apenas a Guiana, Jamaica e Cuba, não Caribe, o reconheceram de imediato. As pequenas ilhas das Índias Ocidentais, após vários encontros de emergência, onde se propôs a criação de uma polícia regional para prevenir outras "destituições ilegais", decidiram um boicote económico e político contra Granada. Na poderosa Trinidad, que domina economicamente o Caribe anglófono, o velho e conservador Primeiro-Ministro Eric Williams mantém um total silêncio sobre o tema.

Os Estados Unidos, talvez por temerem que as afirmações de "desagrado" do seu embaixador se tornassem contraproducentes, telegrafaram ao "Torchlight", único diário da ilha (e que obviamente também era controlado por Gairy), a manifestar que "não responderemos especificamente" às acusações "falsas e insustentáveis" de Bishop, para "não exacerbar mais a situação".

O telegrama certamente



Granada, um paraíso tropical.

expressa a inconformidade norte-americana com o Governo Revolucionário Provisório. Mas, sobretudo, a guerra de nervos declarada parece destinada a isolar Granada e estimular os vizinhos a manter o bloqueio, já que Washington "segue de perto" a situação.

TRABALHADORES NO GOVERNO

Como pode causar tanto receio uma ilha tão pequena? Só nos Estados Unidos há pelo menos cem cidades com mais habitantes do que toda a Granada. Mas o que está em jogo não é apenas o governo de Saint George's. Toda uma geração de líderes no Caribe, que devem o seu posto actual ao colonialismo britânico e o mantêm graças à submissão aos Estados Unidos, é desafiada por uma geração nova, jovem e dinâmica.

Se isso não bastasse, as estimativas mais recentes indicam que as costas caribenhas são ricas em petróleo. Dez por cento do petróleo importado pelos Es-

tados Unidos é produzido, refinado ou embarcado no Caribe. No contexto das mudanças no Irão (de onde vinham cinco por cento das ramas importadas pelos Estados Unidos), é compreensível a preocupação de Washington pela "estabilidade" na área.

A tarefa que o Governo Revolucionário de Granada tem por diante é imensa. A economia da ilha está em ruínas, Gairy deixou vazios os cofres do tesouro, faltam quadros técnicos e o país enfrenta o boicote e a hostilidade dos seus vizinhos.

A responsabilidade de superar esta situação recai sobre um gabinete de 23 membros. Treze deles são operários urbanos e agrícolas. Os restantes, profissionais liberais ou comerciantes.

ORGANIZAR OS JOVENS

Uma das figuras mais destacadas da equipa de Bishop é George Louison, Ministro da Educação e Juventude, que também tem a seu cargo os Assuntos So-

ciais, Comuns e Cooperativos. Quando chegamos ao seu gabinete no Museu de Granada, na sala de espera percebia-se a intensa actividade, apesar de ser já noite. Para todos os ministros granadenses as jornadas são longas e a semana tem sete dias de trabalho.

Com 30 anos, Louison é um dos dirigentes mais jovens do GRP. Estudou Pedagogia nos Estados Unidos e Grã-Bretanha e está ansioso por aplicar os seus conhecimentos em Granada.

"Cinquenta por cento do nosso povo, especialmente nas áreas rurais, é funcionalmente analfabeto — explica-me. — Talvez possam assinar ou ler meia página. Mas não sabem escrever".

Louison trabalhou em Londres com o educador brasileiro Paulo Freire e está decidido a adaptar à Granada os seus conceitos sobre alfabetização de adultos, tema da maioria dos livros que cobrem a sua secretária.

Que dificuldades prevêem para uma campanha de alfabetização?

"A principal será desenvolver um sistema com a mobilidade suficiente para chegar a todas as regiões do interior do país. Confiamos em que muitos jovens actualmente desempregados contribuam neste esforço. Outro problema é a carência de equipamento audiovisual. Esperamos o apoio de governos e organizações internacionais neste e noutros aspectos".

Depois do analfabetismo, a deserção dos jovens estudantes constitui o maior problema. Com um desemprego de 80 por cento entre os recém-saídos da escola secundária, não havia evidentemente muitos estímulos.

Louison planeia um encontro nacional dos cem clubes juvenis da ilha. Aí estabelecer-se-ão as prioridades para a juventude e estruturar-se-á um mecanismo de funcionamento com três objectivos: retorno às aulas daqueles que abandonaram as escolas, reconstrução do país e capacitação profissional. Para este último, projecta-se trabalhar em estreita colaboração com os sindicatos e o Instituto Técnico, já existente, mas sub-utilizado.

O fervor revolucionário dos jovens é unânime. Se as suas enormes expectativas encontram eco, a revolução ter-se-á consolidado.

Diante do problema do desemprego, a industrialização é vista como solução a longo prazo. No imediato, o GRP estimula um movimento de "retorno ao campo", acolhido com entusiasmo. Sessenta por cento da população já é dona das suas próprias terras e o governo estimula práticas de cultivo apropriadas para a obtenção do máximo rendimento e, ao mesmo tempo, para a conservação da maior riqueza da ilha: o seu solo fértil. O outro recurso, a beleza natural de Granada, continuará a atrair turistas.

Para os granadenses com quem falei, o GRP é uma esperança real. Também o é para muitos outros antilhanos que enfrentam problemas semelhantes.

GUADALUPE e MARTINICA

o genocídio por substituição

*A imigração crescente
e programada de colonos franceses
leva a que as lutas políticas
se transformem cada vez mais
em lutas raciais.*

*A população aceita cada vez menos
a presença do colonizador.*

Alberto Villa

A propaganda oficial apresenta as Antilhas Francesas como um modelo de descolonização. Para as autoridades de Paris, Guadalupe e a Martinica são províncias francesas na América; os únicos territórios do Caribe que gozam de um modo de vida europeia.

A literatura e as declarações coloniais utilizam qualificativos idealistas como o de "Europa Tropical" na designação dessas ilhas. A pergunta que se põe é: serão Guadalupe e a Martinica excepções neste "Microcosmos da Humanidade Oprimida" que é o Caribe? Salvar-se-ão dessa lei inexo-

rável, segundo a qual, a colonização conduz sempre ao subdesenvolvimento?

Ao visitar estes territórios, o turista menos avisado suspreende-se com o grau relativo de "desenvolvimento". Aqui não é o Haiti nem a Dominicana. A França quis dar às "suas" ilhas uma aparência de opulência e de bem-estar. Com efeito, em certa medida, são verdadeiras "vitruines": um ambiente rural e urbano relativamente confortável, auto-estradas em boas condições, um grande número de escolas modernas, e instalações sanitárias aceitáveis.

Esta primeira impressão

é corroborada pelo índices clássicos de desenvolvimento: rendimento per capita, analfabetismo, esperança de vida, taxa de escolaridade, nutrição, transportes, comunicações. Em todos eles as Antilhas Francesas apresentam melhores índices que a maioria dos países do Caribe e da América Latina.

Esta visão idílica de que os dirigentes franceses gostam de apresentar nos seus discursos, quando vêm visitar as "suas" ilhas do Caribe, não resiste, porém, a uma escrupulosa análise dos factos.

Casos exemplares? Sim, mas de opressão colonial.

Aqui, depois de três séculos e meio, a dominação colonial permaneceu imutável. Não foram adoptadas as formas modernas de dominação neocolonial ou imperialista, como em outros lugares. Como nos tempos de Luis XIV, o que se põe em prática é a política de sujeição. Nada que possa supor uma certa autonomia.

A administração local tem à sua frente, o prefeito, um verdadeiro proconsul nomeado por Paris. E se este quer construir uma escola, uma auto-estrada ou um hospital? É Paris que deve decidir, e a sua realização será de acordo com uma concepção parisiense, que atinge por vezes os limites do absurdo.

Assim, os planos para a construção de um edifício público — que, é claro, são feitos em Paris, — prevêem com frequência a instalação de sistemas de aquecimento em ilhas tropicais onde a temperatura média anual é superior a 22 graus. E o pior é que há que esperar várias semanas antes



que Paris aceda em alguma modificação.

Não existe autoridade local nas Antilhas Francesas, nem mesmo de forma embrionária. Até o governo de Porto Rico parece dispor de uma certa autoridade, quando é comparado com os impotentes conselhos gerais e assembleias locais da Martinica e de Guadalupe.

"DEPARTAMENTOS" EM VEZ DE COLÓNIAS

Desde 1946 as ilhas foram integradas totalmente à metrópole colonial, e convertidas em Departamentos do Ultramar. Esta assimilação política trouxe como consequência a eliminação de algumas "liberdades locais" de que antes gozavam, trazendo ainda

maior dependência e subordinação políticas.

Ao mudar a denominação, a França pretendeu fazer crer mudar a essência das coisas. Ao decidir que a Martinica e Guadalupe já não seriam mais chamadas de "colónias", mas sim de "departamentos", Paris pensou haver consumado a descolonização. É verdade que, na raiz da "departamentização", os habitantes dessas colónias converteram-se em cidadãos franceses à parte entière. Para as forças anticolonialistas das ilhas, isso significou cidadãos "inteiramente à parte".

São muitas as leis francesas que não são aplicadas nos ditos departamentos franceses, sobretudo as leis sociais (abono-família, subsídio de desemprego, etc.).

Em França, os antilhanos gozam, na teoria, dos mesmos direitos civis e políticos que os metropolitanos. Na prática, são considerados estrangeiros, e sofrem a mesma oposição racista que o resto dos trabalhadores emigrados vindos do Magrebe ou da África Negra.

Nas próprias Antilhas produz-se uma situação similar: os postos de responsabilidade, tanto no sector público como no privado, são ocupados na sua grande maioria por "metropolitanos". Nestes territórios que sofreram o sistema escravagista durante mais de dois séculos, a cor da pele continua a ser um factor de diferenciação social.

Há alguns meses atrás, a polícia martinicana ameaçou entrar em greve, e realizou uma manifestação de protesto: dois aspirantes antilhanos reuniam todas as condições para ocupar cargos de autoridade, mas deu-se preferência a dois franceses menos qualificados do que eles. Diante da determinação dos polícias, e para evitar que fosse alterada a ordem colonial, e precisamente por aqueles cuja missão é preservá-la, o governo voltou atrás. A explicação foi a usual nesse tipo de casos: tratou-se de um erro técnico.

A ausência da autonomia política é acompanhada de uma total ausência de autonomia económica. Esta situação existe desde o início da colonização francesa, desde a instituição de uma "economia pura", em meados do século XVII, cujas consequências foi fazer destes territórios fábricas de açúcar e nada mais.

No período chamado co-

lonial (1635-1946), ao lado do sector de exportação, motor da economia, existiu um sector de produção para o mercado local que apresentou uma tendência de se desenvolver no momento em que a metrópole se via implicada em guerras, e não podia exercer um controle total sobre as suas colónias. A partir da "departamentização" (1948), o dito sector reduziu-se cada vez mais. Em consequência, cresceu a dependência.

A transformação em departamentos significou a integração orçamental e a criação de uma importante estrutura administrativa. Trouxe também consigo um desenvolvimento massivo dos gastos públicos (bens de equipamento, ajuda social, etc.). O volume dos salários distribuídos pelo governo cresceu. Pouco a pouco a classe dos funcionários tende a crescer em número, e sobretudo em importância dentro da sociedade. Actualmente, os salários pagos pela administração representam aproximadamente 50 por cento da massa salarial total.

O PESO DA BUROCRACIA

Simultaneamente, como resultado das lutas sindicais bastante violentas dos anos 50, assiste-se a uma sensível elevação do nível de vida dos funcionários, que obtiveram um aumento salarial da ordem dos 40 por cento em relação aos pagos em França. Isto provocou um sensível aumento no consumo. A aceitação do modo de vida europeu por parte desta burocracia, a

integração fiscal com a França, que impede às ilhas tomar medidas proteccionistas para evitar um aumento desmedido das suas importações, e a procura de bens de consumo e produtos franceses pela classe média antilhana contribuem para debilitar ainda mais o sector manufactureiro local.

Assim, a burocratização destas sociedades, como consequência da "departamentização", traz consigo um vertiginoso aumento do sector comercial e uma sensível diminuição da produção antilhana frente à competição com os produtos da metrópole. A importação desses últimos aumenta dia a dia, produzindo por essa razão um déficit cada vez maior na balança comercial. O ritmo de crescimento das importações é muito maior que o das exportações.

Em consequência, a partir de 1946, o sector terciário (administração pública e comércio) converte-se no motor da economia e no que proporciona o maior número de emprego. Tal situação agrava-se quando as Antilhas Francesas são integradas no Mercado Comum Europeu nos anos 60. A integração da economia antilhana na economia europeia provoca uma queda ainda mais importante na produção local, impotente face às importações provenientes, já não somente da França, mas de todos os países da Comunidade Económica Europeia.

Por outro lado, também as exportações são efectuadas, devido à procura cada vez menor de produtos antilhanos na Europa.

No século XVIII, a Martinica era um dos maiores produtores mundiais da ca-



manifestação dos trabalhadores de açúcar

na de açúcar. A exportação desse produto passou de 80 mil toneladas nos anos 60 para 16 mil toneladas nos anos 70. E a partir desta década, a ilha passou a importar esse produto.

Guadalupe e Martinica tendem a se converter em "colônias administrativas". A integração total à França e posteriormente à CEE significou a destruição da economia das ilhas, incluindo o sector da exportação. Paralelamente, cresce o desemprego, já que o sector terciário, que tende a converter-se em único, é incapaz de absorver toda a força de trabalho.

Martinica e Guadalupe apresentam actualmente uma das taxas de desemprego mais elevada do Caribe. Em 1975, esta era aproximadamente 11 por cento. No início deste ano, havia atingido os 26 por cento.

A incapacidade do governo francês de desenvolver nas Antilhas actividades económicas susceptíveis de criar empregos, o desenvolvimento cada vez maior do subdesenvolvimento, acarreta o aumento da emigra-

ção. Esta dá-se principalmente entre a juventude. A população das ilhas envelhece.

Nos últimos anos, paralelamente à partida de um número cada vez maior de trabalhadores antilhanos, produziu-se uma imigração bastante expressiva em números de metropolitanos. Os franceses que chegam ocupam os melhores empregos nos sectores público e comercial.

A que se deve essa nova "colonização"? É ela uma consequência da integração à França, ou melhor dizendo, da crise económica que vive actualmente a metrópole?

É, como afirmam cada vez mais os partidos anticolonialistas, o resultado da vontade expressa do governo francês, de realizar uma mudança na composição radical da população?

Ambos os factores jogam um papel importante na situação, com o resultado de que o número de franceses que se instala nas ilhas aumenta dia a dia. Este fenómeno é ainda mais inquietante para os antilhanos, por verem que essa popula-

ção exógena ocupa os postos-chaves da administração, do exército e do comércio.

Nessas condições, compreende-se o grito de guerra lançado em 1978 pelo grande poeta e dirigente político da Martinica, Aimé Césaire, ao denunciar o "genocídio por substituição" do qual são vítimas as Antilhas Francesas.

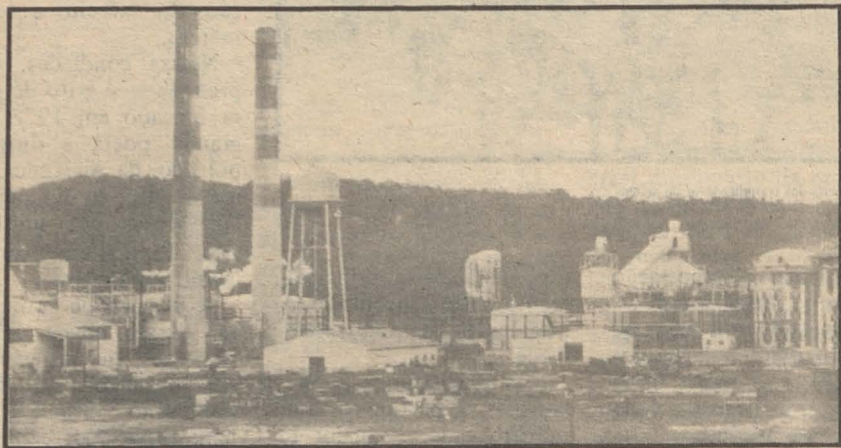
A posição de dominadores desses novos colonos franceses, sua arrogância e seu desprezo para com a população antilhana, tornam ainda mais explosivas as relações entre ambas as comunidades. As lutas políticas tendem a converter-se cada vez mais em lutas radicais, apesar dos esforços dos grandes partidos políticos de esquerda, que se esforçam para lhes dar um carácter anticolonialista, e não "anti-branco".

Até agora, a população antilhana era pouco receptiva aos lemas de autonomia e de independência, mas a sua reacção é imprevisível diante dessa política de substituição que ameaça a Martinica e Guadalupe no mais íntimo do seu ser.

As numerosas confrontações das populações locais com os brancos que se produziram em Guadalupe e na Martinica no início de 1979, indicam claramente que a população antilhana aceita cada vez menos a presença física do colonizador. Os limites da tolerância encontram-se tremendamente baixos.

JAMAICA

colonialismo e neocolonialismo



Do açúcar à bauxite, os jamaicanos têm enfrentado poderosos interesses internacionais.

Dos «maroons» ao socialismo democrático: dois séculos de lutas populares pela independência.

A luta de Manley e do PNP contra as pressões do Fundo Monetário Internacional.

Teresa Sierra Camacho

A maior das ilhas caribenhas colonizada pelos ingleses, a Jamaica, entra no mercado mundial a partir de 1655, convertida em um “enclave açucareiro”, após as forças de Oliver Cromwell terem removido os conquistadores espanhóis. Estes tinham exterminado a população nativa *Arawak* e trouxeram os primeiros escravos africanos, em 1517. Contudo, a ilha era para Madrid ape-

nas uma base para a conquista de Cuba e do continente americano, enquanto que para os britânicos a Jamaica foi um importante centro produtor de açúcar, cuja venda na Europa monopolizavam.

Este modelo manteve-se durante dois séculos, até que as relações escravagistas entraram em contradição com a nova fase capitalista do livre comércio.

A abolição da escravatu-

ra, em meados do século XIX, e o fim do monopólio açucareiro britânico, juntamente com o surgimento do produto concorrente europeu, o açúcar de beterraba, provocaram uma baixa e a queda da produção açucareira do Caribe.

Grande número de plantadores britânicos faliram e, em contrapartida, proliferaram na Jamaica pequenas plantações em mãos de ex-escravos. A população

negra libertada teve a possibilidade de conseguir meios e terra próprias para a sua auto-subsistência. A pequena exploração camponesa incorporou-se logo no mercado, mas o seu funcionamento esteve sempre à mercê das grandes plantações e, posteriormente, das companhias metropolitanas que controlavam a comercialização.

A vida produtiva da Jamaica, desde o século XVII até princípios do século XX, girou em torno da economia de plantação. O açúcar foi o principal impulsionador, controlado pela oligarquia crioula branca. Porém, em meados do século XIX observa-se uma diminuição da produção açucareira. Inicia-se a ascensão da banana, com os norte-americanos, através da *United Fruit Co.*, levando a batuta. A exploração da banana evidencia o novo carácter da penetração estadunidense nas ilhas: desde o início, o seu cultivo se faz com base numa alta racionalidade nos métodos de produção. Apesar disso, o "rei açúcar", embora débil, continuava no seu trono.


A crise açucareira teve efeitos directos na população. Uma grande massa de trabalhadores ficou sem emprego. A produção bananeira não era capaz de absorver a mão de obra ociosa. O desemprego será desde então uma problemática estrutural constante na Jamaica. Tal facto, provoca uma onda massiva de emigração para o Haiti, a Colômbia, Guiana Britânica, Belize, Estados Unidos e mais tarde para o Canal do Panamá, cuja construção foi a principal atracção para este fluxo. (1890-1904).

Após a Primeira Guerra Mundial, o "boom" açucareiro em Cuba atraía novamente os trabalhadores jamaicanos. Enquanto isso, a "plantocracia" crioula apoiada pela coroa, na sua busca de mão-de-obra barata, fomenta a emigração de trabalhadores asiáticos. Isso se realiza através do *indentured system*, um meio mais para encobrir as relações de exploração semi-escravas. Porém, diferentemente das outras ilhas anglófonas, a proporção destes trabalhadores que permanecem na Jamaica é mínima.

Com a Primeira Guerra Mundial, inicia-se um novo crescimento da produção açucareira, motivada, fundamentalmente, pelo aumento dos preços do produto. A expansão foi acompanhada de um processo de modernização e da penetração estadunidense nesta actividade. Mas é na exploração mineira que o capital norte-americano encontra um campo mais apto para a sua valorização.

A partir do descobrimento da bauxite na Jamaica, na década de 40, inicia-se a produção desse mineral estratégico, que passa a substituir a actividade açucareira como sector de ponta da economia. Desde então, grandes transnacionais da bauxite de capitais estadunidense, monopolizam, através das suas filiais — *Alcoa Minerals of Jamaica*, *Alcon Jamaica Ltd.*, *Kaiser Bauxite Co.* e *Reynolds Jamaica Mines Ltd.* — a produção e a comercialização do mineral.

Quando a Jamaica obtém a sua independência, em 1962, a estrutura económica geral permanece a mes-



ma: uma economia dependente, com traços de enclave altamente moderno, sustentado principalmente na actividade mineral da bauxite. O poder económico permanece nas mãos do capital estrangeiro, enquanto o poder político passa para uma pequena burguesia que, dentro de uma política desenvolvimentista, arrebatava apenas magras fatias dos lucros das transnacionais.

Com o sector exportador hipertrofiado, os recursos efectivos não são destinados à diversificação da estrutura produtiva do país. A população concentra-se nas grandes cidades (principalmente em Kingstown e Saint Andrew). O desemprego torna-se crónico e os bairros de lata crescem em redor dos centros urbanos.

DOS "MAROONS" AO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Sobre esta base económica, desenvolveram-se as lutas populares jamaicanas, que influenciaram decisivamente o surgimento do movimento nacionalista no resto do Caribe sob dominação britânica.

A crueldade da conquista espanhola e as doenças trazidas pelos europeus dizimaram os índios, quase atingindo o extermínio total. Os poucos arawaks sobreviventes optaram por suicidar-se com o sumo venenoso da cassava, a viverem sob a dominação estrangeira.

Os escravos africanos,

por seu lado, foram mais activos na sua rebeldia. Já na época dos espanhóis, muitos deles conseguiram fugir, e formaram no interior comunidades rebeldes que os ingleses denominaram "maroons", que, por volta de 1730, contavam vários milhares de integrantes. Liderados por um ex-escravo chamado Tackey, entre Abril e Setembro de 1760, tentaram tomar o poder e expulsar os brancos da ilha, tal como os haitianos o fariam três décadas depois. Derrotados, preferiram o suicídio em massa à rendição.

As rebeliões de escravos continuaram até bem avançado o século. Os "maroons" tiveram a iniciativa militar em 1795, e foram então os ingleses que tiveram de recorrer a táticas guerrilheiras para sobreviverem. Em 1831, rebentou novamente a revolta, desta vez liderada por um professor baptista, Sam Sharpe, na Baía Montego.

A abolição da escravatura, em 1833, não reduziu as tensões entre a maioria negra e os colonos brancos, que tinham o poder político na ilha. Após a insurreição da Baía Morant (1860), a coroa interveio para privar os plantadores do seu poder político e transformar a ilha em colónia administrada directamente por Londres, perpetuando, assim, por mais cem anos o domínio britânico sobre a Jamaica.

Entre as duas guerras mundiais do século XX, surge no bairro nova-iorquino de Harlem, o movimento negro mais poderoso registado até então no hemisfério ocidental, a *Universal Negro Improve-*

ment Association (UNIA), liderado por um jamaicano, Marcus Garvey.

De regresso à sua pátria, em 1928, Garvey funda o *People's Political Party* (PPP — Partido Político do Povo), com intenções de criar organizações similares nas demais colónias britânicas e francesas das Antilhas. O PPP teve vida curta, mas serviu para despertar a consciência negra e estabelecer laços de solidariedade com a África que perduram até hoje.

Na década dos 30, desenvolveram-se na Jamaica as raízes da vida sindical e partidária contemporânea. Dois partidos, o PNP (*People's National Party*), conduzido pelo advogado Norman Manley, e o JLP (*Jamaica Labour Party*) do dirigente sindical Alexander Bustamante, dominaram até hoje a vida política do país.

A pequena burguesia intelectual, formada nos moldes britânicos, passa a orquestrar o movimento nacionalista. O seu tema de luta principal é o auto-governo, o que o leva a adquirir rapidamente um carácter anticolonialista. A rivalidade interpartidária e a luta pelo controle da organização sindical entravam, no entanto, a formação de um sentimento nacional e a consolidação de uma consciência de classe entre os trabalhadores.

Uma vez mais são os operários que, com o movimento grevista de 1938 — iniciado nas plantações bananeiras e logo propagado aos portos e a todo o país, — marcam o começo de uma nova etapa. O seu objectivo é a independência.

Já idoso, Bustamante

converte-se em 1962 no primeiro chefe de governo da Jamaica independente. O controle real do JLP já esta nas mãos de Edward Seaga e o aparelho do novo Estado é conquistado pela pequena burguesia que continua com a política desenvolvimentista iniciada na década dos 40, ainda sob dominação colonial.

A ênfase é posta na atracção do capital estrangeiro, fundamentalmente norte-americano, com um projecto de *industrialização por convite*, ao estilo de Porto Rico. A dependência estrutural consolidou-se.

Em 1974, começa um terceiro período. A crise do capitalismo, desatada a partir de 1973, evidencia uma vez mais a fragilidade da economia jamaicana. Crises sociais, greves, desemprego, inflação, impedem a consolidação do Estado-Nação. O Primeiro-Ministro Michael Manley (filho de Norman) que recuperara o governo para o PNP em 1972, recoloca, então, o nacionalismo em termos de um "socialismo democrático", com implicações económicas, políticas e culturais, e baseado em ideias reformistas.

Num clima de tensões sociais crescentes e campanhas "desestabilizadoras", o socialismo democrático de Manley recebeu um avassalador apoio popular nas eleições de 1976. O principal objectivo de tal projecto é o maior controle dos recursos naturais e o reforço do papel do Estado na economia. A sua medida mais ambiciosa: a nacionalização das transnacionais da bauxite, que demonstrou o carácter anti-impe-

rialista do caminho empreendido.

O FMI CONTRA-ATACA

O prestígio de Manley atingiu o auge em 1977 e foi evidenciado internamente pelo resultado eleitoral, e internacionalmente pelas visitas de Fidel Castro e Samora Machel à Jamaica, assim como pelo caloroso acolhimento às intervenções do Primeiro-Ministro jamaicano nas Nações Unidas contra o "apartheid" e por uma nova ordem internacional.

Mas, em 1977, inicia-se também um período de sérias dificuldades económicas, inflação acelerada, queda das reservas monetárias, défice crescente e 22 por cento de desemprego.

"Se não fosse o PNP — explicou aos "Cadernos do Terceiro Mundo" o Ministro da Agricultura jamaicano, Seymour Mullings, — os problemas sociais seriam ainda mais graves. Desde que o nosso partido chegou ao governo, em 1972, iniciámos um ataque ao consumismo e ao nível de vida artificial das classes altas. Para quê importar maçãs da Califórnia se podemos comer as nossas bananas?"

A Jamaica iniciou uma dura negociação para valorizar as suas matérias-primas, estimulou a criação de uma organização de produtores de bauxite ao estilo da OPEP, esforçou-se por ampliar os seus mercados, aumentar e diversificar a produção agrícola, estimular o sector manufactureiro.

Mas com os credores batendo à porta, uma ajuda da OPEP insuficiente, e



a voragem da United Fruit...

uma resposta positiva mas tardia do bloco socialista às propostas de compra da bauxite, o governo de Manley viu-se forçado, em 1978, a negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI), após ter recusado as suas imposições durante todo o ano de 1977.

"A política do Fundo está traçada para favorecer o sector privado nacional e estrangeiro — comenta Mullings, — e não para facilitar saídas reais para a crise."

As exigências do FMI são conhecidas: desvalorização, congelamento dos salários, estímulo ao investimento estrangeiro. A 9 de Maio de 1978, depois de uma prolongada sessão do Gabinete, o Ministro das Finanças Eric Bell anunciou uma desvalorização de 15 por cento no dólar jamaicano, como parte de um programa económico trienal que resultou das negociações com o FMI para a concessão de um crédito de 240 milhões de dólares e o aval necessário para abrir novas fontes de financiamento na banca privada ocidental.

Bell reconheceu que es-

tas decisões seriam "um choque para a sociedade" e afirmou que o Gabinete tinha extremado os seus esforços para "aliviar a carga dos pobres".

De facto, essa carga é pesada. Entre Maio e Junho de 1978, o custo de vida subiu 13 por cento. No seu relatório ao Parlamento, Manley reconheceu em Junho que "o povo está a sofrer a desvalorização, os impostos e a queda da produtividade". O FMI obrigou a eliminar do Orçamento muitos programas sociais do governo. O direitista Edward Seaga e todos os oito senadores do seu partido no Parlamento demitiram-se, com a exigência ao governo para que "renegocie o acordo (com o FMI) ou renuncie". Figuras progressistas do PNP abandonaram o governo. Enquanto a organização de esquerda "Workers Liberation League" anunciou a formação de um terceiro partido político, o "Workers Party of Jamaica", com definições marxistas-leninistas.

Mas paciente e habilmente Manley conseguiu restabelecer o equilíbrio dentro das filas do PNP e salvar a unidade do partido no governo. A oposição de esquerda compreendeu que um enfraquecimento de Manley só favorecia a direita, que explora demagogicamente a rejeição popular às imposições do FMI, que, em essência, é seu aliado natural. Um "apoio crítico" ao Primeiro-Ministro é

o resultado da posição dessa esquerda.

O ano de 1979 iniciou-se com uma viagem de Manley à União Soviética, onde finalmente conseguiu colocar parte da produção jamaicana de bauxite boicotada pelas transnacionais. As tentativas desestabilizadoras dos partidários de Seaga (que promoveram

manifestações violentas "contra a carestia" no auge da temporada turística) não encontraram o apoio popular desejado. É fora de dúvida que Manley goza de toda a popularidade demonstrada em 1976, mas as sondagens recentes mostram, sobretudo, uma atitude de expectativa.

Nestas condições, o PNP

já se mostra mais otimista. "O FMI acreditou que nunca poderíamos superar a crise, revela-nos o Ministro Mullings. Mas vamos sair dela". Se esta certeza se cumpre, o governo de Manley poderá retomar no início da próxima década o processo de transformações que tantas esperanças produziu.

HAITI

apogeu da penetração norte-americana



«Papa» Doc, «Baby» Doc: tal pai tal filho.



A aliança da burguesia com o capital estrangeiro amplia a base de classe da ditadura. O povo se reorganiza para a nova etapa da luta.

Cristina Canoura

O meu pai fez a revolução política, eu farei a revolução económica", repete Jean Claude Duvalier, numa litania, desde a morte do seu pai. Mas o Haiti não viveu nem vive revolução alguma. Autoproclamado presidente vitalício em 1964 — cargo que legou a seu filho quando morreu em 1971, — Papá Doc instaurou na ilha uma pseudo-monarquia, apoiado no terrorismo pelos seus *tonton-macoutes* contra a oposição. Essa foi a sua "revolução política".

Com o mesmo sentido e orientação, o herdeiro abriu as portas do Haiti para que entrasse o grande capital transnacional e saíssem, como um produto mais de exportação, os milhares de trabalhadores braçais que engrossam as bichas de desempregados fora da ilha. É a isso que ele chama de "revolução económica".

EXPLORAÇÃO SEM LIMITES

Um relatório da Embaixada dos Estados Unidos no Haiti, sobre a "Transformação Industrial no Haiti", revela como a economia da ilha caribenha é totalmente controlada por capitais norte-americanos. No período de 1970-1976, empresas norte-americanas ou mistas criaram 230 fábricas destinadas a produzir pequenas manufacturas, artefactos, peças menores de reposição e têxteis. Destas, 180 são inteiramente norte-americanas e 80 de capitais mistos. Os artigos produzidos vão satisfazer os gostos e as necessidades dos Estados Unidos. No ca-

so das empresas mistas, os haitianos têm menos de 20 por cento das acções.

Assim, os produtos obtidos pelas empresas de montagem, embora tenham criado aproximadamente 25 mil novos empregos, fizeram crescer enormemente a penetração imperialista.

As condições de exploração em que trabalham os operários haitianos — homens e mulheres, — ultrapassam os limites da fome e da miséria. As remunerações aos trabalhadores especializados oscilam entre os 45 e os 50 dólares semanais. O salário mínimo é de 39 dólares por mês pelo trabalho de, no mínimo, 45 horas semanais. A média anual de rendimentos ascende a 100 dólares.

As cadeias de montagem brotam como fungos, a manufacturar artigos de exportação com uma mão-de-obra muito barata, que alterna essa exploração local com o trabalho nas colheitas açucareiras dominicanas. Milhares de haitianos cruzam a cada ano a fronteira e incorporam-se aos engenhos do país vizinho. Existem convénios e tratados assinados pelos governos de Port-au-Prince e São Domingos a legalizar esse virtual tráfico de escravos em pleno século XX.

Em meados do ano passado, centenas de trabalhadores braçais paralisaram as actividades da fábrica de açúcar "La Esperanza", em protesto pelos maus tratos físicos e a obrigação de realizar tarefas não estipuladas nos contratos de trabalho; pela inexistência de meios de transporte entre a empresa e os locais de trabalho; pelo desconto de cinco



por cento dos seus salários em benefício do Governo de Jean Claude Duvalier; e pela falta de água potável e higiene adequada nas instalações.

Esta é a primeira vez que os trabalhadores haitianos em São Domingos organizam uma greve. A luta contou com o apoio solidário da Central de Trabalhadores e diversas organizações sindicais dominicanas.

Mas não é só a República Dominicana o refúgio eleito pelos emigrantes haitianos, nem é sem especialização toda a mão-de-obra que foge da sua pátria em busca de melhores horizontes. Canadá e Estados Unidos têm mais médicos haitianos que a própria ilha. Esta via aberta que sangra o Haiti e lhe retira os seus melhores quadros é a consequência directa dos salários de fome que recebem os técnicos e especialistas.

Um professor da Universidade ganha 120 dólares por mês, um professor de outras escolas, 50; e um operário, 35. Enquanto as escolas e dispensários escasseiam na maioria dos povoados da montanha, na capital florescem clínicas e escolas privadas, reservadas à minoria endinheirada.

"PAPÁ" DOC E "BABY" DOC

De um Duvalier ao outro, pouco mudou no Haiti. O suficiente para justificar a tão mencionada revolução económica.

O terror continua a oprimir o povo. Os mesmos mercenários da repressão continuam no poder; os mesmos funcionários incondicionais de Papá Doc, enriquecidos pela corrupção e pelo roubo. A máquina duvalierista ficou intacta, mas modernizada, e hoje em dia mais eficiente.

A equipa no poder faz a partilha do território nacional, para vendê-lo aos pedaços. A Ilha da Tartaruga, no Canal do Vento, foi concedida por 99 anos à **Dupont Caribbean Co.**, uma transnacional norte-americana. As praias do País são vendidas a investigadores estrangeiros.

A morte de Papá Doc, em Abril de 1971, facilitou a oficialização e a intensificação da ajuda que o Governo norte-americano vinha prestando à ditadura duvalierista desde 1957. Durante o período 1963-67, a ajuda de Washington foi — por razões políticas internas e externas, — muito discreta, e falava-se então de “doações” que oscilavam entre os 30 e 40 milhões de dólares anuais. Sem retirar-lhe o apoio político e militar, os Estados Unidos pressionaram Duvalier para que ele satisfizesse certas exigências de garantias políticas.

A resposta de Papá Doc foi sanear o ambiente político, com a eliminação dos seus opositores e a repressão às organizações revolucionárias do país. A sua maior façanha foi assassinar, no curso de 1969, mais de 300 elementos do Partido Unificado dos Comunistas Haitianos (PUCH), a mais forte organização combativa na ocasião.

Com a morte do ditador, o Governo norte-americano viu livre o caminho e transformou-se no tutor do pouco experiente herdeiro.

A farsa começou a tomar forma. As versões de que o Governo de Baby Doc não era como o de seu pai, que o corpo dos **tonton-macoutes** tinha sido dissolvido e que a situação no país havia melhorado, tentavam criar a imagem de um novo Haiti. E Washington planeou de forma acertada e precisa o pano de fundo da “transformação social”. Modernizou em primeiro lugar o aparelho repressivo, constituindo um corpo de “rangers” de 12 000 homens sob o comando directo da CIA: os **Leopardos**.

Em segundo lugar pôs em marcha uma política de fortalecimento económico do governo, que foi crescendo aceleradamente.

Em Abril do ano passado, o embaixador dos Estados Unidos em Porto Príncipe, William B. Jones, dirigiu ao presidente vitalício do Haiti um memorando confidencial — que se tornou conhecido extra-oficialmente em Setembro do ano passado, — a oferecer uma ajuda em forma de doações no montante de 125 milhões de dólares — a concretizar-se em cinco anos, — além da promessa de uma gestão especial ante o AID e o FMI para outros importantes empréstimos.

Nesse memorando exigia-se em troca a concretização de uma série de medidas tendentes a demonstrar fielmente a eficácia da campanha dos direitos humanos do presidente Carter.

Das exigências, talvez mais importantes são as

que se referem à pretensão da nova política de desenvolvimento industrial do regime “jean-claudista”... Destaca-se em primeiro lugar o “aumento de recursos” aos ministérios da agricultura, saúde pública, obras públicas e educação. E diz textualmente o documento: “Quando este aumento for realizado, poder-se-á consagrar uma parte mais importante dos recursos aos novos programas de investimentos, o que se traduzirá numa produção agrícola mais importante, num maior número de estradas, sistemas de irrigação mais numerosos e uma maior quantidade de clínicas e escolas”.

E sem demasiados preconceitos, opina também sobre o crescimento demográfico da ilha, ao sugerir ao presidente Duvalier que se dirija ao povo para explicar-lhe a importância do planeamento familiar, pondo à disposição dos haitianos “as informações e materiais necessários para limitar voluntariamente o número de crianças em cada família”. “Estamos certos — acrescenta, — que a força do prestígio da vossa pessoa terá um efeito significativo sobre a sua aceitação. Consideramos que a vossa revolução económica pode efectuar um grande passo em frente graças às proposições que acabamos de fazer-lhe”.

AJUDAS DIVERSAS

Ao mesmo tempo que se dava a conhecer a proposta de ajuda norte-americana, o Canadá anunciava um empréstimo de 13,7 milhões de dólares para apoio a instituições, com a pro-

messa de uma segunda operação de 15 milhões para pôr em marcha um plano de desenvolvimento energético de Porto Príncipe e outras cidades.

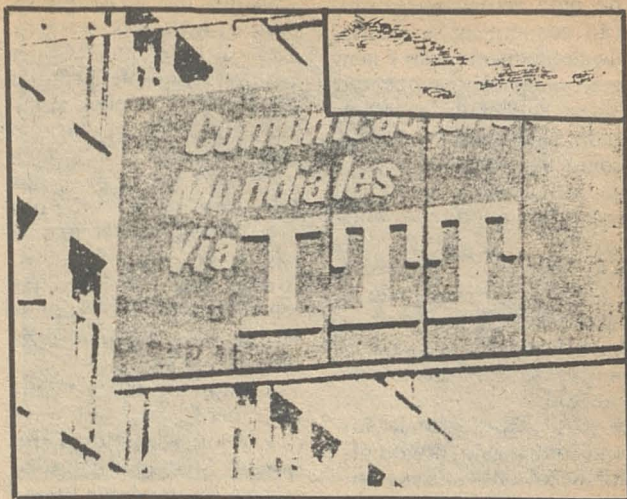
Mas esta participação de diversos países na ajuda monetária ao Haiti não é nova. Já em 1970, o haviam feito a França, o Canadá e o BIRF, aos quais se juntou posteriormente a Alemanha Federal.

As doações, que chegaram a representar 90 por cento da ajuda externa em 1970, foram perdendo terreno para serem substituídas por empréstimos que, em 1976, já representavam 49 por cento da ajuda total (enquanto as doações baixavam para 51 por cento) e eram orientados sobretudo para a área de transportes, comunicações e desenvolvimento energético.

O "novo modelo" haitiano apoia-se também na assistência técnica estrangeira e no incentivo que o próprio governo deu a certos projectos de infra-estrutura.

A ALAI (Agence Latino-Americaine d'Information) afirma no seu boletim número 44-45 de Novembro de 1978, citando dados de organismos internacionais e cifras do orçamento oficial do governo haitiano, que "em matéria de assistência técnica externa, os maiores esforços estão concentrados também no desenvolvimento de programas de infra-estrutura (transportes, energia hidroeléctrica, agricultura e educação)".

Assim, a assistência da República Federal Alemã concentra-se na região de Gonaives; a do Canadá, em Petit Goave; o Programa



das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) opera na zona de Trois Rivières e Les Cayes; a AID, no norte do país; o BIC na planície de Cul-de-Sac e na região de Jacmel.

Desde centrais hidrelétricas até pistas de aterragem, centrais de telecomunicações e estradas e caminhos, os projectos convergem para assegurar não só a produção, como facilidades de transporte para a mesma.

Os trabalhos garantem a importação de bens e equipamentos dos mercados norte-americano, francês, alemão, canadiano e japonês. É importante assinalar que, em matéria de educação, privilegia-se a formação de técnicos nos sectores considerados prioritários para o desenvolvimento industrial e não se trata de projectos de educação generalizada a nível primário. O Haiti é um país com uma taxa de analfabetismo de 76 por cento.

A economia haitiana experimentou em 1976 uma reviravolta considerável, recuperando-se sectorial e

globalmente, graças ao aumento quantitativo e qualitativo da ajuda externa, à elevação do preço do café, da bauxite e dos óleos essenciais no mercado internacional, e graças à recuperação da agricultura, afectada no ano anterior por uma terrível seca.

1976 - ANO DE ARRANQUE

O Produto Interno Bruto, que em 1975 havia aumentado apenas 2,2 por cento, eleva-se de 3,8 por cento em 1976. A agricultura, geradora de 45 por cento do total do Produto Interno Bruto e de dois terços das exportações, cresceu 2 por cento, enquanto a produção manufactureira, que até 1974 cresceu num ritmo anual de 9 por cento com o acelerado crescimento das indústrias estrangeiras de montagem, sofreu um retrocesso em 1975 para recuperar-se em 1976 com um aumento de 5,7 por cento.

No entanto, este "arranque", que as cifras oficiais mostram como o resultado

de uma verdadeira revolução económica, se analisado detidamente, não é nem mais nem menos que um plano deliberado e organizado para manter o Haiti como um país abastecedor de mão-de-obra barata geradora de um círculo vicioso.

Os salários de fome dos operários haitianos não é casual. Eles favoreceram o estabelecimento no país de empresas transnacionais, que até mesmo escolhem os seus locais de instalação, conforme o aumento ou diminuição dos salários locais. As cadeias de montagem, com a sua crescente produção "for export", foram convertendo progressivamente o Haiti no Taiwan do Caribe.

Este modelo, embora possa resultar numa maior actividade económica, tem como premissa precisamente a disponibilidade de mão-de-obra barata, a inexistência de sindicatos e as isenções fiscais, o que na verdade significa manter — e mesmo aumentar, — a miséria e a dependência.

A BURGUESIA REACOMODA-SE, O POVO ORGANIZA-SE

Com o auge da penetração norte-americana, a burguesia — que tinha manifestado a sua oposição à ditadura duvalierista desde o seu início, — começa a reacomodar-se, aliando-se ao capital estrangeiro e compartilhando — desta vez, sim, — o poder político, com a ampliação da base classista de Jean Claude Duvalier.

Enquanto isso, o povo começa a reorganizar-se de-

pois do duro golpe que sofreu na década de sessenta. Nos últimos anos houve manifestações de protesto contra as direcções sindicais corruptas e contra o "duvalierismo" nas principais fábricas do país, nos Cimentos do Haiti, nos complexos açucareiros e nas companhias mineiras. Ainda que com carácter reivindicativo, as manifestações de oposição ao regime ganham força.

A imprensa independente começa a tirar a mordida e os jornais como o *Petit Samedi Soir*, que nas suas origens foi um órgão literário cultural, desvela o tema dos direitos humanos, denuncia as arbitrariedades e reclama um Estado de Direito.

A 11 de Fevereiro últi-

mo, os haitianos foram às urnas para eleger os 58 deputados da Câmara Legislativa. A vitória de Alexandre Lerouge, no Cabo Haitiano — o candidato independente teve uma ampla maioria, ao obter cerca de 90 por cento dos votos, — é o sintoma de um profundo descontentamento popular que conseguiu ser expresso apesar das manipulações eleitorais "duvalieristas".

Os exilados haitianos, do exterior, e as forças de oposição no interior do próprio país, reivindicam e exigem a queda da ditadura, a realização de eleições gerais, e a restituição das liberdades individuais, espezinhadas desde há vinte e cinco anos.

PORTO RICO

nova etapa na luta pela independência

*«A anexação seria um suicídio
e isso não será permitido
pelos portorriquenhos».*

Maria Artagaveitia

PORTO Rico, a menor e mais oriental das Grandes Antilhas, é, pela sua história, costumes, interesses e tradições, uma

nação latino-americana. Essa identificação não é devido apenas a um passado cultural comum, pois, da mesma forma que o territó-

rio hispano-americano, também está submetido à presença coersiva da dominação norte-americana. No entanto, esta nação do Caribe, diferentemente dos outros países da área, ainda é, em pleno 1979, uma colônia dos Estados Unidos.

COMEÇA A LUTA PELA LIBERTAÇÃO

O início da conquista espanhola, em 1508, provoca a resistência indígena em oposição à tentativa dos conquistadores de destruir a sua vida comunitária e utilizá-los como mão-de-obra barata para a busca do ouro e para as construções militares. Em fins do século XVIII, a população autóctone tinha sido quase totalmente exterminada.

Com a implantação da escravatura, introduz-se em Porto Rico o terceiro elemento étnico: o africano, também fonte de rebeliões que se dão intermitentemente desde o século XVI até à segunda metade do século XIX, quando se consegue a abolição da escravidão.

Já em 1815, Simón Bolívar postulava na sua Carta de Jamaica, a origem comum, latino-americana, das ilhas de Cuba e Porto Rico, e têm início planos unificadores. Contudo, desde o começo surge a oposição do governo dos Estados Unidos como obstáculo aos propósitos solidários dos patriotas latino-americanos.

O Grito de Lares, dirigido por Ramón Emetério Betances, a 23 de Setembro de 1868, marca o início da luta declarada contra os espanhóis. No povoado montanhoso de Lares, um grupo de patriotas por-



O governador de Porto Rico, Hernández Colón, interroga com um olhar o então Presidente Gerald Ford, esperando um gesto de aprovação...

torriquenhos levanta-se em armas e proclama formalmente a República. Embora a rebelião tenha sido derrotada militarmente, ela tornou-se um marco na história da formação da nacionalidade portorriquenha. Diferentes sectores sociais incorporaram-se na luta pela liberdade e pela independência. Em plena praça pública os camponeses e jornaleiros queimam as suas cadernetas, suprimindo de uma vez para sempre o símbolo da sua escravatura aos fazendeiros.

RESISTÊNCIA PERMANENTE

Até 1890, continuam os levantamentos, organizados clandestinamente contra a coroa espanhola em formas múltiplas: atentados e justicamentos contra autoridades militares coloniais, queima de estabelecimentos comerciais espanhóis e o boicote organizado contra os produtos da metrópole.

Com a constituição do Partido Revolucionário Cubano, para lutar pela independência total de Cuba e apoiar a de Porto Rico, a luta anticolonial toma novos rumos. A 22 de Dezembro de 1892, um grupo de portorriquenhos reúne-se em Nova Iorque e funda a secção de Porto Rico daquele partido.

As lutas populares tornam-se mais intensas e a Espanha vê-se obrigada a conceder a Carta de Autonomia a Porto Rico, permitindo ao seu povo eleger deputados às Cortes Espanholas, comerciar livremente com todos os países do Mundo e exercer importantes prerrogativas de governo próprio. De acordo com esta carta, a Espanha não podia modificar o estatuto de Porto Rico sem o consentimento do Parlamento insular.

No entanto, as aspirações de independência de Porto Rico vêem-se novamente obstaculizadas, desta vez por um inimigo mais voraz

e implacável. Em razão da Guerra Hispano-Americana de 1898, a ilha passa a ser presa de guerra dos Estados Unidos. É a guerra pela autonomia e independência total continua até hoje.

A OCUPAÇÃO NORTE-AMERICANA

A invasão norte-americana a Porto Rico tem início a 25 de Julho de 1898. A força das armas dissolve o parlamento e estabelece o controlo sobre todo o território nacional. Pelo Tratado de Paris, sem a mínima participação do povo boricua e sem nenhuma consideração pela Carta de Autonomia de 1897, a Espanha cede aos Estados Unidos aquele seu território do ultramar.

A Lei Foraker, de 1900, oficializa o governo civil colonial, ao autorizar o presidente dos Estados Unidos a designar o Governador e o Conselho Executivo de Porto Rico.

Dezassete anos depois, a 2 de Março de 1917, o Congresso norte-americano aprovou uma segunda lei orgânica: a Lei Jones, que despojou os portorriquenhos da nacionalidade natural e impôs-lhes a norte-americana. O controlo executivo e administrativo da colónia passa então para as mãos do Presidente dos Estados Unidos.

A REPRESSÃO

Alguns anos após a invasão, a resistência popular começa novamente a tornar-se visível e a reivindicar a defesa da cultura e do idioma, enquanto rejeitava a cidadania norte-americana.

O Partido Nacionalista é fundado em 1922, e Pedro Albizu Campos assume a sua presidência em 1930, para desenvolver uma política de reafirmação da consciência nacional e de reconhecimento e valoriza-

ção dos portorriquenhos.

A resposta colonial às reivindicações nacionalistas foi a repressão. Acusado de conspirador, Pedro Albizu Campos é confinado durante dez anos nas prisões norte-americanas.

as duas bandeiras do governador

Na política e na diplomacia internacional, Porto Rico é uma colónia dos Estados Unidos (e assim o reconhece o Comité de Descolonização da ONU, apesar do eufemismo de chamar a ilha boricueña de "Estado Livre Associado").

Mas em matéria desportiva, Porto Rico é, e com justiça, um país independente. Nas Olimpíadas, ou em qualquer competição internacional, os atletas portorriquenhos desfilam sob a sua bandeira vermelha, azul e branca, e quando ganham medalhas, saudam-nos com o seu hino, "La Boriqueña".

O governador Carlos Romero Barceló pensa de modo diferente. Ele quer que Porto Rico se converta no "51.º Estado da União", ainda que Washington não esteja totalmente convencido das vantagens de incorporar como cidadãos plenos, um povo que resiste em falar inglês, e a abandonar a sua cultura nacional e sentimentos patrióticos.

Por ocasião dos Oitavos Jogos Panamericanos, que terá lugar em Porto Rico no próximo mês de Julho, este problema, até agora limitado ao plano da política interna, apareceu a nível internacional. O Comité Olímpico Portorriqueño, encarregado de organizar os jogos, incluiu no programa oficial, como é comum nesse tipo de acontecimentos, o hasteamento do pavilhão olímpico e da bandeira do país sede, aos acordes do hino nacional portorriqueño.

Romero Barceló negou-se a isso. Deveria ser hasteada a bandeira norte-americana, ao som musical do colonialismo.

O presidente do Comité Olímpico, Germán Riecke-hof não aceitou a negativa do governador, apoiado por uma campanha popular. Barceló fez chantagem, mas perdeu. A bandeira nacional será hasteada, ao compasso de "La Boriqueña".

Mas o governador organizará também uma "cerimónia oficial", independente da desportiva, onde dar-se-á o gosto de hastear, além disso, a bandeira das listas e das estrelas.

Um episódio a mais na luta independentista...

A rebelião de Jayuya, ocorrida a 30 de Outubro de 1950, culmina com a proclamação da República de Porto Rico, como resposta às tentativas da metrópole em perpetuar a situação colonial sob uma nova fachada.

No próprio seio do império, as acções dos patriotas portorriquenhos golpeiam a integridade da potência do norte, ao protagonizar os históricos acontecimentos do ataque ao presidente Truman na Casa Blair, em Novembro de 1950, e a acção contra a Câmara de Representantes no primeiro de Março de 1954.

Lolita Lebrón, Rafael Cancel Miranda e Irvin Flores, participantes desta última acção, ainda continuam presos nos cárceres federais norte-americanos, assim como Oscar Collazo, um dos que participaram no ataque à Casa Blair. Condenados respectivamente há 25 e 29 anos atrás, eles tornaram-se os presos políticos mais antigos do continente e símbolos da gesta independentista dos portorriquenhos.

A FARSA DO "ESTADO LIVRE ASSOCIADO"

Diante dos avanços da luta nacionalista e da impossibilidade de manter uma situação colonial anacrónica em Porto Rico, os Estados Unidos concedem-lhe o estatuto político de "Estado Livre Associado".

As relações jurídicas entre a metrópole e a colónia permanecem, entretanto, as mesmas: os portorriquenhos poderão votar por um governo e por partidos políticos, poderão eleger um Senado e uma Câmara de Representantes, Assem-

bleias e administradores municipais, mas nenhum deles pode contradizer as disposições do Governo Federal norte-americano, e todos estão submetidos à Constituição e aos três Ramos de poder dos Estados Unidos. A moeda, a cabotagem, a alfândega, o serviço postal, as relações exteriores, as forças armadas, o comércio e a justiça estão nas mãos dos Estados Unidos.

Já em 1946 tinha surgido o Partido Independentista Portorriquenho (PIP), fundado por algumas personalidades nacionalistas do Partido Popular Democrático liderado por Luiz Muñoz Marín, que com o correr do tempo foi gradativamente abandonando as posições independentistas para converter-se num aliado incondicional da política norte-americana.

Em 1959, no calor da revolução cubana, um grupo de dissidentes do PIP funda o Movimento Pró-Independência, mais tarde, em 1971, convertido no Partido Socialista Portorriquenho, de orientação marxista-leninista. O dirigente nacionalista Mari Bras torna-se o secretário-geral do PS portorriquenho.

Outros grupos minoritários, tais como o Partido Nacionalista, a Liga Socialista, o Movimento Popular Socialista, completam o panorama das organizações políticas. Embora cada uma delas postule uma orientação política própria e uma determinada concepção de métodos de luta a seguir, todos coincidem em dois pontos fundamentais: a necessidade da independência nacional e a imediata libertação dos presos políticos.

O PROJECTO DE ANEXAÇÃO

A farsa que representou e representa a categoria de "Estado Livre Associado" foi progressivamente desmascarada, agravada por uma evidente crise económica e ideológica do colonialismo e por uma crescente pressão internacional que exige o direito da Ilha à sua autodeterminação e independência.

Uma das alternativas maneiradas pelo governo dos Estados Unidos é a anexação de Porto Rico como o 51.º Estado da União Americana. Por outro lado, a velha tática de independência neocolonial, da independência formal mas sempre sob a tutela indirecta de Washington, é a carta que o imperialismo tem guardada na manga.

No entanto, a Organização das Nações Unidas foi muito clara a esse respeito. Em Dezembro de 1978, a sua Assembleia Geral ratificou a Resolução aprovada pelo Comité Especial de Descolonização (o Comité dos 24), com 129 votos a favor, seis abstenções e nenhum voto contra, num total de 150 países membros.

Tal resolução define Porto Rico como uma colónia e rejeita a anexação como solução para o problema do estatuto político. Estabelece que somente com a prévia transferência dos plenos poderes para o povo portorriquenho por parte do governo norte-americano

no, os portorriquenhos poderão optar, num acto de absoluta soberania, por uma das duas alternativas: a independência ou a livre associação.

APELO À SOLIDARIEDADE

A resposta do povo portorriquenho à realidade em que vive, foi o desenvolvimento de uma luta tenaz em defesa das suas tradições, do seu idioma, sua cultura e suas riquezas naturais, como forma de alcançar a independência e a soberania nacional. Nesse esforço, realizado na ilha, no próprio seio da metrópole, na América Latina e no resto do mundo, os patriotas boricuas reclamam o pronunciamento solidário das forças progressistas. Neste momento, estão a apelar por um apoio à II Conferência Internacional de Solidariedade com a Independência de Porto Rico, que terá lugar na cidade do México em Setembro deste ano.

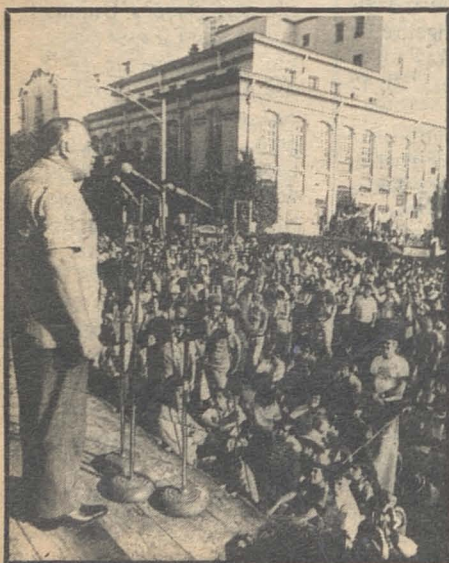
Quatro anos atrás, em Havana, Cuba, realizou-se a Primeira Conferência promovida pelo Conselho Mundial da Paz e pelo Conselho Portorriquenho da Paz.

Com a participação de mais de 85 países, esta Conferência contribuiu para aprofundar o conteúdo da solidariedade latente em todo o Mundo e assumiu, ao mesmo tempo, o compromisso de efectuar uma segunda reunião nos anos seguintes. E esta deverá servir, não só para examinar o desenvolvimento da luta patriótica portorriquenha a nível nacional e internacional, como também para "colocar as mais amplas forças progressistas e democráticas do Mundo em condições de atender aos nossos apelos de solidariedade, a partir dos desafios que a nossa luta libertadora enfrenta", conforme consta da declaração política aprovada pela Assembleia Constituinte do Comité Nacional Portorriquenho de apoio à Segunda Conferência.

No México, durante a última semana de Março, constituiu-se o Comité Mexicano de Apoio à II Conferência. Para tal efeito, esteve presente na cerimónia realizada no Hotel Prado uma delegação proveniente de Porto Rico, encabeçada por destacadas personalidades, entre elas Noel Colón Martínez e Eneida Vázquez, ex-presidente e actual presidente do Conselho Portorriquenho da Paz, respectivamente.

Em declarações prestadas aos *Cadernos do Terceiro Mundo*, aqueles dirigentes esclareceram: "O nosso trabalho para esta II Conferência tem dois objectivos muito claros. Em primeiro lugar, aprofundar, já no plano do concreto, a solidariedade internacional. Para isso, procuramos educar, orientar, acerca do significado da situação colonial. Sensibilizar a comunidade internacional em particular a dos Estados Unidos e a comunidade latino-americana e do Caribe. Em segundo lugar, ampliar essa solidariedade. Que todas as forças progressistas, comprometidas com a Paz, a Justiça e a soberania nacional, apoiem a independência de Porto Rico, congregando vastos sectores para que se unam às vozes que nestes momentos já têm um compromisso militante no apoio à luta do povo portorriquenho pela sua independência."

"A anexação significaria, para a maioria do nosso povo, o culminar da colonização de Porto Rico. Seria o suicídio do povo portorriquenho e isso não será permitido por esse povo, nem pela comunidade latino-americana e caribenha."



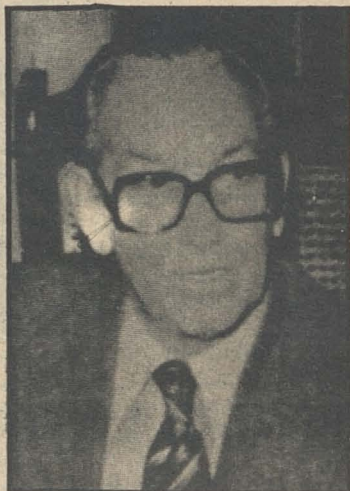
Juan Mari Brás, actual secretário-geral do Partido Socialista portorriquenho e uma das figuras mais importantes da luta independista.

REPÚBLICA DOMINICANA

a pilhagem transnacional



Balaguer



Guzman

Um modelo de acumulação dependente que tem origem na invasão norte-americana de 1965, e administrado ditatorialmente por Balaguer, propicia uma desenfreada pilhagem das riquezas do país pelas transnacionais. Essa é a herança que recebe o novo Governo, do social-democrata António Guzman.

Rafael Camilo

EM Maio de 1965, quarenta e dois mil *mari-nes* norte-americanos invadiram a República Dominicana (ver número 5 de "Cadernos do Terceiro Mundo"). A intervenção tinha como objectivo destruir a força dos sectores populares desenvolvida na guerra civil de Abril daquele ano, impor uma conciliação entre as diferentes facções da burguesia, já que

nenhuma delas era capaz de manejar o Estado por si só, e, por último, restaurar e aprofundar a hegemonia norte-americana no país.

O governo de Joaquim Balaguer, que surge em 1966, na sequência da intervenção, introduz uma série de elementos novos que determinarão as características particulares do modelo de acumulação vigente:

- crescente investimento directo norte-americano nos sectores chaves da economia: produção para exportação e o sector industrial;
- intensificação da exploração da força de trabalho — expressão na lei de austeridade que congela todas as remunerações e salários, — para contrapor à baixa taxa de lucros;

- repressão generalizada, que terá como resultado a liquidação do movimento sindical, para impedir a valorização da força de trabalho;
- organização dos diferentes mecanismos do Estado para que este assumam com eficácia o seu papel na acumulação capitalista.

UM MODELO EM CRISE

Junto com as situações conjunturais dos altos preços das exportações, tudo isso é traduzido num crescimento muito acelerado da economia nos finais da década dos 60 e princípios dos anos 70. O Produto Interno Bruto dominicano chegou a ter uma das maiores taxas de crescimento da América Latina. Mas à medida que os elementos do modelo se foram esgotando, e principalmente à medida que se fazem sentir os efeitos da crise mundial do capitalismo, a partir de 1975, a economia dominicana apresenta sintomas de estar a sair do auge do ciclo económico para cair numa fase de crise generalizada que perdura até hoje.

Dessa situação geral da economia dominicana a partir de 1966, interessa destacar a penetração das empresas transnacionais.

Segundo estimativas oficiais, o investimento estrangeiro experimenta um crescimento vertiginoso. Em 1965, era de 155 milhões de dólares. Em 1976 já acumulava um total de 561 milhões de dólares. Mas no Banco Central aparece inscrito apenas um total de 211,9 milhões. Dessa cifra, no sector industrial estão investidos 95,9 mi-



lhões, o que representa 45 por cento do investimento estrangeiro registado no Banco Central.

Mas o mais importante não é a magnitude das cifras, e sim a localização do capital estrangeiro industrial e o papel que lhe corresponde na economia. Da classificação do investimento estrangeiro feito pelo Banco Central, conclui-se que ele se encontra nos ramos mais dinâmicos da economia: produtos químicos, agro-industriais, cimento, etc. Isso significa que os sectores que podem impulsionar certo desenvolvimento industrial são os que têm um maior controle estrangeiro.

O IMPÉRIO DA "GULF AND WESTERN"

Outra característica do comportamento do capital estrangeiro no sector industrial é o escasso reinvestimento dos lucros obtidos

no país. Segundo o Banco Central, no período de 1968-1978, somente foram reinvestidos no sector industrial 2 371 000 pesos, quantidade irrisória se a compararmos com os lucros remetidos ao exterior no mesmo período, que atingem a soma de 57 822 000 pesos. Vale dizer que, de um total de 60 194 000 pesos de lucros, obtida por uma parte do capital industrial estrangeiro, só se reinvestiram no país 3,9 por cento desses lucros, enquanto que 96,1 por cento foi enviado para o exterior.

Uma das empresas transnacionais que mais penetrou na economia dominicana é a *Gulf and Western*. Os seus capitais cobrem praticamente todos os sectores da economia. Além do açúcar, onde se encontram os seus principais investimentos, tem interesses no turismo (três hotéis e um centro turístico), é proprietária de uma socie-

dade financeira, possui uma fábrica de cimento, actua na pecuária e na produção de cítricos. Na zona franca, opera com isenção de impostos um complexo de indústrias de montagem.

Esse poder económico da *Gulf and Western* permitiu-lhe ter uma forte incidência na actividade política do país, desde a destruição de sindicatos, com o assassinato dos seus líderes, até ao apoio económico e político ao regime de Balaguer.

A *Gulf and Western* começa a operar em 1968, quando compra o Engenho Central Romana, da *South Puerto Rico Sugar Company*. A partir desse ano, a sua produção de açúcar crescerá tanto que já em 1973 controlava 37,7 por cento do total da produção dominicana. Além disso, é a única produtora do furfural, um derivado da cana que lhe produz grandes lucros. A República Dominicana é o segundo produtor mundial. Em 1972 exportou 8,2 milhões de pesos de furfural.

CIFRAS DE PILHAGEM

Outro sector importante da produção dominicana para a exportação é o minério, que representa 25 por cento das vendas ao estrangeiro. É controlado de forma absoluta pelo capital transnacional. Nele opera a *Falcombridge* que produz ferro-níquel, a *Rosário Resource*, produtora de ouro e prata e a *Alcoa Exploration*, que extrai bauxite.

Os dominicanos multiplicam as denúncias sobre o carácter depredatório das explorações e a pilhagem dos recursos não renováveis do país realizado pelas transnacionais. A *Rosário Dominicana*, por exemplo, investiu apenas 8 298 000 pesos desde que começou as suas actividades em 1975. Em 1978 já tinha remetido para o exterior 14 849 000 pesos, ou seja, 178,9 por cento do seu investimento inicial.

A produção para a exportação encontra-se controlada em mais de 50 por cento pelo capital transnacional. Como a produção

para o sector externo é o eixo principal da acumulação capitalista, esta encontra-se limitada pela acção descapitalizadora das empresas transnacionais.

Essa descapitalização reflecte-se no défice crescente da Balança de Pagamentos. O endividamento crescente, produto da acumulação dependente, provocou que a dívida externa dominicana sofresse um crescimento vertiginoso.

Este aprofundamento da dependência, com graves reflexos na situação social, é a herança que recebe de Balaguer o governo social-democrata de Antonio Guzman, vencedor, em 1978, das primeiras eleições livres realizadas desde a invasão norte-americana de 1965.

A intervenção só terá terminado realmente — opinam muitos dominicanos, — quando se modifique radicalmente o modelo económico que ela impôs.

PUB.

TAA

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA



SEDE:

**RUA LUÍS DE CAMÕES, 123
LUANDA — ANGOLA**

DELEGAÇÃO EM LISBOA:

AVENIDA DA LIBERDADE, 259

SERVIÇOS DE CARGA:

AEROPORTO DE LISBOA — TEL. 80 35 33

AFRICA

descolonização e revolução



O neocolonialismo, unitário ou federalista, não estava vencido ou desarmado. Da conspiração interna à exportação do mercenarismo, a contra-revolução portuguesa escolheu a descolonização como campo de batalha preferencial contra a Revolução de Abril.

Fernando Piteira Santos

Dos objectivos da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974 — democratizar, descolonizar, desenvolver, — o mais contestado, o que deu origem a uma polémica mais viva, terá sido a descolonização.

O propósito de descolonizar os restos de um vasto Império, fruto histórico da “expansão portuguesa”, implicava uma tarefa prévia

e que não era fácil: cessação das operações militares. Esta cessação exigia a convergência de duas vontades: a do “povo colonizador” e a do “povo colonizado”, a das forças militares regulares da “potência colonial” e as das forças guerrilheiras dos “movimentos de libertação”. Revestia um duplo aspecto: era um problema político e

era um problema militar.

Compreende-se que dos objectivos da Revolução de Abril este tenha sido o mais duramente contestado, e não surpreende que, entre nós, a polémica permaneça acesa cinco anos depois do acto revolucionário e consumada já a descolonização nos seus três aspectos formais: acto político, acto militar, acto diplomático.

Uma política sinuosa

As autoridades portuguesas persistem na condução de uma política ambígua face às suas ex-colónias, prejudicando, assim, claramente, o desenvolvimento de relações de amizade entre os respectivos povos.

Depois da suspensão unilateral das negociações com Moçambique, em que, quer reconheçam ou não, o pretexto foi o fuzilamento de um conhecido mercenário com longo cadastro em África, as autoridades portuguesas continuam a dar facilidades aos grupos fantoches da UNITA/FNLA.

Assim, no princípio de Maio, não só autorizaram, como deram abertura jornalística a uma Conferência de Imprensa promovida pela UNITA/FNLA, na qual alguns elementos daquelas “organizações” ao serviço do imperialismo, anunciaram a criação de uma frente comum, cujo objectivo é o de derrubar o regime progressista angolano.

Nessa mesma conferência, aqueles elementos, que gozam de aberto apoio dos partidos da direita portuguesa, lançaram violentos ataques e calúnias ao Presidente Neto e ao MPLA, revelando contactos com traidores supostamente infiltrados no MPLA, bem como um recente acordo entre a FNLA e o regime ditatorial de Stroessner, do Paraguai, com o objectivo de apoiar o relançamento da luta armada em Angola.

Sabe-se, por outro lado, desde o encontro entre uma delegação do PPD/PSD e elementos da UNITA realizado em Marrocos, que o rei Hassan II autorizou a instalação em território marroquino de uma base de treinamento daquele movimento fantoche.

Todos esses acordos são do agrado de uma boa parte dos actuais governantes portugueses que, não o expressando claramente a nível oficial, não deixam, no entanto, de lhes dar um apoio indirecto bastante claro.

E para indicar que, finalmente, “nem tudo vai tão mal”, é sempre citada a recente visita do general Eanes à Guiné-Bissau.

Sendo natural que a contestação de fundo — a da descolonização *em si* — recue, taticamente, para uma crítica acerca da forma como a descolonização foi feita e para a negação da sua relativa exemplaridade.

De uma *descolonização* que, em vez de ser o termo de uma evolução política promovida e controlada, surgiu, no plano político e no plano militar, como uma decisão revolucionária, não se poderá pretender que tenha sido exemplar no aspecto negocial e no que concerne as fases e as consequências da execução. Não nos esqueçamos de que a Revolução de 25 de Abril de 1974, derrubando o regime ditatorial fascista e afastando do Poder a oligarquia plutocrática directa, ou indirectamente, beneficiária da condução das três guerras coloniais distintas, criou a situação favorável à cobertura de negociações no plano político, e, no terreno operacional, condições para a suspensão das hostilidades militares. Mas suspender a guerra não é fazer a paz. Em cada território colonial havia que enfrentar uma problemática diferente. Não só pelo que tinha a ver com a situação militar con-

creta, como pelo que dizia respeito ao movimento (ou movimentos, de libertação em presença.

CASOS ESPECÍFICOS

À partida, o processo de descolonização não implicava a cessação de uma situação militar de guerra em Cabo Verde, em São Tomé. Apresentava-se facilitado na Guiné-Bissau pelo desenvolvimento da actividade guerrilheira, pelos meios de que dispunham as forças armadas do PAIGC, pela rectaguarda favorável (Guiné-Conakry), pelo forte suporte internacional, pela proclamação da autonomia nacional do território e o reconhecimento internacional da independência da zona libertada, pelo sentimento generalizado na direcção portuguesa (política e militar) da inviabilidade militar da vitória, pelo próprio carácter específico da colonização.

Em Moçambique, as dificuldades resultantes da colonização e do volume dos investimentos portugueses mais recentes, não as poderemos considerar compensadas pela unidade e autoridade do movimento de libertação. Embora, a situação militar, contasse a favor da FRELIMO.

Difícil e complexa era a situação de Angola. Três movimentos de libertação, produtos da decantação de uma grande diversidade de organizações tribais, nacionalistas, reformistas e revolucionárias, ocupavam um espaço político de que alguns portugueses se não consideravam, por definição, excluídos. Por outro lado, a situação militar não

era, apesar do carácter guerrilheiro das operações, inteiramente desfavorável às forças armadas coloniais. Acrescente-se a mais densa ocupação branca, um colonato implantado e empenhado em actividades económicas (agrícolas, industriais, comerciais) de satisfatória rentabilidade, um surto de industrialização em curso, uma numerosa mestiçagem, um certo desenvolvimento cultural de matriz portuguesa. E, a todos estes factores se avançando, a divisão em três ramos do movimento de libertação: MPLA, FNLA, UNITA.

A condução da guerra tendo dado motivo, ou só pretexto, a intromissões no quadro do movimento de libertação, explica que se tenham conduzido com orientação idêntica a operação das negociações de paz.

ALVOR

Se, militarmente, se tinha procurado tirar partido das rivalidades tácticas e estratégicas dos movimentos de libertação, no que diz respeito a Angola, ao contrário do sensato reconhecimento da FRELIMO como interlocutor político válido do Povo Moçambicano, e do PAIGC, como interlocutor político válido, procurou-se, em relação a Angola, reproduzir na mesa das negociações diplomáticas, uma divisão operacional da rede mantida, quando não expressamente fomentada.

Fizera-se a guerra jogando, tacticamente, com as rivalidades que opunham os movimentos de libertação. Quis-se negociar — e

negociou-se a paz e a descolonização, — no caso de Angola, atribuindo equivalência às forças comprometidas com o imperialismo e às forças anti-imperialistas. Esse foi o erro de Alvor: negociar simultaneamente igualizando como interlocutores parceiros tão diferentes como o MPLA, a FNLA e a UNITA.

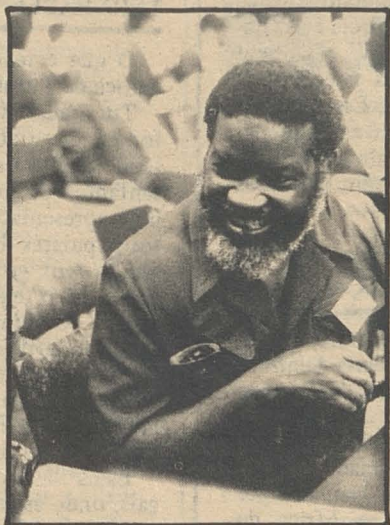
Claro que Alvor não aconteceu por acaso: no seio das forças democráticas (e anti-imperialistas) portuguesas não se tinha realizado a indispensável clarificação política. Não tinha sido levado até às consequências o princípio marxista: "não é livre um Povo que outro Povo oprime". Acaso não se tinha ainda compreendido que em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau se jogava a sorte definitiva da Revolução Portuguesa.

O neocolonialismo, unitário ou federalista, não estava vencido e desarmado. Da conspiração interna à exportação do mercenarismo, a *contra-revolução portuguesa* escolheu a "descolonização" como campo de batalha preferencial contra a Revolução de Abril.

Reconheçamos que acertou. A *liberdade portuguesa* é solidária da *independência nacional* de Angola, de Moçambique e da Guiné. Nesses novos Países, com a sorte dos seus povos, é a Revolução Democrática e Anti-Imperialista de 25 de Abril que diariamente está posta em jogo. A descolonização faz parte da democratização da sociedade portuguesa. Uma e outra não estão concluídas.

NAMÍBIA

Sam Nujoma: «militarmente vamos bem»



O Presidente da SWAPO concedeu em Maputo uma entrevista exclusiva a uma equipe de jornalistas dos Cadernos presente naquela cidade, onde analisa a situação actual da luta que trava o povo da Namíbia pela sua libertação.

Em termos militares, qual é a implantação da SWAPO na Namíbia?

A SWAPO tem um Exército de Libertação capaz e eficiente, que não está somente na posição de lutar e derrotar as tropas racistas sul-africanas, como também tem possibilidades de defender a integridade territorial da Namíbia, tanto a sua costa como o seu espaço aéreo. Militarmente, vamos bem.

O nosso Exército adquiriu uma considerável experiência ao longo dos treze anos de guerra de libertação nacional. A SWAPO continua a treinar-se, e estamos a

formar um Exército forte, tomando-se em conta que somos vizinhos do regime fascista de Pretória, um regime que aprova leis no seu parlamento que permitem a invasão de qualquer país, de qualquer Estado africano independente situado ao sul do Equador.

Já houve agressão de parte da África do Sul racista contra Estados africanos independentes. Assim sendo, temos que continuar o treinamento das nossas Forças Armadas.

Quanto aos nossos efectivos militares e à sua localização, não-de compreender

que, por uma questão de segurança, não posso mencioná-los.

Quais os efectivos militares da África do Sul na Namíbia?

As informações que possuímos falam de sessenta mil homens. E há mais de cem agrupamentos de minorias de colonos brancos que estão armados até aos dentes, incluindo mulheres e crianças. Eles são treinados no uso de armas de fogo por comandos mercenários, e chegam quase a ter verdadeiros exércitos privados.

Nós não combatemos somente apenas o Exército sul-africano, a polícia e as chamadas "forças de segurança". Também temos que combater contra esses grupos da minoria branca colonial. Esses grupos são armados pelo governo, e estão preparados para, em qualquer altura, utilizar sem piedade as armas que têm nas mãos contra a população africana.

O EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO

Mesmo respeitando os critérios de segurança de que falou, poderia falar-nos um pouco sobre o Exército de Libertação?

A SWAPO, é claro, tem o seu Exército de Libertação, que foi formado na luta contra a ocupação ilegal da Namíbia por uma potência estrangeira, a África do Sul.

Este Exército começou com simples agrupamentos de homens que foram organizados em pelotões, que depois formaram companhias, e em seguida batalhões. Nosso aparelho militar tem hoje condições de infligir pesadas baixas no inimigo. Já tivemos ocasião de liquidar muitas tropas inimigas e de capturar importantes quantidades de armas e munições, e outros equipamentos e materiais de guerra do exército racista.

Esses sucessos obtidos, seriam eles em função de uma superioridade militar da SWAPO, ou há outra explicação?

O Exército racista da África do Sul está a ser treinado para ser o mais poderoso do continente africano. Mas é um Exército preparado para atacar e massacrar homens desarmados. Soweto foi um exemplo do que acabo de dizer, e Windhoek foi outro. Para aí foram enviados tanques e helicópteros para massacrar povo desarmado, particularmente mulheres e crian-

ças, num processo de retaliação. Quando o Exército racista se vê diante de homens também armados, lutando de igual para igual, surpreende-se, assusta-se. Não podemos por enquanto falar em superioridade militar da nossa parte. Quando lá chegarmos, estaremos realmente em condições de conseguir a total liquidação do regime boer na Namíbia, e de implantar um verdadeiro governo revolucionário no país.

TURNHALLE

O que é realmente a "Aliança Democrática de Turnhalle"?

Turnhalle? Os fantoches de Turnhalle foram recrutados em diversas regiões, tendo alguns deles sido polícias ou representantes dos organismos coloniais. São hoje apresentados ao povo como dirigentes populares de nações e de grupos. Não são, porém, grupos politicamente organizados. São elementos reaccionários ao serviço do inimigo.

Como pode explicar então a vitória da citada "Aliança" na Namíbia?

Não é verdade que tenha havido uma vitória da "Aliança" nessas eleições. Foi um resultado forjado...

Essas "eleições" foram totalmente ilegais; onde as tropas sul-africanas e a polícia foram utilizadas para intimidar o povo, e fizeram mesmo prisões. Durante o período em que se desenrolaram as "eleições", todos os dirigentes da SWAPO em Windhoek foram presos. Como classificar de democráticas umas eleições onde representantes do povo são metidos na prisão? Do ponto de vista da SWAPO, não houve eleições na Namíbia.

Mas a chamada "Assembleia Constituinte de Turnhalle" declarou, como depois puseram em prática, que aceitavam novas eleições neste ano...

Tudo isso são manobras e intrigas do regime racista sul-africano. Esses fantoches foram "eleitos" e utilizados por Pretória, como o regime racista bem entender ou determinar. São elementos reaccionários que traíram o movimento de libertação do seu país, aceitando o suborno que lhes é oferecido por Pretória, e nada mais. Eles não estão lá para defender os verdadeiros interesses do povo namíbio, mas os seus próprios interesses, os seus interesses pessoais.

MERCENÁRIOS

Até onde vai a utilização de mercenários na Namíbia pela África do Sul?

Nos últimos três anos foram utilizados mercenários de Israel, dos Estados Unidos e de países capitalistas ocidentais, assim como de portugueses fascistas.

Na realidade, os portugueses que fugiram de Angola, após a libertação do país pelo MPLA, grande parte deles, são instrutores dos grupos reaccionários da UNITA e da FNLA, na Namíbia.

Esses mercenários recebem armas, munições, medicamentos, e todo o apoio necessário de Pretória. Os mercenários da UNITA e da FNLA são infiltrados na República Popular de Angola, minam as estradas e armadilham os poços onde as populações se abastecem de água.

E já causaram alguns estragos...

Como resultado, muitos namibios e angolanos morreram nas mãos desses contra-revolucionários da UNITA e da FNLA, assim como nas mãos de soldados sul-africanos e de ex-soldados portugueses.

E quanto à participação de latino-americanos?

Temos informações de que tropas reacçãoárias chilenas estão a lutar ao lado dos rascistas sul-africanos. Falam espanhol e identificam-se como cubanos, ou melhor, deixam a entender entre as populações que foram os cubanos que puseram minas antipessoal nos poços de abastecimento de água.

Há provas concretas da participação de mercenários latino-americanos na Namíbia? Fizeram algum prisioneiro?

Bem, a SWAPO até agora não capturou nenhum, mas os nossos serviços de informação sabem, e não precisamos de explicar como, de que há mercenários que falam espanhol da América Latina que lutam ao lado das forças repressivas sul-africanas na Namíbia.

CUBA

Qual é a sua opinião sobre a próxima Conferência dos Países Não-Alinhados a ter lugar em Setembro em Cuba?

Já foi muito significativo e de particular importância que a Conferência Ex-



traordinária do Bureau Coordenador tenha sido realizada em Maputo, como também foi muito significativo que se tenha realizado nesse momento crucial em que os povos da África Austral intensificam o processo da luta armada para a sua libertação, tanto na Namíbia, como no Zimbabwe e na África do Sul.

O apoio dado e manifesto à nossa luta, através do Documento Final aí redigido, deram-nos o encorajamento necessário. Necessitamos de ajuda material concreta, no caso, por exemplo, de material anti-aéreo, metralhadoras e outros tipos de material de guerra para que possamos, efectivamente, levar a guerra de libertação à sua conclusão lógica, e assegurar uma total e genuína liberdade e independência aos nossos povos.

Como é que a SWAPO encara a presença de cubanos em África?

Sob o ponto de vista da SWAPO, os cubanos, militares e civis, estão em África como resultado de acordos soberanos entre países soberanos. É o caso de Angola, Moçambique, Etiópia, e outros. Cuba não impõe a nenhum país a sua presença. Os movimentos de libertação são altamente inspirados pela coragem, espírito revolucionário e internacionalista do povo cubano, do Comité Central do seu Partido, e do Presidente Fidel Castro, quando enviaram cubanos para ajudar o MPLA a derrotar os agressores da CIA, as tropas sul-africanas racistas que invadiram a República Popular de Angola, quando essa jovem república comemorava a sua independência nacional.

Prestamos a nossa muito especial homenagem aos camaradas cubanos que deram as suas vidas pela liberdade e independência do povo africano.

ÁREAS LIBERTADAS

O que pode nos dizer sobre as áreas libertadas na Namíbia? Onde se localizam? Que trabalho efectivo nelas tem sido feito?

Temos áreas libertadas no norte, no-roeste e nordeste do país. Áreas libertadas que não têm as características das de Angola e Moçambique, isto é, com uma presença constante e efectiva de nossa parte. Estamos a desempenhar funções semigovernamentais, tais como a instituição de escolas, clínicas populares, trabalhos de orientação política, e o nosso povo sente-se feliz. Temos adesões diárias à nossa luta, e são muitos aqueles que se juntam ao nosso Exército de Libertação a fim de se integrarem na luta de libertação do país.

Como pode a SWAPO explicar a presença de um seu representante, de uma

delegação sua no Egipto, levando em consideração as recentes posições desse país em relação ao problema do Médio Oriente?

Nós podemos ter divergências em relação às recentes medidas tomadas pelo governo egípcio, mas não estamos contra o povo egípcio. Não nos podemos esquecer que foi no Egipto, sob a liderança do presidente Nasser, que existiram as primeiras bases dos povos da África e da Ásia para a luta contra o colonialismo, o sionismo e o imperialismo. O povo egípcio é nosso amigo, e eis a razão porque nos mantemos lá.

Quem são os militantes da SWAPO? Qual as suas proveniências?

Nossos militantes e combatentes são basicamente camponeses e assalariados. Procuramos nas zonas operacionais educá-los militar e politicamente. Temos tido excelentes resultados nesse sentido, pela necessidade urgente que temos na formação de quadros.

cadernos do
terceiro
mundo

MOÇAMBIQUE

estudantes moçambicanos em cuba

Na Ilha da Juventude, os estudantes africanos confraternizam-se em torno de um ideal: o progresso da África.

CALOROSAS manifestações de boas-vindas assinalaram no passado dia 27 de Março, na Ilha da Juventude, a chegada de mil e duzentos jovens moçambicanos que, a partir deste ano lectivo, vão continuar os seus estudos secundários na República de

Cuba, em duas modernas escolas secundárias básicas de campo, postas à disposição da República Popular de Moçambique pelo Partido e Governo de Cuba.

Os referidos jovens moçambicanos, de idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, foram entu-

siasticamente acolhidos por estudantes cubanos e moçambicanos que, desde 1977, se encontram na Ilha da Juventude, situada a cerca de 150 quilómetros a sul da cidade de Havana.

A cerimónia de boas-vindas aos novos estudantes moçambicanos contou com

a presença do segundo secretário do PCC no Município Especial da Ilha da Juventude, do vice-ministro da Educação, do secretário-geral da União da Juventude Comunista (UJC) na Ilha, e ainda do responsável das quatro escolas moçambicanas que funcionam na República de Cuba.

FAZER DA ESCOLA UMA BASE

Neste estabelecimento educacional que receberá futuramente o nome de "25 de Setembro" ou "Presidente Fidel Castro", centenas de jovens cubanos e moçambicanos reafirmaram vivamente a sua determinação em fazer da escola uma base para o povo tomar o poder.

Através de mensagens e manifestações culturais, os jovens moçambicanos transmitiram a alunos e responsáveis cubanos a importância que a política da FRELIMO e do governo dão à educação e à cultura.

Num ambiente de grande entusiasmo, responsáveis cubanos e moçambicanos frisaram que aquela festa constituía mais uma vitória da solidariedade entre os dois povos. Ainda nesse contexto e porque a festa se realizou a 27 de Março, foi recordada também a solidariedade com todos os povos da África Austral, particularmente com o povo irmão de Angola que, precisamente naquele dia, comemorava a vitória contra a invasão da sua pátria pelos racistas sul-africanos, ganhando assim a Segunda Guerra de Libertação Nacional.

CENTROS DE VANGUARDA

Fruto de grande esforço de trabalho e organização dos alunos e professores que trabalham nas escolas secundárias "Samora Machel" e "Eduardo Mondlane", estes dois estabelecimentos de ensino são considerados até à data as melhores escolas secundárias básicas de campo em toda a Ilha.

A escola secundária básica de campo "Samora Machel", que lecciona este ano até um nível correspondente à oitava classe, é considerada a escola secundária modelo da Ilha da Juventude.

De salientar que o movimento estudantil nesta Ilha atinge neste momento cerca de 25 mil jovens no ensino secundário — entre cubanos, moçambicanos, angolanos, etíopes e namíbios, — que recebem as suas aulas em cerca de 50 modernos estabelecimentos ali existentes.

Ao recordar o exemplo de internacionalismo dado pela República de Cuba, o responsável das escolas moçambicanas naquele país socialista da América Latina disse que "as escolas moçambicanas devem constituir-se em centros de vanguarda na produção e no aproveitamento didáctico-pedagógico".

OBRIGADO POVO CUBANO

"Obrigado povo cubano", "Obrigado Fidel Castro", foram palavras pronunciadas pelo Presidente Samora Machel em 1977, quando visitou as primeiras

escolas moçambicanas em Cuba, e que os estudantes de Moçambique repetiram com entusiasmo na sua mensagem do passado dia 27 de Março, ao receberem mais um contingente de jovens moçambicanos que vão ali continuar os seus estudos.

A mensagem de boas-vindas dos estudantes daquela Ilha salienta assim o papel internacionalista da República de Cuba para com os povos que, em todo o Mundo, lutam pela verdadeira Liberdade e Independência.

Lida por um aluno da Escola Secundária Básica de Campo "Samora Machel", a mensagem sublinha que, cumprindo o seu papel internacionalista tal como ontem em Angola, Cuba dá agora o seu apoio incondicional à República Socialista do Vietnam, vítima de uma agressão por parte da República Popular da China.

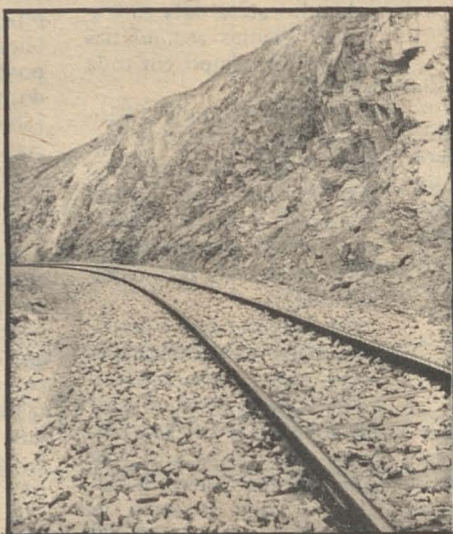
A mensagem dos estudantes, a terminar, apelava aos companheiros recém-chegados para que soubessem representar correctamente o seu povo, mantendo bem alto e consequentemente o grau de disciplina e organização que sempre o caracterizou, para poderem ser os verdadeiros embaixadores do povo moçambicano, em Cuba.

Entretanto, os estudantes acabados de chegar afirmaram também, numa mensagem lida na cerimónia, que estavam cientes de que a batalha que os esperava era dura mas, com esforço e ajuda dos restantes alunos, estavam certos do triunfo.

cadernos do
terceiro
mundo

ANGOLA

o caminho de ferro de benguela



Uma linha férrea vital para a economia de Angola, Zâmbia e Zaire, está hoje a funcionar apesar de ser o alvo preferido dos ataques inimigos.

João Belisário

POR sua localização geopolítica e económica, o Caminho de Ferro de Benguela constitui uma das vias de maior importância em toda a África. Do ponto de vista económico é, sem dúvida, o mais barato para o transporte das riquezas de pelo menos três países: Angola, Zaire e Zâmbia. Desde a sua concepção, o principal objectivo dessa linha férrea inter-

nacional foi o escoamento dos minérios de Katanga — actualmente Shaba, região mineira do Zaire — e da Zâmbia.

Até 1975, 45 por cento do movimento de importações e exportações do Zaire e mais de 50 por cento do comércio externo da Zâmbia eram feitos por esta via. Um terço do movimento total da rede ferro-

viária correspondia ao tráfico de mercadorias angolanas. Nesse ano, o tráfico internacional foi interrompido, após a invasão de Angola por tropas sul-africanas e zairenses, mantendo-se apenas a circulação interna de passageiros e carga.

Pela sua importância internacional e pela repercussão económica e social nas

regiões angolanas por onde transita, o restabelecimento do tráfico dessa linha férrea, em 1978, trará grandes benefícios para o povo angolano.

A reabertura foi um das consequências imediatas da normalização das relações entre Angola e o Zaire, gesto que reafirmou a independência dos organismos dirigentes da República Popular.

Essa decisão não esteve subordinada a nenhum centro de poder do capitalismo. A reabertura foi feita contra os interesses daqueles que procuram desestabilizar o governo de Luanda e não perdem nenhuma oportunidade para desencadear sabotagens. As recentes descobertas de grupos clandestinos armados e financiados pela África do Sul na província do Huambo — um dos seus objectivos era atacar os caminhos de ferro — são uma prova disso.

A destruição dos caminhos de ferro permitiria ao governo sul-africano continuar a pressionar a Zâmbia para forçá-la a voltar a utilizar a Rodésia como via única de saída da sua produção mineira. Isso representaria em retrocesso político grave para a Zâmbia, país que até há pouco aplicava as sanções decretadas pela ONU contra a Rodésia e a África do Sul.

UM DINAMIZADOR

Além de significar uma razoável entrada de divisas, a reabertura da ferrovia internacional significa para Angola a dinamização de outras actividades económicas, como por exemplo o tráfico marítimo.

Assim, ao mesmo tempo em que aumenta a vigilância nas áreas em torno da linha, o Estado angolano está empenhado em terminar diversas obras de melhoria do porto de Lobito e acelera a formação de quadros angolanos para preencher o vazio deixado pela partida dos técnicos portugueses em 1975.

Como consequência imediata das confrontações e dos actos de sabotagem ao longo dos trilhos e da recente seca que afectou extensas regiões angolanas, o abastecimento interno da mercadoria baixou uns trinta por cento, em 1978, com relação aos índices de 1974. Mas contrariamente ao que se diz, o tráfico de passageiros praticamente duplicou. Isso se deve em grande medida ao aumento do poder aquisitivo da população.

Na linha férrea que percorre 1300 quilómetros de território angolano — atravessando as províncias de Benguela, Huambo, Bié e Moxico — trabalham cerca de sete mil pessoas. A via serve também as províncias vizinhas do Kwanza-Sul, Lunda e Kuando-Kubango, vinculadas ao caminho de ferro por uma rede de extensões. A carga transportada localmente é, na sua maior parte, sal, peixe, sisal, feijão, milho, trigo e, no sentido inverso, produtos de importação para a distribuição no interior do país. Com as chuvas de Inverno que sucederam a um duro período de seca, é possível prever neste ano um sensível aumento no tráfico interno de produtos agrícolas, ademais da evacuação de milhares de toneladas de minerais acumu-

lados durante os três anos nas minas de cobre, urânio e manganês do Zaire e da Zâmbia.

Imediatamente depois da independência, as acções do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) que pertenciam ao Estado português (10 por cento) passaram para as mãos do Estado angolano.

O governo de Luanda designou três administradores por parte do Estado e um delegado do governo com poder de veto nas resoluções administrativas da direcção dos Caminhos de Ferro.

A partir da independência, a reactivação dos serviços públicos deve-se à iniciativa dos trabalhadores que não se deixaram amedrontar pelas enormes tarefas a realizar. O C.F.B. é um exemplo.

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

As ferrovias sofreram, como era inevitável, as consequências dos confrontos com os movimentos fantoches — UNITA e FNLA — e com o exército racista sul-africano. Pontes destruídas, vias levantadas, carros e vagões destróçados pelas minas.

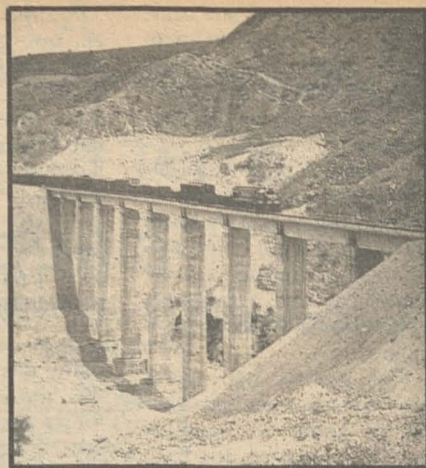
Além disso, houve um êxodo muito grande de recursos humanos. Primeiro, dos funcionários administrativos, técnicos e trabalhadores qualificados portugueses (cerca de três mil), que abandonaram o país no período dos confrontos armados. Logo, devido à insegurança política imperante nessa época, muitos operários angolanos não puderam continuar a

trabalhar nos locais devidos, e optaram por transferir-se para outras províncias. Ultimamente, embora em menor escala, um certo número de trabalhadores abandonou os caminhos de ferro por outros empregos, especialmente na função pública. Assim, de um total de 12 322 trabalhadores efectivos em 1974, CFB contava, em Janeiro de 1977, com apenas 7071 trabalhadores.

UM TERMÓMETRO

A Direcção de Materiais funciona praticamente como uma indústria metalúrgica onde se fazem vagões, e locomotivas e é construído quase todo o material necessário para a reparação das vias. Na época colonial esta direcção contava com mais de quinhentos trabalhadores que abandonaram o país ou a região durante os confrontos. O Huambo, cabe recordar, foi um dos centros de maior actividade da UNITA, grupo dirigido por Jonas Savimbi, financiado primeiro pelo exército português e agora mantido pelas forças racistas da África do Sul.

Devido ao controlo militar, as perseguições, torturas e dezenas de assassinatos cometidos durante os meses em que a UNITA ocupou militarmente a cidade do Huambo, produziu-se o êxodo dos trabalhadores, que não se sujeitavam às imposições de tipo racial e tribal dos bandos de Savimbi. Nesta situação de guerra, os operários demonstraram o desenvolvimento da consciência política da sua classe. Os trabalhadores do Caminho de Ferro de Benguela mo-



bilizaram-se rapidamente para garantir a manutenção dos seus locais de trabalho e das oficinas como um todo funcional. Os companheiros mais activos foram eleitos como responsáveis pelas secções abandonadas pelos chefes e técnicos que, em geral, eram a mesma pessoa.

A libertação do Huambo pelo MPLA em Agosto de 1976 significou o retorno de muitos operários que se tinham refugiado nas matas ou concentrado em zonas de Luanda, onde o MPLA tinha conseguido deter o avanço das tropas sul-africanas.

Assim, apesar das consequências dos combates e sem a presença dos técnicos, os trabalhadores continuaram nas suas funções. Um exemplo prático do empenho para solucionar os problemas foi o esforço por substituir as peças sobressalentes, com muita criatividade e com o máximo de aproveitamento das possibilidades locais.

FORMAR QUADROS

Ao lado da sede administrativa do CFB, no porto

do Lobito, junto ao Hotel Terminus que também pertence à Companhia, funciona o Centro de Formação de Quadros da empresa. Uma velha construção de madeira, espaçosa e sólida, serve como instalação para o centro de formação e de alfabetização, assim como para o serviço social da empresa.

"Antes os angolanos quase não tinham acesso a qualquer desses cursos", afirma Arlindo Guedes, responsável pela formação de quadros. "Apenas lhes era permitido fazer cursos para sinaleiros e aspirantes a cargos de estação". Só a partir de 1976, com a expulsão dos sul-africanos e dos movimentos fantoches, este centro começou a funcionar e dar cursos num contexto muito diferente ao da época colonial. Estes cursos também prevêem a capacitação cultural e política dos trabalhadores.

Dos sete mil trabalhadores do CFB, aproximadamente uns três mil e quinhentos são analfabetos. Agora, até os mais velhos participam na campanha de alfabetização, a aprender o que lhes foi negado durante anos pela colonização.

A consciencialização política dos operários e a sua superação cultural chegou a todos os sectores de actividade produtiva e governamental e melhoram a sua eficácia. Nas assembleias do movimento de rectificação, promovido pelo MPLA-Partido do Trabalho, os trabalhadores pronunciavam-se periodicamente sobre os antigos militantes do movimento e propõem novos membros.

Estas reuniões contribuem também para o entendimento entre os diversos sectores de uma mesma unidade produtiva, na busca de soluções mais adequadas para a organização do trabalho.

Assim, por exemplo, nas oficinas da CFB no Huambo, o movimento de rectificação iniciou-se com assembleias onde mais de 500 trabalhadores discutiram abertamente sobre as verdadeiras qualidades dos seus companheiros de trabalho, elegendo os novos membros do MPLA-PT.

Apesar das exigências do seu trabalho, os ferroviários integram-se na Organização da Defesa Popular numa proporção superior a trinta por cento do total, oferecendo-se voluntariamente para a vigilância noturna ao longo de todas as instalações.

Com isto estão a ajudar decisivamente o governo angolano na vital tarefa de garantir a segurança e atingir altos níveis de produtividade nessa linha férrea que os inimigos pensavam nunca poder funcionar eficazmente, sob a direcção do governo revolucionário de Angola.

terceiro
mundo

LÍBIA

defender a revolução

*O líder da Revolução Líbia,
Muammar Khadhafi,
desvincula-se das responsabilidades
administrativas,
para pôr em prática a Terceira
Teoria Universal.*



No dia 2 de Março, reunido em Tripoli, o Congresso Geral do Povo — o maior organismo de condução nacional, — deu um importante passo na construção do socialismo, que consistiu em estabelecer uma nítida separação entre a liderança da revolução e a administração.

De acordo com esta decisão, Abutali Obeide foi nomeado Secretário-Geral do Congresso, em substituição ao Coronel Kaddhafi, cuja condição de líder do pro-

cesso ficou desvinculada de toda a responsabilidade administrativa.

A reunião do Congresso coincidiu com o segundo aniversário da criação da **Jamahiria**, termo árabe que sintetiza o actual ordenamento líbio, e que significa "Estado das Massas".

A **Jamahiria**, está organizada a partir de Congressos Populares de base, que deliberam a nível local, e se integram no Congresso Geral do Povo, que é o organismo central da democracia

directa, que a nível teórico foi descrito por Kaddhafi no seu Livro Verde. Ao Congresso Geral competem as decisões de âmbito nacional e a designação do Comité Popular, que é um órgão executivo. Obeidi era o titular do Comité Popular, até ser nomeado Secretário-Geral do Congresso. Como Secretário-Geral Adjunto, foi designado Muhammad Abdulgasseem Zumi, que ocupava a Secretaria-Geral do Congresso Popular de Bengazi, a segunda cidade do país.

Foi Kaddhafi que inaugurou a reunião de abertura do Congresso, e explicou o sentido e a projecção das mudanças: "A Revolução não é um cargo e sim um princípio. Todos já estão convencidos, dentro e fora do país, de que a Revolução manter-se-á sem depender de eleições nem de designações: a conduta revolucionária já não estará ligada a cargos, secretarias ou comités populares, mas unir-se-á às forças da Revolução a fim de para ela trabalhar".

Kaddhafi disse que a Revolução é, como a fé, uma força interior, e que, assim como nada pode reviver a fé perdida por alguém, também não é possível reanimar o fervor revolucionário em quem o perdeu.

"Muitos amigos, camaras e pessoas que amamos, se afastaram ao perder o fervor revolucionário, e todos os nossos esforços e nossas orações para lhes despertar novamente este fervor, fracassaram".

O líder líbio formulou estas opiniões, ao sublinhar que a Revolução não pode ser baseada em um conceito administrativo, funcional ou legal, "nem é algo

que possa ser adoptado por decisão, por lei ou por votação".

"Enquanto formos revolucionários, nossa missão é defender a Revolução, consolidar todos os princípios postos por ela em vigor, assegurar o êxito da transformação revolucionária global, alcançar seus objectivos, e promover a sua difusão de um povo a outro".

Fala-se que este foi o passo mais importante dado pela Jamahiria desde a sua constituição, visto que a partir de agora, Kaddhafi dedicar-se-á à plenitude das duas funções: a de ideólogo — que exerce desde o começo, — e a de impulsor da Revolução das massas. Isto será feito através da direcção dos Comités Revolucionários, organismos de base a nível político.

Trata-se pois de uma nova etapa deste processo começado no primeiro dia de Setembro de 1969 pelo núcleo de oficiais que derrubou a monarquia e liquidou a presença neocolonial. Durante a primeira etapa, foram retiradas as bases militares estrangeiras, recuperou-se o controle dos recursos naturais — especialmente o petróleo, — e com as riquezas nas mãos do país, deu-se início a grandes programas de desenvolvimento económico e social, incluindo a Reforma Agrária. A segunda etapa começou com a instituição da Jamahiria, orientada na transferência do poder às massas, e a terceira, abre-se agora mediante uma ampla mobilização das bases para concretizar a democracia directa e o socialismo. Tal é o esquema idealizado por Kaddhafi, chamado por ele a Terceira Teoria Universal, e exposto

no seu Livro Verde.

O que procura o líder líbio, é conciliar a fé islâmica — na qual se unem religião e cultura, — e o socialismo. Já que os conceitos de Nação Árabe e de Islamismo transcendem o conceito clássico de nacionalismo, e tendem a reunificar os membros separados em uma só nação, sua tentativa projecta-se a todo o Mundo Árabe.

No plano económico, a aplicação da Terceira Teoria está dando lugar a transformações recentes: uma delas é a execução do princípio tradicional "Al Bytou Li Sakinihi" (A casa pertence a quem a habita). Todos os inquilinos têm direito a converter-se em proprietários (de uma só unidade), e os que precisam de moradia têm direito a possuir uma.

Isso é o afirmado, e é fácil comprovar que na Líbia tal afirmação é posta em prática. E não só em Trípoli ou em Bengazi, mas em todos os pontos do país impressiona a actividade das empresas construtoras de vivendas populares dotadas de conforto. O outro princípio, manifesta-se contra o sistema de salários e a favor da associação dos trabalhadores à propriedade e à direcção das empresas. Organizam-se em consequência disso, Comités de Gestão que assumem as tarefas de direcção e distribuição de lucros. Tal é o processo que o Coronel Kaddhafi se propõe dinlizar e aprofundar. Entende-se, pois, que esta proposta de socialismo islâmico seja vista como uma poderosa ameaça pelos reis e xeiques do Golfo Árabe, que se apoiam em uma versão feudal do Corão.

AMERICA LATINA

ARGENTINA a classe operária enfrenta a ditadura



UM profundo descontentamento popular foi a base para o maior desafio até agora apresentado ao regime da Junta Militar, desde que esta tomou o poder em 24 de Março de 1976: a "Jornada Nacional de Protesto". Convocada pela "Comissão dos 25", um agrupamento sindical de relativa representatividade, traduziu-se em 27 de Abril na paralisação de grande parte das actividades, particularmente no maior foco fabril da Argentina, a Cintura Industrial de Buenos Aires.

A decisão dos "25" de

convocar uma greve geral de surpresa, e somente uma semana antes de 7 de Abril, foi julgada unanimemente como um repto inimaginável nos tempos presentes, depois de três anos de repressão sistemática, que desarticulou o movimento sindical, ilegalizou as suas actividades, proibiu mesmo a eleição de delegados nas fábricas, com uma repressão selvagem e total. A repressão golpeou duramente, dos dirigentes da central única — a Confederação Geral do Trabalho (CGT), — ao nível das fábricas, com a morte, com a tortu-

ra, com a detenção massiva, e, é claro, sem nenhum resguardo jurídico.

A REACÇÃO DO GOVERNO

Diante o desafio dos "25", o governo novamente utilizou processos duros. Convocou os representantes da Comissão ao Ministério do Trabalho, na noite de 23, e exigiu aos dirigentes que ractificassem a convocatória à greve. Estes negaram-se, e foram presos. A seguir, foi feito um número grande de prisões nos meios sindicais, campanhas

de intimidação e de acção psicológica.

A convocatória foi submetida a uma cortina de silêncio. A rádio e a televisão, e muitos meios de comunicação social próximos do governo, não mencionaram a chamada à greve. Os diários conservadores independentes — os únicos que restaram na Argentina depois do encerramento de todos os órgãos de tendência progressista, — utilizaram o método da autocensura, relegando esta informação às páginas interiores, de maneira resumida.

Nestas condições, ninguém esperava o alto índice de adesão obtido. Por um lado, por não terem os "25" senão uma representatividade parcial, e, por outro, porque é realmente impossível, hoje, concertar uma medida dessa natureza entre dirigentes e bases: e é mesmo difícil, pela falta de organização e pelo medo, fazer circular o próprio texto de um apelo à greve nas fábricas.

Foi mesmo por essa razão que as tentativas de greve dos últimos meses, quando foi sentido um rápido incremento dos conflitos, deram-se de um modo isolado, escalonados em sectores diferentes, e geralmente de curta duração. Somente dentro das unidades de trabalho foi possível combinar um movimento eficaz; levá-lo a nível nacional praticamente era impossível. Daí a importância de uma resposta massiva a favor desta primeira greve geral, desde 1976:

— segundo cálculos feitos nos três principais centros industriais do país, Buenos Aires, Córdoba e Rosário, foi de entre sessenta e se-

tenta e cinco por cento o total da adesão dos trabalhadores à greve; Buenos Aires, isoladamente, teve um total de ausência ao trabalho da ordem dos setenta por cento;

— ainda na capital do país, foram interrompidos numerosos serviços ferroviários que ligam o centro à periferia; serviços do metropolitano funcionaram graças à presença de policiais nas cabines dos condutores e nos pontos de acesso; os transportes urbanos e o comércio funcionaram normalmente, indicando que nesses sectores os grevistas não foram em grande número.

UM BALANÇO

O balanço desta jornada indica que daqui para a frente o regime militar terá que admitir a existência do factor sindical, e do dilatado e profundo mal-estar da classe operária. E essa admissão poderá ser feita através de dois caminhos opostos: ou acentua a repressão, ou aceita negociar.

A repressão está associada à política do general-presidente Jorge Rafael Videla e do seu ministro da economia, José Alfredo Martínez de Hoz. Este último, é o arquitecto de uma política económica de carácter antinacional e antipopular (ver os *Cadernos* n.º 13) que golpeou severamente a indústria nacional, reduzindo o mercado interno e comprimindo drasticamente os salários dos trabalhadores.

Os trabalhadores, segundo cálculos prudentes, perderam 45 por cento dos seus salários reais que vigoravam antes do golpe. A

continuidade do modelo económico de Martínez de Hoz exige a manutenção de uma forte repressão, como a actual. Mas o desafio levanta interrogações. Pode-se acentuar a dureza repressiva, mas ela atingirá mais as cúpulas sindicais que a resistência de certo modo espontânea a nível de fábricas.

A greve de Abril denota em qualquer caso, o fracasso de uma política que pretendeu impor o esmagamento da resistência social. Por outro lado, existe uma linha militar, na Marinha e num sector do Exército, adversa à condução de Videla. Trata-se de um conjunto de rivalidades, na qual se misturam antagonismos pessoais e derivados de alianças entre grupos de interesses, assim como de discrepâncias — que não chegam ao cerne, sobre a orientação económica.

A este mosaico de oposições dentro do regime, o almirante na reserva, Emílio Massera procura dar consistência. O ex-comandante da Marinha lançou-se na formação de uma frente política que herde uma "saída política" controlada do governo militar. Massera e os seus aliados castrenses têm um passado tão repressivo como o dos seus rivais, mas estão interessados no fracasso da linha presidencial para que capitalizem a seu favor o desgaste oficial, produzido pelo emergir da classe operária.

É nessa conjuntura que activam a sua proposta de mudança da cúpula governamental. A greve localizou-se desta maneira, no centro das contradições do regime militar. A análise dessa jornada e dos movi-

mentos seguintes deverá, pois, ter em conta, as repercussões dentro dos altos mandos das Forças Armadas, mas é desde já mais importante a avaliação do comportamento da classe trabalhadora e das perspectivas do seu crescimento organizativo e da resistência que possa opor ao futuro.

A CGT, desde 1976 e até agora, contestada fortemente pelas suas bases, esteve controlada por peronistas de centro-direita. Estes eram partidários do diálogo com as Forças Armadas em troca de serem mantidos no comando do poder sindical. Mas o anti-peronismo dos golpistas esvaziaram-nos como interlocutores válidos. Liquidaram a CGT, proibiram as actividades sindicais, e impuseram penas de quatro a dez anos de prisão a quem incitar à greve geral.

INTERVENÇÃO MILITAR

Numerosos foram os sindicatos que sofreram intervenções militares. Em outros foi permitida a permanência dos antigos dirigentes, limitados a uma função meramente decorativa.

Com esta drástica reestruturação da vida sindical argentina, o governo acreditou que ficaria dotado de interlocutores débeis e dispersos, obrigados a acatarem submissamente as ordens de cima, e a cumprirem a missão de "disciplinar" os trabalhadores a partir dos sindicatos.

Acontece que a crise económica foi muito longe. Uma fonte tão insuspeita, como a União dos Bancos



Martínez de Hoz: um elevado preço imposto aos trabalhadores.

Suíços, calcula que hoje em dia um operário argentino deveria ter três turnos de oito horas diárias para possibilitar à sua família um salário suficiente.

A classe operária argentina, desse país de desenvolvimento industrial intermédio, adquiriu uma grande experiência de luta. Diante do embate inicial do regime, conseguiu manter, não obstante a perda de quadros, um bom grau de coordenação a nível de fábricas. Deu início a formas inéditas de resistência — as únicas que poderia opor nas condições reais, — com o trabalho "zeloso" ou em greves de silêncio. Daí passaram a greves parciais, e o salto qualitativo deu-se na jornada do 27 de Abril.

Com essa etapa, apareceram novos dirigentes, intermédios ou a nível de fábricas. Eles e os trabalhadores de base não se sentem representados pela tímida

"Comissão dos 25", que surgiu como a coordenadora dos sindicatos não sujeitos à intervenção militar.

Pelo contrário, antes da greve já haviam advertido que a maturidade do movimento e as terríveis condições de vida, davam origem a um vigoroso impulso de protesto e à resistência das bases. Assim sendo, ou os "25" interpretavam essa realidade, ou ficariam completamente isolados da massa. É esse o sentido real e autêntico da convocatória à greve de Abril. Não foram por acaso os próprios "25" — especialmente para o governo, — que se puseram à frente de um acto de protesto, que procuraram controlar, para impedir a sua vazão em um "descontentamento anárquico"?

Foram, também, fixados objectivos moderados através de um documento de dez pontos, que reclama a

"restituição do poder aquisitivo salarial, a vigência da lei 14 250 que rege as contratações colectivas, e a normalização sindical e de obras sociais dos sindicatos, um ponto crítico da política económica, pois não somente atenta contra os salários dos trabalhadores, seus benefícios, obras sociais e seus sindicatos, como também corroe a

base da unidade nacional".

Foi também pedida a prescrição da lei de prescindibilidade, a liberdade dos sindicalistas presos e o aparecimento dos "desaparecidos", a defesa da indústria nacional e a correcção de uma política de impostos que facilita a importação de produtos estrangeiros, em prejuízo dos nacionais.

Tratam-se de exigências

mínimas, se bem que interpretem uma nova atapa da vida do movimento operário argentino. Será uma fase de novos sacrifícios, de lutas e de vítimas, mas marcará seguramente com nitidez os limites do poder das armas, e acentuará as contradições e dificuldades da ditadura militar.

cadernos do
terceiro
mundo

BOLÍVIA

o duro caminho da democratização



Ganhe Paz Estenssoro ou Siles Suazo, o novo Governo boliviano deverá enfrentar a herança do «banzerismo» e uma situação económica difícil de resolver.

Daniel Waksman Schinca

AO ler em centenas de cartazes espalhados e colados nos muros de La Paz, a palavra de ordem "Quem nada tem, nada teme", o visitante desprevenido, pouco familiarizado com as peculiaridades da política boliviana, poderia supor que se trata de propaganda de algumas organizações ligadas aos grupos marginais, ou às massas indígenas despossuídas que constituem a maioria da população do país.

Mas não; a frase foi criada pelos homens da ADN (sigla que quer dizer *Ação Democrática Nacionalista*), um partido que tem como chefe, nada mais do que o general Hugo Banzer. Esta "jogada" pode servir, em todo caso, para chamar a atenção sobre um fenómeno sem cuja compreensão, toda a dinâmica da política boliviana resultaria indecifrável: este é um país "de esquerda", no qual, se quiser ganhar algum apoio, a extrema-direita deve se disfarçar de "centro", o centro deve adoptar a retórica de esquerda, e cada organização da verdadeira esquerda desenvolve árduos esforços para defender o seu espaço próprio, em um terreno reivindicado por um sem número de partidos, pequenos partidos, e grupos mais ou menos competitivos.

Esta característica do sistema político boliviano deve-se, sem dúvida, ao facto de que o quadro partidário e das frentes que se apresentam às eleições do próximo dia 1 de Julho resulte em um verdadeiro inventário de paradoxos.

Para começar, o número de organizações é de quase sessenta, das quais uma boa

proporção não poderia fugir à classificação de grupusculares. Mas, além disso, na maior parte, elas estão conflitivamente ligadas umas às outras por laços de variadas índoles: por haver formado parte de um mesmo tronco, por haver integrado em algum momento uma coligação ou aliança, ou por haver compartilhado em conjunturas variáveis o exercício do poder, ou o rigor da oposição.

O DIVISIONISMO

O exemplo mais impressionante é talvez o do trotskismo, que na Bolívia teve por certo uma influência nada desdenhável e que tem-se fragmentado (por enquanto), em sete organizações, cada uma das quais adopta diante desta iminência eleitoral, uma postura distinta.

Na realidade, quase não existe na Bolívia um partido que não tenha se dividido em pelo menos duas correntes, e geralmente em mais. O "Movimento Nacionalista Revolucionário" (MNR), protagonista da Revolução de 1952, e que mantém ainda uma presença dominante no cenário político do país, está dividido em três grandes correntes: o MNR chamado "Histórico", que reconhece a liderança de Victor Paz Estenssoro, o MNRI (de "esquerda", "izquierda"), conduzido por Hernán Siles Suazo e o PRA (Partido Revolucionário Autêntico), de Walter Guevara Arze. O PRIN, fundado na década passada por Juan Lechín, oriundo do Movimento, seria um quarto ramo do velho MNR, mas não podemos esquecer que o PRIN



general Padilla: promessa de eleições

sofreu por sua vez divisões, e que agora existem, pelo menos, três agrupamentos que reclamam a sigla.

O MNR de Paz Estenssoro teve uma facção dissidente, que acompanhou nas últimas eleições o general Juan Pereda, e nestas apoia as postulações do general Bernal.

A ultradireitista Falange Socialista Boliviana (FSB) tem também duas variantes: a fracção dirigida por Mário Gutiérrez, que se aliou a Bernal, enquanto que a de Gastón Moreira, somou-se à Aliança banzeirista. O nome *Partido Socialista* é utilizado, por sua vez, por três grupos, cada um dos quais com a sua própria opção eleitoral, e até o recentemente criado MRTK, Movimento Revolucionário Tupac Katari, que expressa as reivindicações específicas do campesinato indígena, divide as suas preferências entre as candidaturas de Siles e Paz Estenssoro.

O conhecimento mais ou menos preciso da realidade boliviana obriga, pois, que nos internemos no intrincado labirinto cujo percurso familiariza-nos com cada árvore, mas que nos faz correr o risco de perder a perspectiva da floresta.

ELEIÇÕES GERAIS

Nas eleições de Julho próximo, os bolivianos deverão se pronunciar, em resumo, por alguma das três possibilidades: a extrema-direita (em qualquer das suas versões engalonadas, Banzer ou Bernal), a aliança de esquerda, encabeçada por Siles Suazo, ou a coligação (mais difícil de ser catalogada, mas que os observadores costumam etiquetar como de centro ou de centro-direita) que levanta como bandeira a candidatura de Paz Estenssoro. As demais opções são, indiscutivelmente, marginais.

Mas a realidade é que ninguém concede à direita militar grandes oportunidades de vencer nas urnas. Bernal, que obteve nas eleições de 1978 uma abundante colheita de votos, não tem nenhuma possibilidade de reeditar o seu feito. E Banzer não compete nesta corrida eleitoral porque creia que possa ganhá-la (nenhum prognóstico sério dá-lhe mais de 10 ou 15 por cento dos sufrágios), mas porque necessita "legitimar-se", como passo prévio a que todo o mundo, em La Paz, pense que tratará, mais cedo ou mais tarde, de dar um novo golpe de Estado.

Enquanto isto, a sua súbita descoberta vocação eleitoral serve-lhe como definição de "democrata", e também para contar no parlamento com um sector que o defenda com unhas e dentes durante as investigações às quais, inevitavelmente, estará sujeito.

Com efeito, o esclarecimento dos múltiplos e sujeitos "negócios" realizados

durante os sete anos da administração banzerista, e os processos judiciais a que estarão sujeitos os seus responsáveis, constituirá uma das primeiras actividades que se avocarão, sem dúvida, os novos deputados. E o general deverá defender-se nesse terreno, enquanto arma outro *putsch*.

NOVA "QUARTELADA"?

Poucos são, em todo o caso, os que pensam ser provável uma quartelada que impeça a realização das eleições: tudo indica que o governo militar encabeçado por Padilla esteja realmente decidido a chegar ao 1 de Julho de acordo com o plano traçado, e até agora, em termos gerais, a campanha tem-se desenrolado com uma razoável limpeza.

Não é previsível que o acto eleitoral, para além das irregularidades inerentes a um país como a Bolívia, resulte viciado por uma manobra fraudulenta maciça, comparável àquela ocorrida no ano passado.

As condições destas eleições são muito diferentes das que imperaram no ano de 1978, e assim sendo, o ganhador deverá ser, em princípio, Hernán Siles Suazo, ou Victor Paz Estenssoro.

Nesta Bolívia imprevisível, onde os esquemas políticos podem ser arrasados pela realidade em 24 horas, e onde os governos surgem, desgastam-se e desaparecem, caindo vertiginosamente.

Os protagonistas deste duelo eleitoral são os mesmos homens que apareceram no primeiro plano do cenário político do país há

mais de um quarto de século, à frente do "movimentismo".

Na realidade, a aliança "estenssorista" e a UDP (União Democrática Popular), que por sua vez defende a candidatura de Siles Suazo, são duas coligações de certa forma simétricas.

Em ambos os casos, o eixo vem do MNR: num, trata-se do MNR "histórico", e noutro do MNR de "esquerda", mas de facto, ninguém parece crer que as massas bolivianas possam ser atraídas com o voluntarismo popular de 1952.

VICE-PRESIDÊNCIA

Quanto à postulação para vice-presidente, a aliança propõe José Luís Ossio, chefe da Democracia Cristã boliviana.

O binómio da UDP é completado com Jaime Paz Zamora, do MIR (movimento que por certo nasceu de um ramo de esquerda do tronco democrata-cristão). Tanto a coligação de Estenssoro como a de Siles Suazo contam, além disso, com o apoio de parte do MRTK. E, finalmente, ambas incluem como elemento chave, um partido comunista: no caso da UDP, trata-se do PC ortodoxo, pró-União Soviética, enquanto que a Aliança incorporou às suas fileiras o PC Marxista-Leninista (PC-ML, pró-China, ou "pequênês"), dirigido por Oscar Zamora. Ganhe quem ganhar, tudo faz supor que a Bolívia terá a partir de Agosto próximo, um governo exercido por uma combinação multipartidária e pluri-ideológica, da qual fará parte um PC ...

Mas seja qual for a fór-



mulher trabalhadora nas minas.

mula imposta pelas urnas, não parece possível que o ganhador receba a maioria absoluta dos votos. Nesse caso, o presidente deverá ser eleito pelo congresso, e aí o panorama complicar-se-á.

SOMBRAS NO PANORAMA

Antes de tudo, isto dar-se-á porque até agora ninguém assumiu um compromisso inequívoco no sentido de votar no parlamento no candidato que tenha conquistado a maioria relativa nas eleições. Em consequência disso, não há motivo para ser descartada a possibilidade de que Siles Suazo possa ganhar a votação por uma margem de votos mais ou menos estreita, mas que a extrema-direita consagre no parlamento a designação de Paz Estenssoro como presidente.

Mas, mesmo que isso não ocorra, e que haja um desenlace mais lógico (que o candidato que tenha alcançado o primeiro lugar, Sua-

zo ou Estenssoro, receba o apoio do segundo, Estenssoro ou Suazo), o novo presidente instalar-se-á no Palácio Queimado em condições que não são exactamente as ideais: situado minoritariamente no parlamento, devendo conduzir um conjunto de forças tremendamente heterogêneas, e submetido a uma permanente ameaça de uma quartelada.

Tudo isso já configura um panorama sombrio. Mas, ademais — e além disso, — há que considerar que o regime que emergir das eleições de 1 de Julho, deverá administrar uma herança terrível.

O banzerismo, com efeito, passa aos seus sucessores uma situação económica dificilmente controlável: será o triunfador destas eleições aquele que, de boa ou má vontade, deverá assumir a responsabilidade de uma série de medidas anti-populares (para começar, um aumento radical dos preços dos combustíveis), e os primeiros meses do novo governo incluirão, inevita-

velmente, as tormentas sociais que se subseguirão.

A UDP, que está fortemente implantada no movimento sindical, gozará neste caso, de uma importante vantagem, mas também não podemos imaginar que a classe operária boliviana esteja disposta a “pagar a factura” docilmente. E muito menos se o presidente eleito for Estenssoro. Este conta provavelmente com o PC “pequínês” para manejar as suas relações com a central operária. Mas os factos demonstram que a incorporação dos pró-chineses na Aliança, custou-lhe caríssimo no meio sindical, tendo sido totalmente afastados da direcção da Central Operária Boliviana.

Banzer e os seus amigos podem, pois, tirar proveito por algum tempo de uma democracia política, na qual não acreditam, mas que de momento resulta-lhes funcional, enquanto esperam o estalar dos conflitos sociais que foram gerados durante os anos de ditadura militar.

Se o novo governo não revela uma grande coesão interna, e não emprega uma grande astúcia no manejo das ásperas conjunturas que, previsivelmente, aparecerão, a precária democracia agora estabelecida na Bolívia poderá instalar-se no poder.

Nesse sentido, o caso boliviano ilustra, de maneira talvez mais drástica que qualquer outra, a problemática que enfrentam — ou que deverão enfrentar, — os países sul-americanos que se estão a libertar progressivamente das suas respectivas ditaduras.

cadernos do
terceiro
mundo

SATO

bloco militar em gestação?

*As tentativas
para a criação de um bloco
militar no Atlântico Sul,
até agora fracassaram.
Mas o imperialismo volta
sempre a insistir.*



Paulo César Braz

A NATO (ou OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte), acaba de completar trinta anos. Criada em 1949, por inspiração da necessidade norte-americana de fazer

frente ao poder bélico do mundo socialista, a NATO bem cumpriu a missão que lhe foi definida.

Sobre o poder bélico, e consequentemente político, dessa organização, exer-

cido sob a pressão e rígido controle dos Estados Unidos, voltaremos a falar em outra oportunidade.

Nossa atenção volta-se hoje para o processo de gestação de um novo pacto militar, de um novo tentáculo do poder das multinacionais, processo de gestação que se arrasta já há alguns anos.

Com a deslocação temporária das suas maiores preocupações para o hemisfério sul, e mais especificamente para a África e América do Sul, o imperialismo tenta, com a criação da SATO (ou OTAS, Organização do Tratado do Atlântico Sul), criar, por sua vez, as condições geopolíticas e geo-estratégicas que lhe possibilitem retardar por mais algum tempo a marcha inexorável da História.

UMA TENTATIVA

Os primeiros passos para a criação de um bloco político-militar, que colocasse as Forças Armadas dos países latino-americanos sob controle dos Estados Unidos, foram dados há trinta e dois anos, ao ser assinado o Tratado do Rio de Janeiro, em 1947.

Por esse tratado, os países signatários comprometiam-se a repelir uma eventual "agressão" dirigida contra qualquer um deles, e estabeleceram ainda a extensão geográfica daquilo a que chamavam "zona de segurança". A delimitação dessa área de "segurança", principalmente no que se refere à sua extensão para o oriente (desde a Groenlândia até ao extremo sul do Atlântico), revela-nos imediatamente uma preocupação que não era mera-

mente defensiva, mas verdadeiramente expansionista.

Com efeito, este pormenor revela, já de forma mais ou menos disfarçada, a ingerência real dos Estados Unidos em áreas e zonas sobre as quais este país não tinha — e nem tem, — quaisquer direitos, e que se liga de modo muito claro ao carácter vincadamente expansionista da sua política externa, nomeadamente após a Segunda Guerra Mundial, e não a quaisquer pretensões legítimas de autodefesa, ou ainda de co-defesa.

A verdade é que a Rota do Cabo, e a passagem do Atlântico para o Pacífico pelo sul do continente americano, despertaram há muito a cobiça americana, que as considerava vitais para a sua liberdade de movimento (e de acção) a nível global.

Mas o Tratado do Rio de Janeiro revela-nos ainda outros pormenores interessantes acerca da estratégia imperialista dos Estados Unidos, principalmente no que se refere à submissão dos Estados signatários às directrizes da política externa norte-americana:

1.º — O tratado não se circunscrevia ao ponto de vista geográfico do continente americano e às zonas marítimas próximas;

2.º — Ao ser definido o que se entenderia por "acto de agressão", os Estados Unidos conseguiram que por ele não fossem levados em consideração apenas os ataques armados contra os territórios e as populações dos Estados signatários. Fizeram incluir na definição de "acto de agressão", qualquer tipo de acção que fosse considerada "perigo-

sa" para qualquer região do Globo que estivesse sob o controle de qualquer um dos Estados signatários.

Tomando-se isto em conta, e dado que apenas os Estados Unidos possuíam bases e territórios fora do continente americano, este país podia, assim, obrigar qualquer um dos outros Estados a intervir militarmente em qualquer região da Terra, se os seus dirigentes assim o entendessem.

OS ESTADOS UNIDOS E O ATLÂNTICO SUL

Dez anos após a assinatura desse Tratado, ou mais propriamente, por ocasião da reunião do Conselho Interamericano de Defesa em 1957, foi discutida a criação de um novo tipo de bloco político-militar no Atlântico, inspirado nos moldes da NATO, então existente para o Atlântico Norte.

Dificuldades diversas impediram na altura o aparecimento real desse projecto, mas os Estados Unidos conseguiram que, a partir de 1960, fossem realizadas manobras militares, com carácter regular, sob o seu comando, no Atlântico Sul, envolvendo as principais forças aeronavais dos países latino-americanos.

Desde então, a ideia da criação da SATO nos moldes da NATO, nunca mais foi abandonada, tendo-se assistido nos últimos anos a uma intensificação das campanhas a seu favor, aproveitando-se quase sempre dos momentos conjunturais "propícios", como por exemplo, após a queda do colonialismo português em África.

Assim, em 1976, teve lu-

1978: intervenção francesa no Zaire (Shaba) ao serviço de Mobutu



gar na base naval de Belgrano, na Argentina, um encontro entre o Comandante-em-Chefe das Forças Navais Norte-Americanas no Atlântico Sul, o Ministro da Marinha de Guerra brasileira (almirante Azevedo Henning), e o Comandante-em-Chefe da Armada Argentina (Emílio Massera), para a discussão deste problema.

A conclusão — aliás brilhante!! — a que chegaram no final da reunião, foi a de que, presentementê, apenas três países estavam, pelas suas tradições culturais e ligações ao “Mundo Ocidental”, em condições de desempenhar o papel de “contrôle” no Atlântico Sul: a Argentina, o Brasil, e a República Sul-Africana!! Ou seja, três ditaduras disfarçadas, sendo a última, cumulativamente, o regime racista mais odioso existente no Mundo.

Uma tal conclusão, deixando aparentemente de fora os Estados Unidos, es-

tá, também ela, mais uma vez, em perfeita sintonia com as novas orientações da política externa norte-americana.

Na impossibilidade de continuar a ser, como eufemisticamente se autoproclamava, o “gendarme do Mundo”, o imperialismo norte-americano preferiu escolher “gendarmes regionais”, que obedientemente continuem a fazer o seu trabalho de “polícia” (leia-se “política”), sem que seja obrigado a agir directamente.

Assim, os Estados Unidos vendem armas, emprestam dinheiro a juros elevados, oferecem directrizes, mas não se envolvem directamente, não “suja as mãos” nem mostram ostensivamente a sua participação: arranjam quem faça por eles o “serviço”, a “missão”.

Na verdade, a política externa norte-americana actual visa sobretudo, nesse campo, um duplo objecti-

vo: por um lado reactivar o espantinho da ameaça comunista e, por outro, colocar os países do Terceiro Mundo na falsa alternativa de uma submissão inevitável a Leste ou a Oeste, onde obviamente desejam ver escolhida a segunda opção, isto é, em seu próprio benefício.

PRESSÕES NA EUROPA

As pressões na Europa para o alargamento da área de intervenção da NATO ao Atlântico Sul, as tentativas, até agora goradas da criação da SATO, o apoio escondido, mas real, aos regimes racistas da África, o recrutamento de mercenários e as actividades da CIA no Terceiro Mundo, são, entre outros, indícios mais do que suficientes das reais intenções do imperialismo que, longe de serem pacíficas ou humanitárias, visam antes, directa e indirectamente, uma dominação político-económica, no maior

desrespeito pelos interesses e pela vontade dos povos.

UM EXEMPLO: O BRASIL

O general Figueiredo confirmou, após a sua tomada de posse como Presidente da República, a manutenção das grandes linhas da política externa brasileira, traçadas e instituídas no quadro da doutrina do "pragmatismo responsável" no governo anterior de Ernesto Geisel.

A escolha para Ministro das Relações Exteriores de Ramiro Geurreiro, um homem bastante ligado ao antigo ministro, Azeredo da Silveira, principal executor da política externa do "pragmatismo responsável", confirmou as intenções do actual general-presidente.

Ainda que, em matéria de política externa, um outro general, Golbery do Couto e Silva, seja considerado como o verdadeiro condutor do país, a opção por ele preconizada, um pouco tardiamente, de uma certa "independência" face aos Estados Unidos, deverá manter-se, bem como os projectos de colaboração com as sociais-democracias europeias, nomeadamente a alemã.

Muito embora, no quadro do sistema capitalista mundial, esteja reservado ao Brasil (como até há pouco ao Irão), um papel de reprodução alargada do capital, existe no seio de certos sectores da burguesia brasileira o desejo de poderem desempenhar um papel mais independente no sistema económico mundial, mais claramente, estreitando os laços comerciais. in-

dustriais e financeiros com países árabes e da África negra.

Dado que cerca de um terço das importações brasileiras é realmente representado por petróleo, assegurar boas relações e, se possível, relações privilegiadas com os países produtores e exportadores desta matéria-prima, é um objectivo fundamental da política externa brasileira.

Por outro lado, a exportação de produtos manufacturados no Brasil, é essencial para reduzir o enorme *déficit* da sua balança comercial. A exportação desses produtos para a Europa é difícil, dadas as medidas proteccionistas que os países europeus adoptam em relação a essas mercadorias. Em contrapartida, as exportações para os países de economia subdesenvolvida, é uma óptima e segura fonte de divisas.

O recente acordo comercial entre Angola e o Brasil é disso um exemplo bastante elucidativo. Mas, para que este tipo de relações económicas, favorável ao Brasil no quadro do sistema económico em que se encontra integrado, possa desenvolver-se da melhor maneira, os dirigentes políticos brasileiros têm um preço a pagar: renunciarem às directrizes de Washington e a certas "sugestões" europeias, mostrando claramente aos países africanos e árabes não-alinhados, que o Brasil não tem em relação a eles, segundas ou terceiras intenções.

VOLTANDO À SATO

Para estes países, o desenvolvimento das relações económicas com um país

industrializado do Terceiro Mundo é também altamente positivo, se esse país não pretender, paralelamente, servir de ponta de lança a uma maior penetração do imperialismo em África.

A renúncia definitiva do Brasil em participar na formação de um bloco político-militar no Atlântico Sul, ou seja, da SATO, tem um valor fundamental para os novos países terceiro-mundistas, nomeadamente para aqueles que não estão sujeitos a regimes ditatoriais ao serviço do imperialismo, subordinados aos Estados Unidos, à França, à República Federal Alemã ou à Inglaterra.

Sabemos bem como a administração Carter tem procurado alinhar com as principais potências da NATO com influência em África, uma estratégia comum, não isenta de dificuldades, dada a concorrência e as contradições internas que se verificam entre os principais países europeus, e entre esses e os Estados Unidos.

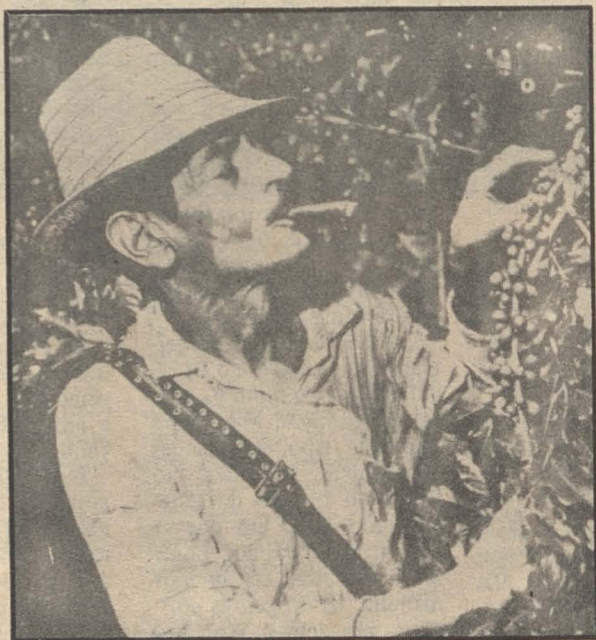
Essa estratégia visa a perpetuação dos regimes racistas da África do Sul e da Rodésia, a desestabilização dos países que procuram construir o socialismo, e a manutenção do controle sobre aqueles países que ainda se não puderam libertar da dominação europeia.

E dentro dessa estratégia, o imperialismo continuará utilizando as melhores cabeças ao seu serviço, a engendrar novas gestações de SATO's e similares, que, como dissemos, opondo-se à marcha inexorável da História, resultarão em obscenos abortos.

COLÔMBIA

«chicha», café e droga

Apesar do auge dos preços do café, o povo sofre, cada vez mais, dificuldades económicas, e, por essa razão, acentuam-se os conflitos sociais.



Francisca Morena

NO dia de Reis, no bairro popular de Belén, em plena baixa de Bogotá, dez mil pessoas humildes se concentraram, como em todos os anos, para assistir à festa religiosa tradicional, e beber a sua **chicha**, uma bebida alcoólica actualmente considerada ilegal.

A venda e o consumo da **chicha** foram proibidos há

trinta anos, em 1949, quando o país se encontrava em pleno estado de violência política. Mas, em lugar de desaparecer, a bebida continua a angariar adeptos, por atavismo cultural, e, também, por razões económicas. E para muitos observadores, além disso, o hábito de beber **chicha**, é uma expressão do inconformismo popular

diante da realidade nacional.

Entretanto, nos supermercados da classe média é fácil encontrar todo o tipo de artigos importados, desde os vinhos chilenos até nozes enlatadas procedentes do país, onde o modesto amendoim virou símbolo presidencial. Na rádio colombiana é insistente a propaganda a favor dos

whiskies escoceses.

Assim, os padrões de consumo das classes sociais de Bogotá, evidenciam algumas das contradições mais agudas da actual economia colombiana.

A uma política de desenvolvimento, com o tradicional ênfase na industrialização rápida, e a exportação de café, juntam-se as distorções produzidas por um imenso mercado negro de marijuana (liamba), cocaína e até mesmo de café.

Enquanto a economia colombiana cresceu em oito por cento o ano passado — cifra ainda não atingida desde os anos da violência, na década de cinquenta, — a imagem de prosperidade difundida pelo sistema não enquadra bem com as realidades das maiorias.

Os já famosos *gamiñes*, meninos vagabundos de Bogotá estudados por um grupo de antropólogos do Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar, não são senão manifestações de até onde uma situação eco-

nómica deprimente pode desintegrar, inclusive, a instituição familiar.

Outro sinal de crise é a florescente actividade política clandestina, rural e urbana, apesar das operações massivas realizadas pela polícia militar contra o movimento guerrilheiro "M-19". Com fome não há paz social, grita uma mulher no luxuoso centro internacional de Bogotá.

A reacção do governo liberal, autoproclamado centrista, foi defensiva. Diante dos problemas da droga respondeu com fortes agravos sobre a troca de moeda estrangeira, num esforço para controlar os lucros da venda de estupefacientes. Frente às acusações de tortura e de detenções massivas, os oficiais argumentam com critérios legalistas, baseados na necessidade imperiosa de defender a ordem pública.

A miséria que coexiste com o próspero tráfico de drogas, deram à Colômbia certa fama no Mundo. O

governo de Júlio César Turbay Ayala, furioso pela sua péssima imagem na imprensa internacional, negou-se a revogar a licença da agência noticiosa AP em Janeiro. Também fez um discurso oficial sobre a recente caricatura do *Time* sobre a *colombian connection* e seus artigos sobre a vigorosa actividade de plantadores de "coca" e marijuana na costa atlântica.

Mas é difícil que o actual governo possa mudar a sua imagem ou as estruturas básicas da economia. A política de desenvolvimento oficial está nas mãos de uma tecnocracia tão qualificada, como desligada dos anseios populares, e enquanto nos Estados Unidos houver mercado para os estupefacientes, o seu tráfico não poderá ser saneado.

O povo, com a sua *chicha*, paga os custos do ritmo desequilibrado de crescimento da economia colombiana.

cadernos do
terceiro
mundo

EQUADOR

uma transformação possível

José Steinsleger

A esmagadora vitória do binómio Roldós-Hurtado, liquidou politicamente a direita, e abre uma nova etapa de vida em um país que, não há dúvida, continua dominado pelos interesses económicos das transnacionais do petróleo e pela oligarquia terratenente.

UNS dizem que a política não é uma ciência exacta. Outros preferem recordar que quando a política percorre um caminho vitorioso, foi porque isso não se passou de maneira improvisada.

As discussões políticas giram hoje no Equador sobre estas duas opiniões, depois do esmagador triunfo eleitoral do binómio presidencial Jaime Roldós-Osvaldo Hurtado, da Concentração de Forças Populares (CFP) e da Democracia Popular, respectivamente.

Ao inaugurar-se o novo período constitucional, que será formalizado no próximo dia 10 de Agosto, quando as Forças Armadas dêem por terminados os sete anos de ditadura militar, entregando o poder ao presidente eleito, a vitória da CFP de 29 de Abril passado sugere as mais díspares expectativas nacionais.

O triunfo da CFP esteve fora de discussão já há nove meses, quando na primeira convocatória para as eleições, Roldós superou amplamente a coligação das direitas tradicionais, encabeçada pelo arquitecto

Sixto Durán Ballén, em 16 de Julho de 1978.

Mas não houve, até à segunda volta, uma coincidência em quanto às questões levantadas no período entre as duas eleições: os militares, entregariam eles o Palácio de Carondelet a um candidato que não fosse do seu agrado? Até que ponto Roldós seria condicionado pelos sectores dominantes? Que percentagens do eleitorado se pronunciarão por um ou por outro aspirante à presidência?

UM PERÍODO POUCO TRANQUILO

Num país caracterizado como "tranquilo", o cenário natural dessas inquietações foi sacudido alternadamente pelos atentados bombistas da direita, pelos persistentes rumores favoráveis ao golpismo, pela recessão bancária, pela desvalorização do sucre, pelo agressivo endividamento externo, pelas denúncias sobre corrupção administrativa, pelo encerramento de meios de comunicação social e a repressão a jornalistas, pelas denúncias de

manobras no seio do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), pelo assassinato do economista Abdón Calderón (ex-candidato da Frente Alfariista) e, finalmente, pela queda do general Bolívar Jarrín Cahueñas, ministro do Governo, apontado como um dos principais responsáveis por esse crime.

A imprevisível vitória de Roldós ultrapassou as expectativas mais optimistas, desencadeando uma série de acontecimentos de peso histórico: ainda que o TSE não se tenha pronunciado oficialmente, os dados da Secretaria de Informação Pública registaram mais de um milhão de votos para Roldós (65 por cento do eleitorado), barreira que nunca foi alcançada no Equador, nem pelo legendário Velasco Ibarra, quatro vezes eleito presidente, e outras tantas derrubadas,

A direitaista Frente Nacional Constitucionalista, de Durán Ballén, somente atingiu o meio milhão de votos, o que por sua vez tem especial importância, porque implica na liquidação histórica, sob o ponto de vista eleitoral, dos partidos tradicionais.

O eleitorado pronunciou-se contra a multimilionária campanha publicitária da direita mais extrema, que através do seu candidato a representante nacional, León Febres Cordero (chefe da Câmara dos Industriais), divulgou pela televisão as dolorosas imagens do Chile de Pinochet, atribuindo-as à Democracia Cristã, de Frei e à Unidade Popular, de Allende.

Finalmente, a CFP de Roldós e Bucaram (tio político do primeiro, e princi-



Jaime Roldós o presidente eleito.

pal líder do agrupamento), ganhou em dezanove das vinte províncias equatorianas (incluindo as ilhas Galápagos), num país geralmente dividido entre "os interesses da serra e os interesses da costa". E na província de Loja, a única onde a CFP perdeu, a diferença foi apenas de mil votos.

O EPICENTRO DOS DEBATES

Os resultados do escrutínio trouxeram também outras novidades sem precedentes. Para as Câmaras de Representantes Nacionais e Provinciais (doze e cinquenta e sete lugares, respectivamente), a CFP obteve com Bucaram quatro e vinte e três postos em cada bancada, enquanto que o Partido Esquerda Democrática, com o doutor Rodrigo Borja na presidência do Congresso, conseguiu três representantes nacionais e dezassete provinciais.

Os partidos Liberal (Clemente Huerta), Nacionalista Revolucionário (C. J. Arosemena), Social-Cristão (Febres Cordero), Coligação Institucional Democrática (Otto Arosemena), e talvez o Conservador — ainda não foram publicados os resultados definitivos, — conseguiram somente um posto cada um como representantes nacionais, devendo-se repartir dezassete lugares para representantes provinciais. Destes últimos, dois serão para a União Democrática Popular (UDP) da Frente Ampla de Esquerda, graças à votação obtida em Esmeraldas.

Isto significa que no plano nacional, a esquerda tradicional não terá delega-



Assad Bucaram

dos. Entre os partidos de esquerda, o maoísmo compreendido no Movimento Popular Democrático (MPD) dobrou amplamente os votos do FADI-UDP (68 mil contra 33 mil sufrágios).

Finalmente a Secretaria da Informação calculou em 100 mil os votos anulados e anunciou implicitamente o desaparecimento, por decreto do Supremo Tribunal Eleitoral, do Partido Socialista (reformista de direita), APRE (despreendimento pela direita da CFP), e o Nacional Velasquista, por não haverem obtido a percentagem mínima requerida dos 5 por cento. Este último partido deixa de existir, poucas semanas depois do falecimento do seu chefe máximo, José María Velasco Ibarra.

Numa pequena síntese, a redistribuição do espectro ideológico equatoriano destitui os partidos tradicionais e afirma a hegemonia política (ainda que não necessariamente económica), do "populismo" encarnado pela CFP, da democracia-cristã de Osvaldo Hurtado, e da social-democracia de Rodrigo Borja.

O FIM DA DITADURA

Jaime Roldós, desconhecido até há um ano atrás, transformou-se na figura política predominante no Equador. O advogado "cefepista" de 38 anos, o mais jovem presidente da história republicana, foi postulado pela CFP quando o Tribunal Eleitoral resolveu vetar a candidatura de Assad Bucaram Elmhahin, por ser filho de estrangeiros (libaneses). Por seu lado, Osvaldo Hurtado (39 anos), aliou-se à CFP depois que o implacável Tribunal se negou a outorgar personalidade jurídica à Democracia-Cristã.

Nas altas hierarquias militares, vive-se um clima de relativa aceitação do triunfo da CFP-DP. As Forças Armadas estariam por agora, predispostas a reflectir sobre as causas do fracasso da sua gestão, iniciada em Fevereiro de 1972, apesar das cifras de muitos zeros provenientes da espectacular exportação petrolífera dos anos 70.

As duas etapas do governo "nacionalista" e "revolucionário" das Forças Armadas equatorianas (Rodrigues Lara, 1972-1975, triunvirato Poveda-Durán Aicentales-Franco, 1976-1979) retiram-se depois de ter fracassado na sua política petrolífera destinada a impulsionar o desenvolvimento social e económico, depois de ter endividado o país até limites extremamente perigosos, e sem ter podido desenvolver uma base social de mínimo consenso.

Estes anos também repercutiram nas diversas

classes e grupos do Equador, cuja estrutura econômica continua condenando as maiorias a uma situação invariável de opressão e miséria.

O petróleo, nas mãos das transnacionais e dos interesses privados, reproduziu uma vez mais o seu ciclo de maldições para os povos: prédios mais altos, escritórios luxuosos onde os camponeses descalços não entram, Mercedes-Benz para cada um dos membros das famílias endinheiradas, viagens periódicas a Miami, ascenso social, aparelhos eléctricos sem peças de substituição, especulação imobiliária com terrenos urbanos, inflação, consolidação da miséria, das doenças e da fome para aqueles que mais trabalham.

Sobre estes últimos falou Roldós no dia da sua vitória definitiva: "Não vou esquecer um só equatoriano, mas vou por ênfase principalmente naqueles que mais necessitam. Queremos unidade nacional sobre a base da justiça social."

ATÉ À UNIDADE OPERÁRIA

O fracasso eleitoral dos grupos burgueses-oligárquicos ante a CFP-DP não significa necessariamente que o poder real tenha sido transferido para novas mãos.

Roldós expressa que a sua posição é de centro-esquerda, mas a esquerda marxista mostra-se reservada nesse sentido. Por agora, estes grupos não acreditam que nas fileiras da CFP existam vertentes socialistas, e opinam que o binómio triunfador responde à aliança entre o populismo

equatoriano tradicional, o socialismo comunitário apregoado pela União Democrata-Cristã Mundial e a social-democracia encarnada na personalidade de Rodrigo Borja.

A complexidade da realidade política equatoriana despertou uma espécie de compasso de espera por parte dos sectores anti-imperialistas e revolucionários. Dois dias depois das eleições, as três centrais sindicais, em processo de unificação numa central única de trabalhadores, saíram às ruas comemorando o Primeiro de Maio. Nesta oportunidade, exigiram a abolição dos decretos anti-operários, da legislação repressiva e o aumento dos salários. Mas advertiram principalmente, que não tolerariam nenhuma tentativa de "liquidacionismo", retomando as denúncias que se fizeram oportunas a propósito da tentativa de criar uma quarta central, destinada a isolar a classe operária do resto das forças populares.

ABERTURA À ESQUERDA

O balanço geral e provisório da esquerda sobre a CFP até o momento, é que não há dúvidas de que esse agrupamento responde ao processo de reordenamento capitalista mundial que, à escala nacional, propõe um modelo mais de acordo com as realidades socio-económicas.

Os observadores consideram que, para levar avante os seus propósitos reformistas, a CFP encontrará o seu maior inconveniente na administração do sector público e dos assuntos do Estado.

Esta situação deriva dos elementos sociais que, numericamente, são determinantes na CFP, que não são nem os operários, nem os camponeses, nem a grande burguesia, ou a pequena burguesia em ascenso, mas sim o sector marginal das grandes cidades, Quito e Guayaquil especialmente.

Da coincidência dessa precaridade de quadros técnicos e políticos, provêm as ofertas de Roldós à esquerda, enquanto que em relação à direita, convocou "os empresários progressistas dispostos a conciliar uma integração nacional e o estabelecimento simultâneo de medidas que estimulem a produtividade sem prejuízo da justiça social".

No 1.º de Maio, Roldós responsabilizou também as "forças oligárquicas responsáveis pelo atraso económico e pela dependência nacional", exortando os trabalhadores a que travem "qualquer tentativa coberta ou descoberta que pretenda frustrar o processo de reestruturação democrática, desde a manobra golpista, até ao revanchismo social".

Uma nova etapa das lutas políticas no Equador teve início. Novas forças sociais batalham pelo poder político. Daqui para a frente, é possível que se desenvolvam maiores possibilidades de expressão para alguns sectores populares. Mas o controlo das armas económicas fundamentais do Equador permanece, no entanto, nas mãos dos derrotados.

NICARÁGUA

a guerra, hoje



Intensificam-se os combates e o conflito polariza-se à medida que fracassam as tentativas de uma «mediação» que procura isolar os revolucionários para instaurar «o somozismo sem Somoza». Dirigentes da Frente Sandinista e do Grupo dos Doze falam-nos sobre o futuro político da Nicarágua.

A Semana Santa principiou em Nicarágua com uma intensificação dos combates — que deixaram à *Guardia Nacional* um saldo de três aviões

abatidos, — e um clima de especulações sobre a possibilidade de um golpe de Estado ante a saída do país de Somoza, que visitou os Estados Unidos em “gozo

de férias”.

A eficaz entrada em cena da artilharia anti-aérea sandinista marca um novo progresso militar dos guerrilheiros, enquanto o se-

gundo acontecimento indica a necessidade, evidente, de Somoza estreitar os vínculos com os seus amigos em Washington.

"As relações de Somoza com os grupos do poder norte-americanos são muito fortes e dão-se, inclusive, independentemente da vontade do governo de serviço na Casa Branca", comentou aos *Cadernos do Terceiro Mundo* a dirigente sandinista Doris Maria Tijerino, libertada dos cárceres somozistas no seguimento da tomada do Palácio Nacional em Setembro do ano passado. "Orfila — o secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), — por exemplo, é sócio de Somoza numa ganaderia na fronteira com a Costa Rica; e quando os Estados Unidos cortaram a ajuda económica à ditadura, Somoza não teve dificuldade em conseguir um empréstimo de 86 milhões de dólares da banca privada desse país", afirma Doris Maria.

"O aprovisionamento militar que Washington nega agora a Somoza — prossegue aquela dirigente sandinista — é assegurada por outros aliados dos Estados Unidos: Brasil, Argentina, República Federal da Alemanha, Espanha e, em especial, Israel". Este último país abastece a ditadura nicaraguense com espingardas "Galil", aviões "Arava", capacetes, munições e mesmo uniformes.

Face a esta aparente estabilidade do regime — cujo um dos sintomas é, precisamente, o facto de Somoza se aventurar a sair do país e a ele regressar, deixando, durante esse período, o poder entregue nas mãos de

um triunvirato sobre o qual ele tem um controlo directo — a oposição mostra também uma maior decisão de luta. A unificação das três tendências sandinistas "numa só unidade orgânica com os mesmos propósitos e a mesma estratégia", anunciada a 19 de Março último, assim como o fortalecimento do Movimento Povo Unido e da Frente Patriótica, são a expressão política da vontade de vencer o ditador ou a alternativa de "um somozismo sem Somoza".

"A situação torna-se ca-

da dia mais difícil para o regime nicaraguense", comentou aos *Cadernos do Terceiro Mundo* o ex-Presidente costarricense Daniel Oduber. "O movimento sandinista tem-se fortalecido e a rebelião tem consciência de que a luta é a longo prazo e que há factores que a determinam". Entre os factores negativos no plano internacional, o dirigente do Partido de Libertação Nacional costarricense assinalou a mudança de governo na Venezuela, a atitude dos congressistas norte-americanos em re-

a posição da social-democracia

Durante a reunião de vice-presidentes latino-americanos da Internacional Socialista celebrada em Abril no México, como motivo do 116.º aniversário do Partido Radical Chileno, os participantes (Bernt Carlsson, secretário-geral da organização social-democrata, Mário Soares, de Portugal, Filipe González, de Espanha, Anselmo Sule, do Chile, Daniel Oduber, da Costa Rica, Seymour Mullings, da Jamaica e Virgilio Mainardy, da República Dominicana), subscreveram uma declaração que no respeitante à América Central afirma:

"Temos seguido com especial interesse e preocupação à explosiva situação centro-americana pelo recrudescimento generalizado da repressão, como o demonstram os assassinatos dos dirigentes populares guatemaltecos contra amplos sectores da oposição salvadorense e a continuidade do genocídio da ditadura somozista na Nicarágua pelo que a reunião reitera a sua mais firme e consequente solidariedade com a luta heróica do povo nicaraguense. Ela é parte indiscutível da luta dos povos latino-americanos por instaurar um sistema social mais justo e de ampla convergência democrática. Estamos convencidos da vitória na Nicarágua e da capacidade dos sectores progressistas, democráticos e revolucionários para formar um governo, quando da queda do tirano, que satisfaça as legítimas aspirações do povo nicaraguense. A libertação da Nicarágua é fundamental para a libertação da América Central."

lação ao Panamá (na aprovação de emendas que dificultam ou desvirtuam o Tratado Torrijos-Carter, afirmou Oduber: "há um implícito apoio a Somoza") e à situação actual no seu próprio país, a Costa Rica.

Num esforço por apresentar aos nossos leitores a opinião e o testemunho directo dos protagonistas, os nossos companheiros Pablo Piacentini e Diego Achard entrevistaram Rodrigo Reyes, membro do Estado-Maior da resistência interna, Tomás Borge, fundador da Frente Sandinista e membro da sua direcção histórica e Sérgio Ramírez, que integra o Grupo dos Doze. É este o seu testemunho:

Depois da insurreição de Setembro do ano passado, Somoza pareceu recuperar a ofensiva, afogando em sangue a rebelião e levado a oposição burguesa à mesa das negociações. Que sucedeu entretanto com a Frente Sandinista?

Borge: A resposta da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) foi unificar as suas fileiras para fechar num só punho a energia revolucionária do nosso povo e, ao mesmo tempo, a poiar a criação de uma Frente Patriótica Nacional que aglutinasse as diferentes forças anti-somozistas do país. Simultaneamente, a Frente Sandinista empenhou grande parte dos seus esforços a formar e a treinar um exército revolucionário, e a organizar em todo o país os diferentes sectores da nossa população.

A mediação imposta pelo imperialismo fracassou, o que leva implicitamente a

uma só solução no nosso país: a confrontação militar entre a FSLN e o seu exército por um lado, e a Guardia Nacioal e os exércitos dos governos gorilas centro-americanos por outro.

TODA A AMÉRICA LATINA COM OS SANDINISTAS

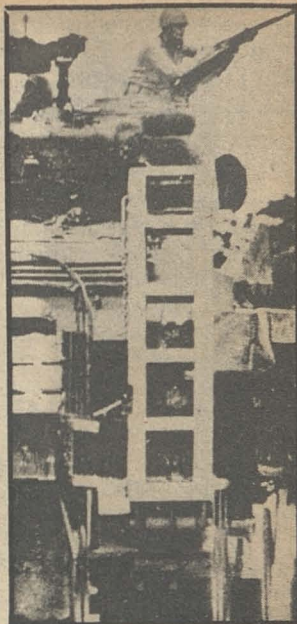
Pensam que será inevitável uma internacionalização do conflito?

Rodrigo Reyes: A internacionalização do conflito da Nicarágua é uma das alternativas que o imperialismo norte-americano mais aprecia neste momento. Ela permitir-lhe-ia justificar a intervenção de uma força que, com supostos fins apaziguadores, combatesse o movimento popular nicaraguense e a força militar da FSLN.

Existe uma coordenação militar entre os governos reaccionários da região para actuar na Nicarágua?

Reyes: Os exércitos centro-americanos já actuaram de alguma forma no nosso país durante a insurreição de Setembro do ano passado. Pensamos que a coordenação é efectiva, e isso foi demonstrado há alguns anos atrás quando Somoza enviou aviões para sufocar a rebelião em El Salvador.

Pensamos que a nossa principal força ante uma gressão estará no povo nicaraguense, tal como ocorreu na luta do general Sandino contra os invasores norte-americanos. Mas devemos também referir a enorme solidariedade militante de todos os povos da América Latina e, inclusivamente, de alguns dos seus governos. No caso de



uma internacionalização do conflito, toda a América Latina estará do nosso lado.

Fala-se, no estrangeiro, de que a Nicarágua será "uma segunda Cuba"... É esse o motivo dos temores de Carter ante uma possível tomada do poder por parte da FSLN?

Borge: O imperialismo norte-americano tem medo, plenamente justificado, que uma alteração revolucionária no nosso país signifique uma transformação na geografia política da América Central. Mas nós não colocamos na ordem do dia a revolução socialista, mas uma revolução democrática, popular e nacional.

Na Nicarágua vai-se produzir uma transformação profunda e é isso que preocupa míster Carter. Ele ficaria feliz se Somoza durasse no poder mais cem anos. Mas uma coisa é o que deseja míster Carter e outra é a firme determinação do povo nicaraguense.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Quando dizemos que não colocamos na ordem do dia um esquema socialista não é para fazer o senhor Carter feliz. Dizêmo-lo porque isso corresponde com uma realidade objectiva. Sabemos que o imperialismo não necessita de pretextos para procurar impor a sua política aos povos da América Latina.

Também queremos esclarecer que ainda que não apontemos um esquema socialista, repudiamos profundamente o anti-comunismo, porque essa tem sido a bandeira de Somoza e o pretexto para massacrar o nosso povo. Temos um programa, que é o programa do Movimento Povo Unido. É um programa amplo e democrático.

Como seriam as relações com os Estados Unidos de um governo assim constituído?

Borge: Temos o propósito de manter relações com todos os governos e povos do mundo, incluindo os regimes socialistas e os Estados Unidos, sempre que respeitem a nossa dignidade e soberania.

A tirania somozista endividou-se em mais de mil milhões de dólares, o que é muito para um país pequeno e pobre como o nosso. Isso corresponde a mais de 80 por cento do nosso Produto Interno Bruto. Apesar disso, e como consequência da seriedade com que o nosso movimento coloca esses problemas, reconhecemos, em princípio, essa dívida e estamos dispostos a renegociar uma vez estabelecido um governo de-

mocrático na Nicarágua.

No entanto, a nossa presença tem despertado uma grande preocupação entre os chefes do governo norte-americano, nosso velho agressor. As soluções que os Estados Unidos colocam provocam uma desconfiança natural no nosso povo, pois até agora não temos notícias que o imperialismo tenha intervindo na Nicarágua sem ser para assassinar os nossos homens e mulheres.

Que apoio recebem vocês da social-democracia?

Borge: Somoza despertou repugnância. Não apenas provocado pelo genocídio de Setembro, mas devido à tirania dinástica que, entre outras coisas, assassinou mais de 250 mil nicaraguenses ao longo dos cinquenta anos da sua existência. Mas essa cifra pavorosa para um país de dois milhões de habitantes não seria suficiente para incitar apoio se pelo meio não houvesse um povo decidido a combater.

Dentro da solidariedade que recebemos de uma ampla gama de países e movimentos, encontra-se a social-democracia. Não ignoramos o interesse desta em encontrar para a Nicarágua uma solução social-democrata. Tem até todo o direito de assim pensar. E inclusive tem actuado de uma forma muito mais inteligente que mister Carter, já que este não se arrisca a que Somoza caia, e a social-democracia está interessada na sua queda.

Se o nosso povo quiser escolher uma solução social-democrata ou de qualquer outra natureza, é ele que irá escolher o seu próprio caminho. Nós quere-

mos algo mais que a social-democracia e há que ter em conta que, pelo menos até agora, o povo tem preferido a via apontada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, que mantém e continuará a manter as relações mais cordiais com os amigos social-democratas.

UNIDADE POPULAR

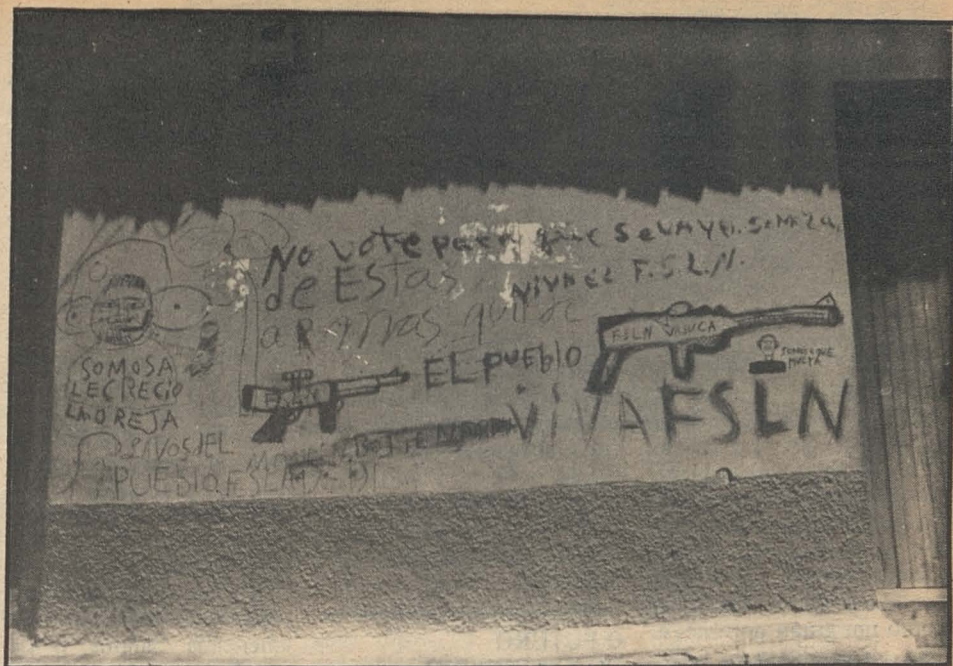
Qual a relação entre as três tendências que coexistem na FSLN?

Borge: As três tendências encontram-se integradas num só organismo que se chama Frente Sandinista de Libertação Nacional. Os inimigos do nosso povo riam-se quando nós estávamos divididos. Mas o sorriso morreu-lhes nos lábios porque agora constituímos um só punho a golpear o inimigo. As três tendências da FSLN estão em vias de constituir apenas uma amarga recordação do passado.

De que modo afecta a oposição nicaraguense a virtual dissolução da Frente Ampla Opositora?

A dissolução da FAO não teve nenhuma interferência no nosso processo de reorganização. Mais: a FAO não está totalmente dissolvida, está totalmente desprestigiada e debilitada, porque foi utilizada pelo imperialismo para que, invocando representar o povo, fosse o interlocutor da ditadura no intento de procurar uma saída para a crise, que permitisse a continuação de um sistema de dominação, de um somoismo sem Somoza.

Ao fracassar esse projecto, a FAO desmascarou-se. Por outro lado, as forças



as paredes da Nicarágua...

populares conseguem consolidar uma unidade de forças na base de um programa mínimo, e apresentam-se assim como uma real alternativa política.

Quanto tempo pensam ainda que terão de empunhar as espingardas?

Nós sandinistas, a cabeça do povo nicaraguense, estamos decididos a não retroceder um só passo na nossa determinação de empunhar as armas até à vitória, porque há que ganhar a guerra, e depois da vitória, há que assegurar a continuidade do processo revolucionário no nosso país. Haverá armas empunhadas ainda durante um longo período na Nicarágua. A guerra tem um carácter irreversível e só a pode deter a vitória do nosso povo.

Uma vez afirmou Sandino quando lhe pediram que depusesse as armas: *Eu não me vendo nem me rendo.*

Eu quero a pátria livre ou morrer! Hoje, nós filhos de Sandino, afirmamos: não

nos vendemos nem nos rendemos. Queremos uma pátria livre ou morrer!...

Somoza e os «States»

O Grupo dos Doze surgiu a público em meados de Outubro de 1977, em plena ofensiva guerrilheira sandinista, com um documento onde era proposta uma ampla convergência nacional para acabar com a ditadura somozista e em que se realçava a necessidade de incluir a Frente Sandinista nesse bloco.

Depois do fracasso das negociações entre a Frente Ampla Opositora (FAO) e Somoza, o Grupo dos Doze, que integrava a FAO, retira-se desta Frente e ape-la à constituição de uma Frente Patriótica, que, em

poucas semanas, agrupou as forças mais representativas da oposição nicaraguense.

O escritor Sergio Ramírez, um dos fundadores do Grupo, respondeu deste modo às perguntas que os *Cadernos do Terceiro Mundo* lhe colocou:

O GRUPO DOS DOZE

Qual a razão do prestígio político do Grupo dos Doze?

O nosso êxito político baseia-se em dois aspectos: primeiro, o apoio que nós damos à Frente Sandinista

de Libertação Nacional (FSLN), e por termos levantado no país o sandinismo como bandeira, reivindicando-o a diferentes níveis.

O sandinismo foi reivindicado pela luta armada da FSLN, mas nós levámos a bandeira sandinista à rua.

A bandeira sandinista torna-se uma bandeira civil, e não apenas clandestina. As concentrações em que participamos por todo o país são concentrações sandinistas. E por isso que a nós, que somos pessoas relativamente desconhecidas no país — uns são sacerdotes ou empresários, outros são intelectuais ou escritores —, o povo nos identifica como um grupo político, e não como indivíduos isoladamente.

Em segundo lugar, o apoio massivo que recebemos premeia, de alguma forma, o desafio que havíamos feito à ditadura, ao regresso ao país como uma ameaça de prisão, com uma ordem de detenção às costas e com a evidente hostilidade de Somoza contra nós.

Esse desafio acaba por ser um factor importante do apoio que recebemos a nível popular.

A BURGUESIA E A GUERRILHA.

Pela nossa extracção de classe, nós, membros do Grupo, somos burgueses ou pequenos-burgueses que aparecemos tomando uma posição sandinista em determinado momento. Este é um elemento novo na história da América Latina; um grupo de empresários, de intelectuais, se compromete com um grupo guer-

rilheiro. E isso foi também o que alterou a imagem da FSLN, como movimento guerrilheiro, dentro de uma estratégia política geral de que a aparição do Grupo dos Doze não é mais que uma parte.

O Grupo dos Doze não é um grupo da burguesia que na perspectiva da sua classe fez uma aliança táctica com o sandinismo. Têm de olhar-nos como indivíduos, que através de distintos processos culturais ou políticos, chegaram a uma convicção política. Como sandinistas, somos parte de uma estratégia política geral de mudança social na Nicarágua.

O FUTURO DO SANDINISMO

Como se pode definir o sandinismo? Um movimento nacionalista de corte revolucionário?

O sandinismo não é apenas um movimento nacionalista, ainda que esse seja um dos elementos mais importantes que encontramos em Sandino. À primeira vista Sandino é apenas um herói da defesa de soberania e autonomia nacional. É o único oficial que durante a guerra, quando o general Moncada pactua com os norte-americanos, não aceita esse pacto e retira-se para a montanha onde começa a sua guerra de guerrilhas para expulsar o imperialismo. Mas também encontramos em Sandino o símbolo do anti-imperialismo. Em Sandino encontramos as ideias de uma transformação social. Ele teve sempre em mente a construção de uma nova Nicarágua. Isso constitui uma parte muito importante do seu

pensamento. Ele pensava não só na expulsão dos *gringos*, como também na total transformação do país, começando por uma reforma agrária, que nesse momento era o aspecto que se revelava mais importante.

Sandino prevê a ruptura com todos os sistemas políticos do passado, e com as históricas políticas paralelas do Partido Conservador e Liberal. Ele é igualmente o símbolo de um novo espírito na política; a limpeza de processos, o desprendimento, a honradez, o desejo unicamente de lutar pelo bem do povo.

A bandeira sandinista representa ainda a unidade americana. Sandino pensava não só em libertar a Nicarágua do jugo do império, como na total libertação da América Latina. É inegável que ele possuía um grande espírito latino-americano. Para nós a bandeira de Sandino inscreve toda esta luta que temos de fazer em toda a América contra o imperialismo.

As negociações realizadas pela comissão mediadora internacional, com participação norte-americana, foram frequentemente citadas como uma nova etapa, um novo estilo e uma nova atitude da diplomacia norte-americana para com a Nicarágua. Gostaríamos que nos relatasse os aspectos até agora não divulgados dessas conversações em que você participou directamente.

Quando a missão norte-americana chegou à Nicarágua, a propaganda que convenceu a opinião burguesa do país dizia que o negociador William Bowler tinha plenos poderes do

Somoza e o seu assessor militar discutem situação no seu "bunker" em Manágua



Departamento de Estado e o que ele fizesse seria automaticamente abençoado em Washington. Dizia-se que ele tinha plenos poderes para torcer o braço a Somoza com uma proposta viável por parte da oposição. A sua primeira tarefa consistiu, pois, em persuadir a oposição a que elaborasse essa "proposta viável". Se Somoza a repelisse, far-lhe-iam "cair o tecto em cima", segundo as suas palavras.

Esta foi a armadilha em que pouco a pouco caiu a oposição, até que, em 25 de Outubro, quando nos retirámos das negociações, a iniciativa política dentro da FAO estava nas mãos dos norte-americanos.

Qual foi o seu trato pessoal com Bowler?

Falei com ele na presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros dominicano, que também integrava a comissão mediadora. Procurou convencer-me da boa fé que eles traziam. Afirmou-me que a decisão dos Estados Unidos era desfazer-se de Somoza e que devíamos confiar neles. Disse que, se bem que fosse verdade, existirem quatro dé-

cadados de erros e de apoio ao somozismo, eles, no entanto, estavam dispostos a cortá-lo. Enfim, procuraram apresentar uma imagem digna de confiança, pois eles sabiam que eu, pelo que representava, constituía um obstáculo.

A estratégia dos *yankees* era levar a oposição a um compromisso com Somoza, ou seja, a um novo pacto entre a burguesia opositora e Somoza, solução tradicional e que a eles particularmente lhes interessava.

As propostas que os norte-americanos acrescentaram ao "documento viável" levavam a um somozismo sem Somoza. Estabilizavam a *Guarda Nacional*, e, evidentemente, não se falava da expropriação dos bens de Somoza, pois isso iria "inquietar a outra parte".

PERVERSOS OU INGÊNUOS

Qual a sua opinião pessoal sobre esse diplomata?

Face a este tipo de emissário só se encontram duas explicações: ou são muito perversos ou muito ingênuos. Creio que neste caso

era muito ingénua. O homem pensou que podia torcer o braço a Somoza e resolver a situação na Nicarágua. E isso significava muito para a sua carreira.

Mas quando voltou a Washington com estas propostas não recebeu qualquer apoio. Aí prosseguiram as vacilações e as atitudes timoratas. Quando Somoza rugia os *yankees* espantavam-se. Somoza tomou a iniciativa política e jamais lhe deram o prometido chuto. Entretanto os congressistas pressionavam Carter para que não tomasse medidas radicais contra Somoza. É por isso que penso que o negociador norte-americano, como indivíduo, foi um enganado devido a essa tremenda indecisão do Departamento de Estado em aplicar uma política consequente.

Quais eram os objectivos de Somoza nestas negociações, se de todas as maneiras ia repudiar as propostas, mesmo as mais conciliadoras?

Procurava ganhar tempo, porque sabia que estava numa crise frente aos *yankees*. O tempo estava contra ele e com cada 24 horas

que ganhava fortalecia-se com as armas que Israel lhe mandava.

Ele ganhava tempo frente a uma comissão mediadora de atitudes equívocas e a uma oposição desmoralizada pelos *yankees* que lhe contavam contos de fadas. O que não se havia podido conseguir em Setembro com 6 mil mortos, com a luta de todo um povo apedrejando a Guarda, não o era agora através de negociações. É uma tradição dos grupos conservadores da Nicarágua acreditar nos Estados Unidos. O que aliás é um fenómeno lógico do ponto de vista da sua classe. Quando a burguesia vê que não pode derrubar Somoza fica desalentada. Então, quando os Estados Unidos aparecem com o rebufado de que o vão "sacar" sem mais esforço, e para além disso vão dar o poder à burguesia, então ela anti-somozista, aceita encantada, dentro da melhor tradição nicaraguense. O mesmo sucedeu na Nicarágua em 1927, quando às portas de Manágua os *yankees* impuseram um acordo entre Adolfo Díaz e José María Moncada. O mesmo sucedeu ao longo de toda a história da Nicarágua com os grupos oligárquicos.

Qual a relação agora de Somoza com os Estados Unidos?

Somoza sente que entrou em contradição séria com o governo dos Estados Unidos, mas todavia tem esperança que esta seja passageira. Acredita que os Estados Unidos se irão convencer de que a opção é "comunismo ou Somoza".

O processo de mediação era precisamente mais para neutralizar a Frente Sandi-

nista que para fazer "saltar" Somoza. Na concepção dos estrategas do Departamento de Estado, se um aliado como Somoza se tornou num elemento perturbador e é necessário afastá-lo, têm que conseguir antes condições de neutralizar a FSLN. Por isso os *yankees* se esforçam para que o Panamá, a Costa Rica e a Venezuela tomem uma atitude neutral ou contrária aos sandinistas.

A FRENTE PATRIÓTICA

O que é a Frente Patriótica e que papel desempenha hoje na Nicarágua?

Quando lançámos o nosso primeiro manifesto, em Outubro de 77, para além de darmos um apoio político à FSLN, falámos de uma frente total anti-somozista. Esta era a ideia da Frente Patriótica. O que se passava é que nesse tempo havia uma maior dispersão das forças de esquerda e maiores contradições no seu seio, incluindo as tendências sandinistas, o que não se passa agora, pois as três tendências unificaram-se e existe um processo geral de reunificação e coordenação política na esquerda. O que é uma boa base para apelar à unidade total das forças opositoras.

Primeiro organizou-se o Movimento Povo Unido, que é um bloco das forças de esquerda. Até então, o único que havia frutificado era o FAO, que agregava todos os grupos políticos tradicionais e algumas organizações sindicais.

Quando abandonamos a mediação e a Frente Ampla Opositora (FAO), esta organização ficou pratica-

mente desfeita. A FAO só se consegue sustentar graças a um prestígio artificial que o imperialismo lhe dá, já que é ela a contraparte nas negociações. E todas as agências noticiosas ligadas aos Estados Unidos ocultam que a partir do momento em que saímos, a 25 de Outubro, a FAO começou a desfazer-se. Uma a uma as organizações que a integravam vão-na abandonando; como o Partido Liberal Independente, o Partido Socialista, a Central de Trabalhadores da Nicarágua, o Partido Popular Social Cristão, o Partido Conservador dirigido por Fernando Aguero. Forças estas que passaram posteriormente a integrar a Frente Patriótica juntamente conosco.

É esta a frente total que vocês defendiam?

É a que mais se assemelha. Em meados de Dezembro descemos à rua e apelámos à formação imediata dessa Frente Patriótica. Foi então que, em meados de Janeiro, com o Movimento Povo Unido e com os outros grupos que tinham saído da FAO, e graças ao esforço de Miguel Escoto, se estrutura a Frente, e já nas celebrações do 10 de Janeiro, data do assassinato de Pedro Joaquín Chamorro, o MPU e a Frente Patriótica são a alternativa visível na rua. Mas, além disso, consegue-se uma unidade de acção entre a Frente Patriótica e a FAO, que é agora uma organização política sem conteúdo popular. Não existe unidade programática nem ideológica, mas unidade na acção que é acordada em cada caso.

URUGUAI

Arismendi, Secretário-Geral do PC

«unir povos e governos adversários do fascismo»

Walter Machado



Em entrevista exclusiva aos Cadernos do Terceiro Mundo, o líder do Partido Comunista Uruguaio — e respeitada personalidade na cena internacional, — oferece-nos uma ampla descrição das forças actuautes no Mundo de hoje, as ameaças à distensão, assim como a presença do fascismo na América Latina, o avanço do processo de democratização e, evidentemente, a situação actual no Uruguai.

UMA visão geral dos temas mais candentes a nível internacional, uma análise mais detalhada da situação latino-americana — antecedentes históricos imediatos, presente e perspectivas —, e uma atenção especial ao drama vivido pelo povo do Uruguai, foram motivos de uma extensa entrevista realizada em Roma com o secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai, Rodney Arismendi.

Nascido no princípio do século, Arismendi dirige o seu partido desde meados da década de cinquenta. Em 1946 foi eleito deputado ao Parlamento e aí ocupou a bancada comunista até ao encerramento do Congresso pelo golpe de Estado de 1973. A sua actividade tem sido

igualmente muito intensa no campo da elaboração filosófica e da literatura política, em temas do Uruguai, da América Latina, do combate ao imperialismo e nos estudos sobre a vigência do marxismo-leninismo no tempo presente, em oposição a todo o dogmatismo. Prisioneiro do regime de Montevideo foi obrigado ao desterro, ao exílio. Laureado com altas condecorações pela URSS, Alemanha Democrática, Bulgária e Cuba, as suas obras têm sido editadas no Uruguai, Cuba, URSS e Hungria.

A distensão, o tema candente da paz, a necessidade de travar a corrida aos armamentos no Mundo, são temas que documentadamente Arismendi aborda em pri-

meio lugar, para referir-se, sucessivamente, à crise no Próximo Oriente, à agressão da China ao Vietnã, à situação na África Austral, ao papel dos Não-Alinhados na actual conjuntura; para logo saltar para a América Latina para analisar o surgimento do fascismo em vários países da região e as posições que em relação ao mesmo assumiram diversos governos e povos latino-americanos.

Qual a sua opinião sobre a actual situação internacional, particularmente no que concerne à correlação de forças entre o capitalismo e o campo socialista e, sobretudo, no que respeita aos pontos de maior tensão: Sudeste Asiático, Médio Oriente e África?

O problema fundamental no Mundo de hoje continua a ser o grande problema da paz e da guerra, a grande questão do avanço da distensão e, em particular, a luta contra a corrida aos armamentos, ou seja, passar da distensão política à distensão militar.

Deste ponto de vista, os chamados acordos SALT não podem ser vistos como um simples entendimento entre a União Soviética e os Estados Unidos, mas como uma grande questão que se relaciona com todos os problemas da Humanidade, inclusive os referentes ao avanço do processo de libertação e do desenvolvimento revolucionário no Mundo.

Depois da sua derrota no Vietnã, da queda do fascismo na Península Ibérica, os Estados Unidos pretenderam tomar iniciativas políticas no Mundo. Em primeiro lugar em relação aos países socialistas, em segundo na Europa, depois na África e na Ásia e depois no seu galho peculiar latino-americano.

Nessa política global, o governo norte-americano pôs ainda maiores dificuldades à concretização dos acordos estratégicos fundamentais a respeito das armas nucleares. Procurou, desde logo, agrupar, sob a sua direcção e de acordo às orientações da Trilateral, os três grandes centros do capitalismo mundial, os EUA, a Europa e o Japão, não só para tomar medidas comuns face à crise, como também para unificar numa orientação geral a política em relação ao campo socialista, com possibilidades de extensão das funções repressivas em outros continentes.

Assim, enquanto se falava de paz e se desfraldava a bandeira dos direitos huma-

nos, assistimos a um particular esforço para fortalecer a Organização do Tratado do Atlântico Norte – (NATO) – com um grande plano armamentista no valor de 83 mil milhões de dólares para a renovação total das suas armas mais sofisticadas e completas, com possibilidade de extensão das suas funções repressivas em outros continentes, para que actuasse como força de polícia, em substituição dos Estados Unidos nalguns casos, em África e, inclusive, em países da Ásia, como o revelou o caso iraniano e os problemas do Próximo Oriente.

Isto fez com que se agudisassem muitos problemas, já que essa política norte-americana aumentou a pressão sobre os povos da Europa contra a possibilidade da presença da esquerda em governos de grandes países, como a França e a Itália (e Portugal), sendo ainda mais perigosa porque entre os objectivos da NATO, e em simultâneo, estava a pretensão de transformar a China no 16.º membro da organização...

Aqui vem-se juntar uma questão que para nós é dramática, sob o ponto de vista ideológico: o compromisso da China, após a visita de Deng Xiao Ping aos Estados Unidos, de cobrir uma parte da política norte-americana na Ásia, ratificado posteriormente em novas propostas chinesas feitas aos Estados Unidos, e cujos resultados imediatos foram as formas de provocação e de pressão sobre o Vietnã, que vêm a concluir na intervenção directa chinesa.

O MÉDIO ORIENTE E A PIRUETA DE SADAT

Sobre a situação no Próximo Oriente, a intervenção dos Estados Unidos e a pirueta de Sadat colocou o problema na sua fase mais aguda, já que o pacto assinado entre o Egipto e Israel afasta qualquer solução para a questão palestiniana, que continua de pé e constitui o eixo de todos os problemas.

A pretensão de que pode haver uma paz separada egípcio-israelita é uma pura ilusão. Os palestinianos e os povos árabes não irão renunciar ao seu combate, com o qual se assistirá a uma agudização e não a um apaziguamento de um dos focos explosivos do panorama internacional.

Uma visão deste conjunto de factores

mostra que se bem que a situação internacional não se tenha radicalmente virado para trás, e apesar de se terem criado novas zonas de tensão em diferentes partes do Mundo, o certo é que as questões básicas sobre as quais assentava a coexistência pacífica e a distensão de forças internacionais não se modificou negativamente.

Pareceria paradoxo dizer que quando as colónias europeias se libertam, ou quando de armas na mão o Vietnã triunfa, ou quando se insurrecionam os povos do Irão, ou do Afeganistão, ou quando a guerrilha ou outras formas de luta apoiadas pelos Estados da Linha da Frente põem em xeque a política racista do *apartheid*, isso favorece a paz.

Mas isto não constitui um paradoxo, porque provoca o confluir de forças imensas cujo interesse essencial coincide no plano internacional em que haja paz no Mundo, que cessem as políticas de intervenção e que não haja confrontações entre blocos opostos.

Se se reúne tudo isto num só bloco, evidentemente que se pode dizer, numa linguagem quase de tese, que as forças da paz no Mundo de hoje são muito mais poderosas que as forças da guerra, da agressão, da intervenção.

"NÃO SE PODE PRESCINDIR DOS POVOS"

Qual a incidência dos Não-alinhados nesta situação?

O Movimento dos Não-alinhados constitui só por si, sem qualquer dúvida, um dos factores importantes a favor da paz mundial e da distensão. É um movimento heterogêneo, em que actuam os Estados que preservam fundamentalmente a sua independência e querem desenvolver-se economicamente. Há também entre eles forças que reflectem muito mais a aproximação ao campo imperialista, mas o movimento é em si mesmo um factor de paz mundial de enorme consideração, de enorme importância.

Não pensamos, porém, que a conservação da força do movimento Não-Alinhado signifique que cada país que o integra deva petrificar o seu processo de transformação. É uma falsa posição pensar que se Angola ou o Yemén, ou Moçambique ou qualquer outro país faz avançar o seu



«as forças da Paz são hoje mais poderosas que as forças da agressão»...

processo revolucionário, isso constitui uma cisão dentro do Movimento.

Além disso, acreditamos que o papel dos povos do Mundo é decisivo, pois, na realidade contemporânea, não se pode prescindir dos povos.

Se nos referimos ao grande número de Estados e povos que surgiram da decomposição do sistema colonial e da dependência, e que enfrentam os grandes problemas da fome, do desenvolvimento económico, do desenvolvimento industrial, da saúde, da educação, podemos afirmar que quem conheça a África, por exemplo, e seja latino-americano, irá compreender imediatamente o drama tremendo desses povos.

A América Latina, mesmo assim, com todos os seus problemas, está mais à frente quanto a desenvolvimento. Porque entre Angola e o Uruguai, por exemplo, há um abismo de desenvolvimento social, apesar da tremenda degradação política e social do Uruguai como consequência do fascismo. Mas que força imensa surgiu. E a América Latina, olhada deste ponto de vista, teria possibilidades muito grandes de desenvolvimento e coincidências com os novos Estados saídos do colonialismo.

Passando à América Latina. Após o auge de diversas formas de luta praticada nos anos que se seguiram ao triunfo da Revolução cubana, como analisa a situação nesta década de setenta, a intervenção

mais directa dos Estados Unidos na região e o surgimento de regimes de cariz fascista?

AMÉRICA LATINA: INÍCIO DE UMA NOVA HORA HISTÓRICA

Pensamos que se produziu uma alteração negativa na correlação de forças a nível do nosso continente. Houve um retrocesso revolucionário quanto a resultados. Estabeleceu-se o fascismo, que de entrada pretendeu não só afirmar-se no Cone Sul, como avançar e pressionar em todo o continente. Mas sempre, e em primeiro lugar, toda a análise da América Latina e da sua situação deve compreender a referência a Cuba, ou seja, à afirmação interna e da personalidade internacional da sua revolução. O papel de Cuba continua, e continuará a ser, transcendental no nosso continente, como exemplo, mas também como sustentáculo para as esperanças revolucionárias e democráticas, de unidade latino-americana e de comunhão com todas as forças progressistas mundiais.

Nesse tempo pensávamos que havia dois perigos bem marcantes: um, substituir o que significava essa contra-ofensiva do fascismo para os povos que tínhamos caído sob a sua bota, e como ameaça no continente pela sua projecção internacional ou como um novo foco de provocação, de ataque à distensão e às relações entre os povos. O segundo perigo era considerar que estes regimes na América Latina nos condenavam a um longo período, a muitas décadas de domínio fascista no continente.

Insistíamos na fragilidade intrínseca política desse regimes, quer pelo seu isolamento quer pela sua incapacidade em forjar uma base de massas.

Primeiro factor, a debilidade política das ditaduras. Segundo, para ver a sua fragilidade, são golpes fascistas num Mundo diferente. Um Mundo que, apesar do apoio do imperialismo, provoca — particularmente no golpe chileno e no caso do Uruguai, — uma tempestade de protestos mundiais. Terceiro factor, pela incapacidade destes regimes em estabilizar a situação económica, enfrentar as crises estruturais e ainda os elementos derivados da crise económica mundial.

Estes regimes baseiam-se numa política que proclama um liberalismo económico extremo, mas, ao mesmo tempo, esse liberalismo económico combina-se com a intervenção do Estado militar fascista em toda a sua vida económica ao serviço do capital financeiro, dos grupos económicos oligárquicos e do imperialismo. E, por isso, tornaram-se factores aceleradores dessas crises. E um quarto factor: a nossa profunda convicção na sua incapacidade para esmagar as forças da resistência interna.

Por isso mesmo, pensamos que na América Latina, no momento actual — que salvo na Nicarágua, não vive um momento explosivo, revolucionário, — assistimos ao início de uma nova hora histórica.

Não existe pois o perigo do alastramento do fascismo na América Latina?

Um panorama da situação continental mostra que os regimes fascistas do Chile e do Uruguai se encontram isolados internacionalmente, e a ameaça do fascismo se estender ao continente, no fundamental, se encontra absorvida.

O regime brasileiro, que significa meia América do Sul e cujos acontecimentos se reflectem imensamente no continente — e cada vez se reflectirão mais, — vive um momento de erosão total. Aos factores económicos vêm juntar-se o crescimento da oposição a níveis muito amplos.

No Paraguai, pela primeira vez na sua história, aparece uma oposição que se manifesta no campo político, na Igreja, em foças de diverso tipo, nas camadas médias-altas da sociedade.

No sul, abriu-se uma janela na Bolívia. Aos golpes e contra-golpes chega-se a uma situação onde actualmente os sindicatos e os partidos políticos são legais. As eleições podem dar uma vitória a Siles (Suazo). É esta uma situação sólida e irreversível? Não. Não há situações irreversíveis se não há uma profunda presença do povo combatente que encontre os seus caminhos. Mas a Bolívia hoje tem acções de massas, e os mineiros combatendo. E não parece que — salvo uma grande fraude eleitoral ou o uso das estruturas montadas durante anos nos campos, — da Bolívia não saia uma situação democrática. Claro que a situação argentina continua complexa, processo que é contraditório,

como o são todos os processos dos nossos países, onde os monopólios imperialistas influem decisivamente na nefasta condução económica e onde se desenvolvem lutas sociais importantes.

PARA ONDE VAI A NICARÁGUA?

Do ponto de vista do avanço revolucionário, é incontestável que o Peru retrocedeu. Não se pode dizer, parece, que o Peru se encaminha para um regime ditatorial fascista, mas para uma forma de democracia burguesa, com todas as suas características.

O regime democrático da Venezuela vive um processo de consolidação, apesar de todos os seus problemas.

A situação mexicana — sem entrar na análise dos seus problemas internos, — em linhas gerais, tende para formas de maior democratização. Entretanto, o Panamá aparece como uma força de independência e democracia, e a isto há que juntar as eleições equatorianas e dominicanas, a situação na Jamaica, Guiana e Costa Rica.

Se olharmos desta forma, no seu conjunto e sem pôr excessivo ênfase como se fosse algo fácil e irreversível, parece que cresce e se desenvolve na América Latina uma tendência política democrática poderosa.

Mas revolvendo este fundo vulcânico da realidade latino-americana encontramos a expressão da Nicarágua. E não esqueçamos que a Nicarágua e os Somoza têm uma amplíssima conotação histórica no pensamento e nas lutas dos latino-americanos.

QUE FUTURO PARA A NICARÁGUA?

Esse regime de Somoza, montado com uma poderosa guarda pretoriana com o apoio dos Estados Unidos, que o considerava o centro de toda a superestrutura político-militar centro-americana, com forças de *gendarmérie* sobre outros países, chega a um instante, e por um episódio pequeno noutros tempos — o assassinato de Chamorro, — transforma-se numa explosão popular. Começa por pequenas greves, a que se seguem greves gerais, acções diversas, insurreição popular e nela se insere como uma força combativa de primeiro plano a Frente Sandinista. Fren-



te Sandinista que conseguiu sobreviver, afirmar-se, passar a ser uma força militar e em seguida uma grande força política.

Para onde vai a Nicarágua? Em direcção a um regime democrático onde influam poderosamente as forças do progresso que lutaram até hoje no processo? Para um regime intermédio? Discute-se hoje muito se os Estados Unidos implantarão um somozismo sem Somoza... É um risco, sem dúvida. Mas olhando um pouco para os processos históricos — e o Irão demonstra-o uma vez mais, — a queda de Somoza, no quadro da Nicarágua em convulsão, não pode ser simplesmente um arranjo de cúpula.

Em nenhum país carregado de ódio, de protesto, de questões sociais e políticas e que passou pela escola do combate e da guerra civil, a queda de um ditador como Somoza pode trazer um período de apaziguamento. Penso que Somoza cai — para além dos planos do somozismo, — e na Nicarágua sairão à rua em erupção popular as grandes massas do povo.

E nesta situação — temo-lo dito mais de uma vez face à política de Carter — uma coisa é o que pode propor-se o imperialismo, e outra o que resulte da queda das ditaduras. Por isso mesmo, a política de Carter (que corresponde às necessidades de uma estratégia global dos Estados Unidos), tem os seus limites.

Mas face a ela, não basta afirmar isto: há que apresentar uma política das forças democráticas e progressistas do continen-

te que, aproveitando inclusive as dificuldades que os Estados Unidos crie aos seus melhores filhos — os regimes fascistas, — situem com iniciativa a presença do povo e a unidade de todas as forças democráticas à escala continental para bater o fascismo.

Creio que é o caso ainda dos países do sul. A ditadura uruguaia, por exemplo, terá que voltar, pese embora este intervalo, a buscar saídas de abertura e de negociação com as forças opositoras.

UNIDADE PARA BATER O FASCISMO

A grande questão é como se inserir nessas brechas a grande luta e a presença do povo. Determinar se é bom ou mau uma abertura, em última instância, depende se nela se podem inserir e manifestar em toda a sua estatura as lutas populares; e se essas lutas populares e as condições políticas são capazes de desmontar as estruturas do fascismo.

Nesse panorama da América Latina, que incidência podem ter as políticas traçadas para o continente por organizações como a Internacional Socialista e a União Mundial Democrata-Cristã?

Sob um ângulo teórico, doutrinário, a função da social-democracia na América Latina não pode ir mais longe da função que tem na Europa. Ou seja, em última instância, sob o ponto de vista doutrinário e das transformações revolucionárias do continente, a social-democracia avança com um projecto reformista para substituir as necessárias transformações revolucionárias do continente.

Doutro ponto de vista, enquanto adversários do fascismo, são nossos aliados potenciais.

É aqui surge um grande problema: que o doutrinário não pode obscurecer os objectivos políticos do momento. Falando no quadro do continente dizemos: unir povos e governos adversários do fascismo, que assumam posições contrárias ao fascismo. Claro que do ponto de vista doutrinário e dos projectos de transformação haverá sem dúvida luta ideológica. Mas a cada momento há que saber quais os grandes temas que se colocam. E o tema do fascismo é o tema do sangue, da tortura, dos milhares de presos, da degradação económica e cultural.

Por isso o fascismo no Sul continua a ser um tema chave da América Latina, porque para passagem a etapas mais profundas do seu desenvolvimento político e social, é fundamental acabar com o fascismo. O que não quer dizer que até todos os regimes fascistas terem caído cada país não possa avançar. Falo antes de uma grande estratégia do continente contra um grande perigo, contra regimes criminosos.

UMA CRISE QUE VEM DE LONGE

Na luta contra o fascismo e a guerra devem confluir as mais amplas forças: social-democratas, comunistas, socialistas, democratas-cristãos, evitando o sectarismo, o radicalismo, o verbalismo, para, inclusivamente, não se cair nos erros que na década de sessenta isolavam os revolucionários em lugar de os inserir no grande movimento do povo.

Poderia definir a actual situação uruguaia, as contradições de um governo militar que se inspira na doutrina da "segurança nacional" e que, no entanto, submeteu o país a uma aguda crise económica e social?

O Uruguai é um exemplo do projecto fascista que em todos os países se basearam sob ponto de vista económico na tese da chamada segurança para o desenvolvimento, invertendo a velha fórmula reformista que falava do desenvolvimento para a segurança.

Mas eles fracassaram e demonstraram o que isso significa. Aplicaram toda a metodologia do fascismo nas suas formas mais bestiais, com a pretensão de pôr em ordem para assegurar o desenvolvimento, "segurança para o desenvolvimento".

Não conseguiram alcançar sequer um regime de estabilização económica. É verdade que a crise económico-social, a crise estrutural da sociedade uruguaia não começou com o golpe fascista, nem com a orientação política inspirada pelo Fundo Monetário Internacional iniciada pelo regime fascista. Começou muito tempo antes.

Em lugar de estabilizar a situação uruguaia precipitaram todos os factores da crise. Basta assinalar que o Uruguai é um país com uma imensa dívida externa. As cifras oficiais, muito abaixo das reais, ad-



«não se pode prescindir dos povos»...

mitem mil e cem milhões de dólares de dívida externa, na sua maioria a médio e curto prazo. Face aos 600 milhões de dólares, valor máximo que o Uruguai pode exportar anualmente, essa dívida constitui o valor de dois anos de exportações, ainda que tenha chegado a equivaler a três. Durante um longo período refinanciada com a ajuda do FMI, do Banco Mundial e grupos de bancos, de forma tal que o país praticamente foi acrescentando dívidas sem grandes entradas de capitais, e os que entravam, na sua maioria, estavam por pouco tempo, deslocando-se para outros países em função da situação na América Latina.

Declararam que iam acabar com a inflação, porém, o Uruguai foi um país que no ano passado apresentou mais de 50 por cento na taxa da subida de preços, e este ano o valor pode ainda ser maior. Com um outro reflexo, que é o "deficit" da Balança Comercial e a desvalorização monetária. No momento actual estão a uma média de 17 ou 18 desvalorizações ao ano. E estas tendências são permanentes para este regime.

Num documento do FMI — que no Uruguai é unicamente conhecido pelos membros do governo, a assembleia dos generais e a cúpula bancária, — esta organização internacional assinala que 1979 será o de pior situação nos campos uru-

guaio. Existe uma profunda crise agrária, redução das cifras de gado vacum, endividamento de grandes sectores ganadeiros. O Uruguai importa carne, trigo, artigos de produção comum no país.

UMA REPRESSÃO SEM LIMITES

Por outro lado, o salário real caiu em cerca de 50 por cento. As cifras oficiais indicam 13 por cento de desemprego na indústria, nos transportes, na construção. Não se tem em conta os números de jovens que procuram trabalho pela primeira vez, nem do êxodo rural, pois a gente abandona o campo em virtude da crise agrária, da falta de fontes de trabalho, a quebra de pequenos agricultores.

O altíssimo Orçamento Nacional continua a ser deficitário, sendo cerca de 50 por cento destinado às forças de repressão.

Por outro lado a ditadura golpeou todos os índices característicos do nível de vida uruguaio.

A Universidade foi degradada. Não só porque 75 por cento dos professores foram expulsos das suas cátedras ou está no exílio ou na prisão, como também devido à degradação do próprio ensino, tendo sido liquidados os velhos planos educativos, acabados todos os elementos de for-

mação cultural geral, liquidadas matérias que possam ter qualquer matiz político e imposto "a dedo" ilustres analfabetos incapazes para ocupar as cátedras e as mulheres dos militares para o ensino primário.

Atacaram no plano institucional todas as melhores formas da vida democrática uruguaia. Já não é só o encerramento do Parlamento, a proibição dos partidos políticos, a ilegalização, a repressão, a censura à Imprensa, como também a liquidação do poder judicial, com a passagem de todo o tipo de processo que tenha qualquer "cheiro" político para a justiça militar. Os advogados acabam na prisão.

A Igreja é atacada pelo regime e acusada de subversiva, de infiltrada.

O protesto e o ódio popular são de uma profundidade extrema. Este quadro económico, político e social internos, adicionado à denúncia internacional que deu ao país uma imagem tão trágica, colocando o regime uruguaio no banco dos acusados do Mundo, repercutiu-se dentro das Forças Armadas.

As contradições internas nas forças militares, os conflitos dentro da hierarquia, não podem ser vistos apenas como um produto das suas ambições, mas também como reflexo disso que alguém — certamente um militar latino-americano, — chamou de solidão das armas. É reflexo de uma denúncia pública que se estende por todos os lados, de um clima de ódio popular, do protesto permanente da classe operária.

Evidentemente que as greves não são as mesmas de antes, dado os níveis de repressão. Mas existe uma vida sindical que se reflecte entre outras formas, por exemplo, por uma vastíssima imprensa sindical clandestina, acções diversas, defesa das leis sociais, reivindicações salariais, denúncia dos despedimentos.

A IMPORTÂNCIA DA SOLIDARIEDADE

Entretanto assistimos a uma tentativa de unificação da cúpula militar, acompanhada do aumento da repressão, da intensificação de uma nova onda repressiva, de um incremento das medidas de terror. A situação é grave para a resistência, mas não se pode ignorar que esta continua e continuará. E que toda a ferocidade dos

fascistas é também uma expressão do seu fracasso em todos os níveis.

Neste momento exactamente estamos a apelar à solidariedade internacional. Apelo a esta onda de terror para salvar a vida de muita gente, apelando pelos prisioneiros; e a solidariedade, que é muito grande em todo o Mundo, tem de ser ainda maior, mais activa, tem de ajudar-nos a salvar vidas que são importantes, tem de ajudar-nos a salvar, em definitivo, um povo ameaçado para muito tempo futuro.

A campanha pela amnistia política adquire enorme projecção internacional. O problema da amnistia é básico, já que significa a libertação dos presos políticos e sindicais e porque representa o direito de mais de quinze mil dirigentes políticos uruguaio de participar na vida política. É a anulação dos processos e o regresso dos exilados ou expulsos ao país. Porque nós não partimos do Uruguai por nossa própria conta: saímos já que nos prenderam e a determinada altura nos expulsaram do país. E outros partiram para salvar as suas vidas em situações bem críticas, quando a única opção era o asilo diplomático e galgar a fronteira, ou a tortura e a morte.

O grande tema da amnistia no Uruguai tem repercussões internacionais e é fundamental, mas também há que combiná-lo com a unidade e convergência das forças internas.

Se no Uruguai se juntarem todas as forças que se opõem ao regime, estou certo que caminharemos para a democracia no país. Por todos os caminhos da luta, pelo desenvolvimento do processo de transição no qual se insere a luta popular.

O ódio do povo, a opressão, a acumulação de todas as dificuldades, de todas as tragédias não conduz um povo combativo, de excelente história democrática, a renegar a defesa da própria pátria e o direito à existência.

Não somos optimistas ingénuos. Mas acreditamos que, para além do destino pessoal de cada um de nós, a ditadura uruguaia cairá.

A luta será dura, passaremos novas provações, haverá que continuar a pagar o duro preço do trabalho clandestino, mas triunfaremos.

MEDIO ORIENTE

ISRAEL armas e bíblias



O anti-semitismo reaparece, quando generais israelitas visitam países da África e da América Latina na perspectiva de bem vender dois «produtos» em princípio antagônicos: armas e bíblias.

Mário Offenber

O jornalista britânico Nick Rose acabou de regressar de uma viagem de reconhecimento a vários países africanos nos quais recolheu, para a BBC, material de informação sobre os Movimentos de Li-

bertação do Zimbabwe. Quando chegou a Londres e conversando com um colega israelita desabafou: "Sabes quais são os países mais odiados pelos negros rodesianos? A Grã-Bretanha e Israel!!"

O interlocutor não tinha dificuldade em perceber porquê a Inglaterra: "a hipocrisia inglesa", claro! Mas Israel? Qual a razão? Será que os negros odeiam os judeus? Serão anti-semitas? Mas não. Não foram

estas as razões dadas a Rose por um chefe de guerrilha rodesiano, Yoshua Obote, que os jornais israelitas dizem ser "um jovem educado" que estudou em Inglaterra e é "perfeito conhecedor da situação internacional".

"Quando lutamos contra o exército de Smith — disse Obote, — encontramos-nos diante de armas israelitas. Eu sei que há outras, de proveniências diversas, mas o armamento fornecido por Israel desempenha um papel decisivo. Muitos dos meus camaradas foram mortos por metralhadoras UZI... Também sei que não são os israelitas que dispararam. Mas para as vítimas desta guerra não há uma grande diferença entre quem as utiliza e quem as fabrica."

NA AMERICA CENTRAL

Alguns dias depois das informações de Rose sobre a imagem de Israel no Zimbábue, um problema semelhante foi levantado na Imprensa israelita, desta vez por Ben David, correspondente na América Latina, do jornal *Davar*, de Tel Aviv.

O artigo referia-se às "tendências anti-semitas" da população da Nicarágua que — segundo o jornalista, — está a ser incitada contra Israel pela Frente Saudinista de Libertação.

Os dois exemplos, Zimbábue e Nicarágua, falam por si e completam-se. Se o anti-semitismo — como atitude racista e reaccionária contra os judeus, — não existisse, Israel e os seus propagandistas criá-lo-iam. Mas estas manobras, de por um lado, desacreditar a lu-

ta de um movimento de libertação pela emancipação do homem e da pátria, acusando-o de tendências anti-semitas e, por outro, procurar manter a distância a crítica anti-imperialista às alianças israelitas com regimes mais reaccionários dos nossos dias, são tão claras como inúteis.

A população da Nicarágua não se tornou anti-semita para angariar adeptos.

O Movimento Sandinista não necessita de recorrer a semelhantes argumentos para se tornar popular.

A razão do povo da Nicarágua odiar o regime no país, assim como os seus protectores, é muito simples: a crueldade e a corrupção do regime de Somoza. E à medida que mais combatentes pela liberdade da Nicarágua e mais civis tombarem sob as armas "made in Israel", mais certo será ouvir das bocas deste povo oprimido da América Central as mesmas palavras pronunciadas pelos revolucionários rodesianos.

O jornal novaiorquino *Nation* dizia, nos princípios de Março deste ano que, graças ao reforço armamentista enviado por Israel, Somoza estava em condições de preparar a sua "Guardia Nacional", num tempo mínimo, a fim de combater mais eficazmente o levantamento popular. As vítimas da ofensiva do ditador, em Esteli, em meados de Abril passado, são um resultado directo do auxílio israelita.

De acordo com informações de Manágua, os transportes aéreos israelitas, sem identificação nacional, aterram durante a noite para descarregar as armas e munições que vão ser utilizadas contra o Movimento

de Libertação e nas provocações na fronteira da Costa Rica.

Israel também forneceu à Guatemala dez aviões de transporte, tipo "Arava", apetrechados com canhões e bombas. Mas outros "bons clientes" de Israel são as Honduras, e São Salvador que, assim como a Guatemala, ajudam activamente com as suas tropas, a Guarda Nacional da Nicarágua.

COOPERAÇÃO ISRAELITA

A melhor forma de destruir a infame acusação de anti-semitismo feita pela máquina de propaganda israelita e pró-imperialista a todos os que criticam o regime de Israel, é simples: apresentar provas concretas da cooperação deste país com os regimes reaccionários da América Latina, provas dadas pela própria Imprensa israelita.

As relações entre Israel e as ditaduras latino-americanas podem dividir-se em três campos distintos:

1. *Fornecimento de armas* — Seis países — Chile, Equador, Guatemala, Honduras, México e S. Salvador, — recebem a maior parte do seu equipamento militar de Israel. De salientar também o grande aumento nas vendas à Argentina e Nicarágua e o fornecimento recente, embora em menores proporções mas também considerável, à Bolívia, Haiti e Colômbia.

Um género de artigos que parecem ser de grande utilidade aos regimes destes países e que Israel fornece em grandes quantidades são o arame farpado e as

cercas de arame farpado electrificadas, chamadas "cercas electrónicas", fabricadas pela "Aircraft Industry", de Israel e anunciadas — com fotos, — em publicações como a "Aviation Week" ou o "Bulletin of Israel", da Câmara de Comércio Latino-Americana.

Também as cercas de arame farpado colocadas entre a Rodésia e Moçambique, foram produzidas e vendidas — com assistência técnica, — por Israel; as metralhadoras UZI são produzidas na Rodésia, sob licença israelita e com marca comercial "RUZI"; os capacetes do exército chileno de Augusto Pinochet são fabricados por uma empresa que se autodefine como "socialista", a Mapám-Kibbutz "Mishmar Ha'emek", embora suscite muitas dúvidas este sionismo "socialista".

2. *Polícia secreta e auxílio "antiterrorista"* — Este tema fica inteiramente exemplificado se lermos a Imprensa israelita. Nela proliferam os anúncios oferecendo óptimos salários e condições de trabalho convidativas aos que quiserem ir para essas organizações. Um anúncio típico oferece cerca de 10 mil libras israelitas que, no câmbio de 1978, eram perto de mil dólares, isento de taxas, com parte paga em dólares, um bônus ao fim de um ano de trabalho, e férias pagas na Europa. Mesmo fazendo cálculos sumários, verifica-se que isto é quatro vezes mais do que ganha um operário especializado israelita.

3. *Propaganda interna e externa* — A propaganda israelita feita no interior



Arame farpado como arma: símbolo da segregação

dos países latino-americanos apoiados por Israel ficou expressa com as visitas à Argentina de altos funcionários israelitas em Julho e Agosto do ano passado. A propaganda que fazem a nível externo é também muito importante, especialmente em Washington, onde o grupo pró-israelita trata os pedidos de ajuda de Somoza com extrema devoção e obtém um êxito considerável. Têm também exercido, embora discretamente, mas também com menos êxito, certa pressão nas várias organizações que apelam para os direitos humanos, a fim de que ataquem com menos intensidade os regimes ditatoriais que, sem qualquer escrúpulo, mantêm os seus opositores atrás do arame farpado "made in Israel".

Não será talvez necessário fazer notar que alguns destes "humanistas" — sejam eles grupos ou individualidades, — justificam as

suas relações "muito especiais" com Israel, "como compensação ao holocausto". Perante esta "brilhante" moral, pode-se somente perguntar: quem será o mais hipócrita?

VISITAS

À AMÉRICA DO SUL

Sob o título de "generais israelitas na América do Sul", Marcel Zohar — correspondente do *matutino* israelita Ha'Aretz em Buenos Aires, — escreveu a 10 de Agosto de 1978 que três generais israelitas tinham visitado a Argentina num período de seis semanas. O general Hail Laskov, antigo chefe de estado-Maior israelita, chegou a Buenos Aires, na véspera do Dia da Independência de Israel (14 de Maio). Encontrou-se com o chefe do Estado-Maior da Argentina e manteve conversações com outras personalidades.

Laskov foi recebido com grandes honras pelos altos comandos da Argentina, e abriu o caminho da América do Sul a outros generais israelitas, como Mordehai Hod, ex-comandante da Força Aérea, e actualmente Director-Geral das Linhas Aéreas israelitas "El-Al".

"A sua visita não foi anunciada pela imprensa argentina", escreve Marcel Zohar. "O general Hod — diz o jornalista, — disse-me que veio à Argentina para ver as instalações da "El-Al", e aproveitar a oportunidade para tornar mais estreita as relações entre as linhas aéreas israelitas e as "Aerolineas Argentinas". E o correspondente do Ha'Aretz continua, dizendo que "somente depois de ele ter deixado Buenos Aires, é que soube que se tinha avistado com o general Augusti, Comandante da Força Aérea argentina, que é também membro da Junta".

Foi pedido a Hod que falasse aos generais da Força Aérea, e a sua visita finalizou com um banquete dado em sua honra pelo embaixador israelita, Ram Nirgard, onde estavam presente os citados oficiais.

Uma semana mais tarde chegou o general Mordehai Mota Gur, que havia deixado o cargo de Chefe das Forças Armadas algumas semanas antes. Chegou ao Rio da Prata vindo directamente do Chile, onde tinha sido recebido pelo presidente e chefe da Junta Chilena, Augusto Pinochet, e falado com diversas personalidades.

"Sei que o exército chileno está habituado às vitórias e que sente apetite por elas" — foram as palavras ditas por Gur a Pinochet

que causaram pânico na Argentina, onde se receia que Israel contribua para fortalecimento do exército chileno, quando os dois países estão envolvidos numa disputa territorial, e entre eles, paira um clima pré-bélico. É possível que as motivações de Israel tenham sido mais imparciais e concretas: reforçar a competição armamentista entre os dois países latino-americanos a fim de incrementar o negócio da venda de armas, e fazer crescer a sua influência político-militar na região.

"FESTIVAL" MOTA GUR

Como o jornalista do Ha'Aretz relatou, a embaixada israelita em Buenos Aires organizou, com êxito, um "Festival Mota Gur": o general apareceu na televisão, foi entrevistado pelo jornal de maior circulação do país, "El Clarín" e teve honras de Chefe de Estado-Maior. A imagem foi reforçada pelo facto de se apresentar sempre acompanhado pelo adido militar israelita, Moshé Pelled, que também esteve com ele no Chile.

Na entrevista que fez a Gur, "El Clarín" quis saber se a visita do general tinha algo a ver com a venda de armas israelitas ao Chile. A pergunta foi, no entanto, evitada com uma resposta pouco clara. Confirmou porém as suas intenções em relação à Argentina, declarando que "estamos muito interessados em vender armas à Argentina e reforçar os laços comerciais a esse nível..." Disse ainda que a mais importante ligação militar israelita era com esse país, o que fez com que

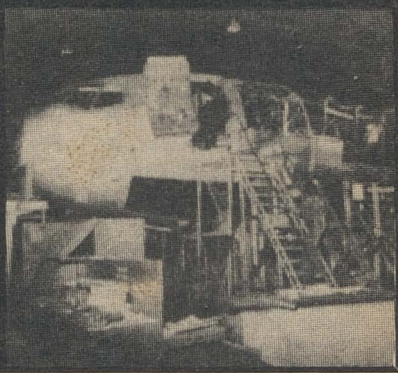
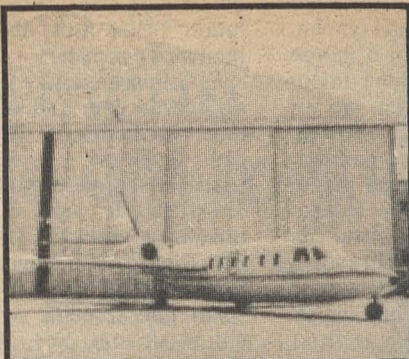
o correspondente do Ha'Aretz se sentisse na obrigação de explicar que "isto não é segredo. É do conhecimento geral que Israel ganhou o concurso internacional para venda de armas à Argentina embora não tenha sido explicado pelo mesmo jornalista que Israel não vende apenas armamento, mas também outros "instrumentos" para a polícia secreta e outras organizações daquele país sul-americano.

Numa entrevista dada a um jornal israelita, em Julho de 78, o ministro dos negócios Externos argentino, vice-almirante Oscar Montez, confirmou que o seu governo não deixaria de comprar armas e aviões a Israel com receio da ex-comunhão árabe ou de qualquer outra.

Concluindo: pode-se presumir que a colaboração mantida anteriormente entre Israel e a Argentina foi "ajustada" com o encontro do general Gur com o general Viola, Chefe do Estado-Maior, e com outras personalidades de alta patente. Diz-me quem são os teus amigos, e dir-te-ei quem és!

OS MISSIONÁRIOS EM ACÇÃO

Um grupo de personalidades israelitas composto pelo general Rehavam Gadi Ze'evi, antigo "Conselheiro do Primeiro-Ministro israelita para o combate ao terrorismo", por Chaim Topol, artista de cinema e teatro, Betzalel Mizrahi, dono da rede de hotéis "Ganey Shulamit", e um antigo membro da "Mossad", cujo nome — que por razões de "segurança", —



Begin: o belicismo de
"Kapale" na cabeça

não pode ser publicado, visitara, vários países da América Latina, incluindo o Equador, oferecendo a esses governos "o fornecimento de material sofisticado e serviços de consulta para a guerra contra actividades internas e de terrorismo".

Parece que o grupo, para que trabalhe com eficácia, tem uma divisão de trabalho bem definida: Topol e Mizrahi estão encarregados dos "preliminares" dos negócios; Ze'evi e o Sr. Anônimo são os responsáveis pelo negócio, propriamente dito.

A experiência de Ze'evi como antigo consultor do antiterrorismo do primei-

ro-ministro israelita não precisa de referência: basta apenas recordar que a fim de combater o terrorismo, o governo israelita foi "forçado", durante os últimos trinta anos, a medidas de antiterrorismo tão óbvias como quatro guerras; a expulsão de mais de um milhão e meio de palestinianos, a ocupação de territórios árabes; a opressão permanente dos habitantes desses territórios; incontáveis destruições de casas e expropriações de terras. Isto para nomear apenas algumas das medidas.

O quarto parceiro de Ze'evi — como diz o correspondente do Ha Aretz, — deixou de trabalhar para o

governo há algum tempo e formou uma companhia que tem prestado "serviços de protecção armada a governos estrangeiros".

Os colaboradores deste indivíduo são, de acordo com a mesma fonte, homens de negócios israelitas que mantiveram actividades em África durante muitos anos, e estiveram ligados a vários empreendimentos nacionais e internacionais. Como daqui se pode depreender, é um "negócio sério"...

Segundo o jornalista Matty Golan, os serviços de segurança israelitas encorajam o grupo "antiterrorista" encabeçado pelo general



O general Gur

Ze'evi, para que dê auxílio a vários Estados da América do Sul; estas acções não estão limitadas à luta contra o terrorismo árabe, mas abarcam "largas esferas de segurança", e as autoridades israelitas compreendem que o assunto é muito delicado e tem "significado político", especialmente desde que diga respeito a regimes militares.

"OBJECTIVISMO"

O general Ze'evi, ao ser entrevistado pelo jornalista israelita Bashán, deu algumas respostas bastante interessantes: "Tenciono agir como conselheiro de segurança em todo o Mundo, — afirmou Ze'evi, — na condição de que isto não vá contra os interesses do Estado de Israel; quero com isto dizer que ajudarei os países que considerarem necessário o nosso auxílio, desde que isso seja possível para nós." E o general continuou: "Perguntou-me se pretendo tornar-me um negociante de armamento. Pois responder-lhe-ei abertamente: não considero

que isso seja uma vergonha, e talvez que com o tempo lá chegue. A minha intenção básica é tratar de assuntos em que sou especialista, isto é, segurança, aconselhando a sua manutenção e incluindo a recomendação e o envio de equipamento israelita sofisticado. É um facto — disse ainda Ze'evi, — que queremos exportar armamento. Na minha opinião, estamos interessados em chegar a um ponto em que mais e mais Estados, que lutam contra o terrorismo, derrotam-no com a nossa ajuda."

A pergunta: "É verdade que formou uma companhia para "consultas de segurança" fora de Israel", o general Ze'evi, respondeu: "Este assunto está a ser tratado seriamente. Em quase todo o Mundo existem problemas com a segurança interna, de fronteiras, de linhas aéreas e portos. Anarquistas e terroristas actuam livremente, e porisso o Mundo está sedento de soluções adequadas e equipamento eficaz." Palavras muito claras e significativas: os povos loucos da Argentina, do Chile e da Nicarágua, que lutam contra os abençoados e populares regimes de Videla, Pinochet e Somoza, devem ser disciplinados pelos peritos de Israel com "soluções adequadas e material eficaz".

Tem-se que estar grato ao general Ze'evi pela clara explicação que deu sobre o carácter e a dimensão do comprometimento militarista de Israel na América do Sul, que está aliado às mais negras forças do século contra movimentos de-

mocráticos e populares que lutam pelos seus direitos humanos e sociais.

Esta imagem está em pleno acordo com a ideologia que representa: a linguagem de Ze'evi é a mesma usada nas directivas burocráticas de Eichmann, quando se referia à "Solução Final" e ao "material de Auschwitz".

No que respeita ao seu colega de negócios, Haim Topol, diz o general Ze'evi: "Apreciei as ligações que Topol tem na África do Sul, a estrutura do seu negócio de distribuição de filmes bíblicos." O que também está de acordo com o ofício que não é novo nem de estranhar. Muitos missionários foram mercadores de escravos ou amigos de escravagistas. A Bíblia foi usada mais para defender o escravagismo que a liberdade.

Quando lhe perguntaram se "não tem receio aue o "Conselho de Segurança" venha a envolver Israel nos conflitos entre estados militaristas", a resposta do general foi que "os regimes dos vários países são da exclusiva competência das nações que os detêm. A única coisa que me interessa é a sua atitude para com Israel. Quero lembrar que uma parte desses regimes tem apoiado o Estado israelita desde a sua criação".

O general Ze'evi está cem por cento certo. Temos de concordar com ele, em relação à África do Sul, por exemplo. Para resumir, eis o sionismo da década de 70: "Ajudem a matar as crianças de Soweto, porque o regime do *apartheid* apoia o Estado de Israel."

BRASIL

a morte de um torturador

PANORAMA
TRICONTINENTAL

"Se eu viver mais de quarenta anos, já é lucro. Matar ou morrer não é problema para mim".

Com estas palavras, após identificar-se como o delegado Fleury, nome que em si já era uma ameaça de morte, o famoso torturador e assassino do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) de São Paulo, dirigiu-se a um preso, em 1970, numa tentativa de arrancar-lhe informações. O impacto dessas palavras era ampliado pelas horas de tortura já sofridas pelo prisioneiro-vítima e pela fama de "matador" e de chefe do Esquadrão da Morte de que gozava Sérgio Paranhos Fleury.

No dia Primeiro de Maio, enquanto os trabalhadores de São Paulo e arredores comemoravam o seu dia e as recentes vitórias conseguidas, morria Fleury, inimigo declarado do povo, aos 46 anos, — com seis de "lucro", portanto. A sua morte, envolta em dúvidas, dado o passado sinistro do delegado, foi provocada, segundo as informações divulgadas, por uma queda quando ele tentou passar de um barco para o seu iate recém-comprado (com o salário de um delegado de polícia?).

O laudo médico do também sinistro médico-legista Harry Shibata, famoso por assinar laudos mentirosos de pessoas mortas sob tortura, declara que a causa mortis foi paragem cardíaca. A autópsia não foi feita.

Há algum tempo, a um advogado que lhe teria sugerido o incómodo que ele representava para os planos de "abertura gradual" do regime militar, Fleury teria respondido nada temer do "sistema", uma vez que dispunha de um arquivo com muitas informações comprometedoras a respeito de pessoas muito importantes. Era o seu "seguro de vida e de poder", dizia.

Fleury fiel servidor da ditadura militar



São esses factos que provocam as dúvidas sobre a sua morte "acidental". Dispondo de um poder incalculável, metido no tráfico de droga e de poder, acusado de participação nos assassinatos cometidos pelo Esquadrão da Morte, respondendo por isso a vários processos, Fleury era uma figura por demais envolvida em mistério, no marginalismo policial, para se crer em morte tão natural.

O espírito satírico do povo brasileiro já encontrou a sua própria explicação: "cão raivoso" que era, Fleury morreu de hidrofobia, ao cair na água do mar.

Produto e guardião condecorado do "milagre económico", do capitalismo selvagem brasileiro, Fleury é um dos símbolos mais eloquentes do regime político imposto ao povo brasileiro há 15 anos.

MÉXICO

ruptura com Somoza

A tradicional política exterior do México não mudará com a substituição, anunciada a 16 de Maio, do Secretário Santiago Roel pelo Embaixador Jorge Castañeda, anunciaram fontes oficiais.

Numa dramática confirmação disso, nos dias que se seguiram à remodelação ministerial (também foram substituídos o Secretário do Interior Jesus Reyes Heróles, pelo professor Enrique Olivares Santana, e o de Programação e Orçamento "Ricardo García Sainz pelo licenciado Miguel de la Madrid), o México recebeu os presidentes de Cuba e da Costa Rica, precisou os alcances da sua política petrolífera e anunciou o rompimento de relações diplomáticas com o governo de Somoza, com um chamado aos demais países para que fizessem o mesmo para "destruir o genocídio".

Há quase 23 anos, Fidel Castro Ruz partiu do México para Cuba, a bordo do já legendário iate "Granma", para iniciar a luta revolucionária. O seu retorno a território mexicano para encontrar-se com o presidente José López Portillo, na ilha caribenha de Cozumel, emocionou ambos os mandatários — que assim o confessaram publicamente, — e ao povo do México, único país da América Latina que se opôs ao bloqueio e nunca rompeu relações com a Cuba revolucionária.

No comunicado final da visita destacou-se a solidariedade de ambos os países com os movimentos de libertação do

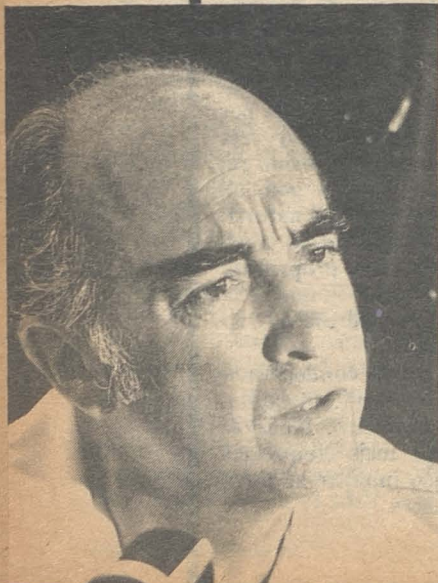
Zimbábue e da Namíbia, a luta comum pela revalorização das matérias-primas e a introdução de mudanças substanciais na actual ordem económica internacional, condena-se o bloqueio económico exercido pelos Estados Unidos contra Cuba e manifesta-se expressamente o apoio do presidente Cubano à proposta do mandatário mexicano de considerar as fontes de energia como "património comum da Humanidade".

Segundo fontes extra-oficiais, Fidel Castro teria expressado a López Portillo que a sua participação na Sexta Cimeira dos Não-Alinhados, a realizar-se em Havana este ano, propiciar-lhe-ia um importante fórum onde expor esta concepção e conseguir o apoio internacional para quando proponha a ideia ante as Nações Unidas, em Setembro.

O petróleo foi também o principal tema das conversações entre López Portillo e o seu colega costarriquenho Rodrigo Carazo, que lhe explicou a difícil situação do seu país, com os recentes aumentos de preço. O presidente mexicano reiterou que o seu país nunca será "a ovelha ralhosa da OPEP", mas que também não pode ficar indiferente ante a situação da maioria dos países do Terceiro Mundo que carecem de petróleo.

No discurso protocolar que encerrou a visita, López Portillo surpreendeu os presentes e o Mundo ao anunciar a ruptura de relações diplomáticas com o governo da Nicarágua e exortar os países latino-americanos a seguirem o mesmo caminho. O anúncio foi recebido com alegria pela Frente Sandinista e pelo conjunto da oposição nicaraguense, que nestes mesmos momentos intensificava a sua ofensiva militar contra a ditadura.

López Portillo tomou a sua decisão depois do relatório pormenorizado que lhe fez Carazo sobre a situação centro-americana e as permanentes provocações, ameaças e agressões de que é vítima a Costa Rica. A decisão mexicana enquadra-se numa tradição inaugurada pelo presidente Lázaro Cárdenas, ao defender a Etiópia da invasão da Itália fascista e negar-se a reconhecer o regime de Franco depois da guerra civil espanhola. Mais recentemente, o presidente Luis Echeverría rompeu relações com a Junta Militar chilena que em 1973 derrubou o governo de Salvador Allende.



o presidente mexicano
López Portillo.

Guatemala a flor do sacrifício

Na manhã de 22 de Março, em pleno centro da capital guatemalteca, o automóvel em que viajava Manuel Colom Argueta, foi interceptado por dois veículos e uma motocicleta.

Colom, que já havia escapado anteriormente a dois atentados, não conseguiu desta vez romper o cerco, e caiu crivado por trinta e cinco balas.

Morreu assim o fundador da Frente de Unidade Revolucionária, um partido de esquerda que há apenas algumas semanas atrás tinha sido registado, mas que em pouco tempo havia conseguido canalizar as expectativas de mudança de grandes sectores da população.

O crime pode ter sido *mais um* nos dados estatísticos de assassinatos quotidianos, mas como ocorreu há pouco mais de um ano do assassinato de Pedro Joaquim Chamorro na Nicarágua, converteu-se na gota que estravazou o vaso.

Milhares de pessoas acompanharam no dia seguinte o cortejo fúnebre do dirigente político. A cidade paralisou enquanto os sindicatos, os estudantes, e o povo em geral, caminhavam lado a lado.

Em cada lapela, havia um cravo vermelho. É essa "flor do sacrifício" continuou sendo vista em todas as partes da Guatemala nos dias que se seguiram, em expressão de repúdio e desafio ao regime.

Da mesma maneira que na Nicarágua, o governo prometeu uma "profunda investigação para localizar os assassinos". Da mesma forma que os familiares de Chamorro, os parentes do morto recusaram os pêsames governamentais, enquanto que a FUR emitia um comunicado, imputando o crime ao governo do general Romeo Lucas, ao Exército e ao Comité de Associações Comerciais, Industriais e Financeiras.

Poucas horas depois, a unidade forjada na prática nas ruas, encontrou canais orgânicos com a criação da Frente Democrática da Guatemala, a maior organização unitária dos sectores progressistas e democráticos que se tenha conseguido formar no país nos últimos vinte e cinco anos.

Constituído sob a protecção do Comité Nacional da Unidade Sindical, a Frente agrupa 150 organizações políticas, sindicais e sociais.

GHANA E ALTO VOLTA

A Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO), integrada por quinze nações da região, nasceu há três anos atrás, após uma década de lutas pela criação de uma organização regional a nível económico; e deu início a uma auspiciosa etapa de interpretação e trabalho conjunto.

O acordo de Lagos, que deu origem à CEDEAO, não estabelecia regulamentos específicos para a coordenação económica bilateral entre Estados membros, mas era óbvio que o pertencer à entidade regional facilitaria esse tipo de acordos. Assim, actualmente, o Ghana e o Alto Volta estudam as possibilidades de desenvolvimentos conjunto do vale do rio Volta.

Os chefes de Estado Sangoule Lamizana, do Alto Volta e o tenente-general Akuffo, do Ghana, encontraram-se no mês passado para a análise dos acordos elaborados pela Comissão Permanente Conjunta e dos meios para aplicá-los o mais rapidamente possível.

Uma medida concreta aprovada é a reabertura dos vãos Accra-Ouagadougou, as duas capitais. A necessidade de melhorar as comunicações telefónicas, a rede rodoviária, os serviços aéreos e particularmente o transporte de gado, foram alguns dos pontos estudados.

Na década de sessenta, quando os países da área alcançaram a independência, um dos problemas enfrentados para permitir a cooperação económica mútua, foi a falta de uma moeda aceitável para as transacções interestatais, que pudesse acelerar o pagamento das dívidas herdadas do colonialismo. Esta limitação durou alguns anos, e foi finalmente superada pela criação da CEDEAO.

As conversações actuais para o desenvolvimento conjunto do vale do rio Volta, entre o Ghana e o Alto Volta, é um passo mais no caminho da integração e complementação económica pela qual os Estados africanos lutam desde a independência.

AFEGANISTÃO

O Islão com a revolução

No momento em que a revolução iraniana revitalizou o islamismo, os estrategas da reação tentam aproveitar a pujança desse movimento religioso para confrontá-lo com o governo revolucionário do Afeganistão.

Os líderes religiosos afegãos condenam energeticamente a situação daqueles "falsos muçulmanos" que caluniam as autoridades da nova República Democrática do Afeganistão, declarou em Kabul, Said Abdul Manan, membro do Conselho dos Ulemas.

Instigados pelo regime direitista do Paquistão, alguns líderes feudais afegãos intensificaram nos últimos tempos as suas críticas contra o governo de Nur-Moha-

med Taraki, a quem acusam de "comunista, ateu e anti-islâmico".

O ulemá Manan saiu em contra as versões que auspiciavam para o Afeganistão uma versão direitista do levantamento iraniano, assinalando que "o povo afegão apoia activamente as reformas revolucionárias empreendidas no país".

O dirigente islâmico precisou que os muçulmanos repudiam o plano das "tentativas provocadoras de fomentar divergências religiosas e nacionais na República Democrática do Afeganistão".

Manan negou que o governo atentasse contra os direitos dos crentes, e disse que este "mostra-se muito respeitoso para com a religião e para com os valores do Islão".

NOVA-ZELÂNDIA

Na Nova Zelândia o Verão marca não só o auge da estação turística, mas também o tempo das manobras militares.

Desde o início deste ano não têm falta do "turistas" militares estrangeiros no país. Quando em Janeiro, entrou no porto de Oakland o submarino atômico americano "Haddo", já lá estavam ancorados três vasos de guerra indonésios.

No polígono militar de Whyowru na estrada de Wellington (capital) para Auckland, os soldados de Singapura destruíram um parque de campismo durante as manobras "Núvem tempestuosa"; na mesma altura neozelandeses "conquistaram" em conjunto com australianos e ingleses, os "Alpes Meridionais" no decorrer dos exercícios "Safari no Sul". Antes tinham sido realizadas junto às costas da Nova Zelândia as manobras "Gonfalon" e "Longex" dos países membros da ANZUS (de que fazem parte, além da Nova Zelândia, a Austrália e os Estados Unidos), e, anteriormente, exercícios nas ilhas Fiji, Kermadec, e Nova Caledónia, e ainda as manobras "Canguru-2", os maiores realizados na área em todo o pós-guerra e muitas outras.

O "Haddo" não é também um caso isolado: antes dele visitaram a Nova Zelândia, nos últimos dois anos, os navios equipados com mísseis "Traxtan", "Long Beach" e o submarino atômico "Pintado".

A que se deverá então tão grande actividade militar? Muitos observadores políticos apontam que, ao sofrer uma derrota no Vietnam, o Pentágono apressou-se a dar início a uma transferência das suas forças de modo a assegurar a presença constante de forças armadas americanas na região Ásia-Oceano Pacífico. Os estratégias de além-oceano conseguiram um acordo para a deslocação sem limites ou obstáculos dos seus vasos de guerra, incluindo os atômicos pelos portos da Oceânia, para o pretendo estabelecimento de uma barreira no caminho da "ameaça comunista" a partir do norte.

Wellington reconhece hoje oficialmente que "os problemas com que o país se defronta, são mais de carácter económico do que de carácter militar", mas, ao mesmo tempo, cede à pressão dos Estados Unidos. Com a aprovação, em 1976, da construção de uma base americana em Diego Garcia, com a propaganda do estado mito da "ameaça vermelha", com os "convites" aos vasos de guerra atômico, Wellington marcou o regresso à política da "guerra fria", esperando obter dividendos de semelhante política. As esperadas vantagens económicas não se verificaram, porém. Mais, os parceiros da Nova Zelândia desencadearam um novo ataque contra as suas posições tradicionais no mercado mundial, e os Estados Unidos obrigaram os neozelandeses a limitar "voluntariamente" o fornecimento dos seus produtos baratos ao mercado americano.

PORTUGAL

A condenação da invasão de Timor-Leste pela Indonésia e o genocídio do povo maubere pelas autoridades de Djakarta foram uma vez mais condenados; a solidariedade com a resistência do povo de Timor-Leste, dirigida pela FRETILIN, saiu reforçada, com a realização do Seminário Internacional sobre aquela antiga colónia portuguesa, que decorreu no passado dia 20 de Maio em Lisboa, precisamente na data em que era comemorado o quinto aniversário da fundação da FRETILIN — Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente.

O Seminário foi promovido pelo Centro de Documentação e Informação Amílcar Cabral (CIDAC), pela Associação de Amizade Portugal-Timor-Leste e contou com a presença de importantes personalidades que em diversas ocasiões se têm manifestado contra a agressão e as barbaridades cometidas pelas forças indonésias em Timor-Leste, como é o caso de Noam Chomsky, professor de linguística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (EUA) e que o ano passado proferiu perante a ONU importante discurso sobre este tema, Ken Fry, deputado no Parlamento australiano pelo Partido Trabalhista, Mats Hellstrom, deputado sueco pelo Partido Social-Democrata e Joinet, membro da Liga Internacional dos Direitos Humanos.

O Seminário contou com o apoio de um vasto leque de forças políticas portuguesas e estrangeiras com destaque para os antigos Movimentos de Libertação das colónias portuguesas, hoje Partidos e organizações que dirigem os seus respectivos países: MPLA-Partido do Trabalho, FRELIMO, PAIGC e MLSTP.

Noam Chomsky, numa das mais importantes intervenções deste Seminário, denunciou a cumplicidade dos Estados Unidos e de outros países ocidentais industrializados com a Indonésia, acusando os meios de informação ocidentais de silenciarem sistematicamente as atrocidades cometidas em Timor-Leste e a luta pela libertação nacional do seu povo.

Como repercussão imediata deste Seminário, registou-se a aprovação por unanimidade dois dias depois na Assembleia da República Portuguesa, de dois votos de pesar e protesto pela situação em Timor-Leste. Neles se condena "a invasão de que aquele território foi alvo por parte da Indonésia" e se manifesta "a esperança de que o seu povo venha a poder, livremente, cuidar da sua própria autodeterminação e independência".

Uruguai

a situação do povo

As notícias mais recentes do Uruguai são inquietantes. Enquanto acentua-se a abertura política no Brasil, e o governo militar argentino começa a utilizar uma linguagem menos intolerante em relação aos partidos políticos, além de propiciar um tratamento menos desumano aos presos políticos, no Uruguai, acentua-se a repressão.

Centenas de prisões realizadas nos últimos tempos, e novos atropelos e torturas aos presos, foram dados a público por fontes responsáveis.

O governo uruguaio mostra-se insensível aos protestos internacionais contra esses métodos. O general Lfber Seregni que converteu-se num dos símbolos mais expressivos da resistência uruguaia à ditadura e ao obscurantismo, — é um dos milhares de presos que continuam a cumprir sentenças arbitrárias, ou aguardando julgamentos, à disposição das autoridades militares.

No dia 26 de Março passado — data em que foi comemorada a constituição da coligação conhecida como Frente Ampla, da qual o general Lfber Seregni é o presidente, — realizaram-se actos solenes nas capitais de muitos países. E a decisão de luta do povo uruguaio foi sempre lembrada e confirmada.

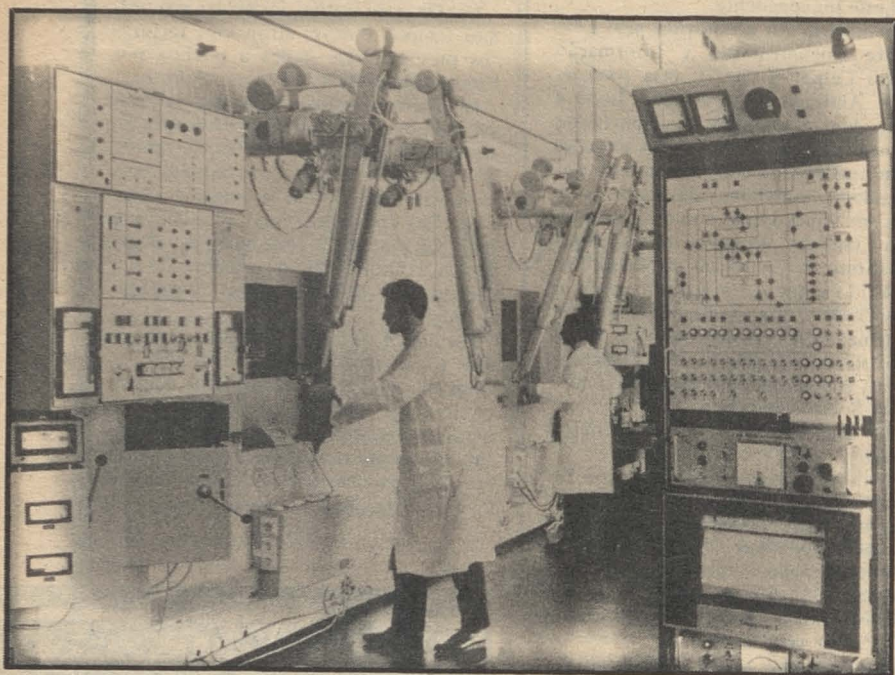


A mesa que presidiu aos trabalhos. Noam Chomsky, o terceiro a contar da esquerda, consideraria o genocídio do povo maubere como o maior desde a segunda guerra mundial

PANORAMA
TRICONTINENTAL

ciência tecnologia

a ONU e o controle tecnológico das transnacionais



Maurice Jacques e Mário Osava

Multiplicam-se as conferências internacionais e não surgem soluções concretas para os problemas do subdesenvolvimento. Perante as novas correlações de força política entre as nações, ganham maior importância os mecanismos de dominação e controle baseados na supremacia tecnológica.

TERMINOU a fase preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, que terá lugar em Viena, em Agosto deste ano. Os governos dos países participantes já enviaram os seus documentos nacionais para a sede do Secretariado da Conferência, em Nova Iorque, onde os funcionários agora tratam de escolher as frases, os trechos de cada documento nacional, para juntá-los num grande documento único elaborado por um Comité Preparatório. Dessa forma, declarações de boas intenções e a fraseologia internacional ficarão harmonizadas em mais um texto asséptico.

O documento do governo chinês chegou a Nova Iorque quando o vice-presidente Deng Xiaoping passeava, numa base americana, dentro de um carinho branco para exploração lunar, todo sorridente e a beber coca-cola. O documento propõe uma imitação acelerada da ciência ocidental e a absorção da tecnologia americana, sem mais precauções prévias do que as que Deng Xiaoping tomou para gostar de coca-cola.

Nem os representantes do "Grupo dos 77" (ao qual pertencem hoje mais de cem países "em desenvolvimento", com as mais diversas ideologias) conseguiram propor temas concretos para a discussão, e apenas chegaram a alterar os títulos dos capítulos de um "Programa de Acção", na verdade um puro programa sem "acção".

As revistas dos meios científicos continuam a discutir os méritos de uma Conferência futura cuja fase viva já passou. Enquanto alguns países do Terceiro Mundo utilizaram o período

de preparação dos seus documentos nacionais para gerar uma discussão sobre tecnologia e desenvolvimento entre administradores e técnicos, as antigas metrópoles coloniais, como a Inglaterra e a França, só fizeram trabalhar os seus redactores do ex-ministérios do ultramar.

O documento norte-americano propõe a criação de mais um organismo internacional, na sequência de uma proposta do presidente Carter, a ser chamada Fundação para a Cooperação Tecnológica Internacional.

"TRANSFERÊNCIA E HARMONIZAÇÃO"

Como parte da grande bagagem mistificadora da Nova Ordem Económica Internacional, os tecnocratas supranacionais continuam propondo "transferência" e "harmonização". Para nós, a transferência de tecnologia consiste na prática das empresas capitalistas em transferir as suas fábricas mais poluentes para países onde não existe ainda movimento ecológico forte ou legislação adequada. Esta transferência serve também para eliminar conflitos laborais num país do "centro", onde os trabalhadores têm sindicatos fortes e podem exigir salários decentes, simplesmente fechando a fábrica e transferindo-a para um país do Terceiro Mundo onde os trabalhadores não estão ainda organizados e custam pouco. Assim a U.S. Steel Corporation (uma companhia transnacional da indústria siderúrgica baseada nos Estados Unidos) instala a sua fábrica mais moderna na Coreia do Sul, de onde exporta o aço para os Estados Unidos, quando os

operários da siderurgia estão lançados no desemprego.

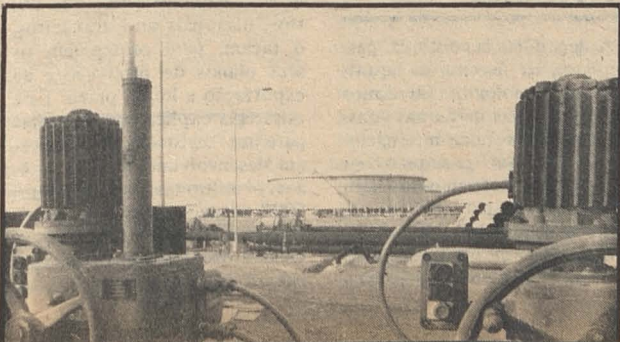
O conceito de transferência de tecnologia foi inventado no ocidente. Qualquer transferência implica a passividade de quem recebe e a superioridade de quem faz a doação. Tudo o que se pode receber é o que os fornecedores decidirem enviar. Aceitar uma mera transferência tecnológica é pôr-se na mesma situação que um aluno do ensino convencional que repete o que diz o professor, anotando palavras sem digerir conceitos. Neste ensino, que Paulo Freire chama de "ensino como depósito num banco" ou de "alimentar", o aluno é simplesmente um receptor passivo para o qual se pretende transferir conhecimentos. O mesmo acontece no conceito de transferência de tecnologia.

Perguntaremos também a quem serve esta "harmonização" dos desenvolvimentos de que se fala tanto? Parece-nos que se trata de harmonizar o mundo dependente com o mundo dominante numa relação económica satisfatória para o "statu-quo", e que portanto favorece os dominadores. Esta linguagem permite diluir os conflitos de interesses entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Os tecnocratas do capitalismo central pretendem que a dialéctica opressor-oprimido não existe mais, tal como outros ideólogos ocidentais pretendem que chegamos ao "fim das ideologias", dissolvendo tudo isso na suave neblina da "harmonia". O dominador deseja sempre que cada qual se habitue à sua condição, de forma a poder proceder à sua "harmonização".

RUMOS ENGANOSOS

Existe uma ideologia dominante que consiste nas ideias dos dominadores. Identifica o desenvolvimento com o progresso da ciência, com o ponto que a Europa e os Estados Unidos já atingiram, cujos rumos são apresentados como o único caminho, a única via, a ser per-





até quando o saque das matérias-primas do Terceiro Mundo?

corrida pelos demais. Toma como padrão o desenvolvimento científico e os seus adeptos propõem uma visão filantrópica para ajudar os pobres: "É preciso diminuir as diferenças escandalosas que existem. Nove décimos da ciência é feita nos países industrializados, onde vive apenas um quarto da população mundial. Tal situação não deve continuar porque leva a complexos de inferioridade nos pobres subdesenvolvidos e torna-os pedintes, dependentes em ciência e tecnologia, à porta dos países ricos."

Nesse esquema as Nações Unidas e suas agências seriam nada mais que distribuidores filantrópicos que atenuam as diferenças "exageradas". A imprensa burguesa difundiu as ideias de cientistas americanos e dos seus imitadores, sobre a necessidade dos países subdesenvolvidos terem laboratórios de ciência de ponta e cientistas de elite. Pretendiam que era suficiente que a investigação científica progredisse num país para que houvesse desenvolvimento. Entretanto, os temas de investigação eram defendidos pelas modas dos países dominantes e não se relacionavam com os problemas técnicos a resolver no país. Transplantar corações era o símbolo do progresso, enquanto ninguém se preocupava com a saúde pública ou com a medicina preventiva.

A criação de centros de investigação avançada em vários paí-

ses do Terceiro Mundo, durante a década de 60, não deixou benefícios visíveis para os seus povos, mas formou à custa de equipamentos sofisticados e caríssimos, uma elite privilegiada aliada à burguesia local que aplaude os seus esforços imitativos. Formados no ideal dos grandes centros, dos melhores laboratórios, grande parte dos cientistas, insatisfeitos com as poucas condições que o Terceiro Mundo oferece para a sua carreira académica ou técnica, emigra para os países desenvolvidos. Daí o "roubo de cérebros" que retira os "melhores" técnicos aos países mais necessitados, num paradoxo que demonstra que a formação de técnicos e cientistas no Terceiro Mundo é quase sempre mais apropriada aos países industrializados, de onde vem o modelo, do que aos próprios países onde eles se formam, numa Universidade proporcionalmente mais cara.

MONOPÓLIO DAS PATENTES

A dependência continua, particularmente no caso da aquisição de tecnologias. Os donos das tecnologias modernas construíram um sistema internacional de leis que garante o seu monopólio. Referimo-nos aqui ao sistema de patentes que garante a propriedade dos métodos técnicos de produção, e ao sistema de direitos (*royalties*) a

pagar pela utilização dessas técnicas.

Hoje a maioria dos 3,5 milhões de patentes no mundo são propriedade, não de inventores individuais, mas de companhias transnacionais. A maioria das patentes está concentrada em poucas companhias; por exemplo, são vinte as que controlam a metade das patentes obtidas a partir de investigações custeadas pelo governo federal americano nos quinze anos que se seguiram à segunda guerra mundial. As companhias registam as suas patentes em quantos países quiserem. Assim, um país do Terceiro Mundo muitas vezes não pode sequer reinventar uma técnica, porque esta já está patenteada no seu próprio país. As companhias transnacionais estudam o desenvolvimento tecnológico dos países do Terceiro Mundo e registam neles as suas patentes na altura em que ali se tornam necessárias técnicas correspondentes.

Poucas patentes têm a sua propriedade registada num país do Terceiro Mundo. Em 1972, apenas 200 000 patentes, ou seja, seis por cento do total mundial, eram registadas num certo país em desenvolvimento. E 85 por cento delas eram propriedade de estrangeiros, na sua maioria companhias transnacionais. Com o correr do tempo esta desnacionalização do controlo das patentes aumentou: por exemplo, a percentagem de patentes de origem estrangeira registadas no Chile passou de 66 por cento em 1937 para 95 por cento em 1967.

As companhias utilizam a estratégia de patentes "defensivamente" nos países em desenvolvimento, o que significa registar as suas patentes antes que outros, nacionais ou estrangeiros, o façam, para protegerem os seus planos de produção e de exportação a longo prazo. Esta estratégia explica porque tantas patentes registadas nos países em desenvolvimento não estão a ser utilizadas; no Peru, das 5000 patentes úteis para sectores activos da economia e registadas entre 1960 e 1970, apenas 55 estavam a ser utilizadas.

O primeiro estudo global desta situação foi feito para a reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) de 1972, que teve lugar em Santiago do Chile. O documento da UNCTAD dizia: "A falta de utilização das patentes nos países em desenvolvimento contribui basicamente para preservar os mercados de importação para as companhias transnacionais, limitando quanto como possível a competição por parte de outras companhias, quer sejam estrangeiras ou nacionais. As repercussões desta falta de competição poderiam implicar aumentos significativos de preços, que causariam efeitos negativos nos domínios da renda e da balança de pagamentos dos países afectados."

De facto, o sistema internacional de patentes não só limita a capacidade industrial e tecnológica dos países do Terceiro Mundo, mas também representa um custo monetário directo através do sistema de direitos a pagar. Enquanto os Estados Unidos, a França e Inglaterra recebiam 5,4 biliões de dólares em 1974, pelo uso das suas patentes em outros países, o México pagava 250 milhões de dólares pelos direitos de uso de patentes, o que representava mais de dez por cento do valor total das suas exportações. Hoje o Terceiro Mundo paga aproximadamente sete biliões de dólares por ano para usar patentes estrangeiras.

Além de outros custos directos que sobrecarregam os países em desenvolvimento, todos os tipos de restrições e de custos resultam da maneira como as companhias transnacionais negociam contratos que envolvem a utilização de patentes, por exemplo, exigindo a não exportação do produto final manufacturado.

CONTROLOS CONTESTADOS

A situação político-económica internacional poucas vezes permitiu uma rebelião aberta dos países do Terceiro Mundo



progresso?!

perante estas práticas.

Em 29 de Abril de 1967, Fidel Castro declarou: "Consideramos que os conhecimentos técnicos deveriam ser património de toda a Humanidade. Para nossa maneira de pensar, qualquer criação da inteligência humana deveria ser o património de todos. Quem paga direitos a Cervantes e Shakespeare? Quem paga o inventor do alfabeto, quem paga o inventor dos números, da aritmética, da matemática? ... Declaramos que consideramos todo o conhecimento técnico como herança de toda a Humanidade e particularmente destes povos que foram explorados. Porque, onde há fome, subdesenvolvimento, ignorância, uma falta de conhecimentos técnicos? Exactamente aí, em todas estas regiões do Mundo onde povos foram criminosamente explorados durante séculos pelo colonialismo e pelo imperialismo...

Nos Estados Unidos existem muitos milhares de livros técnicos. Começamos por anunciar o fim do pagamento dos direitos de propriedade intelectual para todos os livros técnicos dos Estados Unidos, e proclamamos o nosso direito inequívoco de reproduzir todos os livros técnicos que consideramos úteis para nós".

Mas dez anos depois, Cuba assinou a convenção internacional sobre copyrights.

A confrontação toma por enquanto uma forma diplomática. Nos comités das Nações Unidas está a ser negociado um "código de conduta" para a transferência de tecnologia. Duas versões se enfrentam nas reuniões e conferências que abordam o tema desde 1976. O "Grupo de 77", em nome dos países em desenvolvimento, propôs um código que eliminaria as restrições às exportações, os preços arbitrários exigidos para equipa-

mentos adicionais ou sobressalentes, os compromissos de ultra-longa duração e outras exigências abusivas por parte das transnacionais.

Os países desenvolvidos agruparam-se sob o nome de Grupo B, e não aceitam o princípio de estabelecer regras que podem ser reforçadas. Enquanto o "Grupo dos 77" retoma o conceito enunciado por Fidel Castro, de que a tecnologia faz parte da herança universal de toda a Humanidade, à qual todos os países têm direito de aceder, o Grupo B declara que o Terceiro Mundo deve ver o seu acesso à tecnologia "facilitado" em condições "mutuamente aceitáveis e mutuamente vantajosas". Todas estas discussões servem principalmente para fazer viajar os peritos internacionais (ao México e Colombo, em 1976; Kuwait, Haia e Siena, na Itália, em 77; Buenos Aires e Genebra, em 78);, mas também permitiram fazer chegar à atenção do público mais alargado, certas verdades sobre o funcionamento monopolista a todos os níveis das transnacionais.

Mesmo estes esforços para debater a ética das multinacionais estão a ser duramente atacados pelos países colonialistas. Na última reunião do Comité Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, o delegado britânico objectou à sua inclusão no programa da futura Conferência, argumentando que o tema estava já a ser debatido em outros órgãos das Nações Unidas, e que as propostas em elaboração não eram aceitáveis pelo seu governo. Mas a voz do Terceiro Mundo é hoje muito mais forte nas Nações Unidas que na altura da primeira UNCSTD, 16 anos atrás, e o diplomata brasileiro, Frank João da Costa, Secretário-Geral da Conferência, fez lembrar que a questão do "código de conduta" havia sido levantado por vários países nos seus Documentos Nacionais e que, portanto, tinha que ficar na agenda para a conferência em Viena e no esboço do programa de acção.

Estes conflitos e a existência de uma maioria de que o Terceiro Mundo dispõe na ONU, pelo sistema de cada país um voto, já provocou várias represálias norte-americanas.

O Congresso dos Estados Unidos já aprovou reduções das contribuições desse país a vários organismos internacionais, como a OMS (Organização Mundial da Saúde), a FAO (Organização para a Agricultura e a Alimentação) e a UNESCO (Educação, Ciência e Cultura). O total dos cortes foi de 27 milhões de dólares, o que representa 15 por cento das contribuições norte-americanas. A OMS foi a mais atingida, com um corte de 43 por cento da contribuição estadunidense.

Os cortes já tinham afectado a Organização Mundial do Trabalho, anos antes. Ademais, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma lei que estabelece que nenhuma contribuição do seu país pode ser usada em Assistência Técnica, o que entra em choque com as normas internacionais.

Há dois tipos de contribuição: a compulsória e a voluntária. Esta segunda permite o controlo pelo país contribuinte, na utilização da verba. Os Estados Unidos preferem contribuir "voluntariamente" através do Banco Mundial, sob o seu controlo. Como o dinheiro da ONU, distribuído em grande parte pelo PNUD — Programa da ONU para o Desenvolvimento, — não permite essa manipulação, uma vez que depende da maioria dos países, um congressista ultra-reaccionário classificou a contribuição compulsória como um imposto às nações desenvolvidas, em favor das menos desenvolvidas, o que iria contra o espírito da ONU de "atender igualmente a todos os países"!

Os cortes e as restrições — veto à utilização na assistência técnica — não podem incidir sobre os fundos obrigatórios, mas apesar disso o Congresso votou a lei e Carter promulgou, num conflito em que, à maioria de votos, contrapõe-se o peso financeiro. É que a ONU já não

se presta tão bem aos desígnios norte-americanos, como há vinte anos atrás. E todas as armas são utilizadas para limitar qualquer "autonomia".

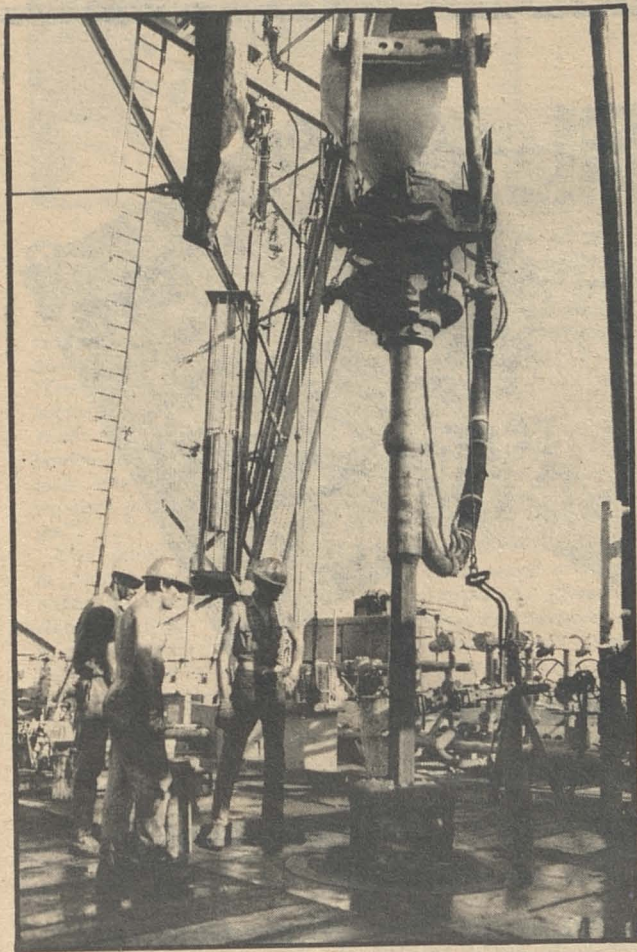
As represálias pelos rumos que tomam os foros internacionais são também uma forma de pressão para neutralizar a actuação anti-imperialista de uma maioria do Terceiro Mundo. E isso pesa também nas resoluções sobre Ciência e Tecnologia. A UNCSTD poderia ser a condenação clara da utilização imperialista da Ciência e da Tecnologia. Mas os documentos nacionais sobre a questão, na sua grande maioria, contêm apenas declarações gerais ou de boas intenções.

Um facto novo, para o qual apontam várias reuniões correlativas, é a resolução de intensificar a cooperação entre países do Terceiro Mundo, o que alguns chamam de cooperação Sul-Sul, em contraposição ao diálogo Norte-Sul, entre países opostos na "escala" de desenvolvimento. Em Setembro do ano passado, Buenos Aires, Argentina, foi o local da Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre Países em vias de Desenvolvimento (CTPD).

Uma reunião importante que, excluindo os países industrializados (o "Norte"), é um marco na busca de novas orientações nas relações dos países subdesenvolvidos, como alternativa ao estéril diálogo Norte-Sul. A revista dos meios científicos britânicos, *Nature* (12-10-78), comentava que a conferência significou uma reviravolta na discussão. Sobressaltos desse tipo levam os monopolistas da tecnologia à contra-ofensivas conciliadoras, onde ideias "de transferência e harmonia" são constantes.

Mas o que está em jogo são o "para quê", o "para quem" e "sobretudo" o "quem controlar" a tecnologia a ser transferida e as próprias regras do estabelecimento de novos acordos.

o preço do petróleo



A recente reunião da OPEP em Genebra teve um desenrolar diferente das anteriores. Em primeiro lugar, a presença de um Irão desligado da órbita norte-americana, e de uma Arábia Saudita reticente em relação a Washington, como consequência da assinatura do acordo entre o Egito e Israel, for-

talecaram muito a unidade da organização.

Por outro lado, e certamente como consequência deste novo contexto, os países produtores de petróleo decidiram analisar todo o conjunto de factores que incidem no mercado deste combustível e, principalmente, as manobras das transnacionais.

Estas últimas, através da comercialização e dos transportes, levam a parte do leão quando do aumento dos preços, isto é, nos transportes e no estabelecimento de um mercado paralelo que eleva os preços do produto a cifras muito mais altas que a oficial.

Os países produtores de petróleo também decidiram analisar severamente o problema das nações do Terceiro Mundo, não só diante dos novos aumentos do preço do petróleo, mas também em relação às manobras das transnacionais. Uma das decisões da OPEP foi admitir que em casos especiais, possam vender o seu produto a um preço mais alto.

De facto, estes "preços especiais" já vinham sendo cobrados pelas transnacionais, com uma única diferença: o dinheiro ia para os seus cofres, e não para os dos produtores.

Deve-se esperar que o exame da situação dos países em vias de desenvolvimento seja realizado em breve espaço de tempo, e com espírito compreensivo. Esses países são na realidade, aliados das nações do Terceiro Mundo produtoras de petróleo, enfrentam juntas situações muito difíceis com os aumentos, e são, sem dúvida nenhuma, os que mais necessitam de um tratamento preferencial de parte dos produtores.

Por outro lado, seria também muito desejável que os países em desenvolvimento aproveitem essa oportunidade para reexaminar a sua própria política em matéria de consumo de petróleo. Não se compreende que países pobres, com balanças de pagamentos altamente deficitárias, continuem a esbanjar petróleo no estabelecimento de programas agrícolas ou industriais, baseados na importação de máquinas altamente sofisticadas, que nada têm a ver com a realidade desses países, e que sim, atendem aos interesses das empresas das nações capitalistas industrializadas.

o terceiro mundo

informação

PALESTINA a batalha da informação



Beatriz Bissio

Os profissionais da Imprensa falada e escrita desempenham uma tarefa fundamental, escrevendo ou transmitindo no meio de batalhas ou bombardeios. Ahmed Abdull Rahman explica-nos como, em menos de vinte anos, se expandiu a Rádio palestina, e como as publicações da OLP chegam às mãos dos palestinos em todas as partes do Mundo.



Yasser Arafat,
líder da OLP.

O bombardeio israelita foi escutado através dos microfones da nossa emissora, pois estávamos em plena transmissão. E vi-me assim diante do microfone a dizer: *"Como acabaram de ouvir, acabamos de ser bombardeados.* Minha mulher também ouviu o bombardeio. Mas fracassaram mais uma vez, porque foram expulsos pela artilharia anti-aérea".

Este dramático testemunho de Ahmed Abdull Rahman, director do diário *Palestina: A Revolução* órgão oficial da Organização para a Libertação da Palestina, OLP, refere-se a um dos tantos episódios que formam a história da resistência palestina. E nessa luta quotidiana, os meios de comunicação social desempenham um papel muito importante.

A batalha da informação é para a resistência palestina tão vital como aquela que se desenvolve no campo militar, tão decisiva como a organização das massas.

UM PAPEL UNIFICADOR

Num povo amplamente disseminado — dois milhões e meio de palestinos vivem fora da sua pátria, e um milhão e meio nos territórios ocupados por Israel, — os meios de informação cumprem e tem cumprido um papel

muito importante. Desempenham uma função unificadora bastante acentuada, e as suas consequências positivas reflectiram-se no desencolimento da luta. Foram trincheiras da resistência que sofreram as mais duras agressões e que fecundaram a história palestina com seus mártires e seus heróis.

A Imprensa, a rádio e os comunicados de guerra, utilizados como instrumento de conscientização, estimularam a rebelião e combateram o derrotismo, contribuindo juntamente com outras manifestações culturais, como a poesia comprometida, para revitalizar o sentimento nacionalista palestino.

UMA HISTÓRIA COMBATIVA

Numa zona do Médio Oriente, tão vital para os interesses estratégicos imperialistas, aquilo que se passa com os meios de comunicação não pode ser uma excepção: também aqui são difundidos através da imprensa escrita e falada as análises e pontos de vista contrários aos interesses dos povos árabes, e dos palestinos em particular. Assim, meios de comunicação que estão ao nível dos melhores do Mundo, depositam, quotidianamente, a sua mensagem no meio das massas.

"Nossa batalha contra as ta-

refas que desempenham os mass media no Médio Oriente é quotidiana", dizia-nos Ahmed Abdull Rahman.

Com a edição em 1959 do primeiro número da revista *"Nossa Palestina"*, em Beirute, começou a história contemporânea da Imprensa palestina. *"Nossa Palestina"* defendia já nesses anos a prioridade da libertação e a luta armada como método: libertar a Palestina como instrumento da unidade árabe.

"Era uma posição completamente nova no Mundo Árabe", comentava durante a nossa entrevista o director do órgão central da OLP. *"Até àquele momento a tese era conquistar a unidade árabe primeiramente, e depois começar a luta de libertação. Quando a revolução palestina começa a promover a urgência de começar a luta de libertação como instrumento para conseguir a unidade, havia uma concepção que era mudada radicalmente. A luta armada era o caminho, e a Nação Palestina convertia-se em vanguarda"*.

Quando teve início a luta armada, em 1965, a revista *"Nossa Palestina"* já havia deixado de ser publicada, mas o seu fecundo trabalho havia actuado como um pólo aglutinador ao nível do povo. Os comunicados militares começam a ser utilizados como meios de informação. Na medida em que a luta avança, chegam a ser tirados cem mil exemplares desses informes militares, que eram estruturados com uma introdução política, com os detalhes da operação militar, e as fotografias e biografias dos mártires que nela haviam caído.

Em muitos países árabes, os comunicados circulavam clandestinamente. Contam-se por centenas os presos, torturados, e até os que perderam a vida pelo único facto de serem portadores daqueles informes militares. Somente na Jordânia, quatrocentos palestinos foram aprisionados no período da guerra de 1967, acusados de ter em sua posse comunicados militares.

A derrota árabe na guerra de 1967 tem algumas consequências positivas para a luta dos palestinos. Os comunicados — que nada mais eram do que análises político-militares, — passaram a ser distribuídos publicamente em vários países árabes. E isto passou a contribuir para a unificação de posições políticas nas massas árabes, e entre elas, nas massas palestinas.

“O debate aberto influiu na selecção do pensamento palestino, e houve tendências que foram derrotadas”, afirmou Ahmed Abdull, destacando que as correntes mais avançadas, que começaram por ser um pequeno grupo, cresceram e foram ganhando o poder.

“Foi nesse momento — continuou, — que começamos a editar a revista “Revolução Palestina”, e logo depois, um boletim semanal “Al Fatah”, com duas edições, uma em árabe, com sede em Amman, e outra em inglês, com sede em Beirute”.

O PRIMEIRO JORNAL

Em Junho de 1970 teve lugar em Amman uma situação toda especial: o governo proibiu por cinco dias a edição de toda a imprensa jordana. “Até aquele momento havíamos expressado os nossos pontos através de influência na própria Imprensa jordana. Assim, a nossa direcção tomou a decisão de lançar o primeiro número de um jornal. Depois de uma discussão que se estendeu até à madrugada seguinte, e na qual foram analisadas as duas alternativas, ou privar as massas durante cinco dias do conhecimento do que se estava passando, ou editar um jornal próprio, às onze da manhã saiu o primeiro número do “Al Fatah” diário, com uma entrevista de Yasser Arafat. Tirámos setenta mil exemplares, e às cinco horas a edição já estava esgotada. Foi no dia 11 de Junho de 1970”. Assim explicou Ahmed Abdull Rahman o nascimento desse jornal, o primeiro de periodicidade diária que teve a OLP.

Em 1970, a consciência do

povo palestino já havia despertado, e vivia o seu auge. Em 17 de Setembro daquele mesmo ano (o Setembro Negro), teve início a batalha do regime jordano contra a resistência palestina. O jornal “Al Fatah” atingia cifras *records* de venda, que superavam as do “Al Ahram” na época de Nasser, o diário que maior circulação atingiu no Mundo Árabe.

“A HERÓICA RESISTÊNCIA”

“Al Fatah” convertia-se assim num instrumento de consciencialização e de combate das massas palestinas e árabes.

“Sendo um dos responsáveis por esses diários, é-me difícil dar-lhe o devido valor, de maneira objectiva. Mas se temos em conta que a experiência foi seguida do massacre de 1970 na Jordânia, e da heróica resistência do nosso povo, creio poder afirmar que o jornal foi um dos factores que geraram essa força que nos ajudou a resistir. Constituiu-se num marco de organização para o nosso povo”, expressa Ahmed Abdull Rahman.

G “SETEMBRO NEGRO”

As confrontações impossibilitaram a continuidade da edição de “Al Fatah” em Amman, e no próprio dia 17 de Setembro, o jornal foi impresso em Damasco. Nem por um dó dia deixou de circular.

Em Amman, no entanto, a resistência apoiava-se na rádio: com um aparelho de somente um kilowatt de potência de saída, cobria-se a cidade, de oitenta mil habitantes.

“Devido à necessidade urgente de termos um posto emissor de rádio, reunimos os melhores técnicos para que providenciassem a construção de um. Conseguimos com aquele aparelho rudimentar trabalhar vinte e quatro horas por dia, algumas vezes com uma hora de descanso. Aquele pequeno aparelho foi decisivo para a resistência das nossas duas frentes de luta” sublinhou.

Também no dia 17 de Setembro, a rádio jordana anunciava o esmagamento do movimento. A emissora palestina, nascida da criatividade dos palestinos que emitia “A voz da Assifa” (o braço armado da OLP), e transmitia a saudação do “dútska” e um discurso de Arafat, desmentia a informação tendenciosa, ao mesmo tempo que dava novo alento à resistência palestina e causava histeria às autoridades jordanas. Foi assim que o governo de Amman decidiu bombardear a zona de onde os palestinos estavam a transmitir as suas informações, o Ashrafieh. O bombardeio obriga o abandono do edifício onde estava o transmissor.

“Pusemos então uma fita gravada, e continuámos a transmitir sem lá estarmos. Com mais algumas bombas o edifício foi atingido, e isso obrigou-nos a ficar sem transmitir durante cinco horas”.

Ahmed Abdull Rahman relatou-nos ainda que no nono dia de combate, as forças jordanas entraram no hospital de Ashrafieh totalmente seguras de que nesse local se encontrava o transmissor: assassinaram mulheres, crianças e enfermos, sem no entanto terem obtido êxito na sua missão.

Nessa época da luta, a emissora havia-se convertido em algo assim como um estado-maior das operações militares, e isso, somado à tarefa de alento à resistência fez com que Arafat, terminados os massacres, chamasse a emissora de “Divisão de Canhões Antitanques”, pela sua eficácia.

Quando terminou o ataque, foi possível reorganizar as forças, e localizar as diferentes unidades. A sede da emissora era um verdadeiro centro de planeamento militar. Foi pelo trabalho executado por aquela rádio palestina na clandestinidade, que a OLP pôde realizar um importante trabalho dentro das forças da Jordânia. O resultado foi a deserção massiva de seis mil militares jordanos que “passaram a receber instruções nossas através da emissora”.

"UM CACO DE VIDRO"

Depois daquele trágico Setembro, a OLP continuou o seu trabalho informativo a partir de Damasco e do Cairo. De Damasco, por exemplo, era distribuída a revista "Al Fatah", na qual se transformara o jornal. Também na Síria havia uma emissora, na localidade de Deraa, ao sul da capital. Desta emissora, Ahmed Abdull Rahman era o único responsável. De Deraa, a emissora actuava em três frentes prioritariamente: primeiro, enfrentar as consequências da derrota que a Organização havia sofrido na Jordânia. Segundo, erradicar a mentalidade produzida por essa derrota, e terceiro, restabelecer a unidade do movimento.

"Depois dos confrontos de Setembro, éramos um simples caco de vidro. Eramos pedaços de políticos e de militares. Tínhamos que enfrentar a realidade para que pudessemos unificar esses pedaços. Uma das tarefas prioritárias era derrotar a ideia surgida da que tínhamos que abandonar a luta armada", dizia-nos o director do porta-voz palestino. E uma vez mais a emissora palestina servia para esclarecer sobre a linha correcta, e combatia a desmoralização que, inevitavelmente, havia impregnado o povo palestino. "Para a direcção política, a derrota, que implicava o fechamento da fronteira jordano-israelita, significava um isolamento das massas. E isso nunca seria bom".

SITUAÇÃO ACTUAL

A 5 de Junho de 1972 iniciou-se em Beirute a publicação de "Palestina: A Revolução", como órgão central da OLP. Seu primeiro director, Kamal Nasser, foi assassinado pelos serviços secretos israelitas, numa operação que levou o nome de um bairro de Beirute, Verdun, em 10 de Abril de 1973. Actualmente, Ahmed Abdull Rahman é o seu director. De 1972 até hoje, "Palestina: A Revolução" é editada regularmente todas as semanas.



a informação, tal como a luta armada, ao serviço do mesmo objectivo: a libertação do povo palestino.

Com a guerra de 1973, elevou-se o moral das massas árabes, facto que se reflectiu na Revolução palestina. O início da guerra civil no Líbano leva a OLP a perguntar-se da necessidade de voltar a publicar um jornal diário. A 6 de Junho de 1976 — no mesmo dia da intervenção militar síria no Líbano, — começa a ser editado em Beirute, também com o nome de "Palestina: A Revolução", o diário da OLP. Órgão central do movimento, mantém actualmente duas edições, uma diária e outra semanal.

A agência palestina de notícias, Wafa, também começou as suas actividades em 5 de Junho de 1972, coincidindo com a primeira edição do semanário oficial.

Presentemente, a OLP dispõe, além disso, de uma emissora no Líbano e de emissores locais que transmitem da Argélia e do Yémen Democrático. Fundou-se o Departamento de Informação Exterior que edita a revista "Palestina" em inglês, francês e espanhol. Outros departamentos especializados em fotografias e informação de massas (este último, voltado para a informação nos acampamentos de refugiados, conta com pequenas emissoras), assim como um terceiro, de imprensa militar, ou melhor, de informação militar, foram também or-

ganizados. O editorial do semanário "Palestina: A Revolução" é transmitido três vezes por dia às segundas-feiras, por todas as emissoras palestinas. Todas as publicações são enviadas para as representações da OLP no Mundo Árabe, chegando assim a todos os núcleos populacionais palestinos no Médio Oriente. "Israel responde-nos diariamente através dos seus emissores. Responde às nossas informações e às declarações de dirigentes da OLP. Há investigações realizadas por Israel que reconhecem a importância dos meios de comunicação palestinos".

Hoje em dia as publicações da OLP chegam praticamente a todas as partes do Mundo, alcançando os palestinos onde quer que estejam.

Directa ou indirectamente, algumas das notícias aparecem na imprensa de Israel.

"COMO SE FOSSE UM CAMPO DE BATALHA"

"Palestina: A Revolução", tem os seus mártires: já foram mortos directores e fotógrafos. Os outros meios de informação também já os têm. No sul do Líbano morreram os melhores repórteres de cinema palestinos. As marcas de balas são visíveis nas diferentes instalações da rádio e do jornal. "Já esta-

mos acostumados a começarmos a partir do nada, a desmontar as instalações rapidamente, e a trabalhar como se estivéssemos no campo de batalha”.

O testemunho de Ahmed Abdull Rahman, com o qual começamos esta nota, correspondia a um dos bombardeios feitos por Israel à emissora palestina no Líbano. Mas mesmo assim, a capacidade informativa não esmorece. Actualmente, a OLP tem o maior parque gráfico de todo o Líbano, e em seus jornais, revistas e emissoras, trabalha uma alta percentagem de estudantes universitários palestinos, que fazem do jornalismo — escrito ou falado, — a sua trincheira. A Organização impôs-se a tarefa de elevar o nível técnico e o conteúdo informativo das suas publicações, e para isso já formou técnicos de todas as especialidades no campo editorial, desde técnicos em selecção de cores, a especialistas em sistemas de computadores utilizados na impressão.

É que a actividade informativa palestina não é uma excepção. A Palestina tem o mesmo número de médicos que Israel, e o dobro de engenheiros, além de ter alcançado o índice de somente 15 por cento de analfabetos, enquanto que entre os palestinos das zonas ocupadas por Israel, essa cifra eleva-se aos 60 ou 70 por cento.

No campo do jornalismo — como tantas vezes foi demonstrado, — os quadros técnicos têm a versatilidade requerida pela luta do povo palestino. Assim, quando perguntámos a Ahmed Abdull Rahman sobre as suas origens como jornalista, respondeu-nos: “Eu estava a terminar o meu curso de guerrilha, quando fomos visitados por um alto responsável, que dividiu o nosso grupo de dez em dois de cinco. Soube depois que o grupo de cinco no qual eu estava incluído, era o embrião do sistema informativo palestino”.

carta ao leitor

Temos recebido, e com uma certa constância, cartas de leitores onde nos são feitas severas críticas à nossa maneira de escrever, aos nossos erros “ortográficos” e mesmo de “sintaxe”, num apontar frequente dos “atentados à língua portuguesa”.

Tivemos mesmo o caso de um leitor residente em França (ou na França?) que nos indicava a grafia correcta das palavras *Malawi*, e se não nos falta a memória, *Vietnam*.

E, para não irmos mais longe, recebemos um bilhete postal de um leitor (provocador? purista?) onde nos era pedida explicação e o significado exacto da palavra *machamba*, que aparece no n.º 13 dos *Cadernos*, em matéria por nós escrita sobre Moçambique.

Ora, façamos algumas considerações.

Nos textos, quase sempre de carácter político ou informativo que temos lido, das proveniências mais diversas e onde é falada a língua portuguesa, seja com carácter de língua veicular, seja com carácter de idioma oficial, temos lido como sendo *Moscovo*, *Moscou*, *Moskwa*, ou até mesmo *Moscovia*, o nome da capital da União Soviética. Qual é o correcto? O nome original? Poder-se-ia, no caso, apelar para a última Convenção Ortográfica Luso-Brasileira assinada. E Angola? E Moçambique? E São Tomé e Príncipe? E Cabo Verde? E Guiné-Bissau? Qual é, ou qual seria a opinião desses países e desses povos?

Qual é a grafia correcta do *Zimbabwe*? *Zimbabwé*? E o seu povo, é *zimbabwense*, *zimbabwano* ou *zimbabuense* ou *zimbabuanos*? Diz-se do originário da Namíbia, *namibiense*, *namibiano*, ou simplesmente *namíbio*?

Nas nossas próprias edições, os leitores tiveram a ocasião de encontrar grafias distintas da mesma palavra, como *Iémen*, *Iemene* ou *Yémen*. E fizémo-lo sem nenhum rigor purista, embora pudéssemos ter adoptado uma maneira mais uniforme no escrever.

Cento e quinze milhões de brasileiros falam e escrevem (pelo menos teoricamente) *ato* e não *acto*, *fato* e não *facto*, e assim por diante. Quem vai dizer ao povo angolano que se escreve *Kwanza* ou *Cuanza*, a não ser o próprio povo angolano?

E fiquemos por aqui.

Temos autores e tradutores de artigos espalhados nos quatro cantos do Mundo, que escrevem e traduzem em pelo menos seis línguas diferentes, do árabe ao português, passando pelo francês e pelo inglês, para ficarmos por aí. E é pena que ainda estejamos restritos a isso.

O “Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa”, de Buarque de Holanda, e editado no Brasil, regista, para a grafia da palavra *prostituta*, se também a memória não nos falha, 53 sinónimos. Esta palavra sim, gostaríamos de para sempre ver riscada de uso ou modos de grafia. Com a grafia que fôsse.

E não há nenhum falso moralismo nesta nossa posição. Trata-se de uma visão, e no caso, pessoal, político-social do Mundo que desejamos. Trata-se de *Moral*, na sua real concepção ética.

o editor

cadernos do
terceiro
mundo

o terceiro mundo em quatrocentas páginas



O «Guia del Tercer Mundo», que acaba de aparecer no México, é a primeira publicação deste género que nos mostra, dentro da nossa perspectiva, o que é realmente o Terceiro Mundo, e não a visão dos centros imperialistas do poder.

QUE devemos fazer quando em um momento dado precisamos saber, mais ou menos urgentemente, qual a superfície exacta da Colômbia, que características tem a economia do Vietnam, ou como se chama o actual Primeiro-Ministro dos Camarões?

Enquanto a tecnologia não tenha avançado suficientemente para que a informação que procuramos nos chegue rapidamente através dos terminais dos computadores instalados em cada uma das nossas residências particulares, o procedimento mais prático para verificar esse

tipo de dados, constitui-se na procura em alguns pequenos livros — há vários onde podemos escolher, — que podem ser comprados em qualquer supermercado ou em livrarias, mesmo as menos especializadas.

Alguns desses livros possuem uma quantidade verdadeira-

mente assombrosa de informações: ao folheá-los, podemos inteirar num abrir e fechar de olhos, qual é a temperatura média do Illinois, os nomes e os sobrenomes dos mais destacados pintores surrealistas do Luxemburgo, ou daqueles que bateram, neste século, o record mundial dos 400 metros com barreiras.

Os problemas aparecem quando começamos a interrogar-nos, não somente sobre a utilidade real da maior parte desses dados, mas também sobre o conteúdo da informação que veiculam os tais livros, sobre as questões que, essas sim, importam.

Porque a informação, como sabemos, não é nunca objectiva, imparcial, neutra. Nem mesmo os chamados "frios números" são inocentes. E os dados e os números que nos são oferecidos nesses volumes, estão elaborados e apresentados dentro duma óptica muito especial.

Em outras palavras, informam-nos sobre os nossos países — os da América Latina, Ásia ou África, — dentro de uma perspectiva nova-iorquina ou londrina. Não nos mostram tais como somos, mas como somos vistos desses postos de observação que foram (e ainda o são), os centros dos grandes sistemas colonialistas que dominaram (ou que ainda dominam) os nossos países. E os resultados saltam à vista.

O GOLPE DE ESTADO "POPULAR" CONTRA ALLENDE

Podemos dar uma olhadela, por exemplo, no conhecido Almanaque Mundial, editado e impresso em vários países do Mundo. Tomemos por exemplo, o que é editado e impresso no México, cujos escritórios situam-se na Avenida Insurgentes Sur, mas que nos sugere que enviemos a correspondência que lhe é dirigida para um endereço de Virginia Gardens, Miami, no Estado da Flórida.

Trata-se de um livro que tem

sido publicado anualmente há vinte e cinco anos, e cuja edição de 1979 diz-se ter sido lançada ao público em nada menos do que 100 mil exemplares.

Passemos por alto as implicações ideológicas mais ou menos subjacentes, de forma subtil, em determinadas denominações (a República Popular da China é mencionada como China Comunista, ou quando muito, como China Continental), e vejamos outros pontos mais definitórios.

Com respeito à Nicarágua, por exemplo, o Almanaque Mundial nos informa que as forças invasoras norte-americanas permaneceram "até 1925 e voltaram a ocupar o país em 1926, com o propósito de restabelecer a paz que havia sido conturbada quando se retiraram". Sem comentários. Digase dypassagem, no mesmo parágrafo consta logo depois, que Sandino foi assassinado em 1934 (um dado objectivo, sem dúvida alguma), mas "esquece"

uma explicação necessária

A acompanhar este artigo, uma explicação torna-se necessária.

Os *Cadernos do Terceiro Mundo*, na sua edição em português, tiveram a ocasião de fazer uma certa publicidade e divulgação do "Guia do Terceiro Mundo", cuja edição em língua portuguesa, e a partir da nossa editora em Lisboa, seria posta à disposição dos nossos leitores no corrente ano.

Lamentavelmente, isso não nos foi possível, pois só teríamos condições de apresentar o "Guia" para 1979, em Setembro ou Outubro, o que não teria realmente muito sentido, visto que o de 1980 deverá sair a público no início desse ano.

Por outro lado, as dificuldades e o preço dos transportes de material do México, sede internacional da revista, também nos impossibilitaram até agora a recepção de um número adequado de exemplares da edição em espanhol, sendo pois estas as razões determinantes do não atendimento aos inúmeros pedidos que recebemos nesse sentido.

Podemos assegurar aos nossos leitores e entidades interessadas que, já tendo sido indicada a sua elaboração, daremos no decorrer dos próximos meses as informações necessárias à aquisição do "Guia" em português, ou antes que este saia, do em espanhol.

Para os que tenham necessidade de ter já nas suas mãos um exemplar, sugerimos que entrem em contacto directo com o México, cuja direcção é fornecida na nossa ficha técnica.

E tudo o que podemos dizer, a completar, é que ao folhear o original em espanhol, podemos constatar a profundidade e a objectividade política desse trabalho que, em última análise, vem realmente preencher uma lacuna na nossa formação de militantes terceiro-mundistas.



de dizer por quem...

A visão que esse volume tem dos árabes, é bastante típica: "...o imobilismo do mundo muçulmano e as suas profundas divisões confessionais e tribais, oferecem condições propícias para o aparecimento de inevitáveis e intermináveis polémicas". Com a mesma objectividade, seremos informados mais adiante de que "a União Soviética foi, até à última guerra israelo-árabe, a instigadora dos conflitos do Médio Oriente", ou que o Vietnã foi reunificado em 1976, sob "um governo dominado pelos comunistas de Tonkin".

No capítulo dedicado à economia do Terceiro Mundo, também não se perde a oportunidade: para começar, sustenta-se ali que todos os países da América pertencem ao Terceiro Mundo, à excepção dos Estados Unidos e do Canadá, mas que "também se exceptua Cuba, dado que não adopta a posição neutralista desse grupo de países". Isso é textual. E mais à frente acrescenta-se que há que incluir os países africanos no Terceiro Mundo, "menos os que professam a ideologia comunista; e mais, a África do Sul, o Japão e Israel".

Na página seguinte, inteiramente de que "os países avan-

çados exportam, em termos relativos, mais mercadorias do que capitais privados para o Terceiro Mundo, enquanto que a proporção se inverte nas operações dos países industrializados entre si". Por quê? Muito simples: pela insegurança política que as áreas em vias de desenvolvimento oferecem aos que investem". E por último, os nossos amáveis informadores dão-nos conta de que "as causas do subdesenvolvimento são variadas e profundas", incluindo "a formação do carácter e as motivações psicológicas dos povos"...

Se quisermos saber o que se passou no Chile nos últimos anos, encontrar-se-á sete tópicos "muito didácticos". Neles, a única coisa que se diz sobre o governo da Unidade Popular, é que estabeleceu relações com Cuba, com o Vietnã e Coreia (do que ninguém duvida, mas quem sabe o governo da Unidade Popular tenha feito mais alguma coisa). E o arremate final é a pontualização de que "a 11 de Setembro de 1973, um golpe militar com apoio popular (sic) derrubou o governo, e o presidente Allende suicidou-se no próprio Palácio; sucedeu-o uma Junta Militar que por sua vez designou o general Augusto

Pinochet como presidente". Viva a objectividade!!!

OS ÚLTIMOS URROS DO LEÃO DECADENTE

Mas, mais além da má fé mais ou menos notória que impregna muitas dessas informações, há que reconhecer que o problema fundamental é o criado pelas diferentes visões que se tem do Universo. Depois de tudo, não há maiores razões para nos surpreender de que um material produzido por exilados cubanos antiastristas nos ofereça uma pintura, como a ilustrada pelas citações precedentes, do Terceiro Mundo, e do Mundo em geral.

É certo que encontramos por vezes coisas, mais ininteligíveis que causadoras de indignação, como por exemplo, na edição de 1979 de Information Please - outro livro do género, que cataloga o Uruguai como um país "capitalista-socialista", o que deve ter provocado sérios calafrios nos coronéis de Montevideo. Mas o que em geral se comprova, é a coerência do esquema ideológico subjacente. E às vezes, também, a curiosa persistência de alguns mitos.

Exemplo deste último, é o Stateman's Year Book, um livro inglês que teve a "bagatela" de 115 edições (começou em 1864). Basta folheá-lo rapidamente, para verificar até que ponto o desdentado e arterio-esclerótico leão britânico continuava, até agora, contemplando-se ao espelho, e autoconvenendo-se de que é ainda algo assim como o amo e senhor de um vasto império.

Até a edição de 1978, com efeito, esse livro - para o resto, sensaborão e prolixo, - continuava sendo apresentado, não em ordem alfabética de países, como é usual e lógico, mas segundo um método inspirado sobretudo pela nostalgia.

Em primeiro lugar, vinham os países da Comunidade Britânica, precedidos de um par de páginas sobre o importantíssimo tema que é "Sua Majestade, a Rainha" (diga-se de passagem,

essas duas páginas superavam o espaço total dedicado à Belize, e incluíam trinta e oito linhas consagradas exclusivamente a enumerar os títulos que possui a soberana).

Depois vêm os Estados Unidos, e em terceiro lugar, agora sim, por democrática ordem alfabética, todos os demais países do Mundo.

Mas até os mais belos dos sonhos terminam por sucumbir diante dos duros embates da realidade. O Império Britânico já não é o que outrora foi. E assim foi — há que resignar-se — que na sua centésima décima quinta edição, o *Stateman's Year Book*, correspondente a 1979, abandonou por fim o seu esquema clássico, e passou a classificar todos os países por rigorosa ordem alfabética. Sic transit gloria mundi.

O "GUIA"

Os habitantes do Terceiro Mundo careciam até agora de uma publicação que oferecesse o mesmo caudal de informações e dados que as tradicionais, mas que no-las apresentasse de uma maneira diferente, a partir do nosso enfoque.

E essa lacuna foi preenchida pela equipa dos Cuadernos del Tercer Mundo. E o resultado já está à vista desde o mês passado: trata-se de um volume de trezentas e noventa e duas páginas intitulado "Guia del Tercer Mundo, 1979". Ao lado do *Stateman's Year Book*, com os seus 115 anos de existência, ou do *Almanaque Mundial*, com um quarto de século às costas, este Guia é um bebé. Mas oferece uma vantagem apreciável: a de se nos mostrar dentro de uma perspectiva terceiro-mundista.

A equipa fundadora dos Cuadernos del Tercer Mundo cumpriu um longo itinerário latino-americano: os primeiros números da Revista foram editados em Buenos Aires há perto de cinco anos. Depois, a maior parte dos redactores trasladaram-se para Lima, de onde posteriormente viriam para o Méxi-

co, onde, em princípios de 1977, reiniciaram a publicação dos Cuadernos. Já estão no número 30, e o êxito do empreendimento está demonstrado pelo incessante aumento de assinantes e leitores.

A ideia de editar este Guia surgiu precisamente de uma experiência feita no Peru em 1975, onde dois dos animadores dos Cuadernos (Pablo Piacentini e Roberto Remo) prepararam uma série de monografias sobre os países emergentes para o diário *Expreso*. O motivo ocasional foi então a reunião de chanceleres dos Países Não-Alinhados, celebrada na capital peruana.

O enorme interesse dos leitores sugeriu a oportunidade da continuação desse trabalho. E assim se fez nos sucessivos números editados no México em 1977, e 1979: cada um deles incluía uma separata na qual são resumidos os dados básicos de vários países do Terceiro Mundo. A resposta gerada por esses apêndices veio a tonificar a convicção de que dever-se-ia lançar a uma empresa mais ambiciosa. E assim nasceu o Guia.

PREPARANDO A EDIÇÃO DE 1980

A lista das pessoas que colaboram, de um modo ou de outro, na preparação do trabalho, desde fotógrafos, desenhadores e cartógrafos, até investigadores e formadores, perfaz quase uma vintena de pessoas, mas o trabalho básico esteve a cargo de três: o economista mexicano Fernando Molina, o jornalista uruguaio Roberto Remo, e o escritor argentino Gregório Selser. Apenas terminaram, lançaram-se outra vez ao trabalho: "é que estamos em Março — explicam, — e temos pouquíssimo tempo pela frente para prepararmos a edição de 1980".

A estruturação do Guia é simples. Depois de uma breve introdução explicativa do que se entende por Terceiro Mundo, vem um almanaque do ano de 1979, no qual são registadas as efemérides mais significativas dos nossos países. Depois, ao

longo de 202 páginas, sucedem-se os países do Terceiro Mundo e os seus dados fundamentais.

O primeiro é o Afeganistão, e o último é o Zimbábue (Rodésia do Sul, na terminologia do colonialismo). De cada nação traça-se o perfil histórico sumário, dando-se a informação básica — comentada, — sobre a situação actual. São consignados todos os dados elementares: superfície, população, índices económicos e sociais, etc. E em cada caso, o leitor dispõe de um mapa do país, e mais outro mapa que o localiza no contexto geográfico geral.

O Guia inclui também vários trabalhos sobre temas como o Movimento dos Países Não-Alinhados, as organizações internacionais (informação detalhada sobre as mais importantes), a nova ordem informativa internacional, e os partidos políticos do Terceiro Mundo.

Há também outras secções originais: uma selecção de líderes e mártires do Terceiro Mundo, desde Amílcar Cabral até Nasser, passando por Lumumba, Allende, Ho Chi Minh, Guevara e Cárdenas; uma exaustiva lista das intervenções estrangeiras na América Latina, e vários mapas dos impérios coloniais (o inglês, o francês, o belga, o japonês, o alemão, o norte-americano, etc.). O volume fecha-se com meia centena de páginas dedicadas à economia: nova ordem internacional, matérias-primas, energia, termos de intercâmbio, dívida externa, alimentação, produtos brutos, etc.

Todos aqueles que têm a ver, de um modo ou de outro, com a actividade jornalística e com a comunicação em geral, reclamam constantemente a criação de meios que constituam uma alternativa diante do poder informativo que detêm os grandes centros imperiais do poder. Tanto os Cuadernos del Tercer Mundo como esse Guia são uma resposta concreta a essa necessidade, e como tal, temos que dar-lhes as boas-vindas.

cultura

Mejía Godoy, cantor do povo nicaraguense

*O vencedor do Festival da OTI na Espanha
com «Quincho Barrilete», e militante
da nova canção latino-americana quer
continuar a lutar pelo derrube
da ditadura somozista.*

COM uma alegria contagiante, Carlos Mejía Godoy canta a esperança do seu povo. Sua Nicarágua brota das suas canções no falar do povo, no ritmo da sua «nica», mazurcas, som de touros... O seu acordeón e as violas do trio Los de Palacaguina, que o acompanha, transformam-se em marimbas e metais, e o público sente em suas canções a força desse povo que luta pela sua libertação.

Esse cantor popular, de um impressionante poder de comunicação, iniciou-se em programas radiofônicos em 1969. Ganhador de vários prêmios na América Central, vai a Espanha em 1977, onde lança com grande êxito a canção «Son tus perjúmenes», e cópias folclóricas nicaraguenses recolhidas e adaptadas. Em 1978, obtem o primeiro lugar no Festival da OTI, também na Espanha, com a canção «Quincho Barrilete», o que consolidou a sua popularidade.

Marina Cannabrava

Carlos, como começaste na música? Contanos de onde surge o Mejía Godoy compositor, intérprete. Que influências sofres? Como descobres o cantar do povo nicaraguense?

Não se pode falar na verdade, da minha tarefa como compositor e intérprete sem se falar da opressão cultural na Guatemala. Opressão que se faz sentir de forma bastante aguda. No campo musical, é muito triste ver-se grandes criadores, grandes cantores natos, intoxicados por um



meio hostil onde não se podem realizar. Não se podem desenvolver, e deixam-se levar pela maré do vício e da droga...

A oportunidade de trabalhar dá-se a um nível baixíssimo. Eu venho de um lar da classe média, mas da classe média da província, do povo. Minha cidade chama-se Somoto, e está localizada dentro do contexto geográfico de Las Segovias. Contexto cultural também, porque são muitas as coisas que têm a ver com o facto de que eu tenha nascido em Las Segovias.

É a terra de Sandino, não é?

Sim, aí lutou Sandino. E há outro factor importante. Somoto é uma cidadezinha de fronteira, ao norte da Nicarágua e ao sul das Honduras, a poucos quilómetros do "fim da quinta", como dizem os camponeses.

Digo que é importante, porque recebo duas correntes culturais, uma que vem da imigração do norte, outra da minha origem familiar nicaraguense. Isso faz com que eu tenha um modo de falar característico da fronteira, e para mim muitas coisas têm dois nomes. E tudo isso despertava a minha curiosidade já na infância. Isso é a consciência de que para os povos, a fronteira não existe. E o mais lindo é que tenho um maior contacto com os camponeses. Chega muito pouca gente da capital, se bem que o pouco que chega — não sei o que essa cidadezinha tem de especial, — fique aí a morar.

Isso foi o que se passou com meu pai, cantor itinerante, cantor de tangos e *milongas*, que veio à cidadezinha porque seu irmão era o vigário. Meu pai é da Jinotega (também em Las Segovias). Veio a Somoto porque seu irmão necessitava de um maestro para a igreja.

Isto quer dizer que a tua formação musical começou com o teu pai...

Sim, realmente. Meu pai tocava viola, órgão, tirava música do serrote. Tentou me desanimar, porque a música nunca lhe dera nada, e teve sempre que fazer de tudo.

A vida de meu pai foi de um grande impacto na minha própria vida. Ele morreu há pouco tempo. Fiz-lhe uma canção. Um projecto que ainda não terminei.

Meu pai foi um homem muito pitoresco. Desde miúdo comecei a perceber nele uma magia, uma grande imaginação. Era um terrível mentiroso, mas também muito criativo. Quando li *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez, pus o livro imediatamente nas mãos de meu pai. "Leia isso, papá, disse-lhe, porque isso tem muito a ver consigo".

Meu pai era um homem de conversa agradável e um enorme sentido de humanidade e honradez. Em uma canção eu digo:

A honradez, meus amigos,
a que nos legou meu pai,
essa foi a única herança.
Não foi ditada pela ciência,
foi fruto da coragem.
Essa foi a melhor linhagem,
sem ares de suficiência.

AVÓ SANDINISTA

E a situação política? Como tu vias o ambiente político nesses anos da tua infância?

Eu nasci em 1943. Há que levar em conta que desde a morte de Sandino, traiçoeiramente, surgiu uma época de terror em Las Segovias. Houve uma grande perseguição a tudo que cheirasse à Sandino. Quando começo a perguntar quem era Sandino, enganam-me. Dizem-me que Sandino era um homem malvado. Houve quem me dissesse: "Mataram meu irmão por lutar com Sandino"; "Não falemos disso"; "Sandino é um bandoleiro, um bandido". Então cresci com essa ideia confusa.

Mas houve um personagem. Minha avó. Ela foi colaboradora do general Sandino. E eu era muito apegado a ela. Mas minha avó crê que não estou preparado para que me revele a sua verdade, essa verdade que carrega dentro de si. Quando entra na sua segunda infância, já meio inconsciente, mas com o desejo de desabafar alguma coisa, pergunto-lhe um dia, como sempre, pelo general Sandino. Ela, que já estava quase cega, olha com cuidado para os dois lados, e diz-me em segredo: "Ele está em Chipote". Ela acredita-o vivo: "Debaixo da cama há alguns charutos. Vá buscá-los e entregue a um homem que vai vir para que lhos leve". E nesse momento fiquei feliz por saber que pelo menos alguém da minha família havia tido o que ver com Sandino de alguma maneira.

E a tua educação, como transcorreu?

Com um forte conteúdo anti-sandinista. A professora da região tratava de amainar a inquietação que havia nesses tempos de saber quem era o verdadeiro Sandino. Minha família era liberal, mas digamos que eram somozistas por efeito de arrasto. Meu pai chegou a ser capitão, por seu grau de antiguidade na aduana, onde trabalhava. Era a forma de corromper, de comprometer as pessoas. A aduana é uma entidade autónoma, e dependia directamente de Somoza. Na canção que dedico a meu pai, digo-lhe:

Metido em coisas aduaneiras
chegou a ser capitão,
mas um artista de raça
não pode ser militar.
Não lhe agradou o contrabando
e arrancaram-lhe os galões
e depois de um grande abraço
mandaram-no passear.

Não me esqueço de minha mãe, chorando, quando lhe tiraram os galões. Chorava ao mesmo tempo de dor e de felicidade. São coisas que me marcaram, que me educaram politicamente.

Tua carreira de músico sofreu oposição do teu pai?

Sim, sofreu. Dizia: "Serás médico, avicultor. Quero formar-te profissionalmente, não te dediques a isso, porque com isso não se come, com isso não se vive, somente se sonha". E

claro, para o meu transbordamento artístico, isso era um dique eficaz.

Eu e o meu irmão Luís nascemos com a inquietude musical. Luís foi-se muito jovem para a Costa Rica, dizendo que ia matricular-se na universidade, mas dedicou-se à música. Apesar de ser mais novo que eu, foi mais valente.

Quando o seu primeiro disco chegou à Nicarágua, meu pai gritou aos céus: "Que barbaridade... Esse homem..." E o seu exemplo foi seguido. Saí da Faculdade de Direito e meti-me na rádio.

CHAMA-SE "CORPORITO"

Soube que a tua experiência na rádio foi muito rica. Como começaste a manejar esse instrumento de comunicação de massas?

Foi importantíssimo. Porque ao fim e ao cabo, cheguei à linguagem da canção através da linguagem radiofónica. Comecei com um programa chamado "Aconteceu Ontem", onde transformava a crónica mais importante do dia anterior em um programa de quinze minutos. Isso exercitou-me na maneira de escrever como o falar do meu povo.

Foi também nessa época que comeci a fazer, a compor as minhas primeiras músicas, que tinham muita pureza. É claro que, influenciado pelo meio e absorvido pela sociedade de consumo, o que queria era ser um artista popular, famoso, ganhar dinheiro... Mas a rádio conscientizou-me. Ou melhor dizendo, o povo, através da rádio.

Comecei a fazer um programa que se chamava *Corporito*. Era um personagem, um velhote trovador, que todos os dias parodiava uma canção. Pegava uma canção conhecida e trocava a sua letra, abordando temas sociais. Começou por ser um reflexo das antigas inquietações populares, mas a um nível político muito baixo, com problemas reivindicativos de bairro, quase que com problemas domésticos, tais como o miúdo em quem a professora tinha dado uns safanões, se a rua precisava de reparações de calçamento, etc...

Mas uma vez apareceu uma delegação de camponeses de Matagalpa. Isso nunca mais esqueci. Camponeses que depois foram assassinados. E senti que não podia ficar parado, calado, sem nada fazer. Era pegar ou largar. Quando aquele camponês me disse: "*Corporito, nem La Prensa pode publicar isto que viemos lhe dizer*". A responsabilidade era muito grande... "*Você vai ter que dar os nomes e sobrenomes daqueles que mataram essa gente... La Prensa disse que há rumores que militares acantonados fizeram isso e aquilo... Não foi nada disso!!.. Seus nomes são tais e tais...*"

E em que ano foi isso?

O programa durou de 1969 a 1972. Três anos e meio, até o terramoto. Mas não foi o terramoto que o deitou abaixo, foi a polícia. Começaram por me multarem. Quando denun-

ciei as torturas de Doris Tijerino com a canção "El Chimichu", porque era esse o nome do aparelho de tortura, multaram-me em 10 mil córdobas, mais ou menos 1500 dólares. Foi uma tragédia... Endividei-me cada vez mais e fiz pouco mais de um ano que terminei de pagar isso. Mas o facto em si de me terem cortado o programa, teve o seu lado positivo. Libertou-me das limitações dos padrões habituais e pude dedicar-me com responsabilidade e toda a minha criatividade à canção com carácter próprio. Não que não dê valor aos padrões habituais, mas era importante passar para a outra etapa.

Como começa a tua nova fase?

Sabes, com a do *Corporito* eu imitava a voz de um velhote, realmente não me sentia cantor, e fazia canções para outros intérpretes. Mas gravei incidentalmente uma canção que se chamava "Maria de los Guardias", que hoje em dia é a de que menos gosto, por muitas razões, e principalmente pela utilização que dela fez a mesma Guarda Nacional, e até o próprio Somoza que dela fez uso na sua campanha eleitoral. Mas essa canção tem o mérito de ter-me transformado em cantor: perdi o medo. Foi a ponte entre o fazedor de canções e o cantor.

Nessa época, já militavas na Frente Sandinista?

Não. Participava em actos políticos como convidado. Sentia um grande prazer quando qualquer organização, como "cobertura" da Frente Sandinista, me convidava a cantar. Simpatizava com aquilo, já começava a ler coisas de Sandino e a escrever as minhas primeiras canções de crítica ao sistema.

Foi nessa época que gravei o meu primeiro LP, com "Natal em Liberdade", "Pinocho Pinochet", "Panchito Escobro" (essa última denunciava o roubo descarado da ajuda internacional para os sinistrados no terramoto, que ninguém arriscava-se nem mesmo mencionar). Em todas essas canções experimentei a utilização da linguagem popular, do folclore, mas de forma desordenada. Mais tarde entrei na Frente, através de um amigo, em 1973. E em 1975 começou a minha militância.

REVALORIZAR OS COMPOSITORES

Há muitos artistas que acreditam que a militância política é um travão à sua criatividade. Por outro lado, há outros que acreditam que sua arte só tem sentido revolucionário quando é-se enquadrado pela mesma militância política. Qual é a tua opinião?

Para mim, a militância define no meu trabalho, a criatividade, o sentido verdadeiro do que é a canção popular, ainda que no aspecto, digamos, não-político, mas do próprio folclore. Eu entendia que o folclore eram simplesmente algumas pinceladas que traçavam os elementos exteriores: a casita, a carroça, o cercado, a montanha, nada mais... Foi a partir da militân-

cia que comecei a entender o que encerra a paisagem. E uma coisa mais importante: comecei a revalorizar os compositores da minha terra, artistas que nunca se afirmaram revolucionários e nem nunca foram mencionados como tal, e que portanto o são. Suas canções são disso testemunho. Confesso honestamente que seria-me impossível escrever coisas isolado dessa maneira politicamente, dentro de famílias totalmente ignorantes e afastadas da realidade da vida. Mas eles mesmo assim conseguiam expressar tudo isso.

E esse trabalho na rádio, continuas a fazê-lo, mesmo depois de teres saído da Nicarágua?

Sim. O programa "O som nosso da cada dia", que começamos, continua sendo feito até hoje. E apareceram outros programas... Mas o importante é que, através dos programas de rádio, foi possível criar duas organizações com o assentimento, se se pode dizer isso, da Frente. Uma é a "Oficina do Som Popular", e a outra é, ou melhor, são, as "Brigadas de Salvação do Canto Nicaraguense". O nome é um pouco presunçoso, não é verdade? Mas o trabalho é simples, e afortunadamente eficaz.

Na rádio começamos a martelar: "Senhores, estão usurpando a nossa língua, estão usurpando o nosso carácter, o sabor da nossa Nicarágua está se acabando. É preciso salvá-los. Todo nicaraguense, esteja onde estiver, com o seu machado, com a debulhadora de trigo, a colher algodão, pode trabalhar connosco. Como? Não é necessário que venham a Manágua. Vocês vão mandar cartas, vocês começarão por resgatar a língua". E fomos por aí afora e conseguimos coisas incríveis...

Nas tuas canções resgatas a maneira de falar dos nicaraguenses, mas por isso mesmo muitas vezes temos dificuldades em entender alguma coisa...

Sim, utilizei em muitas das minhas canções coisas desse género.

Mas um outro aspecto interessante do nosso trabalho, é o resgate das comidas populares. As cajetas (doce de frutas) estavam por desaparecer, em função dos doces manufacturados em fábricas. Fizemos uma jornada de trabalho nesse sentido, e o povo começou a fazer cajetas outra vez...

UMA FONTE DE CANTORES

E as "Oficinas de Som Popular"?

Tivemos uma nova fonte de cantores e instrumentistas. E começamos também a recuperar os instrumentos musicais que haviam sido relegados ao esquecimento e ao desuso, como o *quijongo*, que é um instrumento monocórdico de origem africana, muito primitivo. Encontramos somente um em toda a Nicarágua inicialmente, mas agora já há mais, e começamos a divulgá-los por todo o país, criando grupos para isso.

E os grupos musicais? Como se relacionavam com a "Oficina"?

Chegamos a ter treze conjuntos diferentes, inclusive um só de crianças, "La Nueva Milpa". Havia um representante de cada grupo, e reuniam-se semanalmente, e todos esses grupos apareceram publicamente ultimamente. Isso porque, em função do assassinato de Chamorro, deu-se também o auge da canção política. Esse tipo de música veio à tona. Chegou a haver sete programas diários de canção política. O próprio "Tacho" Somoza chegou a dizer que a culpa da subversão na Nicarágua era das estações de rádio, que permitiam a divulgação de informações e músicas de carácter político.

Ouvi dizer que a Missa Camponesa Nicaraguense foi um trabalho colectivo da "Oficina". Como surgiu a ideia?

Bom, para começar, temos que dizer que a Igreja da Nicarágua estava completamente entregue ao poder. O arcebispo anterior de Manágua tinha o posto e os vencimentos de coronel... A Igreja — à excepção de uns poucos padres que mudaram em função do Concílio, — estava completamente comprometida com a Guarda Nacional.

Alguns grupos religiosos, e também alguns grupos laicos comprometidos, começaram a denunciar massacres, assassinatos, e foram reprimidos. Tudo isso foi criando a necessidade de uma nova Missa, de uma Missa verdadeiramente nicaraguense. Custou-me muito aceitar esse trabalho, porque já estava bastante disvinculado da Igreja e do movimento cristão.

Eu estivera durante quatro anos em um seminário, isto faz muito tempo, e já havia-me desligado da Igreja. Não acreditava, pois, ter nas minhas mãos as condições necessárias para fazer essa Missa.

Ocorreu-me então uma ideia. Se praticamente toda a Nicarágua está participando nas Oficinas e nas Brigadas, por que não faço a Missa com eles? Eles são, em última análise, aqueles que podem dar-me a matéria-prima. E fiz efectivamente a chamada: "Vamos fazer uma Missa Camponesa Nicaraguense", e quem vai fazê-la é o próprio povo, ou seja, o povo será o compositor, o autor e o intérprete dessa obra. Vamos recolher os ritmos, os instrumentos musicais, a linguagem, o som da Nicarágua e a teologia natural libertadora que todos têm no coração e na mente. Assim surgiu a Missa Camponesa Nicaraguense.

Reuníamos uma comunidade e começávamos a discursar sobre o Credo, sobre o Kyrie. Utilizava o gravador e recolhia coisas maravilhosas. Havia material para fazer vinte Missas. Cada interpretação dos camponeses do "Senhor, tende piedade de nós!", era uma poesia. Tivemos que aproveitar o que mais servia aos nossos propósitos.

Alguma coisa assim, mais universal, dentro da realidade nicaraguense, é isso?

Sim, foi isso. Assim o Kyrie ficou assim:



Cristo, solidariza-te conosco,
Não com a classe opressora
Que espreme e devora a Comunidade,
Mas com o povo unido,
O povo oprimido, sedento de paz.

Depois foi o *Glória*. A Missa causou escândalo quando saiu. Houve repressão de parte da própria Igreja, mas não se atreveram a dizer que estava proibida. Disseram que "não era permitida".

Fui à Rádio e disse: "Que me perdoe a Igreja Católica, Apostólica, Romana. É uma Missa cheia de povo, e é o povo, em última instância, que dirá se a Missa serve ou não serve". E a Missa saiu contra o vento e a maré.

UMA VIAGEM MEXICO

Foi depois dessa experiência com a Missa Camponesa que foste à Europa. Como o público europeu aceitou a tua música? Soubemos do êxito na Espanha. E em outros países, com o problema da língua? A aceitação foi a mesma?

Foi. Depois da Missa, a Frente chamou-me e disse: "Carlos é necessário mostrar que existimos. Dias duros virão, e necessitamos dessa divulgação para além das nossas fronteiras". Cruzamos o pantanal e chegamos a Espanha, que nessa época estava saturada de música latino-americana folclórica e comprometida. Não podíamos entrar a cantar música política...

Por sorte, a que estava popularizada era a música dos Andes, e tudo nosso tinha carácter de novidade. Lançámos "Son tus perjúmenes, mujer", que teve um êxito enorme e levou

adiante toda essa campanha internacional. Com tudo que vem a seguir quando uma canção tem real sucesso. Desvincula-se das suas origens, a máquina transforma-a em pastilha elástica. E isso é incontrolável. Mas eu me disse: não é o momento de protestar, e seguimos em frente.

Depois ganhei o Festival da OTI, que já dizia algo de nossa criança proletária, de nossa criança sofrida...

Depois desse triunfo, aproveitando-me dele, voltei à Nicarágua para entregar o troféu às crianças, no seu bairro. E ali está ele, na esplanada do bairro.

O "Quincho Barrilete", é um personagem real, ou a síntese do menino nicaraguense dos bairros de lata?

"Quincho" é um personagem real. É o filho de um militante sandinista, Apolónio Martínez, que foi prisioneiro do regime, e que hoje se encontra no exterior, pois foi libertado quando do assalto ao Palácio Nacional.

Voltamos então à Espanha e à Frente me disse: "Agora!". Convoquei uma Conferência de Imprensa, no momento exacto que na Nicarágua tinha início o genocídio, e declarei a minha militância sandinista. Todas as pessoas que haviam cantado os "perjúmenes" perguntavam: "Mas o que tem isso a ver com"... O que aconteceu, disse-lhes eu, é que vocês nunca quiseram entender o que eram os "perjúmenes".

Foi um pouco chocante o que eu disse na própria Espanha, que está perdendo o seu idioma, que tem que recuperá-lo. Escrevi mesmo uma canção intitulada "Espanha, cuida tu idioma". Depois disso começamos uma série de viagens pela Holanda, França Suíça, Alemanha e Áustria, e a nossa música foi bem recebida, apesar da barreira do idioma.

Quais são agora os seus planos?

Bem, aqui no Panamá temos sentido um grande carinho e uma grande solidariedade de todos os sectores. Cantamos nos bairros de lata, na Universidade, no Teatro Nacional, em fim, em todos os cantos. Brevemente iremos ao Peru, à Venezuela, à Colômbia e à República Dominicana. Quem sabe vamos também a Porto Rico e a algumas cidades dos Estados Unidos, se nos deixarem entrar. Há quatro anos que pedimos visto de entrada e sempre ouvimos não.

Eu sou um militante, não somente da Frente Sandinista, mas também desse grande movimento da nova canção latino-americana. Quero continuar trabalhando com a canção nicaraguense, mas também com a canção latino-americana. Quero continuar denunciando, com o nosso canto, tudo o que se passa na Nicarágua: o genocídio e a traição. Quero continuar lutando pelo derrube da ditadura de Somoza e pela construção de uma Nicarágua livre e soberana.

García Márquez premiado



O escritor colombiano Gabriel García Márquez recebeu o Prémio Internacional "Jorge Dimitrov", directamente das mãos do Todor Jivkov, Presidente do Conselho de Estado da República Popular da Bulgária, durante a visita deste ao México.

Jorge Dimitrov, cujo nome é recordado no prémio, foi o fundador do Partido Comunista Búlgaro e um extraordinário combatente pela causa do socialismo. O prémio destina-se a exaltar as pessoas que se dedicam à luta pela paz. O Presidente Todor Jivkov, numa cerimónia em que estiveram presentes o corpo diplomático, figuras políticas mexicanas e jornalistas, entregou o prémio ao escritor colombiano, com as seguintes palavras:

"No nosso país editam-se todos os seus livros, desde os primeiros que escreveu a sua juventude até as suas obras primas da actualidade. Admiramos a sua actividade infatigável dentro da Revolução Cubana e a sua colaboração nos assuntos da América Latina, assim como a sua posição combativa contra as barbaridades da Junta fascista no Chile. Estamos de acordo com você em que nestes tempos é praticamente um crime não participar na política, enquanto haja um homem em conflito sobre a terra". Ao mesmo tempo, Jivkov acrescentou que o seu país, "que constrói o socialismo, entende plenamente e se identifica com a causa da América Latina".

O presidente búlgaro abordou um ponto muito expressi-

vo da actividade de García Márquez. No auge do seu prestígio literário ("Cem anos de solidão" atingiu, em dezenas de países, edições que totalizam dois milhões e meio de exemplares), o escritor colombiano não deixou de lado o seu compromisso político nem a sua preocupação com a causa popular. Mesmo agora, recebido o Prémio Jorge Dimitrov que inclui a entrega de cinco mil dólares em dinheiro, ele ofereceu-os à organização "Habeas" entidade que ele mesmo fundou e que luta pelo Direitos Humanos.

A RESPOSTA DE GARCÍA MÁRQUEZ

Na cerimónia de entrega do prémio, em resposta ao mandatório búlgaro, García Márquez declarou:

"Quando soube que me tinham dado o Prémio Jorge Dimitrov pensei que um prémio tão grande era demasiado para mim e até cheguei a crer que me tinham confundido com outro escritor. Depois entendi que se tratava de premiar, através do meu nome, a tantos e tantos homens e mulheres anónimos que lutam, dia e noite, sem esperar outro prémio que a felicidade de todos na América Latina. Assim o entendo e assim o recebo".

"Em nome deles, como no meu próprio, agradeço ao Conselho de Estado da Bulgária por este pesado privilégio, ao seu povo de paz que vive entre as rosas mais belas do Mundo, e ao seu querido Presidente, que nos faz a entrega com a sua maneira própria e com tão lindas palavras".

Em declarações à imprensa, após a acto, García Márquez disse o seguinte sobre a sua actividade literária: "Estou a escrever agora um livro de contos sobre latino-americanos na Europa, que será publicado 24 horas depois que caia Pinochet. Assim, se querem ver outro livro meu de literatura, ajudem-nos a derrubá-lo".

cadernos do
terceiro
mundo

líbano

O Líbano partilha duma cultura e uma história comum ao Mundo Árabe, em especial com a Síria, de cujo califado formou parte entre os séculos VII e XVI, quando o país foi dominado pelo Império Otomano.

Em 1860, os franceses desembarcam nas costas libanesas sob o pretexto de "proteger" os maronitas (cristãos de ritual oriental), mas na verdade na mira de buscar posições estratégicas na saída do canal que projectavam construir em Suez. Com a derrota dos turcos, na Primeira Guerra Mundial, a França fica com a Síria e o Líbano, enquanto os ingleses fazem outro tanto com a Palestina e a Transjordânia. O colonialismo estimulou a "ocidentalização" do país, desprezou a cultura árabe, e fomentou o surgimento de uma classe dirigente cristã, que prosperou com a actividade bancária e como intermediários.

A exploração predatória dos bosques causou o desaparecimento dos cedros tradicionais, o empobrecimento da terra e a ruína de milhares de camponeses. Este é o verdadeiro motivo que obrigou à emigração de metade da população do país, e não a lendária vocação aventureira dos fenícios.

Com a oportunidade surgida na Segunda Guerra Mundial, os libaneses proclamaram a sua independência em 1941. Mas só em 1946, após insistentes protestos na ONU, é que os franceses retiraram definitivamente as suas tropas.

A coexistência das comunidades cristãs e islâmica resolveu-se por um dispositivo constitucional que atribui a presidência a um maronita e a chefia do governo a um muçulmano. O turismo e as remessas dos emigrantes (600 mil na América Latina, 500 mil nos Estados Unidos e outro meio milhão espalhado pelo Mundo) contribuem para equilibrar uma balança comercial cronicamente deficitária, o que permite manter uma imagem de prosperidade.

Mas as bases económicas e sociais não eram sólidas. O maior crescimento demográfico levou os muçulmanos a superar a população maronita nos primeiros anos de 70, e a questionar o sistema político. A desigualdade social entre uma e outra comunidade (os maronitas controlam o comércio, as finanças e as grandes empresas, os muçulmanos são operários, artesãos e camponeses) agravou as tensões que finalmente deram lugar à guerra civil, quando a direita usou como pretexto o "problema palestino".

Embora o Líbano se mantivesse à margem da guerra árabe-israelita de 1973, a presença de 300 mil refugiados palestinos no seu território foi utilizada por Israel para justificar frequentes incursões através da fronteira e bombardeios de posições civis. A direita libanesa lançou em 1975 as suas "falanges" contra os acampamentos palestinos, na tentativa de criar um "setembro negro" como o de 1970 na Jordânia, e eventualmente conseguir a divisão do país para formar o seu próprio Estado independente. O Movimento Nacional Libanês, liderado por Kamal Joumblatt (assassinado após o fim do conflito), e os demais grupos progressistas (incluindo importantes sectores cristãos) apoiaram os seus irmãos palestinos.

A intervenção de Israel em apoio dos direitistas ameaçou internacionalizar a guerra, mas as hostilidades terminaram em Outubro de 1976, com a virtual ocupação do país por tropas sírias, depois substituídas por



uma Força da Paz da Liga Árabe. A integridade do país foi salvaguardada, assim como a permanência dos palestinos. No entanto, subsistem as agressões israelitas e as causas profundas de um conflito que continuará latente (e tem provocado explosões esporádicas que já sacrificaram milhares de vidas), enquanto não se implantar um projecto nacionalista viável que solucione o problema global da região.



AL-DJUMHURIYA AL-LUBNANIYA

Governo: Elias Sarkis, presidente. **Capital:** Beirute (um milhão de habitantes) **Superfície:** 10.170 km². **População:** três milhões de habitantes e cerca de um milhão e meio fora do país. **Moeda:** Libra libanesa. **Idioma oficial:** árabe. **Festa Nacional:** 21/11 (independência, 1943). **Religião:** muçulmana e maronita. **PNB per capita:** mil dólares anuais. **Educação:** 350 mil estudantes em todos os níveis, e 20 por cento de analfabetismo. **Saúde:** um médico para cada 1500 habitantes.

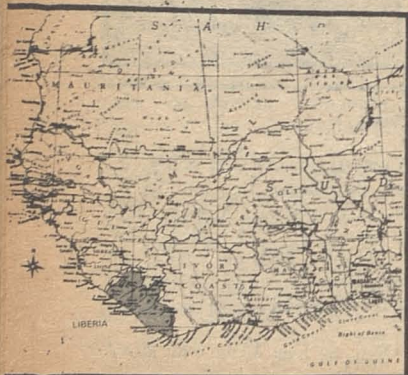
O Líbano é membro pleno da ONU, da Liga Árabe e do Movimento dos Países Não-Alinhados.



Quando se fala de colonialismo em África, poucos se lembram que também os Estados Unidos possuíam o seu bocado na divisão do continente. Com efeito, muito antes de Abraham Lincoln ter decretado a abolição da escravatura em 1864, os negros libertados representavam um problema social para os latifundiários escravagistas. A fim de o solucionar, resolveu-se "repatriá-los", e, pensando que um negro estaria em sua casa em qualquer parte de África, foi projectado desembarcá-los na colónia britânica de Serra Leoa.

A American Colonization Society comprou em 1821 uma parte do território leonês com essa finalidade e fundou a cidade de Monróvia, em homenagem ao então presidente James Monroe.

O próprio nome de "sociedade colonizadora" denunciava que as suas intenções estavam longe de ser humanitárias. A maior parte dos libertos optaram por ficar nos Estados Unidos e apenas 20 000 ex-escravos regressaram a África. Estes colonos de novo tipo, que fala-



libéria

vam a língua e praticavam a religião dos brancos, não foram muito bem recebidos pela população local. Protegidos pelos canhões da armada norte-americana, instalaram-se na costa e apoderaram-se das melhores terras. Durante muito tempo recusaram uma integração com "os negros da selva", que consideravam selvagens. Ainda hoje, apenas 15 por cento da população fala o inglês e pratica o cristianismo.

Em 1841, Washington aprovou para o território uma constituição elaborada em Harvard, ao qual deu o nome de Libéria e nomeou o primeiro governador negro: Joseph J. Roberts. Em Julho de 1847, um congresso de negros norte-americanos concordou em proclamar a independência, ficando Roberts como presidente e com uma constituição e bandeira semelhante às dos Estados Unidos.

Washington empregou aqui a mesma fórmula usada pelos ingleses na América Latina: promover a independência política e assegurar a dependência económica.

Nasceu assim o primeiro estado negro de África que viria a ter uma influência ideológica nos movimentos panafricanistas, ao demonstrar que não era impossível que os negros se governassem a si mesmos. Porém, simultaneamente, começou também a primeira experiência de neocolonialismo no continente.

"O amor à liberdade nos trouxe aqui" proclama o escu-

do liberiano. Contudo, para os nativos do território, a independência trouxe pouca liberdade. Durante muito tempo só os proprietários de terras podiam votar, e os 45 mil descendentes dos ex-escravos norte-americanos constituem hoje o núcleo da classe dominante local, intimamente ligada aos capitais internacionais. A borracha, um dos principais produtos de exportação, está nas mãos da Firestone e da Goodrich conforme uma concessão de 99 anos outorgada em 1926. O mesmo acontece com o petróleo, o ferro e os diamantes.

A resistência a esta situação tem sido reprimida várias vezes por intervenções dos "marines yankees" "para defender a democracia". Os Estados Unidos possuem desde 1942 bases militares permanentes na Libéria.

Nos últimos anos a descoberta de grandes riquezas no subsolo e o uso da bandeira liberiana nos barcos norte-americanos trouxe um crescimento económico, chamado "milagre", e apresentado como alternativa às vias socialistas que são seguidas cada vez mais por nações africanas.

No entanto, os problemas sociais provocados por este "modelo" foram apercibidos pelo presidente William Tolbert, empossado em 1971 após a morte de William Tubman e que chamou a atenção às multinacionais sobre a necessidade de se respeitar o código laboral, e exigiu relações paritárias e maior controlo do Estado sobre as suas actividades.

REPÚBLICA DA LIBÉRIA

Governo: William Tolbert, presidente. **Capital:** Monróvia (200 mil habitantes). **Superfície:** 111 369 Km². **População:** 1 800 000 habit. **Moeda:** dólar norte-americano (em papel) e dólar liberiano (só em moedas de prata). **Idioma oficial:** inglês. **Festa Nacional:** 26/8 (independência 1846). **Religião:** animista, muçulmana e cristã. **PNB per capita:** 600 dólares anuais. **Educação:** 160 mil estudantes em todos os níveis, 85 por cento de analfabetismo. **Saúde:** um médico para cada 15 mil habitantes.

A Libéria é membro da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Líbia

Só depois da saída dos italianos é que o petróleo apareceu na Líbia. De outro modo, teria sido bem diferente a história moderna deste país mediterrânico, cujas férteis costas foram ocupadas na antiguidade por cartagineses, gregos e romanos.

No século VII, os árabes unificaram o país dando-lhe a sua língua, religião e cultura.

O sentimento nacionalista dos beduínos resistiu às tentativas colonialistas europeias, e somente em 1911 a Itália ocupa Tripolitania, situada na parte oeste do país, dominada pelos otomanos.

Gradualmente os italianos foram avançando sobre o Fezzan (o deserto do sul) e Cirenaica (província situada a oriente e governada pela irmandade religiosa de Sanussiyya).

Em 1932, Mussolini anexou estas duas províncias, sem nunca terem sido colonizadas, e o deserto Líbio tornou-se cenário dos violentos combates da Segunda Guerra Mundial.

Enquanto que os blindados de Rommel corriam a proteger os portos e os lugares estratégicos, o petróleo dormia debaixo da areia.

Acabada a guerra, as Nações Unidas decidiram a independência das três colónias, unificadas no Reino da Líbia e tendo Idris I (máxima autoridade da ordem Sanussiyya) como rei.

Como base do seu poder, Idris reuniu a autoridade religiosa com o apoio de poderosas famílias turco-líbias, assessores militares dos Estados Unidos e

da Grã-Bretanha (ambos os países possuíam bases na Líbia) e as multinacionais petrolíferas que se instalaram no país quando o ouro negro começou a brotar em grandes quantidades, em 1960.

Nessa altura, entrou no Exército um jovem nacionalista, filho de beduínos nómadas, que aspirava modificar a situação do país, de total entrega aos interesses estrangeiros.

Muammar al-Khadafi era apenas tenente quando, inspirado pelo êxito de Gamal Abdel Nasser no vizinho Egipto, fundou, em 1966, em Londres (onde estudava técnicas militares), a "União de Oficiais Livres".

De volta à pátria, Khadafi continuou o trabalho político e conspirativo no seio do Exército, e no primeiro dia de Setembro de 1969 começou em Sebha uma insurreição que rapidamente derrotou a monarquia.

Imediatamente foram iniciadas conversações visando o desmantelamento dos enclaves militares ingleses e norte-americanos. Privadas desse apoio estratégico, as multinacionais não conseguiram resistir à nacionalização. A Líbia começa uma política de vanguarda no seio da OPEP, reduzindo a produção para defender os preços e evitar o esgotamento das reservas e usando o petróleo como arma política, tanto para atacar o imperialismo e o sionismo, como para apoiar os movimentos de libertação no Terceiro Mundo.

A inflexível linha ideológica de Khadafi trouxe-lhe muitos



amigos e também inimigos, particularmente entre as potências que possuem interesses neocoloniais em África e tencionam utilizar o Egipto, o Sudão e o Tchad como bases de agressão contra a revolução Líbia. Embora isso significasse o fracasso dos ambiciosos projectos integacionistas, como a Federação das Repúblicas Árabes que agruparia o Egipto, Líbia e Síria, a unidade dos povos árabes consolida-se a nível de base, expressando-se em movimentos como a Frente da Firmeza, que agrupa a Líbia, Argélia, Yémen do Sul e a OLP contra as manobras israelitas e norte-americanas no Médio Oriente.

No campo económico, o "socialismo islâmico" preconizado por Khadafi no seu "Livro Verde", traduz-se por uma industrialização intensiva para tentar criar um desenvolvimento permanente sobre a base de riqueza petrolífera não renovável. No plano político, a Revolução criou novas estruturas de participação popular que modificaram completamente o aparelho estatal, mudando, em 4 de Março de 1977 a República para Yamahiriya (República de massas) Árabe, Popular e Socialista.

YAMAHIRIYA LÍBIA ÁRABE, POPULAR E SOCIALISTA

Governo: Coronel Abd al-Salem Jaloud, Primeiro-Ministro (Khadafi, líder incontestável abandonou todas as responsabilidades administrativas). **Capital:** Trípoli (380 mil habit.). **Superfície:** 1 759 540 Km². **População:** 2 500 000 habitantes, 70 por cento rural e 30 por cento nómade. **Moeda:** dinar. **Idioma oficial:** árabe. **Festa Nacional:** 1/9 (Revolução, 1969). **Religião:** islâmica. **PNB per capita:** 5500 dólares anuais. **Educação:** 700 mil estudantes em todos os níveis (1976). **Saúde:** um médico para cada mil habitantes.

A Yamahiriya Líbia é membro pleno da ONU, da OUA, da Liga Árabe, do Movimento dos Países Não-Alinhados da OPAEP e da OPEP.



madagáscar

A "Grande Ilha" africana (quarta do Mundo em superfície), viveu até o século XIX praticamente afastada do resto do Mundo. Emigrantes de origem africana e asiática ali se juntaram desde tempos antigos, e a mistura étnica deu origem ao povo malgache, unificado politicamente pela primeira vez pelo rei Radama I no início do século XIX.

Nessa época a montanha central era habitada por espécies de animais hoje desaparecidas e cobertas de selvas que o colonialismo queimou desapidadamente para dar lugar a plantações de cana e de algodão. A colonização francesa instaurada oficialmente em 1896, teve uma forte e valente oposição de diversos grupos nacionalistas.

No entanto, a independência foi conseguida em 1960, abriu caminho ao neocolonialismo, dirigido pelo presidente Tsiranana, que estabeleceu laços de amizade com Taiwan, Coreia do Sul e África do Sul, e permitiu o estabelecimento de bases militares francesas e norte-americanas no país.

Em 1972, um grupo militar nacionalista dirigido pelo general Ramanantsoa, tomou o poder, instalando um governo nacionalista de aspirações socializantes. Após vários meses de crises políticas, o coronel Ratsimendrava foi assassinado em Janeiro de 1975, duas semanas depois da apresentação do programa de radicalização.

A poderosa direita local, conjuntamente com os serviços de informações da NATO (cuja

participação no assassinato foi denunciada pelas forças progressistas malgaches) tentam desta maneira liquidar a experiência progressista.

Porém, a linha do levantamento popular de 1972 foi aprofundada pelo capitão de fragata Didier Ratsiraka, que a 15 de Junho de 1975 assumiu as funções de Chefe de Estado, do Governo e do Conselho Superior da Revolução. Imprimindo um novo ritmo a um processo de reformas que se desgastava por divisões internas, Ratsiraka escreveu e submeteu a votação popular um "Livro Vermelho", a Carta da Revolução Socialista, que se torna a base da nova Constituição. Em Dezembro de 1975 é proclamada a República Democrática Malgache. Impulsiona-se uma ambiciosa reforma agrária, cujas bases são as *fotocolonas*, colectividades autogestionárias semelhantes às "villas ujamaa" de Tanzânia ou às "aldeias comunistas" de Moçambique.

As bases estrangeiras são expulsas do país e as instalações de rastreio de satélites da NASA norte-americana são encerradas, cuja utilização pela CIA como centro de espionagem foram largamente demonstradas.

No campo político, a instauração da Assembleia Nacional Popular em 1977 e da Alta Corte Constitucional em 1978 culminam o processo de institucionalização traçado no "Livro Vermelho". Os partidários populares malgaches mostram estar à altura do desafio histórico, unindo-se na Frente Nacio-



nal da Revolução. Entre eles, a força mais importante é a AREMA (Vanguarda da Revolução Malgache), criada em 1975 em apoio ao movimento renovado de Ratsiraka. A AREMA contém onze dos dezanove membros do Conselho Supremo da Revolução, organismo em que participam mais cinco partidos, com posições que vão desde o marxismo-leninismo até à democracia cristã, passando por diversos matizes socialistas, social-democratas e nacionalistas.

No campo externo, Ratsiraka, que entre 1972 e 1975 foi Ministro das Relações Exteriores, traçou uma linha de "não-alinhamento positivo", claramente anti-imperialista e defende a unidade africana. O seu prestígio permite-lhe actuar como mediador respeitado por ambas as partes em conflito, como aquele que enfrentam a Somália e a Etiópia.

Madagascar constrói assim a sua própria via para o socialismo, original mas atenta aos ensinamentos das experiências estrangeiras, radical mas consciente das necessidades de etapas históricas, nacionalista mas solidário com as grandes transformações no Terceiro Mundo, particularmente em África e Ásia, continentes entre os quais a ilha se situa como ponto natural.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA MALGACHE

Governo: Didier Ratsiraka, presidente. **Capital:** Tananarive (375 000 habitantes). **Superfície:** 597 000 km². **População:** oito milhões e meio (80 por cento rural). **Moeda:** franco malgache. **Idiomas oficiais:** malgache e francês. **Festa Nacional:** 26-6 (Independência, 1960). **Religião:** animista, cristã e muçulmana. **PNB per capita:** 200 dólares anuais. **Educação:** 1 250 000 estudantes em todos os níveis em 1974. **Saúde:** um médico para cada 8000 habitantes.

O Madagascar é membro pleno da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não Alinhados.



as vozes da áfrica
revolucionária

Tempo

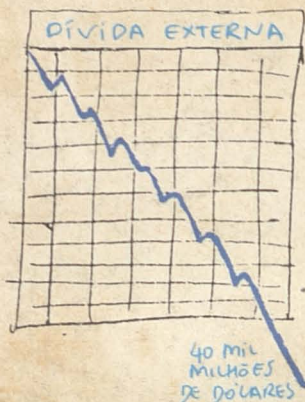
N.º 447 — 6 DE MAIO DE 1979 — 15800
MAPUTO — REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE



IGREJA CATÓLICA EM MOÇAMBIQUE BENÇÃO DO COLONIALISMO

TEMPO, de Maputo. Revista semanal ilustrada.
Redacção: av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A
Caixa Postal 29.17 — República Popular de Moçambique

Henfil BRASIL DE FIGUEIREDO



AGRICULTURA
 ESTUDA A FORMA
 DE COLOCAR
 O EXCESSO
 DA COLHEITA
 DE FRUTAS!



O MÉDICO
 RECEITU-ME OVOS,
 FRUTAS, LEITE,
 VERDURA E CARNE
 PARA CURAR
 A GRUPE...



TENS QUE
 VER QUAL É
 O LABORATÓRIO
 TALVEZ SE
 ARRANJEM
 AMOSTRAS
 GRÁTIS...

TAMBÉM JOU
 UM BÊBÊ PROVE
 SOU FILHO DA
 FOME E DA
 VONTADE DE LOM

